

Sumário dêste número

EDITORIAL: *Hiléia Amazônica* — Eng.^o CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 629).

COMENTARIO: *Belo Horizonte e Salt Lake City* — CHARLES ANDERSON GAULD (pág. 631).

TRANSCRIÇÕES: *Notas sobre a Geologia, a Geomorfologia e os Recursos Minerais de Sergipe* — LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO (pág. 636). — *Doutrinas Geográficas na Política* — Prof. J. GOTTMAN (pág. 649).

RESENHA E OPINIÕES: *Esbôço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do Estado do Paraná* (pág. 659). — *Estabelecimento do controle terrestre e altimétrico pelo Conselho Nacional de Geografia* (pág. 668). — *São Paulo no Brasil* (pág. 670). — *A função bio-sociológica das florestas* (pág. 674). — *Problemas indigenistas no Brasil* (pág. 677). — Alfredo Moreira Pinto (pág. 683).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: *A Geopolítica* — Prof. F. A. RAJA GABAGLIA (pág. 692). — *Cadastro de Professores de Geografia* (pág. 698).

NOTICIÁRIO: *CAPITAL FEDERAL* — Presidência da República — Conselho Nacional de Imigração (pág. 709). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Estatística (pág. 709). — Conselho Nacional de Geografia (pág. 709). — Ministério da Aeronáutica (pág. 710). — Ministério da Agricultura (pág. 711). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 711). — Ministério da Guerra (pág. 712). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 712). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 714). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (pág. 714). — Instituto de Colonização Nacional (pág. 714). — Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres (pág. 714). — União Sul-Americana de Associações de Engenheiros (pág. 715). — CERTAMES — Conferência Internacional da *Hiléia Amazônica* (pág. 715). — Congresso Internacional de Americanistas (pág. 715). — UNIDADES FEDERADAS — Amazonas (pág. 716). — Distrito Federal (pág. 716). — Minas Gerais (pág. 716). — Santa Catarina (pág. 716). — São Paulo (pág. 717). — Sergipe (pág. 117). — MUNICÍPIOS — Belo Horizonte (pág. 117).

BIBLIOGRAFIA: *REGISTOS E COMENTARIOS BIBLIOGRAFICOS* — Livros (pág. 718). Periódicos (pág. 720). — *CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA* — *The Geographical Review* — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a V (Letras D a G) (pág. 721). — *RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO* — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185 (Letras G a J) (pág. 723).

LEIS E RESOLUÇÕES: *LEGISLAÇÃO FEDERAL* — Ementário das leis e decretos publicados no período de 11 de maio a 10 de junho de 1947 — Leis (pág. 730). — Decretos Legislativos (pág. 730). — Decretos Executivos (pág. 730). — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis (pág. 735). — Decretos (pág. 735). — *LEGISLAÇÃO ESTADUAL* — Integra dos decretos e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 736). — *RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA* — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das Resoluções ns. 279 a 280 (pág. 740).

Boletim Geográfico

Ano V

SETEMBRO DE 1947

N.º 54

Editorial

Hiléia Amazônica

A Amazônia está na ordem do dia, tanto assim que, nesses dois meses, ocorreram dois acontecimentos de grande significação a gerarem sólidas esperanças no futuro próximo.

O primeiro acontecimento a assinalar-se foi a visita feita à região pelos parlamentares brasileiros que constituem a "Comissão de Valorização da Amazônia", a qual tem o encargo de estudar os planos gerais da aplicação dos vultosos recursos financeiros estipulados na nova Constituição brasileira (3 % das rendas da União e das Unidades Políticas compreendidas na Amazônia).

O contacto pessoal com a terra e a gente da Amazônia ha-de ter sido mui proveitoso aos parlamentares, para melhor entendimento dos problemas da região.

No mês de agosto, do dia 12 ao dia 18, ocorreu na cidade de Belém, um outro fato, que reflete o interesse pelo estudo da Amazônia, já agora não só dos brasileiros mas de todos os povos americanos vinculados à Amazônia.

Refiro-me à Conferência Internacional promovida pela U.N.E.S.C.O. (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) para o estudo das bases de organização do "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica", que pretende criar.

Participaram da Conferência delegados dos países sul-americanos compreendidos na Amazônia — Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela —, delegados das três Guianas, dos Estados Unidos da América e de numerosas instituições internacionais e brasileiras.

As decisões tomadas pela Conferência permitem que a U.N.E.S.C.O., na sua próxima Assembléia a realizar-se no corrente ano, efetive a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cujo funcionamento foi previsto para iniciar-se em 1948 com um orçamento de 100 000 dólares.

Proveito maior recolheu a Conferência na alentada oferta de contribuições ao futuro Instituto, efetivada pelos países interessados no estudo da Amazônia, através dos seus delegados à Conferência.

Com efeito, os oferecimentos que oficialmente foram feitos asseguram ao Instituto Internacional elementos de êxito, porque, de pronto, êle contará em tôda a Amazônia com o concurso dos estabelecimentos culturais instalados pelos governos interessados, para a solução dos problemas científicos e econômicos de cada país amazônico.

No campo da Geografia e da Cartografia, que interessam mais especialmente a êste Boletim, há a assinalar o oferecimento feito pelo representante do Conselho Nacional de Geografia do Brasil na aludida Conferência Amazônica, o qual se concretiza nos seguintes itens:

- a) o Concurso das Agências Municipais de Estatística, na prestação de informações locais;
- b) o preparo e a impressão, com prioridade, das fôlhas referentes à Amazônia da Carta Geográfica do Brasil;
- c) a instalação, com presteza, da equipe de geógrafos do Conselho prevista para a região amazônica;
- d) o início da interpretação geográfica, de maneira sistemática, das fotografias aéreas referentes à Amazônia;
- e) a colaboração no sentido de serem tiradas as fotografias aéreas das regiões amazônicas ainda não aerofotografadas;
- f) a oferta de tôda a documentação existente no Conselho sôbre a Amazônia.

Ainda em demonstração de aprêço à Conferência de Belém, o Conselho preparou três publicações em edição especial, a saber: o Documentário Amazônico, relacionando os estudos realizados, os mapas executados e em execução e as fotografias aéreas obtidas, referentemente à Hiléia; o Clima da Amazônia, de autoria do Prof. José Junqueira Schmidt e a A Amazônia Brasileira, de autoria do Dr. Artur César Ferreira Reis, ambas separatas de artigos da Revista Brasileira de Geografia.

Que os esforços de hoje frutifiquem em bem do amanhã amazônico!

Rio de Janeiro, em agôsto de 1947.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho
Nacional de Geografia



Belo Horizonte e Salt Lake City*

CHARLES ANDERSON GAULD

Correspondente no Brasil do *Christian Science*
Monitor de Boston

Belo Horizonte, capital do Estado mineiro e agrícola de Minas Gerais, que é maior do que a Califórnia, é a Salt Lake City (cidade de Lake City — lago salgado) do Brasil. Flagrantes paralelos e contrastes existem entre Belo Horizonte, a mais bem delineada capital de qualquer dos 20 Estados brasileiros, e Salt Lake City, ora celebrando o centenário, a mais bem planejada e ôtimamente localizada capital das 48 unidades políticas dos Estados Unidos da América.

Belo Horizonte foi estabelecida em 1897, como Salt Lake City cinco décadas antes, com sensatas previsões e largas avenidas a fim de tornar-se capital de uma região agrícola, pastoril e mineira. A capital de Utah possui o dôbro da idade e quase outro tanto da elevação de Belo Horizonte (800 m.).

Cidades-modelo, ambas possuem uma pitoresca história de mineração e o custoso lançamento das estradas de ferro para, o interior do Rio de Janeiro e de São Francisco, como mostrou brilhantemente o saudoso Prof. Percy Martin, da Universidade de Stanford, no seu ensaio *Minas Gerais and California*.

O Rio só se tornou importante após o movimento para Minas provocado pela extração do ouro e diamante, em 1700-80 e que levou aquela cidade a ser escolhida para capital do Brasil em 1763. As minas de ouro, prata e cobre da Califórnia, Nevada e Utah, contribuíram por igual para o surgimento precipitado, subitâneo de São Francisco, a partir de 1849, como o principal pórtio do *Far West* americano.

O futuro de Belo Horizonte depende em muito particular, do desenvolvimento em base de cooperação estreita entre capitais americanas e brasileiras das maiores reservas de minérios de ferro do mundo.

Salt Lake City foi fundada em 1847 pelo chefe esforçado e empreendedor de uma seita perseguida, Brigham Young, que conduziu seu povo por meio continuamente em demanda de uma terra de promessa propiciadora de oportunidade. Após incríveis peripécias os pioneiros mormonistas emergiram do *Emigrant Canyon* para deparar um vasto vale encravado em magníficas montanhas. Brigham Young declarou: "eis o nosso sítio" e dispôs uma cidade com grandes quarteirões e avenidas com 40 metros de largura. Onde Brigham Young pronunciou aquelas palavras foi erigido há pouco um dos maiores monumentos das Américas. Seus vultos heróicos foram evocados por um dos muitos netos de Brigham Young, que incluiu no grupo o explorador missionário franciscano espanhol Escalante, que descreveu Utah em 1776. O monumento se contém num parque de milha quadrada.

Onde Brigham Young assentou a praça do Templo seus companheiros edificaram o mundialmente famoso Templo dos Mormonistas. Não muito distante daí os mormonistas cederam um terreno para a primeira igreja católico-romana. Jovens missionários mormonistas da Universidade de Brigham Young, onde estudam 5 brasileiros convertidos, visitaram recentemente Belo Horizonte, onde lhes foi dado ver a praça no alto de uma colina em que se pretende construir uma Catedral de Cristo Rei que, à semelhança do Templo de Salt Lake City exigirá quatro décadas para ser concluída. Na parte baixa da cidade os fundadores de Belo Horizonte deram todo um quarteirão para a primeira igreja e escola protestantes.

* Traduzido para o vernáculo pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, redator da Secção de Publicações do C. N. G.

Este quarteirão, de considerável valor foi vendido recentemente pelos metodistas para financiarem com o benefício resultante as edificações do colégio, moldado pelo sistema americano, de Isabela Hendrix, para moças. Um arranha-céu mostra-se no local da velha Igreja Metodista, cuja arcada se encontra no Museu Histórico.

Belo Horizonte e Salt Lake City refletem história diversa. Utah foi fundada por laboriosos lavradores que buscavam a Deus e Minas por aventureiros que ambicionavam o ouro. Utah desenvolveu-se de modo salutar e hoje é racial e culturalmente homogênea, com equilíbrio equivalente entre a agricultura e a indústria, mineração e fundição. Minas racial e economicamente lembra um pouco o nosso extremo sul. Muitos mineiros prósperos e lavradores tiveram numerosos filhos de moças índias, mulatas ou de escravas sudanesas de boa aparência, pois a concubinação era comum então. Alguns mormonistas remediados possuíam diversas esposas no período 1840-80, quando a porcentagem de mulheres sobrelevava a de homens.

Mormonistas e mineiros como gente essencialmente rural ainda hoje têm famílias numerosas, vinculadas por laços estreitos, caracterizando-se pela economia, religiosidade e bom senso.

Belo Horizonte foi criada quando a velha capital de Minas, Ouro Preto, se tornou aí por 1893, impraticável. Ouro Preto é hoje, tal como Taxco, no México, curiosa reliquia de um passado de mineração, rico e turbulento, uma "cidade-museu" com lindas igrejas em ruas íngremes pavimentadas de seixos, onde ao clarão do luar como que se percebem os fantasmas dos mineiros coloniais e escravos africanos.

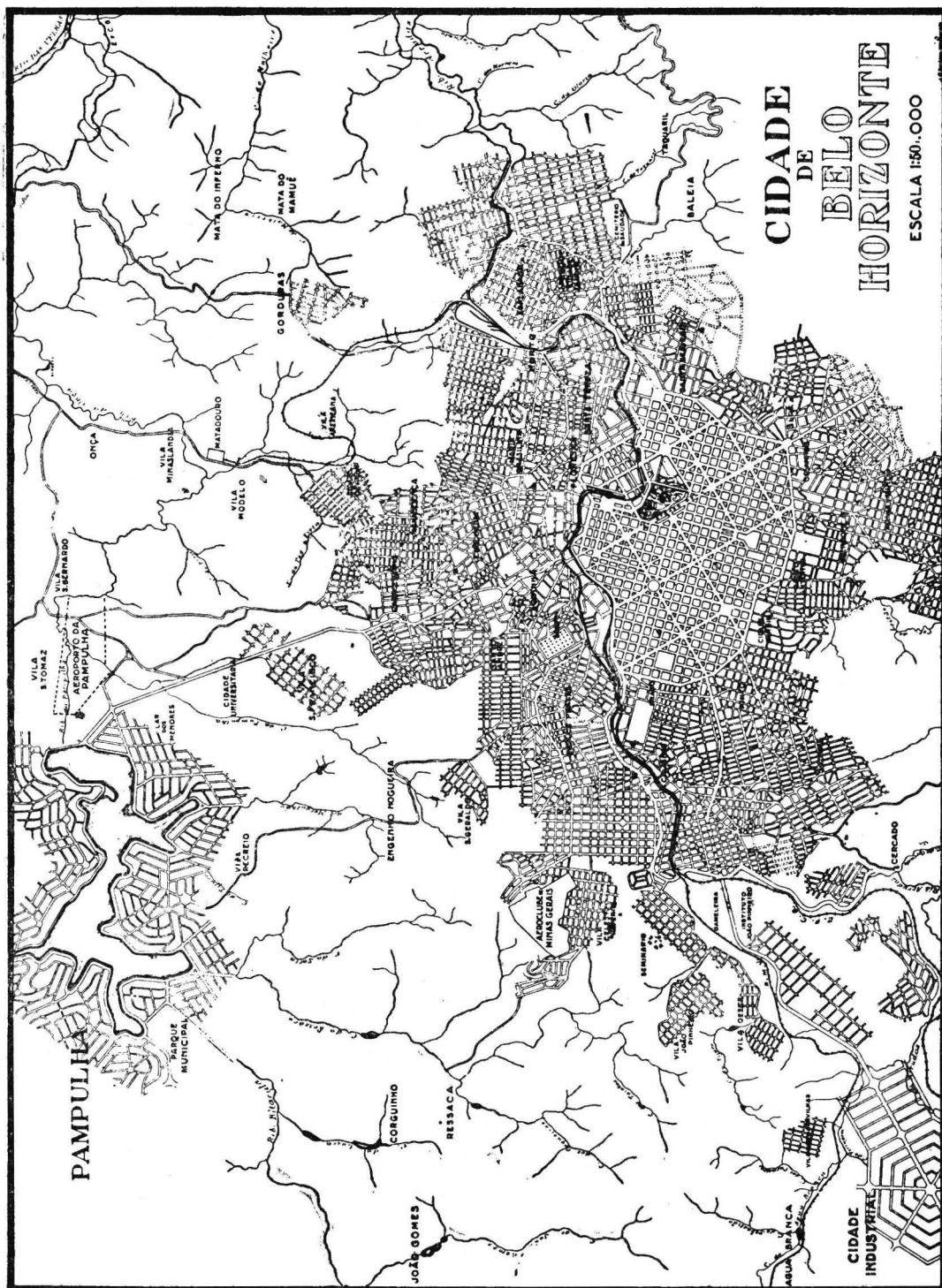
A comissão escolheu um sítio próximo ao centro de Minas, orlado de montanhas e dotado de maravilhoso clima. Fez-se a ligação ferroviária com o Rio e em 1894-1897 um audacioso plano deu lugar a avenidas, praças e edifícios públicos, imponentes, graças a mineiros probos e de larga visão. O geógrafo americano Preston James da Universidade de Syracuse descreveu isto num artigo magistral, louvando a ausência de prevaricações. O principal historiador da fundação e dos primeiros anos de Belo Horizonte é o Dr. Abílio Barreto, diretor do Museu Histórico.

A nova capital, sagrada em dezembro de 1897, foi no decorrer de anos uma cidade de avenidas ertas e lotes vãos. O crescimento foi vagaroso, visto como Belo Horizonte assentava numa zona estéril, muito ao norte do centro de gravidade demográfica do Estado. Em 1920, sua população apenas contava 55 000 habitantes, meramente um por cento dos 5 800 000 de todo o Estado. Minas foi progredindo gradualmente em sua economia e por volta de 1930 começou a impulsionar a sua capital. Hoje, análogamente à capital de Utah, já congrega para mais de 250 000 habitantes e apresenta imponentes edifícios públicos e arranha-céus. Belo Horizonte, todavia, ainda não se avanta muito proporcionalmente às demais capitais dos Estados, daí exercer menor ascendência política e econômica.

O traçado de Belo Horizonte que, tanto como o de Salt Lake City, a torna demasiado fotogênica vista do alto, foi parcialmente modelado sobre o de La Plata, capital da rica província argentina planejada alguns anos antes. Ambas cidades foram inspiradas por Washington e Paris. Cidadãos americanos ao se acharem em Belo Horizonte experimentam dificuldades iguais às que oferece Washington, em orientar-se no labirinto de praças, avenidas circulares e irradiantes. Muitas ruas são designadas por nomes de cidades ou Estados brasileiros e de tribos indígenas, embora algumas tenham sido rebatizadas com nomes de mineiros ilustres.

Vera Kelsey em seu livro *Brasil in Capitals* assinala a singular avenida do Contorno que circunda a cidade e a racional numeração dos edifícios de acordo com a distância de certos pontos. Belo Horizonte, como a maioria das cidades americanas, não foi capaz de assegurar um zoneamento impecável e de realizar unidade arquitetônica, sem embargo dos seus arranha-céus afinarem pelo estilo moderno brasileiro.

Belo Horizonte tem, talvez, moldura mais panorâmica e melhor clima do que qualquer capital dos 48 Estados americanos com exceção de Salt Lake City, o que não impede que à Capital de Minas Gerais tenha custado transtornos a



importação de gêneros alimentícios de partes férteis distantes do Estado, ao passo que o rico vale irrigado de Great Salt Lake não só abastece abundantemente a cidade como exporta às metrópoles orientais e da Califórnia.

Mineração, fundição e preparação do aço processam-se junto a ambas cidades, se bem possua Utah a imensa vantagem do carvão e de excelente transporte. Minas Gerais com seu baixo padrão de vida, pouca imigração tem atraído, enquanto os missionários mormonistas têm convertido grande número de europeus e ajudado os mesmos a estabelecerem-se nas Montanhas Rochosas.

A próspera Salt Lake City goza de sensível primazia educacional sobre Belo Horizonte, salvo em escolas particulares. O professor jesuíta Peter Dunne de São Francisco em seu volume: *A Padre Views South America*, registra diversas escolas excelentes mantidas por ordens católicas. Compara a cidade a Spokane e São José, Califórnia. No ano último reuniram-se diretores de escolas particulares em Belo Horizonte a fim de estudar as necessidades da educação nesta terra de alto índice de analfabetismo, dispondo-se educadores católicos e protestantes a colaborarem cordial e patrioticamente.

A importante universidade de Utah, ora repleta, fundada em 1850, pode sem dúvida expandir-se pelos terrenos militares adjacentes. A pequena universidade de Minas Gerais data apenas de 1927 e carece de fundos para custear obras em seus campos devolutos situados nas proximidades do elegante bairro do lago da Pampulha.

Belo Horizonte possui uma localização central para distribuir artigos manufaturados aos 7 000 000 de mineiros, mas seu subúrbio industrial modelo não pôde desenvolver-se por falta de eletricidade e em virtude das ligações rodoviárias e ferroviárias com Rio e São Paulo ainda não satisfazerem.

Não obstante isso, aquela cidade é o centro de população do Brasil e seu centro psicológico e político. Vários presidentes do Brasil principiaram a carreira política como governadores de Minas Gerais, que não raro representou, como salientou o sociólogo Gilberto Freyre, uma força de estabilização nos assuntos nacionais. Consideram-se os mineiros os melhores políticos do Brasil.

As constituições do Brasil de 1891, 1934 e 1946 pretenderam a criação de um novo distrito federal no planalto. Sugerem alguns a transferência da sede do Governo federal para Belo Horizonte, ao invés de se criar nova cidade no oeste. Análogamente muitos norte-americanos são do parecer que se traslade parte do governo para a espaçosa e panorâmica Denver. Certos belorizontinos julgam que o oeste de Minas Gerais plano e fértil daria para alimentar a nova capital da Nação bem como para fornecer ilimitado potencial hidráulico.

Durante as comemorações da passagem de seus aniversários, ambas cidades acumularão as facilidades recreativas, juntamente com exibições dos preciosos recursos de cada uma, no Capitólio de Utah e na elegante "Feira de Amostras", situada no início da bem arborizada avenida Afonso Pena, a *Main Street* (rua principal) de Belo Horizonte.

Salt Lake City dispõe de bibliotecas e arquivos públicos superiores aos de Belo Horizonte, que no entanto lhe leva a palma em livrarias e bibliotecas particulares dos seus intelectuais. Belo Horizonte é uma cidade de poetas e hábeis políticos, mas promove menos pesquisas do que o governo e universidade de Utah. Causa espécie a escassez de estudos biográficos, geográficos e sociológicos dados à publicidade em Belo Horizonte, a despeito de haver várias revistas literárias de boa nota.

Minas Gerais tem assistido a algumas agitações políticas desde 1700, incluindo a primeira conjura da independência em 1789, em Ouro Preto, com a participação de mineiros influenciados pela Maçonaria e ideais da Revolução Americana. A instabilidade latente de uma sociedade em que as massas ignorantes são privadas de terra e pobres explicam o largo dispêndio, na capital, com a polícia e aquartelamentos para a milícia estadual.

Belo Horizonte contém quase a única escola de Medicina de Minas e o maior número dos seus mais amplos hospitais e escolas especializadas. Até esses estão muito aquém dos grandes hospitais e instituições de beneficência católicos e mormonistas da capital de Utah. Os belorizontinos bem fariam impulsionando as cooperativas e projetos de maior vulto, que foram de tanto auxílio aos Mormonistas a partir de 1931.

Belo Horizonte contém proporcionalmente menos comunistas e mais católicos devotos do que qualquer outra cidade brasileira a não ser Salvador, na Bahia. O catolicismo é dirigido habilmente pelo arcebispo local, cujo palácio defronta os principais edifícios públicos na praça da Liberdade toda ornada de palmeira. Tal como acontece nos Estados Unidos uma sugestão do Arcebispo pesa muito na política. O arcebispo D. Antônio Cabral fundou uma das maiores e melhores folhas diárias, e orienta as diversas instituições culturais e de caridade católicas.

A principal concorrência ao Catolicismo, em Belo Horizonte, não advém das igrejas e escolas protestantes, aliás pouco numerosas, mas sim do bem organizado Partido Comunista. Esta agremiação obteve 4 000 votos em 19 de janeiro de 1947 ao lado do partido do Arcebispo que logrou 4 600 sufrágios dentre os 58 000 votos computados na capital. O comunismo fez mais progressos no movimento operário fraco e incipiente de Belo Horizonte do que em Salt Lake City. Em Minas Gerais tanto a política estadual como a federal têm procurado anular os esforços dos comunistas no sentido de organizar uma Seção da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, de tendência esquerdista.

Belo Horizonte é a síntese de Minas Gerais, que é chamado "o mais brasileiro" dos 20 Estados, associando-se com as mais importantes regiões do país: o norte não caucásico, o oeste desértico e o sul branco e adiantado. Minas Gerais e Belo Horizonte são miniaturas do Brasil. Até 1937 Minas Gerais era o único estado que possuía capital artificial. Goiás, que lhe confina pelo oeste, animado pelo êxito de Belo Horizonte, adotou uma nova capital bela e arrojada, Goiânia.

Instalada no interior do centro de gravidade de Minas, antecipando-se por décadas à expansão inevitável, Belo Horizonte contribuiu para dar àquele Estado palpitante novo eixo de transporte e progresso.

Esperam os brasileiros que futuramente seja criada nova capital ainda mais internada no planalto escassamente povoado e que, dentro de algumas décadas, o centro de gravidade e de progresso do imenso Brasil, cujas cidades se agarram à costa, se deslocará para o interior como o de Minas se passou para Belo Horizonte.¹

Que Belo Horizonte e Salt Lake City, capitais-padrão de Estados montanhosos das duas maiores repúblicas americanas, neste ano magno de aniversário, cheguem a uma compreensão mútua de suas realizações e aspirações, aparte outros laços de entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos.

¹ As bibliotecas das seguintes universidades nos Estados Unidos receberiam com agrado publicações sobre Minas Gerais e sua capital: Harvard, Yale, Colúmbia, Stanford, Princeton, Pennsylvania, Michigan, Chicago, Cornell, Wisconsin, Minnesota, Vanderbilt, Tulane, Texas, Califórnia (Berkeley e Los Angeles) e Catholic University em Washington. O bibliotecário desta última, professor Manuel S. Cardoso, é especialista em história de Minas Gerais.

Notas sobre a Geologia, a Geomorfologia e os Recursos Minerais de Sergipe

*Anais da Escola de Minas de Ouro
Prêto. N.º 24 — 1933. Ouro Prêto.*

LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO

— II —

A SÉRIE VAZA-BARRIS

Partindo de Riachuelo, em procura da serra de Itabaiana, pouco antes do Engenho Tartaruga, o calcáreo silicoso da série de Sergipe desaparece, substituído por um arenito amarelo, de textura muito fina, bastante duro e de exposições pouco claras. Não é visível a sua orientação, mesmo no canal do rio Jacaracica, e, muito menos o contacto com o cretáceo. Contudo, a inclinação parece bastante forte, para leste.

Adiante, no Engenho Cágado, aparecem, intercalados no arenito, filitos pretos, inclinados para leste, e um calcáreo duro, de cor azulada, que se divide em lâminas. Esta rocha pelo seu aspecto cristalino, se distingue nitidamente dos calcáreos cretáceos.

No vau do Jacaracica, há boas exposições de filitos, inclinados 25° para este; são de cor escura, com palhetas de mica, e uma certa inclinação, de pequena amplitude (rugas pequenas nos planos de estratificação), denunciando esforços importantes. Estendem-se bastante os afloramentos, formando algumas elevações.

Em seguida, no início da ascensão, reaparecem os arenitos, com os caracteres já descritos.

Em Prazeres, em altitude já considerável, há algumas exposições de filitos, idênticos aos descritos, com forte inclinação para leste. Depois, reaparece o arenito, agora, de cor avermelhada, assemelhando-se ao de Estância.

No último vau de Jacaracica, em Cajueiro, à margem do rio, localiza-se um bom afloramento de calcáreo cinzento, quase preto, inclinado fortemente, cerca de 40°, para leste.

Começa-se, então, a subir a serra, propriamente. Depois de um pequeno trecho sem exposição, coberto de areia branca, apresenta-se uma rocha arenosa, bastante dura, quando fresca, de granulação média, cor branca: é um quartzito. Está uniformemente inclinada de 30° para sudeste. Divide-se em leitos e tem falsa estratificação, bastante pronunciada. É cortada por pequenos veios de quartzo. No alto da serra, há uma pequena assentada. Descendo para oeste, observamos rochas arenosas, de variadas consistências e texturas, umas brancas e outras esverdeadas, todas concordantes.

A inclinação destas rochas é a mesma que se regista na vertente oriental; a serra de Itabaiana é um monoclinall. Depois de uma camada de conglomerado grosso, coberta por leitos xistosos, encontra-se o gnaiss. A discordância é nítida.

Nossas observações nessa secção não diferem, essencialmente, das do Dr. Branner e do Dr. Sopper. Admitimos, francamente, a discordância entre as camadas cretáceas e a série antiga; a tal somos levados pela presença nesta formação de inclinações muito mais fortes e pelo seu caráter altamente rugoso e deformado, fatos que denunciavam a ação de grandes esforços. Não encontramos, entretanto, evidência de discordâncias entre os arenitos, filitos e calcáreos, colocados imediatamente sob o cretáceo e os arenitos quartzíticos. Não nos parecem argumentos decisivos pequenas discrepâncias de orientação em formações tão onduladas, nem a escassez de afloramentos, encarecida por Sopper, dos calcáreos e filitos, no sopé da serra. O caráter metamórfico dos quartzitos da serra não lhes é peculiar, pois também os têm as outras camadas, os calcáreos e os filitos com mica.

Ao conjunto de filitos, arenitos de granulação fina e calcáreos daremos, provisoriamente, a denominação série Vaza-Barris. Sobre ela se colocam, em discordância, não só as camadas cretáceas como as da série dos Tabuleiros.

Com os quartizitos e conglomerados da serra de Itabaiana, a exemplo dos Drs. Branner e Sopper, formaremos uma outra série: a de Itabaiana.

Os calcáreos da série Vaza-Barris, conquanto não sejam dominantes, são talvez a rocha característica dessa formação. Oferecem um aspecto bastante uniforme, cor preta ou cinzenta, textura fina, mostrando um metamorfismo bastante pronunciado. É freqüente o silex. São cortados por massas irregulares de quartzo, epigenéticas.

Os filitos, quando inalterados, apresentam-se muito metamórficos, com desenvolvimento de diversos minerais. As cores mais freqüentes são preto e esverdeado.

Os arenitos de cor castanha e esverdeada oferecem textura especial, presumivelmente correlata à sua origem, idêntica à da rocha de cachoeira de Pirapora, em Minas. Decompõe-se esferoidalmente, à maneira das eruptivas, fato já focalizado pelo Dr. Derby, em relação a seus congêneres de Minas.

A denominação série da Estância tem acarretado algumas confusões, pois, se nessa cidade e para oeste, afloram camadas da série antiga, que chamamos Vaza-Barris, próximo já se encontram camadas cretáceas com fósseis.

As secções do nordeste da Bahia, com a série Vaza-Barris sobreposta a arenitos cretáceos, têm agravado as dúvidas porquanto, nas camadas inferiores, se encontram os restos de fetos, gen. *Alletoptérís*, e nas superiores, em folhelhos intercalados, escamas de *Lepidotus*. O Dr. White comparou estas escamas às da série da Bahia, do cretáceo inferior. Os fetos oferecem um aspecto nitidamente paleozóico. Alguns autores, sem discernir as duas formações, aplicaram ao conjunto a denominação série Estância, para cuja cronologia utilizam juntamente documentos paleontológicos contraditórios. O Dr. Ralph Sopper, em tratando do assunto, já alvitrou a separação, suspeitando a discordância no poço do Jacu, fenômeno que certificamos em afloramentos próximos. Parece-nos de bom alvitre chamar a série antiga Vaza-Barris, como o fazemos, sem utilizar o termo série da Estância.

Várias razões conduzem a comparar a série de que tratamos à de Bambuí: aspectos litológicos completamente semelhantes, inclusive a presença em ambas de silex; as perturbações importantes; o metamorfismo pronunciado. Demais, do nordeste da Bahia até à região do vale do rio Salitre, existem indicações flagrantes de desnudação das formações dessas séries, fato denunciado particularmente pela presença de calcáreos modernos, resultantes da destruição de seus congêneres antigos. Desta sorte, há continuidade entre as duas formações.

No Estado de Alagoas, próximo à barra do São Francisco, apareceram arenitos, incluídos por alguns autores na série da Estância e que devem, pelos seus fósseis, ser relacionados com as formações análogas do interior, de idade cretácea, bem desenvolvidas no nordeste da Bahia e em Pernambuco, e não à série Vaza-Barris.

Nos calcáreos da série Vaza-Barris, dos arredores de Simão Dias, e em mais pontos do nordeste da Bahia, encontram-se abundantes troncos de madeira silicificada; a ausência de estrutura conservada não permite uma diagnose satisfatória.

Como dissemos, incidentalmente, nos arredores da vila de Araci, no fundo de um poço, encontram-se, num filito da série em aprêço, os restos vegetais que o Dr. White descreveu no gênero *Alletoptérís*. Esse gênero é de larga distribuição na coluna geológica. Entretanto, segundo o Dr. White, a espécie examinada oferece caracteres das neopaleozóicas.

Sobre a sincronização da série Vaza-Barris com a série Bambuí, convém lembrar que essa última série, pelos seus escassos fósseis e por considerações de ordem geral, deve ser, no máximo, colocada no gotlandiano, sendo, portanto, necessário admitir que a flora neopaleozóica oferece na América do Sul um caráter precoce.

Na mesma ordem de idéias, convém não esquecer o fóssil vegetal encontrado pelo professor Hartt, no vale do rio Pardo, *Astherophyllites scutigera*, comparável a formas do devoniano americano, em camadas que parecem dever ser referidas à série das Lavras.

Os estratos da série Vaza-Barris formam estruturas mais ou menos complexas, no núcleo das quais, por vezes, aparecem as rochas feldspáticas arqueanas, quicá, granitos posteriores laminados. Assim em Anápolis. Os contactos são sempre obscuros, parecendo marcados por falhas. As inclinações atingem 40° e mais. As direções variam de NW-SE a EW. Para o norte, aproximam-se do meridiano, de modo que, nas suas linhas gerais, as estruturas parecem se encurvar ao sul, para prosseguirem de encontro à costa.

É difícil em uma formação metamorfoseada e perturbada com a série Vaza-Barris, com escassos fósseis, dizer algo sobre as condições de sua deposição. Os calcáreos e os arenitos lembram uma formação marinha, ao passo que os vegetais encontrados exigem que se admitam fases terrigenas ou, pelo menos, estuarinas.

A série Vaza-Barris é de larga distribuição horizontal, em Sergipe; estende-se por larga fração da parte ocidental do Estado e aflora em duas áreas, mercê da desnudação local.

Uma das áreas isoladas está situada em Itaporanga. Abaixo da cidade, a série Vaza-Barris é capeada pelo calcáreo, já citado. Além da estação, os afloramentos continuam pelo vale do rio Vaza-Barris acima, cobertos, a certa distância, em ambas as margens, pelo terciário. Na ladeira da estação, a rocha exposta é um arenito amarelo, de textura fina, idêntico ao que observamos na estrada de Riachuelo à serra de Itabaiana. Acima, a pequena distância, há algumas pedreiras, que têm sido lavradas para o fornecimento de pedras de calcamento (paralelepípedos) para Aracaju: um arenito muito compacto, de cor chocolate, muito duro, com algum cimento calcáreo. A sua inclinação não é grande, para leste. Mais afastada da estação, encontra-se outra pedreira, com um arenito também compacto e muito duro, de cor esverdeada. O arenito exposto na ladeira parece idêntico, apenas mais alterado. Subindo o Vaza-Barris, pouco adiante de Itaporanga, afloram calcáreos, azulados e róseos, muito duros e iguais no seu aspecto geral aos do sopé da serra de Itabaiana.

A estrada de Salgado a Estância atravessa tabuleiros, até bastante próximo da cidade. No leito dos rios Piauí e Piauiinga, aflora um arenito duro, amarelo ou avermelhado, com falsa estratificação, idêntica ao que observamos na secção da série de Itabaiana. Está exposta, no pórtio da cidade e na cachoeira da estrada que vai a Santa Luzia. Dos dois lados do rio, é recoberto por tabuleiros. Abaixo do pórtio, o arenito é róseo e está inclinado para leste, mergulhando sob o cretáceo, que aflora rio abaixo.

De Salgado em direção a Anápolis, encontra-se a série dos Tabuleiros até próximo à cidade de Lagarto, pósto que em alguns pontos, surjam arenitos da série Vaza-Barris, com os caracteres já descritos, como, por exemplo, no rio Machado. O rio Piauí, próximo a Lagarto, corre sobre a série Vaza-Barris; a série dos Tabuleiros foi evidentemente erodida, desnudando a formação subjacente. Em Lagarto, observamos boas exposições de um arenito com *ripple marks*. Entre Lagarto e Anápolis, as rochas expostas pertencem todas à série Vaza-Barris. São: arenitos, filitos verde-escuros, quartzosos e micáceos; calcáreos de diversas cores. Estão muito perturbadas, sendo às vezes verticais. Constituem montanhas, como por exemplo, a Serra Preta, onde aflora o calcáreo.

Próximo a Anápolis, os estratos são verticais. Notam-se, a leste da cidade, filitos quartzosos com muito sílex, sucedidos, mais a leste, por camadas de calcáreo preto, em concordância. Nas ruas, há exposições dos filitos, porém, próximo, aparecem afloramentos de gnaiss esverdeado. Este gnaiss prolonga-se por cerca de 3 quilômetros, a oeste da cidade, até uma elevação formada de calcáreo preto, em leitos. A área do afloramento do gnaiss não é muito grande. Os seus contactos com a série Vaza-Barris parecem corresponder a falhas.

A série Vaza-Barris, nos arredores de Anápolis, é cortada por veeiros de quartzo. A cerca de 10 quilômetros, próximo ao povoado de Olhos d'Água, em um dêles, correm mósas de galena e de calcopirita, esta alterada em malaquita.

Em tórno da limitada área arqueana de Anápolis, a série Vaza-Barris continua para oeste, até a divisa da Bahia e além. E, para norte, até para lá da serra Negra. Para o sul, estende-se até adiante de Campos, onde penetra na Bahia. A sudeste, a série Vaza-Barris confina com o arqueano, ao longo de uma

linha que vai do sul de Campos até a serra Redonda. Delimita-se, assim, uma grande área de afloramento da série Vaza-Barris, compreendendo boa parte do Estado, incluindo pequenas áreas de exposição do gnaíссе, nas mesmas condições que a de Anápolis.

* * *

A SÉRIE DE ITABAIANA

Separamos as camadas de arenitos metamórficos, com leitos de filitos e de conglomerados, da serra de Itabaiana e congêneres, da série Vaza-Barris. Todavia, não é certa a discordância no contacto. A diferença pode importar apenas, na variação do fácies, verificada antes da época de deposição da série Vaza-Barris, propriamente, nas secções conhecidas.

O professor Branner, na sua secção da serra de Itabaiana, representa como encoberto o contacto supra-citado. O Dr. Sopper aceita a discordância entre os quartzitos inferiores e os calcáreos e filitos superiores. Não encontramos *in loco* evidências dessa discordância, não denotada pelo desenho da secção do Dr. Sopper, em que até, no contacto, as camadas superiores são representadas mais inclinadas, fato mais sensível na secção da serra Capanga, um pouco ao norte.

As rochas da série Itabaiana formam as serras da região, não só a de Itabaiana, como muitas outras, como Miaba, Redonda e outras. Em tôdas, o Dr. Sopper admite a discordância sobre a qual aplicamos as considerações exaradas.

As rochas dominantes na série Itabaiana são arenitos, mais ou menos metamórficos, formados de fragmentos detríticos de quartzo de tamanhos diversos, quase sempre recristalizados. O cimento, quando existe, é silicioso. É patente a falsa estratificação e, por vêzes se observaram *ripple marks*. Como mineral de metamorfismo, podemos registrar a mica. O caráter destas rochas, em muitos casos, é francamente quartzítico.

Entre os arenitos e quartzitos intercalam-se leitos de filitos. Na base, regista-se uma grossa camada de conglomerado, com grandes seixos de quartzito, de uma formação mais antiga. Nos arenitos, encontram-se também seixos maiores, que imprimem a alguns leitos o caráter conglomerático.

As estruturas são aparentemente monoclinaes, sobre as quais se encontram estratos da série Vaza-Barris. A natureza das camadas, com os fácies da série Itabaiana, explica as feições fisiográficas.

Os arenitos da série Itabaiana e, bem assim, os conglomerados encontram paridade em termos da formação da Bahia e de Minas que têm recebido a denominação de série das Lavras. Admitimos o sincronismo parcial das camadas dessa série e da de Bambuí, derivando as diferenças litológicas de variações de fácies. O mesmo se dá entre a série Itabaiana e a de Vaza-Barris. Todavia, apesar da continuidade dos fenômenos de sedimentação, as camadas com o fácies Itabaiana são anteriores à série Vaza-Barris.

A presença da série de Lavras no nordeste da Bahia e em Sergipe liga-se à ocorrência de diamantes da bacía do Itapicuru: os arenitos se depositaram em discordância sobre a matriz da gema, a qual é um elemento detrítico, encontrado agora em restos modernos da erosão.

A idade da série Itabaiana deve ser considerada paleozóica antiga, no máximo, gotlandiana.

FORMAÇÕES ARQUEANAS

É representado em Sergipe o complexo de rochas cristalinas referido, com fortes razões, ao sistema arqueano, e que aflora em grande parte do território nacional, sempre subposto a tôdas as outras formações.

Podemos citar duas grandes áreas arqueanas: a primeira, ao longo do São Francisco, de Propriá para cima, estendendo-se para o sul até cerca de 50 quilômetros. A segunda, do rio Real até próximo de Buquim, para o norte.

Além destas áreas, registam-se outras menores, no meio da série Vaza-Barris, devidas a fenômenos tectônicos e subseqüente erosão. Assim: a de Anápolis e a de Itabaiana, esta bastante maior.

Na maior parte dos afloramentos do arqueano, a rocha dominante é o gnaíse porfiroidal, que se apresenta com a cor cinzenta ou, o que é muito comum, rósea, devido ao feldspato. Esta rocha caracteriza o andar inferior da divisão de Pissis.

No vale do rio São Francisco, acima do Pão de Açúcar, dominam os micaxistos e gnaisses leptiniticos granatíferos, com lentes de calcáreo conjunto, que oferece o fácies da parte superior do arqueano, conforme a divisão supra-citada. Próximo a Pôrto da Fôlha, o Dr. Gérson de Faria Alvim examinou o afloramento de calcáreo, no Morro da Cal, em concordância com os micaxistos. Essa rocha aflora em muitos pontos deste trecho do vale do São Francisco.

Abaixo do Pão de Açúcar, encontram-se gnaisses porfiróides, de mistura com granitos e sienitos, do andar inferior.

A faixa arqueana do São Francisco é limitada, perpendicularmente ao rio, na altura de Propriá, pela orla da série do Baixo São Francisco. Lateralmente, ela atinge cêrca de 30 quilômetros além, as rochas arqueanas são encobertas pelas formações cretáceas, pelos tabuleiros, ou substituídas pela série Vaza-Barris.

Como sempre, as rochas de complexo arqueano acham-se muito perturbadas, formando estruturas que dificilmente hoje é possível interpretar, dado o profundo desgaste operado em sucessivas fases erosivas.

No São Francisco, abaixo de Pão de Açúcar, a direção, *grosso modo*, é de noroeste-sudeste, pôsto que, localmente, varie até de 90°; acima, o andar arqueano superior parece dirigido quase norte-sul.

GEOMORFOLOGIA

Procuramos escrever as diversas unidades a discriminar nas formações que constituem o subsolo de Sergipe, estabelecer a sua cronologia e delimitar a sua distribuição horizontal.

Agora, tentaremos examinar o comportamento dessas formações sob as ações erosivas, fluviais e marinhas, para dar origem ao relêvo, à rede hidrográfica e à linha da costa. E, conseqüentemente, distinguiremos as regiões naturais de Sergipe.

A escultura do relêvo atual de Sergipe, como de grande parte do Brasil deriva, nos seus traços gerais, do levantamento post-pliocênico, quando cessou a sedimentação da série dos Tabuleiros. Entretanto, é fato importante, várias vezes se faz sentir a influência de topografias anteriores.

O traçado da rede hidrográfica data do início do período quaternário; ocorreu logo depois do grande movimento ascensional então verificado. Os movimentos epirogênicos posteriores não a alteraram nas suas linhas principais: apenas modificações na parte mais baixa, decorrentes da alteração do nível de base.

A sedimentação pliocênica foi extensiva a quase todo o Estado. Com o levantamento posterior, se ofereceu à erosão uma superfície estrutural de fraca resistência, horizontal ou muito pouco inclinada, para leste.

Nessa superfície, a erosão começou por esculpir cursos d'água, dirigidos sensivelmente segundo normais à costa de então, direção das linhas de maior declive.

No seu progresso, sentiu esta rede hidrográfica a influência da estrutura geológica. Os coletores principais, entretanto, mantiveram a sua orientação primitiva, cursos d'água primitivos ou conseqüentes. São dirigidos perpendicularmente à costa atual, sensivelmente paralela à do início do período quaternário. É o caso do Vaza-Barris, do Sergipe, do Japarutuba e de pequenos coletores diretos de menor importância.

Outros rios têm os seus eixos em ângulos bastante agudos com a linha média da costa; pela configuração de suas barras é plausível considerá-los tributários de cursos d'água normais à costa, submersos na época pleistocênica. Sem embargo, já no traçado de alguns dos coletores hidrográficos mais importantes, foi decisiva a influência da topografia antepiocênica.

É difícil fazer uma idéia da evolução topográfica anterior ao cretáceo.

Tudo leva a crer que vários ciclos de erosão se processaram antes do início desse período cretáceo.

O abaixamento cretáceo provocou a sedimentação, não só das formações marinhas descritas, como, possivelmente, de camadas terrígenas, eliminadas hoje pela erosão, de que se encontram vestígios mais a oeste, já na Bahia.

Existia uma drenagem no nordeste da Bahia e no oeste de Sergipe, dirigida para a baía de Todos os Santos, criada no início do período, que se mantém até o pliocênio.

A sedimentação terrígena cretácea foi correlata diretamente, não à sedimentação marinha da costa de Sergipe, mas à indicada pela formação de água salobra da série da Bahia, na baía de Todos os Santos.

A evolução topográfica antes do pliocênio atingia seu *terminus*. É o peneplano que pode ser considerado eocênio, extensivo a todo o Brasil. Os seus vestígios encontram-se no topo das serras antigas de Sergipe.

Um movimento ascensional, ainda antepliocênico, deu início a novo ciclo erosivo, que iria ser interrompido pelo abaixamento pliocênico.

O relevo das camadas calcáreas, no início, foi regido pelas leis especiais aos terrenos calcáreos, de escoamento subterrâneo. São as topografias cársticas, de evolução muito lenta.

Na estrutura monoclinal da série de Sergipe, a presença de camadas siliciosas mais resistentes motivou a formação de *cuestas*, degradadas depois em colinas, formadas na superfície pelas argilas de alteração. A evolução deste relevo foi lenta, mais que o simultâneo das formações antigas.

Com o abaixamento pliocênico, sobre a topografia supra descrita, depositou-se, em quase todo o Estado, a série dos Tabuleiros; com o subsequente levantamento, começaram os fenômenos cuja descrição iniciávamos.

A proporção que a rede conseqüente progredia, no interior, sendo menor a espessura das camadas da série dos Tabuleiros, verificou-se a partir do contacto, com as rochas antigas, a formação de largas depressões interiores, que encontram os vales abertos nos calcáreos cretáceos ainda bastante pronunciados. Os sedimentos superiores aí situados foram erodidos, desnudada a topografia de calcáreo. Os cursos d'água assim originados tomaram a supremacia aos subseqüentes da depressão interior, dirigidos para os outros coletores.

É o caso dos vales dos rios Japaratuba e Sergipe, nos quais a série dos Tabuleiros foi quase completamente eliminada, só restando alguns testemunhos, tais como o morro do Urubu, próximo a Aracaju, o tabuleiro de Siebra e o de Santo Amaro.

No primeiro desses rios, a corrente principal tem, na origem, direção próxima do meridiano, devido aos fatos apontados, deixando a oeste um extenso testemunho da série das Barreiras: o tabuleiro de Capela, para cuja conservação contribuiu também a disposição da superfície de contacto com a série de Sergipe.

No caso do rio Sergipe, a desnudação das camadas da série dos Tabuleiros na depressão interior não foi tão completa quanto no caso do Japaratuba. Cavou-se um rio conseqüente que, só abaixo, com o progredir da erosão, aproveitou um leito preformado da topografia da série de Sergipe. O alto curso do rio Sergipe se formou epigeneticamente, encontrando a certa altura uma calha previamente aberta. Na topografia antiga, o rio principal não era o Sergipe, mas o Cotingüiba. Este fato explica a disposição atual, em que o maior volume d'água, a direção geral e o curso interior mostram cabalmente ser o Sergipe, o rio principal, se bem que o vale do Cotingüiba seja mais largo.

Nos vales, ao sul do rio Sergipe, por exemplo, do Vaza-Barris e do Piauí, é muito menor, quase nula, a influência da topografia antepliocênica. Os rios, cavando a série dos Tabuleiros, encontraram apenas as formações antigas peneplanizadas, trabalharam independentemente da estrutura, com alguma dificuldade, dando origem a cursos ainda hoje acidentados, salvo na parte inferior, devido à interferência dos movimentos quaternários.

A área antiga, descoberta na depressão periférica ou nunca coberta pela série dos Tabuleiros, foi trabalhada ativamente depois do levantamento pliocênico. Os resultados variam com a natureza das rochas expostas. Nos granitos e gnaisses arqueanos, o trabalho erosivo foi completo, gerando um peneplano perfeitamente caracterizado.

Na série Vaza-Barris, já o aplainamento não foi tão adiantado, subsistindo formas salientes, vindas de ciclos anteriores, nas quais a influência estrutural é evidente. São vestígios de *cuestas* e principalmente formas de relêvo invertido, do tipo jurássico.

A resistência das camadas quartzíticas da série de Itabaiana não só contribuiu para a conservação das formas acima, como deu lugar a outras mais conspícuas, monoclinaes, em torno das quais foram escavados filitos e gnaisses.

Podemos dizer que, depois do pliocênio, se efetuou a peneplanização, salvo *monadocks*, onde se vêem vestígios do peneplano eocênio.

O caso do rio São Francisco, no seu baixo curso, que separa Sergipe de Alagoas, é outra derrogação ao caráter conseqüente da rede hidrográfica devido agora, não à topografia antiga de formações cretáceas, mas à estrutura do arqueano. Traçado o curso desde abaixo das cachoeiras, sobre as camadas da série dos Tabuleiros, a progressão, atingido o nível do complexo arqueano, foi decididamente influenciada pela presença do andar superior, composto de mica-xistos de mais fácil alteração que os gnaisses porfiróides e os granitos. Por isso, foi o leito delineado pelo afloramento desse horizonte, na direção do qual cavou as camadas da cobertura, capturando cursos d'água conseqüentes. Ao mesmo fato é devido à cachoeira de Paulo Afonso que, aliás, se deslocou ao longo da linha de contacto dos dois andares arqueanos, dando lugar à formação de um pontal elevado de gnaiss porfiróide.

Salvo nos vales obseqüentes que apontamos, a erosão poupou lateralmente, abaixo da depressão periférica, largos tratos das camadas pliocénicas. São plataformas que recebem a denominação expressiva de tabuleiros. Alguns coletores conseqüentes correm exclusivamente sobre eles, através de um relêvo senil.

Ao norte do rio Japarutuba, estende-se o tabuleiro até próximo ao São Francisco. São numerosos aí os rios nas condições que citamos ultimamente. Para o sul de Cotingüiba, o tabuleiro é também contínuo, apenas aberto, de maneira incompleta, para deixar passar os rios mais importantes.

A denominação tabuleiro, como é natural, é extensiva aos testemunhos poupados nos vales obseqüentes.

O abaixamento pleistocênico teve uma amplitude relativamente pequena. Os novos perfis de equilíbrio dos cursos d'água só diferem sensivelmente na parte baixa. A conseqüência foi a formação de *planícies aluviais de nível de base*, que se anexaram às suas similares de origem marinha.

Na parte alta das bacias, formaram-se depósitos, de extensão reduzida, devidos a discrepâncias locais dos dois perfis de equilíbrio. Foram na sua maior parte erodidos e, quando subsistentes, não têm influência topográfica. São as pequenas bacias, com ossadas de mamíferos fósseis.

A rede hidrográfica é a mesma delineada logo depois do pliocênio. No movimento ascensional post-pleistocênico, por vezes, a escavação progrediu, aprofundando as calhas. É o que se verifica nas áreas de rochas antigas peneplanizadas.

Na costa do Estado, são claramente visíveis os indícios do levantamento post-pliocênico, do abaixamento pleistocênico e da consecutiva emersão que, talvez, ainda hoje se processe.

A evidência do primeiro desses fenômenos reside nas escarpas costeiras dos tabuleiros, formadas pela abrasão de vagas, a cavaleiro de plataforma litorânea.

O abaixamento pleistocênico fez submergir a plataforma; assim indicam as disposições dos estuários, lembrando o tipo clássico de costa denominado *estuário*. Sobre esta configuração inicial, formaram-se os depósitos, que deram origem à planície pantanosa litorânea.

O levantamento consecutivo produziu terraços aluviais marinhos, de altura reduzida, logo em seguida cortados por uma drenagem cujo aspecto irregular e divagante assegura a sua juventude.

São as terras que se estendem por uma faixa ao longo da costa, penetrando no baixo curso dos rios importantes, particularmente notáveis nos arredores de Aracaju, na Barra do São Francisco e nos arredores de Estância.

Com o correr do tempo, já se vai pronunciando a evolução da costa, pela formação de depósitos avançados, segundo o clássico das costas de *lidos*, cujos indícios são as areias das barras. É o que se verifica na barra do rio Sergipe, na do São Francisco e em Estância.

O fenômeno da formação da costa de estuários influenciou o curso dos rios até altura relativamente considerável, mercê da fraca declividade dos perfis anteriores. Formam-se largas dilatações, favorecidas pelo relêvo das margens, que recebem a denominação de *baías*. De outro lado, com a emersão post-pleistocênica, sobrelevaram-se planuras de nível de base, os *apicuns*.

O relêvo de Sergipe compreende três gêneros de unidades positivas:

- 1.º) As arquiteturas tabulares da série das Barreiras, os tabuleiros.
- 2.º) As elevações da topografia da série de Sergipe.
- 3.º) As serras e os morros, *monadocks*, esculpidos nas formações antigas, possivelmente criados depois da peneplanização eocena.

As regiões naturais que se compreendem no território de Sergipe decorrem imediatamente dos fenômenos que vimos apontando.

Em primeiro lugar, separa-se a região de sedimentação costeira post-pleistocênica, baixa e pantanosa, coberta de uma vegetação especial, peculiar às terras salgadas, em que dominam os *mangues*. São planícies de vaza ou de areia, no segundo caso, com dunas; compreendem planícies costeiras, propriamente, e planícies de nível de base, nos baixos cursos dos rios.

Depois, temos a região dos tabuleiros, planaltos de altitude média, plataformas estruturais, separadas por vales conseqüentes, drenados por uma rede senil. É uma região argilo-arenosa, onde se regista a vegetação dos campos.

As áreas de exposição das camadas da série de Sergipe, alteradas em argila, constituem uma região natural de grande importância econômica, a *Cotingüiba*. Já descrevemos a sua topografia, colinas formadas pela argila residual de alteração dos calcários. Este material devido à sua capacidade de retenção da água, à presença de cal e, possivelmente, do fósforo dos detritos orgânicos dos calcários, aumentado no processo de alteração, constitui um solo de primeira ordem. Nêle era natural uma mata exuberante. E o homem a aproveita de uma maneira intensiva, para culturas diversas, entre as quais se destaca a do açúcar. Este aspecto fisiográfico desenvolve-se, principalmente, nos vales dos rios Sergipe e Japaratuba, nos quais se registam apenas testemunhos da série das Barreiras, no meio das ondulações de uma região relativamente bem povoada e cultivada, que contrasta com os tabuleiros que a limitam.

As áreas em que são expostas as formações pre-cretáceas desnudadas constituem o sertão do Estado. Compõem-se essencialmente do peneplano arqueano ou da série Vaza-Barris, ligeiramente sobrelevado como indicam as calhas dos rios; o relêvo evoluiu até o seu *terminus* depois do levantamento pleistocênico, mas, depois do pleistocênico, a mudança de clima, que se tornou mais árido, entrou na evolução, limitada ao aprofundamento das calhas. É a zona das caatingas, bem conhecida, coberta de uma vegetação baixa, em que dominam cactáceas e o arbusto que lhe empresta o nome. Apenas certos trechos de afloramento de calcários, mercê do clima e da variação do regime hidráulico, diferem com uma vegetação mais luxuriante, verdadeira mata comparável à da costa.

Finalmente, temos as serras já descritas, que se erguem no meio das caatingas, reservas de água, tendo no alto pequenas extensões de campos.

RECURSOS MINERAIS

Minérios metálicos

Ouro — É antiga a tradição da presença de ouro em Sergipe, principalmente na serra de Itabaiana, onde notamos veeiros de quartzo piritoso, muito irregulares, possivelmente auríferos. Pôsto que tais formações sejam de dimensões reduzidas, não é impossível que, de sua erosão, tenham resultado cascalhos auríferos, assinalados pelos antigos.

Ferro — Como, em geral, na série dos Tabuleiros, existem concreções de limonito; são mediocres minérios e a sua quantidade é pequena.

Manganes — Fomos informados da ocorrência de minério deste metal na série Vaza-Barris. Não nos foi possível verificá-la.

Chumbo e cobre — Em veios de quartzo, encaixados na série Vaza-Barris, sempre muito irregulares, ocorrem a galena e a calcopirita. Examinamos uma ocorrência dessa natureza na estrada de Anápolis a Laranjeiras, pouco distante da primeira dessas cidades. São meramente pequenas massas irregulares de quartzo, no meio do calcário da série Vaza-Barris. Não nos parece oferecerem importância econômica. Todavia, há informações da existência, próximo à divisa com a Bahia, de pedras verdes, em abundância, possivelmente malaquita, resultante da alteração da calcopirita de veios da mesma natureza, porém, de outra importância.

Prata — Há, nas crônicas, referências frequentes à ocorrência de prata no território de Sergipe. É possível que a galena supra referida tenha sido tomada pelos antigos como prata nativa.

COMBUSTÍVEIS

Linhito — Nos arredores da cidade de Vila Nova, ocorre um combustível sólido, de cor amarela. A ocorrência foi estudada pelos Drs. Gérson de Faria Alvim e Eugênio Bourdot Dutra, que compararam o material ao que se encontra em Marau.

O combustível em aprêço resulta de uma alteração mais adiantada dos detritos vegetais que o comum das turfas. Julgamos que pode ser classificado como um linhito branco, ou melhor, um *channel coal*. Para o material de Marau, o Dr. Derby criou a denominação marauíta.

A ocorrência consiste em uma camada pouco profunda, a 70 centímetros da superfície, que se estende em planícies da área de inundação do rio São Francisco, nos vales do rio Betume e dos córregos Serra Grande e Buraco. O subsolo é formado de argilas mal consolidadas, que não oferecem o aspecto característico da série dos Tabuleiros, devendo ser consideradas quaternárias.

O processo de alteração dos restos vegetais para produzir a marauíta, que se passou no pliocênio, repete-se no quaternário ou mesmo atualmente, processo muito peculiar à região da costa média do Brasil, que indica particularidades climáticas pronunciadas, desde o pliocênio até agora.

A análise por destilação de uma amostra de marauíta, proveniente dos arredores de Vila Nova, é:

Água	9,83 %
Petróleo	21,80 %
Resíduo	50,00 %
Não condensáveis e perdas	18,87 %
	100,00 %

O Dr. Bourdot Dutra estima a área horizontal da camada em 29 527 hectares e a reserva em 325 581 m³.

Petróleo — São conhecidos, em Sergipe, indícios superficiais: emersão observada em várias épocas, nas areias de Aracaju e seus arredores. Naturalmente, é necessário usar da maior reserva em relação a este gênero de fatos. Mesmo na nossa reduzida prática, já se nos têm deparado casos onde a sofisticação é evidente. Entretanto, em Aracaju, vimos, em 1922, na costa, próximo à barra, areias impregnadas de óleo e são inúmeros os testemunhos de pessoas idôneas e insuspeitas que referem o aparecimento de petróleo bruto, em particular, em escavações feitas na cidade.

O petróleo tem sido encontrado infiltrando as areias. Não foi possível precisar o processo de emersão.

As amostras obtidas na costa foram ensaiadas, por destilação, pelo Dr. Stanislaui Bousquet:

		1. ^a amostra	2. ^a amostra
Fração destilando de	25° a 100°	2,74	1,307
"	" " 100° " 150°	6,68	3,179
"	" " 150° " 200°	44,05	5,499
"	" " 200° " 250°	22,30	30,044
"	" " 250° " 300°	17,80	40,520
"	" " acima " 300°	3,42	—
Perdas		3,01	19,455
		100,00	

A primeira idéia é relacionar os indícios de petróleo à série de Sergipe. Esta formação, se bem que sedimentária e de idade cretácea, condições até certo ponto adequadas à geração do petróleo, oferece, na maioria das camadas que afloram, um fácies completamente marinho, contra-indicação para a geração do petróleo. Convém, entretanto, notar que em alguns horizontes se encontra madeira linhificada, evidência da modificação do fácies para estuarino. Ela compreende rochas permeáveis, capazes de permitir a circulação do óleo e seu armazenamento: os arenitos.

A estrutura monoclinal não impossibilita a existência de depósitos de petróleo. As acumulações de óleo nesse gênero de estrutura podem existir nas seguintes condições:

- 1 — ravinas;
- 2 — esporões;
- 3 — terraços;
- 4 — areias lenticulares;
- 5 — camadas permeáveis, seladas por betume nos afloramentos;
- 6 — em crevassas das rochas;
- 7 — nos planos de discordância com outras séries.

O metamorfismo sofrido pela série de Sergipe é muito moderado e até uma circunstância favorável para a formação eventual do petróleo.

A nosso conhecimento, faltam nos afloramentos da série de Sergipe, indícios superficiais, salvo um odor nos calcários quando fraturados, indício muito pouco valioso. Recebemos informações da existência de indícios a nordeste de Maroim. Não os verificamos.

A presença dos indícios nos arredores de Aracaju ligar-se-ia à presença de disposições estruturais nos estratos da série de Sergipe, existentes em profundidades, nos quais estaria armazenado o petróleo, gerado nas proximidades. Seria possível explicar a ausência de indícios superficiais nos afloramentos da Cotigüiba, por se colocarem os horizontes produtores abaixo ou acima das camadas aí representadas.

Quando marcamos a sondagem em Aracaju, pensávamos na presença de camadas mais modernas que as da série de Sergipe conhecidas em afloramentos.

A sondagem executada na parte ocidental da cidade, perto da margem do rio, confirmou a nossa previsão: logo abaixo do quaternário, foi encontrada uma série de arenitos de cimento calcáreo e areias, folhelhos e argilas, conjunto que como já ponderamos, difere das camadas conhecidas nos afloramentos da série de Sergipe.

Essa formação satisfaz às seguintes condições para a existência do petróleo:

- a — fácies nitidamente estuarino;
- b — rochas permeáveis, capeadas por camadas impermeáveis.

A par dessas condições fracamente favoráveis para a geração e armazenamento do petróleo, patentearam-se no furo indícios profundos de valor, a saber:

- 1 — gotas de petróleo n'água do lençol profundo;
- 2 — desprendimento de gaz natural, se bem que escasso;
- 3 — lençol d'água salgada.

A estrutura não nos é conhecida; entretanto, a pressão do lençol d'água, denunciada pelo artesianismo verificado no furo, indica a presença de dobras ou domos, que podem ser estruturas favoráveis ao armazenamento do petróleo.

Concluimos que, nas formações existentes no subsolo dos arredores de Aracaju, é possível a existência de depósitos de petróleo. As infiltrações superficiais e as indicações profundas encontradas nas sondagens, aumentam essas possibilidades.

Para a verificação, o meio hábil é a sondagem. Estamos certos de que, à vista dos fatos que expusemos, qualquer perito em óleo julgará justificada a perfuração.

A falta de conhecimento sobre a estrutura das formações no subsolo de Aracaju impossibilita a locação judiciosa dos primeiros furos. Julgamos preferível locá-los nas proximidades das infiltrações de óleo mais pronunciadas, como na fazenda do Sr. Benevides, na costa, próximo à barra, onde, com frequência, aparecem areias impregnadas de óleo pesado. Poderá também o primeiro furo ser localizado dentro do perímetro urbano. Com as indicações desse furo, serão marcados outros, cujos perfis, estudados rigorosamente, darão informações sobre a estrutura, capazes de permitir a localização de possíveis furos produtivos.

* * *

MINÉRIOS NÃO METÁLICOS

Calcários — São abundantes os afloramentos de rochas calcárias em Sergipe. Dominam nas formações cretáceas, principalmente na série de Sergipe. São frequentes na série Vaza-Barris, existindo também no arqueano. Quase todos os calcários são adequados ao fabrico da cal e muitos também ao do cimento.

As composições de alguns calcários de Sergipe são:

PROCEDÊNCIA	Al ₂ O ₃ e Fe ₂ O ₃	CaO %	MgO %	Si O ₂ %	CO ₂ e H ₂ O	Formação	Observações
Pôrto da Fôlha...	2,30	48,82	2,01	6,00	40,90	Série de Minas	
Anápolis.....	1,78	51,77	0,46	2,50	43,58	Série Vaza-Barris	
Itaporanga.....	1,94	44,03	0,93	12,18	44,55	Série Vaza-Barris	
Aroeira.....	3,44	44,50	1,98	6,90	42,95	Série Sergipe	Silicoso
Tanque do Moura	1,48	51,49	0,36	3,26	43,40	Série Sergipe	
Sauara.....	1,98	47,62	2,92	5,78	41,35	Série Sergipe	Lamelar
Guimardia.....	2,38	46,08	1,72	5,48	43,97	Série Sergipe	
Imbira.....	3,98	43,64	3,45	6,60	42,10	Série Sergipe	Oolítico
Cedro.....	2,50	46,00	1,22	6,50	43,45	Série Sergipe	Silicoso
Lastro.....	4,76	43,47	1,20	10,90	39,27	Série Sergipe	Oolítico

Ocres — Estes pigmentos ocorrem na série dos Tabuleiros, resultantes da hidratação de óxidos de ferro e manganês.

Pedras de construção — Tôdas as formações do Estado, salvo o quaternário e a série dos Tabuleiros, produzem excelentes pedras de construção: calcários, arenitos, gnaisses, granitos, etc.

Argilas — Nas formações quaternárias encontram-se depósitos de argilas plásticas. Derivam da alteração das mais antigas e de ulterior sedimentação

dos produtos. Têm sido aproveitadas até agora apenas pela cerâmica grosseira; algumas, possivelmente, são adequadas a uma indústria mais adiantada, quiçá, ao fabrico de material refratário.

* * *

ÁGUAS TERMAIS

São conhecidas águas termais em diversas localidades do Estado, algumas sulfuretadas. Emergem das camadas cretáceas ou pliocênicas, parecendo que atravessam as últimas, mercê apenas da sua permeabilidade e que os fenômenos que as produziram se verificaram por ocasião do diastrofismo neo-cretáceo. Citaremos as fontes de Itaporanga, Rita Cacete, Salgado e Caldas, perto de Rosário.

* * *

BIBLIOGRAFIA

- Branner, J. C.: *Cretaceous and Tertiary geology of the Sergipe-Alagoas, Basin of Brazil*.
- Branner, J. C.: *The age and correlation of the Mesozoic rocks of the Sergipe-Alagoas, Basin of Brazil*.
- Branner, J. C.: *Geology of the northeast coast of Brazil*; Bul. Geol. Soc. Amer. — 1901 — Vol. VIII.
- Branner, J. C.: *The occurrence of fossil remains of mammals in the interior of the States of Pernambuco and Alagoas, Brazil*. American Journal Science.
- Branner, J. C.: *The geography of northeastern Bahia*. Geographical N. Journal — Vol. XXXVIII, August. 1911 — London.
- Branner, J. C.: *The Estancia beds of Bahia, Sergipe and Alagoas, Brazil*. American Journal of Science, 4 th. series — Vol. XXXV — June — 1913.
- Branner, J. C.: *Stone refs* — Bulletin Museum of Comparative Zoology — 1901-07.
- Branner, J. C.: *Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil* — Washington — 1920.
- Branner, J. C.: *Geologia elementar*, 2.^a edição — Rio de Janeiro — 1915.
- Branner, J. C.: *Geology of the northeast coast of Brazil*. Bul. of the Geological Society of America — Vol. 13 — Rochester — 1902.
- Cope, E. D.: *A contribution to the vertebrate paleontology of Brazil* — Procd. American Philosoph. Society — 1886.
- Derby, O. A.: *Contribuição para o estudo do Vale do Rio São Francisco*; Arqu. do Ms. Nac. — Vol. IV — Rio de Janeiro — 1879.
- White, C. A.: *Observações sobre a táboa de fósseis cretáceos do Brasil*; Arquivos do Museu Nacional — Vol. VII.
- Gérson F. Alvim e Eugênio Bourdot Dutra: *Turfa de Vila Nova* — Boletim n.º 7 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.
- Gonzaga de Campos, L. F.: *Notas sobre algumas localidades da costa Norte e Nordeste do Brasil onde se encontram fósseis terciários e cretáceos*; Anexo à Monografia — Serv. Geol. e Min. do Brasil — Vol. IV.
- Hartt: *Geology and Physical Geography of Brazil*.
- Haug, Émile: *Traité de Geologie*.
- Hyatt, Alpheus: *Report on Cretaceous fossils from Maroim, Province of Sergipe Brazil*; em *Geology and physical geography of Brazil*, de Hartt.
- Hyatt, Alpheus: *The Jurassic and cretaceous Ammonites collected in South America by professor James Orton, with an apapendix upon Cretaceous Ammonites of Prof. Hart's collection* — Proc. Boston Soc. Nat. Hist. — XVII — Boston — 1875.

Pseudoceratides of the cretaceous; Monograph XLIV-U.S. — Geological Survey.

Kosmatt, F.: *Beitrage zur Paleontologie und Geologie Ostereich — Unjarue und des oriens.*

Lapparent: *Traité de Geologie.*

Maury, Carlota Joaquina: *Fósseis terciários do Brasil* — Monografia n.º 4 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Im. Nac. — 1925 — Rio de Janeiro.

Maury, Carlota Joaquina: *O cretáceo de Paraíba do Norte*; Monografias do S. Geológico e Mineralógico do Brasil — Vol. VIII.

Morais Rêgo, Luís Flores — *Esbôço Geológico do Estado de Sergipe*; Publ. pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil com autorização do Dr. Graco Cardoso, Presidente do Estado, sem o nome do autor.
Possibilidades de existência de petróleo em Sergipe; Minério Combustível e Transporte n.º 15

Oliveira Freire, Felisbelo: *História de Sergipe.*

Oliveira, Eusébio Paulo — *Rochas petrolíferas do Brasil*; com notas de Gérson F. Alvim e Bourdot Dutra — Bol. n.º 1 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

Sopper, Ralph: *Geologia e suprimento d'água subterrânea em Sergipe e no norte da Bahia* — Pub. n.º 34 da Insp. de Obras contra as Secas.

Williams, Horace: *Nota sobre o rio S. Francisco*, Bol. n.º 12, do Serviço Geol. e Min. do Brasil.

White, C. A.: *Contribuições à Paleontologia do Brasil*; Arquivos do Museu Nacional — Vol. VII.

Doutrinas Geográficas na Política

Artigo inicial da primeira parte do livro *Les doctrines politiques modernes*, publicado por Brentano's Inc. — 586 Fifth Avenue — Nova York, 1947

J. GOTTMANN

Professor da Universidade Johns Hopkins

A Geografia e a Política estiveram ligadas em todos os tempos. Tôda coletividade deve ter em conta as condições ambientais em que atua. Tôda ação política está localizada algures na superfície do globo e desenvolve-se em função de considerações inerentes a esta localização no espaço. Como a Geografia poderia deixar de exercer em política uma influência profunda, visto que estuda essencialmente a organização do espaço terrestre, ao passo que a política visa a imprimir formas novas a esta organização ou a preservar as antigas?

A Geografia encontra-se no seu próprio campo nas discussões sobre traçados de fronteiras ou fortificações, no estudo dos sistemas de transporte ou da localização dos recursos. Na política, como na arte militar, não se pode escusar de consultar a geografia. A antiquíssima necessidade que experimentam os homens de Estado de trabalhar com as cartas, revela-lhes a preocupação de precisão geográfica. É sobremaneira lógico que a Geografia condiciona uma multiplicidade de pormenores no domínio político, mas cabe admitir ainda que ela também penetra na filosofia da ação política.

Se se pretendesse classificar na ordem de importância as principais inspirações dos "Grandes Designios" políticos, cumpriria, sem dúvida, colocar as idéias geográficas em segunda plana, logo em seguida às preocupações sociais. Porque é uma idéia geográfica, nascida de uma reflexão sobre a carta, a ambição de controlar uma estrada ou um estreito, de fixar uma fronteira ao curso de um rio ou ao longo de uma linha de cumiadas, ou, ainda, o projeto de unificar uma região do globo, ou de imperar sobre os mares. Acabamos de assistir ao desmoronamento de três grandes designios desse gênero; dois deles traziam uma rotulação nitidamente geográfica: o fascismo italiano pretendia ressuscitar o império circumediterrâneo realizado outrora pelos Romanos e o Japão concebera o sonho da Grande Ásia. O terceiro desses grandes designios, o mais perigoso e o mais ambicioso de todos, porque visava à dominação universal, o Designio de Hitler, não trazia distico que se pudesse classificar de geográfico, mas se apoiava num vasto plano que recebia o nome característico de *Geopolítica*; este plano não deixara de influenciar a doutrina nacional-socialista.

Usou-se e abusou-se largamente do termo *Geopolítica*. Tecera-se uma verdadeira lenda durante os primeiros anos em torno desta geopolítica alemã: atribuiu-se-lhe até o poder de expansão do Terceiro Reich, ao menos no início. Efetivamente, como todo grande Designio, e, por definição, o designio hitlerista possuía seu plano; somente, a elaboração deste plano fora organizada com mais método e sistema, e, também, com mais reclamo, do que se faz habitualmente. A Geopolítica nada mais era do que o produto, adaptado às exigências do pangermanismo, de muitos séculos de evolução na interpretação geográfica da história.

A explicação da história por fatores essencialmente geográficos serve de fundamento a doutrinas geográficas em política. Elaborada uma tal interpretação, em seguida resta projetar-lhe a aplicação no presente e no futuro. Foi um grande geógrafo, E. F. Gautier, quem escreveu: "A humanidade não vota ao seu passado histórico um mero interesse de curiosidade. Ela não se apaixona por ele, senão porque espera entrever em suas grandes linhas uma interpretação do porvir. Conhecer o que foi, é afinal de contas, a única possibilidade aproximativa que temos de imaginar o que será". Há nisso um método de trabalho antiquíssimo. Ora, a história, como é ensinada nas escolas, é, antes de tudo, um quadro da evolução da geografia política através dos séculos. A projeção

sobre o futuro não a tornou senão mais "normal". Os estadistas que se curvam cada dia sobre cartas de ontem e de hoje, por menos capazes que sejam de concatenar idéias, hão de imaginar facilmente o futuro, partindo dessas imagens.

As interpretações geográficas da história são, portanto, aplicadas cotidianamente à política. Mas certas vèzes são elevadas a sistema. E, neste caso, originam uma doutrina. Tais doutrinas existiram, sem dúvida, desde que houve sociedades organizadas na terra. Não conhecemos superficialmente os motivos que inspiraram as grandes aventuras políticas da antigüidade, para poder extrair dêles os elementos geográficos, mas já as concepções romanas de *Mare Nostrum* ou dos rios-fronteira indicam um influxo do fator geográfico sobre o pensamento político. É mister chegar-se à Renascença, sobretudo às grandes descobertas marítimas, para se ver desenharem-se idéias geográficas na política que se implantarão e se tornarão nuns, idéias-fixas e idéias-forças, noutros.

Com a expansão marítima da Europa ocidental e a conquista, partindo de suas costas, dos outros continentes, nasce o princípio da oposição do poder marítimo e do poder continental. O fato é capital na política: na idade média os motivos religiosos, étnicos e sociais tinham-no superado na política; a época moderna abre à ambição e à ação dos homens de Estado, horizontes geográficos singularmente dilatados. A política abandona amiúde o terreno espiritual para ater-se a um materialismo geográfico referto de promessas e substância. Vêem-se guerras ditas de religião levar aos tratados de Westfália que renunciavam a evangelizar o vizinho mas primam em criar uma unidade no interior das fronteiras de um mesmo estado. O princípio *Cujus regio, ejus religio* (1648) marca uma etapa importante do triunfo incontestável do materialismo geográfico sobre os motivos espirituais dos grandes movimentos medievos.

A partilha do poderio e dos recursos terrestres e marítimos torna-se uma preocupação essencial. Isto põe a política em contato com os próprios alicerces da geografia moderna, mas a Geografia no século XVII ainda não se constituía como ciência independente e curiosa de tudo. Sua influência sobre a planificação política não se faz sentir senão a pouco e pouco. Os primeiros a introduzir considerações de geografia em seus estudos políticos não serão, a rigor, geógrafos, mas não deixarão de ser grandes nomes franceses.

Por volta de 1700, fornece Vauban uma notável demonstração da utilidade de usar metódicamente os dados geográficos para governar. Na *Dîme Royale* não se encontram somente projetos audaciosos de reformas fiscais, mas também uma exposição eloqüente da aplicação à administração do país dos dados de inquéritos geográficos. Com um impôsto sobre os rendimentos, Vauban pede na referida obra uma carta minuciosa da França, atlas descritivos e analíticos, inquéritos regionais sistemáticos, tudo isso para fornecer elementos de uma planificação séria de economia nacional. Ninguém, naquela época, sentira mais intimamente do que este grande engenheiro os laços estreitos que ligam o poder econômico ao poderio militar. Mas se Vauban dá excelente método de análise, não se valeu dêle para fazer uma doutrina. Todavia, penetrando-se no terreno escorregadio da aplicação dos fatos da geografia à elaboração da história, basta passar do pormenor minucioso que preocupava Vauban às grandes generalidades e aos ciclos de longa duração, para firmar doutrinas.

O século XVIII encarregou-se de fazê-lo. Não teremos a futilidade de supor que a evolução das idéias políticas para as formas geográficas foi obra da França. Essas grandes correntes de pensamento são perfilhadas sempre por diversos países e nesse caso estava a corrente que nos ocupa. É na França, entretanto que se pode observar no século XVIII a evolução mais aparente, a que foi, talvez, exposta com maior lucidez, se não posta em prática sempre. O nome de Montesquieu domina o debate: se já introduz êle algumas interpretações geográficas em *Grandeza e Decadência dos Romanos*, professa-as com ardor no *Espírito das Leis*. Montesquieu crê ordinariamente que o clima determina a geografia política, que os climas quentes debilitam os povos, ao passo que o clima frio, pelo contrário, os enrija e fortalece. A Europa deverá, portanto, sua liberdade à gama temperada e gradual de climas. Graças a isso os povos vizinhos se equivalem em seu conjunto, enquanto a Ásia será um país de servidão, por isso que aí confinam climas opostos capazes de determinar os povos dos climas frios a conquistar e a oprimir os de climas quentes. Poderiam

multiplicar-se os exemplos. Montesquieu acreditava no determinismo geográfico em matéria política. A esse respeito, fôra mesmo antecipado por Vauban, surpreendente precursor, que entendia ser o sistema político e social mais responsável do que nenhum outro fator pelo comportamento de um povo.

Mas em plena metade do século XVIII, alguns anos após a publicação do *Espírito das Leis*, sobrevinha em Paris um acontecimento considerável, apenas notado por alguns dos nossos contemporâneos: um jovem estudante, que acabava de transpor os umbrais da Sorbona, redigia uma obra com uma dezena de páginas, que intitulara *Geografia Política*. Não se ligaria tanta importância a este trabalho, não fôsse Turgot o seu autor. É significativo que um dos homens de Estado mais brilhantes da época tenha querido consagrar-se na sua juventude a uma ciência jovem que batizava de geografia política e da qual, em sua notula, expunha o programa. De mais a mais, programa ambicioso. Turgot propunha a criação de algo que lembra muito o que se chama ciência política nos Estados Unidos, que êle organiza, entretanto, rigidamente, englobando-lhe a história, as questões econômicas e sociais, a geografia humana e econômica e até as questões de direito público, para coroar o todo com um *mise au point* de caráter essencialmente geográfico. Sua geografia política visa a dar o perfil da história num momento dado.

A fórmula é assim lançada: a geografia política, fruto de estudos históricos, destinada a emprestar seu quadro ao estudo político de uma situação dada. Turgot compusera em conclusão dos seus estudos na Sorbona um *Discurso sobre a História Universal*, cuja *Geografia Política* era uma conclusão um tanto retardatária, sem embargo de ser uma conclusão prática. Os mestres de Turgot, um pouco assombrados, ao que parece, diante da temeridade do seu projeto, dissuadiram-no de prosseguir e, desviando-o da geografia, orientaram-no para a economia política. O incidente, todavia, é evidentemente característico da época. Não há que duvidar que Turgot, quando êle próprio se tornou homem de Estado, não tenha pôsto em prática as idéias que concebera em sua juventude. E, sem dúvida, não foi o único político do seu tempo a realizar geografia política sem este título.

Ao fim do século, a Revolução Francesa afirmava altivamente a política das fronteiras naturais e da França una e indivisível neste quadro. Em seguida ela cedia o poder a Napoleão Bonaparte que ia tentar a realização de um Grande Desígnio esboçado e acertado muitas vezes sobre a carta. Mas passar da teoria à prática já era na época menos original do que tentar formulá-la no papel. Outras potências haviam já formulado o desejo demasiado prático de atingir um objetivo geográfico.

As duas grandes potências que se tinham impôsto programas políticos assentes nas cartas eram: Inglaterra e Rússia. Foi no curso do século XVIII, com efeito, que se elaboraram os princípios "permanentes" da Inglaterra, grande potência insular e imperial; conhecem-se de sobra tais princípios: o domínio dos mares, o monopólio do caminho para as índias, a dominação das rotas oceânicas pelo monopólio dos estreitos, enfim, sobre o continente europeu, o jogo do equilíbrio entre as duas principais potências continentais. A fórmula para a Rússia era já, então, mais simples do que para a Inglaterra: expansão sobre o continente e obtenção de uma saída para os mares abertos e livres de gelos. Acesso à grande circulação oceânica, de um lado, acesso a tôdas as partes do mundo pelo mar, de outro, tais eram as duas políticas. A oposição entre elas, desde o século XVIII não cessou de apaixonar o mundo. O princípio oceânico revelava-se vital para os participantes de uma civilização que se inaugurou com as grandes descobertas e se fundou sobre uma rede vasta e complexa de intercâmbios intercontinentais. Ao alvorecer do século XIX, a epopéia napoleônica mostrou dupla tentativa de expansão: primeiramente Napoleão se aventurou ao princípio oceânico, mas teve que desistir após Abuquir e Trafalgar; tornou-se então, o campeão do continente e organizou contra a Inglaterra o bloco continental, mas não pôde enfeudar a potência continental mais vasta e, na segunda tentativa, aluiu nas neves da retirada da Rússia.

Iria a política adotar planos geográficos? A época da Revolução e do Império marca a este propósito uma crise decisiva do pensamento europeu. Em parte alguma esta crise foi, sem dúvida, mais marcante do que na Alemanha, onde novas forças estavam em gestação. Cumpre reportar-nos a obras do gênero

do panfleto de Novalis, *Christenheit oder Europa*, cujo título, por si só, resume a discussão: devem as aspirações de um povo tomar formas morais ou formas espaciais? Novalis confunde Reforma com Revolução; êle sonha com um grande país cristão como na Idade Média e, com José de Maistre, vai ser um dos promotores da Santa Aliança que reagiu contra a sede de espaço de Napoleão.

Sòmente, a Revolução Francesa despertara o nacionalismo dos povos europeus, como o fêz, também, numa certa medida, a Revolução Americana. A obra de Fichte, na Alemanha, testemunha êsse fato claramente. Fichte se deixara impressionar fortemente pela influência do meio físico que o leva a falar das leis naturais dos povos (*Naturrecht*). Eis-nos longe das leis racionais dos filósofos franceses do século XVIII. Êste estado de espírito vai fazer progressos rápidos no mundo: a Santa Aliança não poderá impedir na Europa o despertar dos nacionalismos regionais; as próprias minorias nacionais irão reclamar seu lugar ao sol, seu espaço. A Itália recusar-se-á a não ser mais do que uma expressão geográfica; ela aspirará a dar uma realidade política a esta expressão. Do outro lado do Atlântico, enfim, a jovem República dos Estados Unidos cedo irá sentir a necessidade de definir sua segurança sôbre a carta, exprimindo esta consciência continental pela doutrina de Monroe e os primeiros passos do panamericanismo.

De todos os países que acabamos de enumerar, é ainda a Alemanha que irá ter maiores dificuldades em deixar de ser uma expressão geográfica, e reside aqui, talvez, uma das razões dos progressos mais rápidos da geografia na Alemanha do que alhures, no curso do século XIX. Sedento de espaço, menos feliz do que outras potências em suas tentativas de união na Europa e de expansão nos outros continentes, êste país irá elaborar, pelo menos, uma doutrina mais avançada. Inclui-se um grande sábio como Humboldt, um dos fundadores da geografia moderna, deverá frisar que nem tudo é racional na história e na política, mas é preciso que se lhes reconheçam elementos emocionais, o instinto. Unindo-se Humboldt a Fichte, fàcilmente se encontrará um complexo formado pelas mesmas idéias que inspiraram, no fim do século, Frederico Ratzel.

Ratzel é amiúde considerado fundador da Geografia Política, porque foi o primeiro contemporâneo a publicar uma obra de tomo sob êsse título. Mas é, certamente, o precursor e principal inspirador da *Geopolítica*. Em 1897, quando aparece sua *Politische Geographie*, a geografia já está francamente constituída como disciplina científica independente, enriquecida de novos meios de observação da natureza. De mais a mais, experimenta-se no mundo o sentimento de que uma época se extingue; o período do descobrimento dos mundos novos, aberto por Colombo, está encerrado. Raros espaços em branco subsistem na carta política do mundo. O período de facilidade durante o qual quem o desejasse, só teria que ir descobrir novos espaços, está superado. Um congresso reunido em Berlim acabava de partilhar a África, após laboriosas negociações. Tôda transformação ulterior suscita graves problemas; já é tempo de se curvarem os sábios sôbre a geografia dos problemas políticos.

Para Ratzel o Estado é um organismo resultante da síntese de uma porção de território com uma porção de humanidade. Para compreender a vida dêste organismo, cumpre, portanto, sistematizar inicialmente as relações entre o Estado e o Meio natural. Visando a êste fim, Ratzel põe em relêvo duas noções primordiais: a posição geográfica, *Lage*, e o espaço, *Raum*. Esta noção de espaço, de *Raum*, exposta por êle é ainda muito vaga. Não se trata unicamente de território próprio, mas também das necessidades territoriais, a tal ponto que Ratzel chega a criar a noção do *Raumsinn*, sentido do espaço, que as gentes possuem em maior ou menor grau. Dado que o espaço seja a condição de grandeza dos Estados, os grandes povos terão o sentido do espaço mas os pequenos não. Assentados êsses princípios, Ratzel passou a aplicá-los numa explicação da História: tôda expansão se faz seja pelo comércio, seja por guerras e, com mais frequência, por via marítima do que terrestre. Ratzel é um apóstolo do papel do poderio naval na política. Êle crê também nas grandes divisões naturais, tanto assim que divide a Europa em duas zonas habitadas por duas raças: a zona mediterrânea, de civilização mais antiga e a zona germânica, aberta às migrações asiáticas e invasões guerreiras. Despreza visceralmente os pequenos povos, desprovidos de *Raumsinn* e, portanto, incapazes de expansão.

Não será preciso modificar muito a filosofia de Ratzel para se chegar às idéias essenciais dos nazistas em política estrangeira. Suas idéias são simples e impressionantes em sua brutalidade. Para qualquer que queira dar-se ao trabalho de refletir, sem dúvida, há muita coisa arbitrária na sua concepção da geografia e muita fantasia ingênua em seu postulado do sentido do espaço. Admitidas as idéias de Ratzel, ocorre-nos indagar como é que povos privados de *Raumsinn* adquirem subitamente um extraordinário senso de expansão que os leva a edificarem impérios e a tornarem-se grandes povos. Isso atingido, perdem muito facilmente o senso de expansão e entram em decadência... A História seria demasiado estática, se obedecesse à lógica das idéias ratzelianas. Essas concepções quadravam, todavia, admiravelmente com a tradição do *Naturrecht* de Fichte e de outros numerosos mestres do pensamento alemão. O êxito de Ratzel foi considerável e ultrapassou largamente as fronteiras do país. Mas na época em que aparecia a geografia política de Ratzel, formava-se outra escola de geografia na França sob a direção e mercê dos ensinamentos de Paul Vidal de la Blache. Para este, na gênese de um Estado, não há somente o apêgo de um povo ao solo, animado por vagos instintos, há uma individualidade nacional. Vidal de la Blache retomará a frase de Michelet: a França é uma pessoa. De cada região procurará definir a personalidade. Mostra, em seus *Princípios de Geografia Humana* que, se as raças e caracteres determinados pelo meio físico predominaram na geografia política dos povos primitivos, “o que prevalece com os progressos das civilizações, o que se desenvolve, são os modos de agrupamentos sociais, originariamente emergentes da colaboração da natureza e dos homens, mas, cada vez mais emancipados da influência direta dos meios. O homem criou gêneros de vida para si. Com o auxílio de materiais e elementos tomados à natureza ambiente, logrou constituir, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de progressos e invenções, o que quer que seja de metódico que lhe assegura a subsistência e lhe afeiçoa um meio para seu uso”.

Uma nação será, por conseguinte, uma combinação de gêneros de vida que o próprio povo terá dosado à discrição. O Estado será, portanto, muito mais obra dos homens do que da natureza, susceptível que é de evoluir segundo as gerações. Não há expansão simples que seja verdadeiramente durável para Vidal de la Blache. No começo do seu *Quadro Geográfico da França*, escreve: “Não há porventura questão mais importante para a geografia política do que procurar saber como, quando e por que vias uma vida geral conseguiu introduzir-se através da diversidade das regiões locais. Nenhuma fase é mais decisiva nem causa mais diferenças entre os países. Há-os que não a transpõem”. Encarece toda a importância da vida de relações para um povo e compara uma civilização a um relógio: necessita para avançar que ações do exterior venham recondicionar seu movimento.

Há um profundo contraste entre as doutrinas de Ratzel e de Vidal de la Blache. Ratzel, naturalista de formação, mostra tendência a comparar os povos a espécies vegetais dotadas de maiores ou menores poderes de expansão. Vidal, que veio à geografia pela história, ressentia-se profundamente de toda a complexidade da causalidade nas ciências humanas, de toda a delicadeza e incerteza na evolução dos homens. A querela de ambos foi perpetuada pelas suas escolas. Transportou-se à educação política do Ocidente. De fato, constitui uma forma especial da muito antiga disputa do determinismo: o homem e o Estado são senhores dos seus destinos ou devem resignar-se a uma sorte imposta pela Providência, de que é o meio natural uma das vias? Apenas um povo não pode renunciar ao seu livre arbítrio e aceitar voluntariamente a predestinação, a não ser que o destino que lhe seja adjudicado lhe pareça muito brilhante. Sabe-se como, por duas vezes seguidas desde Ratzel, a Alemanha julgou-se predestinada a dominar o mundo. É que a geografia política ratzeliana move o seu espírito em um domínio em que prevalece a paixão. A escola geográfica francesa soube manter-se na trilha mais modesta, porém mais segura, que lhe indicara Vidal de la Blache. Ele não receava escrever que muitas vezes “o exame dos fatos suscita mais problemas do que os resolve”. Ao menos, ficamos com ele num domínio racional e explorável.

Eis, portanto, ao começo do século vinte, a geografia política constituída como um ramo admitido da ciência geográfica. Irá ela acumular uma documentação considerável e estudos do maior interesse durante as duas guerras

mundiais e as conferências internacionais que acompanharão ou seguirão as hostilidades. Numerosos geógrafos desempenharam na elaboração da estratégia militar ou da política estrangeira dos principais beligerantes, um papel considerável. As paixões e os problemas levantados por estes dois conflitos, não deixaram de suscitar doutrinas e estas foram mais francamente geográficas do que no curso dos séculos precedentes.

A primeira pela ordem cronológica e a mais bem equilibrada dessas doutrinas foi apresentada em dois volumes e dois artigos pelo geógrafo britânico Sir Halford Mackinder. Poucos geógrafos tiveram tantas ocasiões de levar à prática as suas idéias como Sir Halford. Mas a ação política de Mackinder, que ocupou distintas funções administrativas, não pode comparar-se em alcance histórico à doutrina de geografia política que elaborou. Logo nos primeiros anos do século, Mackinder escreveu uma obra que se conserva clássica em geografia regional, *A Inglaterra e os Mares Britânicos* (1902). Analisando a geografia do Reino Unido, mostra Mackinder tudo o que essa porção do mundo deve a seu Império de além-mar, à supremacia nos oceanos, ao poderio naval. Indo, porém, mais longe do que Ratzel, não se limita a registrar o fato e a estabelecer a teoria da grande potência marítima, senão que recorda aos ingleses que existiram outrora outros impérios fundados também no mar e no comércio que se desmoronaram. Insiste no fato de que para conservar o poder e a grandeza que permitem esta anomalia geográfica que é a Grã Bretanha é preciso um esforço constante. Em geografia política como em tudo o mais, quem pretenda representar um papel relevante, cumpre saber merecê-lo tanto para obtê-lo como para conservá-lo.

Tendo, dêsse modo, espicaçado o leão britânico para impedi-lo de adormecer, mormente quando outros estão bem vigilantes, Mackinder intenta assinalar-lhe os pontos críticos. Num primeiro artigo que intitulou "O *pivot* geográfico da história" mostra que todos os grandes movimentos dos séculos passados giraram em torno do domínio sobre a Europa oriental. Em 1919, no ralar do após-guerra, num volume intitulado *Ideais Democráticos e a Realidade. Estudo sobre Políticas de Reconstrução*, Sir Halford Mackinder retoma esse tema e desenvolve-o. Sistematiza o curso da História, simplificando o mapa do mundo; para ele não há senão uma massa de terra cercada de oceanos. Esta massa continental formada do amálgama Europa-Ásia-Africa, segundo ele, constitui a Ilha Mundial (*World-Island*) que compreende em seu circuito zonas marítimas povoadíssimas e, no interior, espaços selvagens e vazios. O coração desta massa continental, o grande espaço interior é o *Heartland* (Terra-coração). Nas cartas de Mackinder o *Heartland* coincide em toda a exatidão com a Rússia. Dêste argumento deduz Mackinder nas suas obras a fórmula seguinte, repetida muitas vezes no curso da última guerra:

"Who rules East Europa commands the Heartland,
Who rules the Heartland commands the World Island,
Who rules the World Island commands the World".¹

É como quem diz: quem dominar a Europa oriental regerá o mundo: êste princípio não deixou de influenciar os homens de Estado britânicos e outros por ocasião da conclusão de paz em 1919. Ainda hoje essa doutrina se revê bem viva nas negociações internacionais. É inequívoco que nesses problemas fatos e doutrinas se entrosam tão intimamente que seria difícil saber a qual dêsses fatores conviria atribuir as maiores responsabilidades. O que a ninguém será lícito é pretender que as idéias de Mackinder não foram bem entendidas.

Mackinder dava, por conseguinte, uma forma acadêmica à velha teoria do poderio marítimo, opondo-o ao poder continental, afastado de todo acesso direto aos oceanos. Era natural que pela mesma época do *Heartland* se elevasse uma resposta sob a forma de uma doutrina do poder continental. Esta última doutrina não falava tanto de poder; visava antes a unir do que a dividir e isso é tanto mais lógico quando se observa que o homem, animal terrestre, sente-se mais seguro

¹ Quem governar a Europa oriental dominará a Terra-coração,
Quem governar a Terra-coração dominará a Ilha Mundial,
Quem governar a Ilha Mundial dominará o mundo.

de si na terra do que no mar. A doutrina de geografia política russa foi o eurasianismo. Eurásia é um termo utilizado freqüentemente para exprimir a unidade continental que existe entre a Europa e a Ásia. Aplica-se ela também ao conjunto das zonas interiores desses dois continentes: no vocabulário científico, Eurásia aparece como invenção dos fitogeógrafos americanos do fim do século XIX, que a julgaram cômoda para descrever a área de expansão de certas plantas. Da geografia botânica à geografia política o caminho é prontamente transposto, sobretudo depois de Ratzel e, para exprimir a zona de interesse da Rússia, o termo Eurásia convinha melhor que o pan-eslavismo que não alcançava muito longe na Ásia.

A Eurásia é, portanto, o mundo russo, apresentado como um mundo à parte, geográfica e historicamente. É o mundo mais continental do planeta (nêle se encontra a Terra-coração) e, também, o mais deserdado do mundo pois ignora o comércio por mar. Os povos do mundo eurásico, escreveu um dos eurasistas, devem, portanto, para remediar esta situação, inspirar-se em novos princípios que permitam quebrar a exclusiva hegemonia do princípio oceânico"... "Os povos da Eurásia são um concôrto, um concílio de povos. Seu nacionalismo pode e deve ser um nacionalismo pan-eurasiano". O geógrafo Sawicki desenvolveu muito o tema da unidade e singularidade do mundo eurásico. Mas também pôde-se fazer valer uma unidade histórica: a Eurásia corresponde bastante exatamente ao Império mongol dos séculos XIII-XIV. Fêz-se mesmo valer uma unidade lingüística, baseando-se no fato de que todos os povos da Eurásia, da Polônia à muralha da China, estabelecem distinção entre as consoantes brandas e surdas. A mesma consoante, conforme seja branda ou surda, dá sentidos diferentes à mesma palavra. M. Roman Jacobson, que fizera esta descoberta em lingüística, observara que nenhum povo da Ásia ou da Europa faz tal distinção fora da zona eurasiática assim definida. Os eurasistas apropriaram-se desta observação.

A doutrina da Eurásia vem expor o ponto de vista da *Heartland*, como Mackinder havia exposto a doutrina do poder marítimo. Os dois opõem-se, como se opõem as escolas de Ratzel e de Vidal de la Blache. Há que ponderar apenas que o contraste entre as teses russa e inglesa toma um caráter mais concreto e mais brutal do que a divergência dos sábios alemães e franceses; é certamente menos filosófica e define melhor sobre a carta. Ainda recentemente as doutrinas do pan-eslavismo, reavivadas em Moscou, testemunham que a ciência geográfica está sempre viva na Rússia, a par de que o novo plano da Comunidade do Atlântico, esboçado por Mackinder em 1944 em *Foreign Affairs*, revigora, sob nova forma, a doutrina oceânica. Se, hoje, o conflito entre potência oceânica e potência continental está francamente na ordem do dia e se a segunda guerra mundial se deflagrou principalmente por causa da Europa oriental, eixo geográfico da história política, era presumível que um exame aprofundado do problema fizesse ressaltar, ao contrário, que a discussão Vidal-Ratzel influencia mais do que qualquer outra o resultado final.

O ensinamento de Ratzel trouxe desenvolvimentos retumbantes. Um dos primeiros ecos, ainda modesto, ressoou durante a guerra de 1914-1918 em país neutro. Foi na Suécia, país cuja contribuição à ciência geográfica tem sido mais importante do que a de muitas grandes potências, que um escritor assaz brilhante e demasiado pro-germânico inventou o termo de *Geopolitik*. Seguindo a idéia de Ratzel, Kjellen quiz aplicar à geografia política os mais simples princípios da biologia: um Estado devia viver e agir como um organismo vivo. Expôs a sua teoria num livro aparecido em 1916 em Estocolmo, *Staten som Lifform*. Aplicando as leis de sua geopolítica à situação política de 1916, Kjellen chegou à conclusão evidente de que as Potências Centrais deviam ganhar a guerra. Os acontecimentos decidiram o contrário, mas os escritos de Kjellen tiveram naturalmente um vivo êxito na Alemanha.

Após a derrota de 1918, surgiram teóricos no exército alemão a consolarem-se com explicações muito claras: a Alemanha perdêra a guerra por não ter estudado bastante a geografia política que logicamente lhe dava ganho de causa. Na próxima vez bastava fazer um plano de ação mais bem estruturado e uma escola entusiástica de geopolítica cêdo empenhou-se em trabalhar nessa grande obra.

Raras escolas de doutrinadores contemporâneos fizeram correr tanta tinta e gastaram tanto papel. Não somente os próprios geopolíticos foram autores prolíferos, que encheram dezenas de milhares de páginas, mas também, após os primeiros grandes êxitos da expansão hitlerista, os editores dos países aliados consagraram uma biblioteca inteira à Geopolítica. Serviram-na com todos os molhos. Em 1942, um geógrafo capaz não podia apresentar-se e declarar sua profissão num salão da América sem escutar a pergunta sobre se era igualmente geopolítico. Esta moda, como todas as outras, passou. Mas conservou-se nos espíritos um certo respeito administrativo por esta força misteriosa da Geopolítica. Uma tal reação é, aliás, humana: sentia-se que Hitler e sua camarilha tinham um plano, sabia-se também que para o mesmo haviam concorrido turmas de técnicos de uma espécie tida por nova. Ora, as potências aliadas não tinham plano preconcebido, porque não tinham ambições agressivas e como se preza, sobretudo, o que não se tem, os aliados manifestaram tendência em atribuir à Geopolítica um poder quase mágico. Havia, de fato, na realidade do assunto muito pouco que fosse novo.

A escola da Geopolítica procede de Ratzel e de Kjellen. Inspirara-se, também, na obra e nas idéias de Mackinder, visto como o eixo da Europa oriental e o *Heartland* convinham admiravelmente ao pangermanismo, que pretendia seguir a via tradicional do *Drang nach Osten*. Era comodo igualmente, admitir diante do estrangeiro "antepassados" neutros, como Kjellen, e até britânicos! Na realidade tratava-se simplesmente de construir um belo plano de expansão para a Alemanha, com tanto mais método e menos escrúpulos quanto fosse possível.

O chefe da escola foi o general Haushofer que aliava títulos universitários a uma séria experiência militar. As obras mais importantes de Haushofer versam sobre geografia das fronteiras e sobre problemas do Pacífico. Na sua maneira de encarar a carta mundial, poderia perceber-se já o esboço da "esfera de co-prosperidade asiática" que deveria lisonjear o governo japonês. Indiscutivelmente Haushofer foi a figura de proa administrativa da Geopolítica. Soube ele empreender a educação dos chefes do partido nazista em matéria de geografia política. Mas se foi a personagem política dominante, não é menos verdadeiro que utilizou largamente autênticos sábios e universitários que forneceram a documentação geográfica e, sem dúvida, certas idéias. Entre aqueles, cumpre situar em primeira plana o Prof. Otto Maull, da Universidade de Gratz, cuja *Politische Geographie* (1925) retoma, desenvolve e acentua Ratzel. Maull dá uma classificação confusa e complexa das diversas formas de Estados, mas seu princípio essencial, como em Ratzel, é uma questão puramente de potencial físico, de capacidade de expansão. Entrevê "leis" que presidem sempre num mesmo sentido à formação e ao crescimento dos Estados. Os Estados expandem-se "à custa de contrastes étnicos e sociais". A Geopolítica irá mais longe, após 1925, seguindo um princípio de R. Kjellen que escreveu: "Os Estados são seres conscientes e dotados de razão como os homens". Um geopolítico menos eminente declarará que "um povo não pode dispensar as embocaduras de seus rios, assim como o dono da casa não pode dispensar a chave da sua porta". A personificação das coletividades simplifica muitas coisas e pode levar muito longe. É verdade que, segundo o princípio das embocaduras, tanto a Alemanha pode reclamar a foz do Reno como a Polônia a do Vistula, isto é, Dantzig, mas essas pequenas contradições não arrancam doutrinas entusiastas.

Os geopolíticos mostraram um cinismo espantoso em proclamar seus alvos. Maull reconhece que a geografia política, ainda pouco evoluída e pouco compreensiva, tal como a deixara Ratzel "não podia bastar aos desejos da política prática, despertados pelo abalo da Grande Guerra". Hennig, um de seus colegas, será ainda mais franco: "A Geopolítica quer fornecer materiais à ação política, quer servir de guia para a vida prática. Permite-lhe passar do saber ao poder, quer ser a consciência geográfica do Estado".

Os geógrafos franceses foram, sem dúvida, os primeiros, por efeito mesmo da sua proximidade, que se aperceberam dos perigos da geopolítica. Desde 1934, Alberto Demangeon analisava e condenava a geopolítica nos *Annales de Géographie*, mostrando que se tratava simplesmente de uma "máquina de guerra" destinada a servir aos objetivos de expansão alemães. Em 1936, dizia Jacques Ancel que a "Geopolítica forneceu suas armas ao hitlerismo". A Geopolítica

não foi, ademais, apenas “geografia política” aplicada a serviço de interesses propriamente alemães; invadiu o domínio da teoria militar pura, da estratégia e da tática e resvalou, em geral, ao ponto de converter-se numa ciência de preparação à guerra. Não havia nada de novo nela, salvo uma espécie de divinização do Estado, definido embora como um organismo biológico. Triste culminação filosófica de uma doutrina fundada tão só nas noções de espaço e de força física.

Não padece dúvida que o poderio político de um Estado não é indiferente seja ao fator espaço seja à situação geográfica. Resta, porém, saber como evolue o valor desses elementos do poderio, consoante as variações que podem intervir nos demais componentes da personalidade de um Estado ou de uma Nação. É bastante, aliás, opor a noção do Estado-organismo biológico, dos geógrafos alemães, à noção da *personalidade* de uma nação, posta em relevo pelos geógrafos franceses, para ver todos os elementos espirituais e variáveis introduzidos pela concepção francesa.

O pensamento da escola francesa, tão bem formulado desde o começo do século por Vidal de la Blache, foi ainda precisado e acrescentado com um novo alcance filosófico por Paul Valéry. Muitas páginas de *Variétés* têm um autêntico acento geográfico e, desde 1919, geógrafos como Alberto Demangeon foram influenciados pelo sortilégio ora feito clássico: “Nós outras, civilizações, sabemos agora que somos mortais”... “Elam, Ninive, Babilônia, eram nomes belos e vagos, e a ruína total desses mundos tinha tão pouca significação para nós como sua própria existência. Mas França, Inglaterra, Rússia... seriam também belos nomes. Lusitânia também é um nome bonito. E vemos presentemente que o abismo da história é bastante amplo para todo o mundo”.

E Valéry curva-se com uma angústia que se compreende particularmente bem em 1946 sobre o problema da Europa, este paradoxo da teoria do espaço, fator decisivo de grandeza: “A Europa tornar-se-á o que ela é na realidade, isto é, um pequeno cabo do continente asiático?... A pequena região europeia encabeça a classificação desde séculos. A despeito da sua parca extensão e muito embora a riqueza do seu solo não seja extraordinária, ela domina o quadro. Por que milagre? Certamente o milagre deve residir na qualidade da sua população. Esta qualidade deve compensar o menor número de homens, de milhas quadradas, de toneladas de minerais que tocam à Europa. Colocai num dos pratos de uma balança o Império das Índias; no outro o Reino Unido. Vêde: o prato carregado com o peso menor, pende! Eis uma rutura de equilíbrio bem extraordinário. Mas essas conseqüências são ainda mais extraordinárias: fazem-nos elas prever uma modificação progressiva em sentido inverso”.

Algumas páginas de Paul Valéry inspiraram os trabalhos sobre o equilíbrio mutável do mundo, de numerosos autores franceses, em o número dos quais se encontram Alberto Demangeon (*O Declínio da Europa, O Império Britânico*), André Siegfried (*A Crise da Europa, A Crise Britânica no Século Vinte*), e mesmo Paul Morand que falou do advento dos “continentes maciços”. Ensinaram elas, aliás de pleno acôrdo com as idéias de Vidal de la Blache, a não encarar as evoluções na geografia política senão com prudência e em função da qualidade dos homens, da estrutura interna das nações. Um método que se afasta muito da planificação gráfica simples dos geopolíticos sobre a carta ou por diagrama, método que torna difícil formular uma doutrina categórica, mas que se aproxima da realidade política. Foi, aliás, no mesmo sentido de um menor determinismo físico e de uma maior atenção ao fato social do que outros geógrafos, que trabalharam os de França.

A discussão que se levantou em torno da Geografia Política nos Estados Unidos desde 1942, atesta a presença de duas correntes de idéias, uma das quais aprova a teoria geopolítica do espaço e a outra desaprova-a vivamente. Em tempos pareceu que a geopolítica ia fazer adeptos nos Estados Unidos. É bem conhecido o caso do professor Nicholas Spykman, da Universidade de Yale que, num brilhantíssimo volume *America's Strategy and World Politics* (Estratégia Americana e Política Mundial) e em publicações posteriores, esforçou-se por propor uma geopolítica americana. E, fazendo-o deixou-se influenciar fortemente, como, aliás, salienta o professor Edward M. Earle, de Princeton, pela sedução do cinismo hitlerista. Spykman chegava, até, a escrever que os esforços empregados para obter o poderio não visam à realização de valores morais, mas os valores morais é que são feitos para servir a obtenção do poder (“*The search for power is not made for the achievement of moral values; moral values*

are used to facilitate the attainment of power"). Tais doutrinas começam por negar-se a si mesmas, porquanto fazem *tabula rasa* de todo elemento doutrinário em favor do "realismo nu".

Mas os progressos desse estado de espírito logo despertaram a reação da grande escola de Geografia Política americana, mais próxima do pensamento de Vidal de la Blache que nenhuma outra. O chefe dessa escola, desde a grande guerra, era M. Isaiah Bowman, autor do *New World*, que descreve a Geografia Política resultante dos Tratados de 1919, e de *The Pioneer Fringe*, que encarece o valor do papel geográfico no mundo do espírito pioneiro. M. Bowman abriu fogo contra a Geopolítica num artigo em que contrapõe a Geografia autêntica à sua falsificação alemã, *Geography versus Geopolitics*. Em lugar da corrida ao espaço e da tendência ao materialismo, concita os geógrafos a admitirem a necessidade da compreensão mútua, da boa vontade internacional, da segurança coletiva.

Não nos iludamos: as discussões ardentes que vão pelo mundo acêrca das doutrinas de geografia política, estão a testemunhar que a teoria espacial pura não satisfaz. A evolução que conduziu de Fichte a Haushofer sofreu, na última guerra, uma falência estrepitosa. O fio frágil, mas precioso que conduz de Vauban a Valéry, manteve, contra o materialismo do espaço, a doutrina humanista da organização e da valorização do espaço pelo espírito. É o conflito profundo entre essas duas doutrinas que está aberto hoje; a doutrina humanista faz progressos certos: fala-se de mais a mais na França de geografia social e, assim também, os Eurasiastas que declaravam desde 1921 em Sófia: "Honramos o passado e o presente da cultura europeia ocidental, mas não lhe vemos futuro... Temos o sentimento de que, hoje, a história bate precisamente em nossa porta. Bate, para que a Rússia, por um trabalho heróico e realizações gigantescas, mostre ao mundo uma verdade humana, universal, tal como os maiores povos o fizeram no passado e o fazem na hora atual".

Não nos sentimos por demais distanciados do dilema de Novalis: Cristandade ou Europa? O materialismo triunfante do século XIX conduziu o século XX a excessos bem perigosos. A beira do abismo dir-se-ia que a civilização, fenómeno espiritual, se detém e hesita. O próprio Valéry arvora-se por um instante em biólogo e observa: "sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade de uma vida!" Mas se bem que os geógrafos, em tempos, tenham introduzido métodos biológicos na política, de mais a mais eles se alinham na fileira de um Claude Bernard, que proclamava a preeminência do terreno sobre o micróbio e a existência, ao lado do meio exterior, de um meio interior, cujo papel é capital em medicina experimental. Ora, se a política serve de medicina experimental às coletividades, deve levar em conta e com ela a geografia política, o "terreno" do paciente e seu "meio interno"! Por certo não basta semear um meio natural, de todo exterior, com o micróbio do *Raumsinn*.

Era bem o que, em outros termos, dizia M. Bowman, que, definindo a nova geografia de 1945, insistia sobre a necessidade de estudar a estrutura social, religiosa e econômica de um país para poder aquilatar seu justo valor: reside aí, dizia ele, a fonte essencial de energia do país. Os métodos da geografia afastam-se, portanto, do gênero botânico para achegar-se aos métodos da medicina. Possam as doutrinas decorrentes, por sua vez, visar não à expansão mas, sim, à sua cura.

É curioso que o homem se preocupasse mais do que nunca com o espaço e a matéria no momento preciso em que adquiria os meios de percorrer os espaços do nosso globo e de manipular e transformar todas as matérias que podia desejar com uma liberdade quase completa. O espírito deixa-se, às vezes, dominar pelo objeto que ele amolda. Mas o despertar não tarda muito. As doutrinas geográficas não devem se ater muito ao concerto, visto que distâncias e recursos não conservam senão uma significação muito relativa e facilmente transformável.

Assim o triunfo da máquina parece dever conduzir-nos de um materialismo desenfreado na política a aspirações mais abstratas. Não errariam sem dúvida, os que falassem de guerras religiosas em nossa época.



Resenha e Opiniões

Esbôço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do Estado do Paraná *

Antes de iniciarmos o estudo das relações entre as formas de superfície e a estrutura geológica apresentaremos, de maneira sucinta, a geologia do Estado do Paraná. Facilitaremos assim, a compreensão do modelado paranaense.

Síntese geológica do Paraná: Os terrenos antigos do Brasil, pertencentes à era arqueozóica, período arqueano, são representados no Paraná pelos gnaisses antigos, gnaisses-granitos e granitos. Os terrenos arqueanos paranaenses estão incluídos no escudo Austro-Brasília, o qual representa uma área relativamente estável, que se manteve emersa através dos tempos geológicos. Constituem a parte fundamental da estrutura geológica. Durante o arqueano ocorreu o diastrofismo laurenciano com intrusões de magmas ácidos. (Fig. 1).

No início do algonquiano, as faixas existentes entre os escudos estavam ocupadas por mares, onde se depositaram sedimentos provenientes das cadeias de montanhas arqueanas ou arcaicas. Existiu, assim, um mar Paranaense entre a Bóreo-Brasília, Austro-Brasília e a região Pré-Andina. Os sedimentos acumulados nesses mares antigos aí se acamaram, sob um regime do tipo geossinclinal. Os geossinclinais correspondem a zonas negativas, isto é, em constante afundamento, o que contribui para deposição de um pacote de sedimento, às vezes, com espessura superior a uma dezena de quilômetros. Durante o algonquiano se verificou o diastrofismo huroniano com intrusões de magmas ácidos: granitos pórfiros e intrusões dioríticas, que originaram o metamorfismo e dobramento dos sedimentos do geossinclinal algonquiano. Formaram-se, assim, cadeias de montanhas orientadas na direção de dobramento. Entre as rochas advindas desse metamorfismo citamos os quartzitos, fi-

litos, calcáreos e micaxistos. As formações proterozóicas no Estado do Paraná são agrupadas na série Açungui, idêntica à série de Minas.

Durante o ordoviciano tivemos novo período de diastrofismo, o tacônico (caledoniano). Caracterizou-se por um vulcanismo intenso, com intrusões de magmas ácidos, que formou os granitos pórfiros, quartzo pórfiro, etc. Na escala do tempo geológico seguiu-se uma época de desnudação, originando a extensa peneplanície pré-devoniana.

Os primeiros terrenos de idade post-algonquiana comprovada pertencem ao devoniano. Existe um hiato, isto é, a ausência de sedimentos correspondentes a vários períodos. Assim se define a região que permaneceu emersa durante certo tempo, não tendo sido coberta por sedimentos e sujeita à peneplanização.

No início do devoniano o mar continental transgrediu sobre o continente, deixando um depósito típico — o arenito das Furnas. Os sedimentos devonianos, formados de arenitos e folhelhos, são agrupados na série Paraná, Paraná-Tibaji ou Campos Gerais segundo os diferentes autores. Após a regressão do mar devoniano se seguiu durante o devoniano superior e o carbonífero inferior, uma época de desnudação com a formação da peneplanície pré-gonduânica.

Durante o carbonífero superior depositou-se, em discordância, sobre os terrenos devonianos, um pacote de sedimentos com fácies continental e marinho, constituinte da série Itararé-Tubarão. O andar inferior, série Itararé, representa um fácies continental glacial, onde se observam arenitos, tilitos, varvitos, e, também um fácies glacial marinho, caracterizado por fauna marinha que formou depósitos nerítico-argilosos e depósitos marinhos de *drift*. Este andar constitui a época glacial do *inlandsis* e do gelo de *drift*. O andar superior corresponde à época post-glacial caracterizada pela flora de glossoptéris. Compõe-se de folhelhos e arenitos alternados, e, de jazidas de carvão de pedra. Em síntese, houve uma transgressão marinha na última terça parte da glaciação; seguiu-se regressão do mar com aparecimento da flora de glossoptéris e, formação das camadas de carvão de pedra post-glacial.

* Palestra pronunciada pelo Prof. João José Bigarella, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, no Curso de Extensão Cultural organizado pela 5.ª Região Militar no dia 2 de maio de 1947 e publicada no n.º 5 — Ano II, 1.º semestre de 1947 da revista *Logos*, órgão oficial do Centro Acadêmico daquela Faculdade.



Fig. 1

No permiano inferior o clima tornou-se mais ameno. Houve deposição de camadas de xistos betuminosos, intercalados com bancos calcários, — formação Irati. Desenvolveu-se uma fauna caracterizada pelo *Mesossaurus brasiliensis*. As camadas da formação Estrada Nova, compostas de folhelhos, arenitos e calcários com veias silicosas, pertencem ao permiano superior. Temos oscilações marinhas e terra firme parcial. A flora caracteriza-se pelo *Dadoxylon* e *Araucarixylon*. Não temos depósitos correspondentes ao triássico inferior.

Durante o triássico superior se depositaram as camadas marinhas da série Rio do Rasto. Seguiu-se a regressão definitiva do mar Paranaense, passando o sinclinal paranaense ao regime francamente continental. O clima tornou-se semi-árido até árido. Depositou-se um pacote de camadas de arenitos eólicos, arenitos de Botucatu ou São Bento inferior, de fácies desértico. Tensões da crosta causaram fendas de arrastamento e rompimento da Terra de Gondwana. Seguiu-se um vulcanismo intenso dando origem aos derrames basálticos do sul do Brasil — diastrofismo paranaense. O derame de *trapp* deu-se no fim do triássico ou no início do jurássico. Foi, algumas vezes, interrompido por períodos de calma, permitindo continuação da deposição do arenito de Botucatu — arenitos intercalados no *trapp*.

No jurássico, após terminada a atividade vulcânica, continuou o depósito de arenitos eólicos de fácies desértico — arenito de Caiuá ou São Bento superior. Os arenitos eólicos e os derrames de *trapp* são agrupados com a denominação de série São Bento. Do jurássico superior em diante até nossos dias temos uma desnudação das formações geológicas.

A sequência de camadas compreendidas entre a série Itararé-Tubarão e a série São Bento constitui o sistema de Santa Catarina. Atualmente está sendo processada no Brasil a revisão da coluna geológica deste sistema.*

Os dados acima representam o estado atual dos conhecimentos. (Fig 5).

Iniciam-se no cretáceo superior os movimentos tectônicos do diastrofismo andino, os quais continuam no terciário, dando origem ao falhamento da região este do continente, e, em consequência, a formação da serra do Mar, e mergulho da costa brasileira no oceano Atlântico. Formaram-se as enseadas de ingressão marinha, entre elas as baías de Paranaguá e Guaratuba.

Durante o quaternário tivemos depósitos lacustres na baía de Curitiba, depósitos fluviais e retificação da linha de costa.

* No Estado do Paraná esta revisão está sendo realizada pela Divisão de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, dirigida pelo Dr. R. Maack.

QUADRO ESQUEMÁTICO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DAS FORMAÇÕES NA COLUNA GEOLÓGICA GERAL, ASSIM COMO DOS FENÔMENOS MAIS IMPORTANTES OCORRIDOS NA HISTÓRIA DA TERRA, RELACIONANDO-OS COM A ESTRUTURA GEOLÓGICA DO ESTADO DO PARANÁ

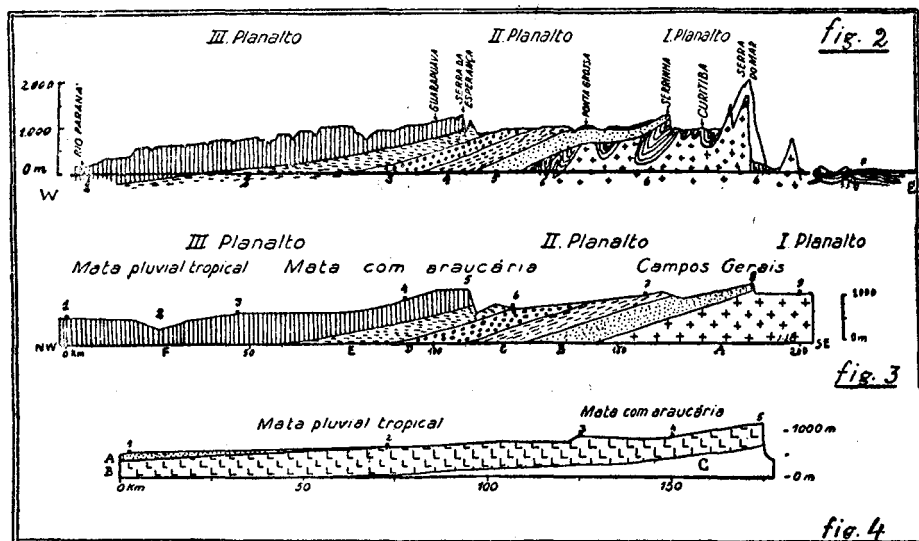
ERA	Período	Formações no Paraná	Fenômenos mais importantes na história da terra
Arqueozóica....	Arqueano	Complexo cristalino	Diastrofismo laurenciano
Proterozóica....	Algonquiano	Série Açungui	Diastrofismo huroniano
Paleozóica.....	Cambriano	—	
	Ordoviciano	—	Diastrofismo tacônico
	Siluriano	?	
	Devoniano inferior	Série Tibagi	Transgressão e regressão marinha
	Devoniano superior	—	
	Carbonífero inferior	—	DESNUDAÇÃO (peneplanície pré-gonduânica)
	Carbonífero superior	Série Itararé-Tubarão	Continente de Gonduana-Glaciação continental-Transgressão e regressão marinha
	Permiano	Série Passa Dois	
Mesozóica.....	Triássico inferior	—	Oscilações marinhas e terra firme parcial
	Triássico superior	Série Rio do Rasto	
	Jurássico inferior	Série São Bento	Regressão definitiva do mar Rompimento do Gonduana
	Jurássico superior	—	Diastrofismo paranaense
	Cretáceo	—	
Cenozóica.....	Terciário	—	Diastrofismo andino Falhamento na região E
	Quaternário	Depósito na bacia de Curitiba, depósitos litorâneos e várzeas	Reinício da ascensão epirogênica do continente

} Desnudação

Reiniciou-se no quaternário antigo a ascensão epirogênica do continente, interrompida pelo falhamento ocorrido no terciário. (Figs. 2, 3 e 4).

Formas de superfície e estrutura geológica: Quem observa as diferentes formas de relevo topográfico é levado inicialmente a crer que, para cada tipo de rocha corresponda uma forma tipo de relevo. É assim que se apresenta, ao

iniciante em geografia física, a influência da geologia sobre as formas do terreno. Essas concepções seriam simples e naturais. São encontradas entre os primeiros autores que ensaiaram uma explicação genética do relevo do solo. Posteriormente verificou-se que as mesmas rochas, quando submetidas a condições físico-químicas diferentes, poderiam diversificar as formas do relevo.



Entre elas se destacam as condições climáticas e as circunstâncias de erosão. Sendo assim, os tratados de geografia física não apresentam uma orientação sobre a influência morfológica das rochas na topografia terrestre.

Não seria de esperar termos as mesmas formas topográficas, por exemplo, para regiões graníticas ou calcáreas, quando submetidas a condições climáticas diferentes; climas úmido, árido, ou glacial; nas montanhas ou nas colinas numa região onde o ciclo de erosão está na juventude, maturidade ou senilidade.

O valor das distinções litológicas para a interpretação do relevo são reais, quando consideradas localmente.

Existe um relevo granítico ou relevo calcáreo numa região delimitada, desde que as condições climáticas e as circunstâncias de erosão sejam as mesmas em sua extensão.

Cumprе salientar ainda que a classificação geológica das rochas não pode ser, de maneira alguma, feita por geógrafos que não distinguem os terrenos segundo suas propriedades físicas ou químicas influentes sobre a erosão. Existem variedades de granitos assim como de outras rochas.

Ao geomorfologista, o conhecimento das rochas constituintes do subsolo é importante. As rochas compõem o material, no qual as formas de superfície são talhadas.

A crosta terrestre é formada de rochas cuja resistência é variável; umas são compactas e outras inconsolidadas. Constituem corpos de rocha extensos ou pequenos; alguns são uniformes e outros são variáveis.

A natureza, a situação, o caráter e a estrutura das rochas são importantes, afetando o comportamento das mesmas em face aos fatores externos de destruição.

A crosta terrestre é constituída como sabemos por 3 espécies de rochas: ígneas, sedimentares e metamórficas. As ígneas e as metamórficas constituem as rochas cristalinas.

As rochas ígneas podem ser classificadas como intrusivas ou efusivas.

As intrusivas não atingem a superfície terrestre; solidificam-se abaixo da crosta. Tornam-se visíveis após removido pela erosão o capeamento rochoso anterior à intrusão. Entre as formas de intrusivas temos os batólitos, os *stocks*, os lacólitos, os *sills*, os diques, etc.

Um exemplo típico de batólito na topografia paranaense é o batólito granítico, que constitui o maciço do Marumbi com 1 547 metros de altitude, dominando a planície litorânea e o primeiro planalto paranaense. Além do Marumbi outros batólitos ocorrem na serra do Mar.

As rochas efusivas são depositadas na superfície, formando corrente de lavas, que podem atingir centenas de metros de espessura. As diferentes correntes de lava podem ter intercalados bancos de sedimentos arenosos, correspondentes a períodos de inatividade vulcânica.

Importante é no Paraná, como também no sul do Brasil, o derrame de lavas basálticas — *trapp* do Paraná — ocorrido no fim do triássico ou início do jurássico, o qual constitui no Paraná o terceiro planalto, — a região das terras roxas por excelência.

As lavas foram depositadas sobre arenitos eólicos de fâcies desértico — arenito de Botucatu ou São Bento inferior. Intercaladas nesse derrame notam-se camadas de arenito, também eólico — arenito de Botucatu. Na serra de São Jerônimo, escarpa triássica na estrada do Cerne, notam-se 2 ou 3 camadas de arenito intercaladas no derrame basáltico. Na serra de São Pedro, no Estado de São Paulo, verificamos 7 camadas de arenitos intercaladas no *trapp*. A espessura das efusivas básicas no Estado do Paraná é de 400 a 500 metros.

As rochas ígneas variam grandemente em composição mineral e química, na textura e no modo de ocorrência. A composição, a textura, a es-

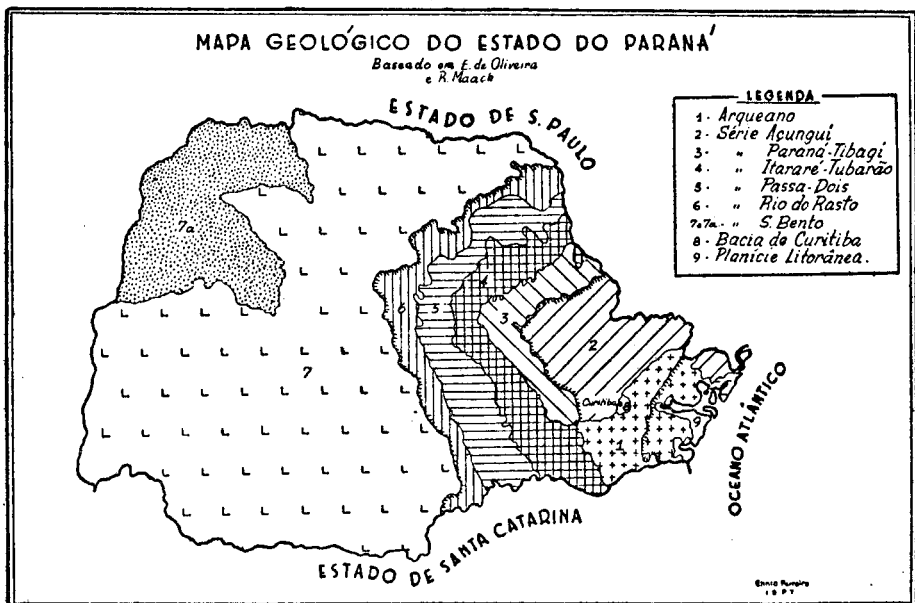


Fig. 5 — Mapa geológico esquemático do Estado do Paraná.
(Escala 1:750 000)

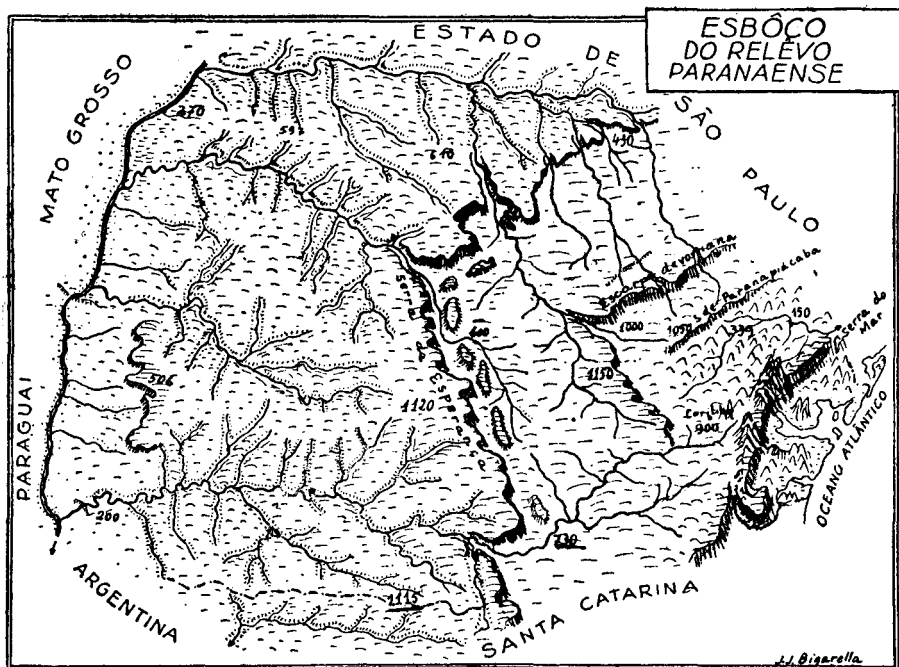


Fig. 6 — Esboço esquemático e generalizado demonstrando as linhas fundamentais do relevo do Estado do Paraná.

trutura e a forma das massas de rochas ígneas, situadas abaixo da crosta, afetam as formas de erosão da superfície sobrejacente.

As rochas sedimentares têm um grande desenvolvimento na superfície terrestre. Ocorrem em camadas. Podem ser constituídas por sedimentos mecânicos, químicos ou orgânicos.

Os sedimentos mecânicos são comumente depositados por intermédio da água ou ar. Formam arenitos, folhelhos, conglomerados e certos calcários. Os sedimentos químicos de extensão menor são depositados pela evaporação ou por outras causas de uma solução aquosa. Entre eles temos: halita, gipsita, etc. Restos animais e vegetais depositados constituem os sedimentos orgânicos: calcários, corais, carvão, etc.

As rochas ígneas ou sedimentares, pela ação da pressão, do calor ou pela infiltração de material estranho, podem sofrer modificações que lhe alterem completamente o aspecto — temos assim as rochas metamórficas. Os característicos originais foram substituídos por outros. Mostram geralmente estrutura cristalina pronunciada, sendo

algumas altamente resistentes aos agentes de erosão e intemperismo. Entre elas salientamos os quartzitos.

A classificação geológica é de interesse para o geógrafo, considerando-se a interpretação das formas topográficas. A classificação geral das rochas em eruptivas e sedimentares tem um significado geográfico nítido.

Sendo grande a influência das propriedades físicas sobre o modelado do terreno é necessário precisar e distinguir as propriedades que fazem sentir sua ação no relevo topográfico. Distinções são feitas entre as rochas coerentes ou compactas e as rochas não coerentes; entre as xistosas e as maciças; homogêneas e heterogêneas granulação grossa e granulação fina; permeáveis e impermeáveis; solúveis e insolúveis. É por seu valor relativo que estas propriedades físicas influem sobre o relevo. Assim, um arenito é permeável em relação a um granito e menos permeável em face a um calcário.

A estrutura das rochas influi de maneira notável nas formas de superfície. As rochas ígneas, por efeito de pressões ou outra perturbação, apre-

sentam as diáclases. Estas também chamadas juntas ou fendas resultam em geral de movimentos de torção, tração ou flexão a que a crosta terrestre está sujeita quando surgem ações orogênicas. Ocorrem também nas rochas sedimentares e metamórficas. São mais abundantes junto à superfície, onde a rocha tem maior oportunidade de expansão sob ação do intemperismo. Aí se inicia a decomposição, isolando massas rochosas e formando os matacões.

Os terrenos estão falhados ou existe falha, quando os mesmos escorregaram uns sobre os outros, de modo a ficarem em níveis diferentes. A superfície que separa as massas que se deslocaram é chamada de plano de falha. As falhas podem ser verticais ou inclinadas. Desempenham papel importante na topografia. A serra do Mar representa um sistema complexo de falhamento em blocos. Foi originada em linhas gerais, pelo afundamento de uma faixa continental, permitindo uma ingressão marinha do oceano Atlântico nos vales de uma região anteriormente situada a cerca de 800 metros de altitude. As serras da Farinha Sêca, Leão etc., borda oriental do planalto, representam escarpa originada por falhamento.

Os encurvamentos mais ou menos acentuados, que sofreram as camadas ou terrenos em virtude de deslocamentos orogênicos, são designados por dobras. As dobras podem ser classificadas em anticlinal, sinclinal, monoclinal. Os dobramentos são também de importância na interpretação do relevo de uma região. Em nosso Estado os terrenos das eras arqueozóica e proterozóica apresentam-se dobrados, principalmente os da série Açungui.

Regiões fisiográficas do Paraná: Abordaremos, agora, o estudo das seguintes regiões fisiográficas em que é habitualmente dividido o Estado do Paraná:

a) Serra do Mar e planície litorânea;

b) Primeiro planalto ou terraço de Curitiba;

c) Segundo planalto ou terraço de Ponta Grossa;

d) planalto ou terraço de Guapuva (Vide fig. 6).

Para cada uma destas regiões vamos focalizar os aspectos que mais interessam para a finalidade do presente trabalho.

Serra do Mar e planície litorânea: A serra do Mar constitui o limite entre o primeiro planalto e a planície litorânea. Apresenta-se ora como escarpa (serra do Leão, serra da Farinha Sêca, serra da Graciosa, etc.), ora como serra verdadeira (serra do Marumbi, serra da Prata, serra dos Órgãos, etc.). Estas últimas resultam de um sistema de intrusões de magmas graníticos de idade post-algonquiana formando batólitos. Este é cortado por intrusões básicas mais recentes, principalmente pelos gabros e diabásios. A decomposição dos diques de rochas básicas é muito mais rápida do que a das massas graníticas. Passam, assim, aqueles a constituir vales profundos na topografia regional. As mesmas intrusões básicas no segundo planalto formam linhas de crista, em virtude da desagregação mais rápida das camadas sedimentares. O antigo capeamento gnáissico dos batólitos da serra do Marumbi ou dos Órgãos foi removido pela erosão. É encontrado ainda, por exemplo, no pico do Anhangava na serra da Boa Vista. A linha de escarpa é constituída por gnaisses tendo na lapa granitos. (Fotos 1 e 3).

Além da complexidade petrológica temos, talvez, uma maior em relação à estrutura. As linhas gerais de sua morfologia são consequência de um sistema complicado de falhamento em blocos. É uma região falhada por excelência. Este falhamento, como vimos, ocorreu no terciário e tem sua causa no diastrofismo andino. A serra da Graciosa constitui exemplo típico de falhamento de blocos em degraus. A estrada para Joinville, na descida do primeiro planalto paranaense para a planície litorânea catarinense, é feita através de blocos falhados em forma de *graben*.

Na região litorânea os cones rochosos limitados por faces planas, quase que verticais (pães de açúcar), são originados pela decomposição intensa dos velos de pegmatitos, assim como de zonas de menor resistência, onde a decomposição se aprofunda rapidamente. Tal fenômeno se produz, principalmente, em região de clima tropical, onde a decomposição das massas graníticas não pode acompanhar a dos pegmatitos e fendas. O material decomposto é removido rapidamente, isolando massas que posteriormente são arredondadas por decomposição lenta e sucessiva, e tomam forma tronco-cônica. (Foto 2).

A planície litorânea é uma planície com cerca de 10 a 20 quilômetros de largura, atingindo o máximo de 50 quilômetros na baía de Paranaguá. É constituída de formações arenosas de restinga, paludais terrestres, manguezais e de terrenos de aluvião terrestre nas proximidades do complexo cristalino. Sua altitude geralmente varia entre zero e 10 metros de altitude sobre o nível do mar. É bordada a este pelo oceano e ao oeste pela serra do Mar e suas ramificações (foto 4).

Primeiro planalto: O primeiro planalto estende-se entre a escarpa devoniana e a serra do Mar. Sua estrutura compreende rochas cristalinas: gnaisses, granitos, quartzitos, filitos, calcários, intrusivas básicas, etc. Caracteriza-se como zona de eversão do complexo cristalino, mediante desnudação e erosão dos rios em planos laterais. Em consequência deste fato temos uma peneplanície recente de meias laranjas, suavemente ondulada, rebaixada do seu nível antigo (peneplanície pré-devoniana) (foto 7).

A região dobrada da série Açungui apresenta cabeços de estratos mais resistentes à erosão, os quais se mostram como linhas de serras no interior do primeiro planalto. Merecem especial referência as linhas de serras constituídas por quartzitos (rocha das mais resistentes à ação do intemperismo e à desagregação mecânica); entre elas temos a serra de Ouro Fino, Bocaina, etc., orientadas segundo as direções de dobramento.

Em contraste com estas cristas temos os outeiros, suavemente ondulados, representados por filitos e calcários menos resistentes. O trabalho de erosão na série Açungui teve e continua a ter estreita ligação com os fatores de ordem estrutural (foto 6).

O rio Ribeira e seus afluentes, em erosão regressiva, retalham essa região que constitui a parte norte do primeiro planalto, transformando-a numa região montanhosa. Notam-se claramente níveis de erosão característicos, entre os quais salientamos o da serra de Paranapiacaba, com 1 050 metros de altitude (foto 5).

As camadas de calcários desempenham papel importante na topografia. São facilmente solubilizadas, formando as partes mais baixas, em forma de bacias, dentro do conjunto das formações

geológicas. Lugares há onde se apresentam mais resistentes que os filitos; constituem aí linhas de crista.

A erosão dos filitos processa-se frequentemente sob a forma de desmoronamentos bruscos. Muitas vezes os filitos consolidados pelos granitos formam linhas de serra. A serra do Varzeão constitui um exemplo deste fato.

Os anticlinais na série Açungui possuem geralmente um núcleo granítico. A remoção do capeamento desse núcleo através da erosão, pode transformá-lo numa linha de crista.

Na rede hidrográfica temos a considerar: os rios conseqüentes cortando a estrutura geológica, os rios subseqüentes acompanhando-a, e os rios superimpostos que procuram passagem nos pontos de menor resistência (*Vide* figura 6).

Segundo planalto: A limitação entre o primeiro e segundo planalto é feita por uma linha de escarpa ou *cuesta*, conhecida por escarpa devoniana. A formação dessa escarpa, como borda de erosão de uma plataforma estrutural, em forma de meseta, é conseqüente à posição, aproximadamente horizontal, de bancos de arenitos, conhecidos como arenito das Furnas. Assenta-se em discordância, sobre uma base rochosa constituída por rochas da série Açungui peneplanizadas em época pré-devoniana. A borda do segundo planalto é designada nos mapas como linha de serra, e, assim também conhecida vulgarmente — Serrinha, serra de São Luís, serra do Purunã, serra das Almas, serra das Furnas, serra do Butiá, etc. Geomorfologicamente esta denominação é incorreta (foto 7).

O segundo planalto paranaense é limitado ao oeste pela escarpa triássica, conhecida como serra da Esperança, e a leste pela escarpa devoniana. As camadas sedimentares constituintes desse planalto se distinguem por dois aspectos: heterogeneidade de composição e facilidade de alteração dos tratos. Temos uma decomposição química intensa de todas as rochas, relacionada com os fatores climáticos, assim como uma energia hidrodinâmica para a modelação das formas superficiais.

As formas de relevo originadas pelas rochas do sistema de Santa Catarina são esbatidas, imprimindo à topografia um certo aspecto senil.

As camadas suavemente inclinadas da série Itararé-Tubarão, com bancos alternantes de argilas moles, con-

glomerados e arenitos compactos, têm grande importância para interpretação das formas de relêvo do segundo planalto. Geralmente os folhelhos do sistema de Santa Catarina apresentam um relêvo com vales largos e encostas suaves.

Os arenitos flúvio-glaciais formam outeiros e, às vezes, degraus bem marcados e íngremes. Apresentam plataformas estruturais. Em Vila Velha as camadas deste arenito constituem pequenas escarpas, em contraste com os pedestais suavemente ondulados dos folhelhos (foto 8).

A superfície do arenito das Furnas apresenta-se geralmente com a forma de chapadas, mesetas e pequenos planaltos, em contraste com a forma de outeiros das camadas glaciais. Frequentes são os *cañions* profundos.

O terreno torna-se mais acidentado à medida que nos aproximamos da escarpa triássica ao oeste. Os calcários e os leitos silicificados da série Passa Dois desempenham certo papel na topografia. Formam linhas incipientes de *cuestas* e constituem plataformas estruturais nas proximidades da serra Esperança — zona fronteira à escarpa triássica.

Os rios, seguindo a inclinação das camadas sedimentares, correm para o interior (conseqüentes). Frequentemente acompanham as linhas de estrutura dos arenitos (diáclases) ou a direção dos diques de diabásio. O rio Iguçu nasce no primeiro planalto; entra no segundo planalto por um boqueirão epigenético bastante largo. É mais antigo do que a linha de *cuesta*. Sua rede hidrográfica no curso superior concorreu e ainda concorre para o rebaixamento do primeiro planalto, através da emergência das rochas cristalinas desprovidas de camadas protetoras. Apresenta extensas várzeas no curso superior.

O rio Iapó cavou profundo *cañion*, penetrando por erosão regressiva no primeiro planalto. Captou aí diversos rios. Na região de Castro apresenta largas várzeas de inundação. Entra na escarpa devoniana por estreito e fundo boqueirão, correndo em seguida num *cañion* de paredes íngremes, com cerca de 200 metros de altura. É afluente do rio Tibaji, o qual nasce no 2.º planalto (foto 9).

O rio Pitangui penetra no segundo planalto, não por um boqueirão, mas, por um curso subterrâneo, conseqüente

ao fenômeno de *karst* originado por calcários da série Açungui, subjacentes ao arenito das Furnas. Mesma origem, por águas de infiltração, têm os poços de desmoronamento da região de Vila Velha. (Vide figura 6).

Terceiro planalto: O terceiro planalto é a região fisiográfica paranaense mais simples pelas suas formas e estrutura. Desenvolve-se ao oeste da escarpa triássica da serra da Esperança (foto 10). É formado, principalmente, por camadas de efusivas básicas — *trapp* do Paraná, suavemente inclinadas para o vale do rio Paraná. Na parte NW do Estado do Paraná ocorrem sedimentos arenosos de fácies eólico — arenito de Caluá.

O terceiro planalto paranaense apresenta-se como região levemente ondulada, com chapadas de encostas suaves. Os divisores dos grandes rios são geralmente arredondados e designados nos mapas como linhas de serras (serra dos Cinco Irmãos, serra do Lagarto, etc.). Na realidade estas serras não têm expressão orográfica alguma; constituem unicamente um simples espigão, como é o caso do divisor Ivai-Paranapanema, onde se localiza o fluxo principal da colonização do norte do Paraná. No entretanto, essa região de terras levemente onduladas é tida nos mapas como linhas de serra — serra dos Cinco Irmãos e serra do Lagarto, o que geomorfologicamente é errado. É frequente nesse planalto paranaense a forma de mesas (foto 11).

A escultura da topografia dessa região está estritamente subordinada aos níveis de eruptivas. As camadas de *trapp* deram lugar a plataformas estruturais que regulam a progressão da erosão. A gênese da escarpa (serra da Esperança) é explicada pelas relações entre os fenômenos erosivos e a estrutura da série São Bento (Vide figura 6).

Algumas altitudes do Estado do Paraná: A relação abaixo é baseada em dados de: mapa do Estado do Paraná, 1938 — escala 1:750 000; Estações da R. V. P. S. C.; Mapas da Cia. de Terras Norte do Paraná; em determinações de R. Maack e próprias.

Planície litorânea: Cidades — Antonina, 3,5 metros — Morretes, 10 metros — Paranaguá, 4 metros. Vilas — Alexandra, 10 metros — Guaraqueçaba,

10 metros — Caiobá, 2 a 3 metros — Guaratuba, 3,5 metros — Matinho, 2 a 3 metros — Saquarema, 5 metros — Porto de Cima, 15 metros.

Serra do Mar e ramificações: Pico Paraná, 1 979 metros — Guaricana, 1 970 metros — Marumbi, 1 547 metros — Cume do Olímpio, 1 547 metros — Agulha da Cotia, 1 503 metros — Alto da Graciosa, 1 471 metros — Morro Grande (serra da Prata), 1 467 metros — Morro do Leão, 1 565 metros.

Primeiro planalto: Cidades — Araucária (estação), 918 metros — Campo Largo, 956 metros — Cêro Azul, 339 metros — Curitiba, 896 a 950 metros — Imbuial, 968 metros — Piraquara, 897 metros. Vilas — João Eugênio, 865 metros — Paranaí, 152 metros — Timoneira, 892 metros — Votuverava, 892 metros. Localidades — Guajuvira, 885 metros — Pedra Preta, 812 metros — Roça Nova, 950 metros.

Segundo planalto: Cidades — Castro, 986 metros — Jacarezinho, 435 metros — Jaguariaíva, 840 metros — Joaquim Távora, 631 metros — Irati, 812 metros — Lapa, 907 metros — Malet, 835 metros — Palmeira, 864 metros — Pirai-Mirim, 1 004 metros — Ponta Grossa, 941 metros — Rebouças, 778 metros — Rio Negro, 793 metros — São João do Triunfo, 881 metros — Sengés, 797 metros — Siqueira Campos, 655 metros — Teixeira Soares, 918 metros — Tibaji, 694 metros — União da Vitória, 752 metros — Venceslau Brás, 820 metros.

Terceiro planalto: Cidades — Andirá, 479 metros — Apucarana, 870 metros — Acaí, 651 metros — Bandeirantes, 392 metros — Clevelândia, 975 metros — Cornélio Procopio, 652 metros — Guarapuava, 1 120 metros — Londrina, 610 metros — Palmas, 1 115 metros. Vilas — Araiporanga, 939 metros — Arapongas, 810 metros — Cambé, 650 metros — Jataizinho, 350 metros — Itaparã, 1 220 metros — Mandaguari, 765 metros — Maringá, 597 metros — Paranavaí, 508 metros — Sabaudia, 735 metros — Eldorado, 860 metros.

João José Bigarella

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Bigarella, J. J. — *Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná*, Arquivos de Biologia e Tecnologia, vol. I, págs. 75 e 112. Curitiba, 1946.

Bigarella, J. J. — *Ocorrência de dolomita no município de Cêro Azul, Paraná*. Min. e Met., vol. XI, n.º 66, págs. 323 a 326. Jan. e fev. 1947. Rio de Janeiro.

Camargo Mendes, J. — *Súmula da evolução geológica do Brasil*, Bol. Geog. Ano III, n.º 30, págs. 849 a 856. Set. 1945. Rio de Janeiro.

James, Preston E. — *Brazil*, Odyssey Press Nova York.

Maack, R. — *Picos do Paraná* (a propósito de uma comunicação do Sr. Reinhard Maack). Comentários na Rev. Bras. de Geog. Ano IV, n.º 1, Rio de Janeiro, 1942.

Maack, R. — *Algumas observações a respeito da existência e da extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná*. Arq. Mus. Paranaense, vol. I, págs. 107 a 129. Curitiba, 1941.

Maack, R. — *Geologia e Geografia da região de Vila Velha, Estado do Paraná e considerações sobre a glaciação carbonífera no Brasil*. Arq. Mus. Paranaense, vol. V. Curitiba, 1946.

Martonne, Emm. de — *Traité de Géographie Physique*. Paris, 1926.

Morais Rêgo, L. F. de — *Notas sobre a geomorfologia de São Paulo e sua gênese*. Inst. Astr. Geogr. de São Paulo, São Paulo, 1932.

Oliveira, A. I. e Leonardos, O. H. — *Geologia do Brasil*, 2.ª edição. Rio de Janeiro, 1943.

★

Estabelecimento do controle terrestre e altimétrico pelo C. N. G.

O professor Alírio H. de Matos, coordenador de Cartografia do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia fez em agosto último aos membros da Academia Brasileira de Ciências a seguinte comunicação sobre o estabelecimento do controle terrestre e altimétrico pelo Conselho Nacional de Geografia:

“Existem no Brasil diversas organizações que se encarregam de confeccionar mapas usando triangulações e nivelamentos com o fim de estabelecer o controle planimétrico e altimétrico necessário aos trabalhos topográficos e fotogramétricos.

Citaremos entre as principais o Serviço Geográfico do Exército que triangulou uma parte considerável do Rio Grande do Sul, o Departamento de Navegação da Marinha, que se ocupa com as costas, o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, que já triangulou parte do Estado de São Paulo, o Departamento Geográfico de Minas Gerais, que também já triangulou uma parte do Estado de Minas Gerais.

Além destas, existem outras organizações que executam trabalhos em áreas menores.

Como ressalta, a um mero relance sobre o mapa do Brasil, estes trabalhos, já de si vultosos, acham-se dispersos, isto é, sem nenhuma ligação uns com os outros, provindo daí a impossibilidade do estudo dos desvios de vertical, da isostasia e outros aspectos científicos do problema.

O Conselho Nacional de Geografia organizou um plano de estabelecimento de controle terrestre, que tem como finalidade inicial, criar uma rede extensa de pontos de controle planimétrico e altimétrico. Em segundo lugar, essa rede procurará ligar entre si as triangulações que ora se acham dispersas.

Para isso, foi iniciada em 1944 uma cadeia de triangulação de primeira ordem que, partindo de Goiânia e seguindo de perto o meridiano $49^{\circ}15'$, se estenda até o Rio Grande do Sul.

Os trabalhos foram iniciados em Goiânia, mas devido às dificuldades na obtenção do equipamento necessário à realização desses trabalhos em uma região desprovida de recursos de transportes, foram interrompidos, depois de um progresso de cerca de 150 quilômetros, e transferidos para o sul do Brasil.

Em 1945, o Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, interessado em obter um bom mapa da região carbonífera de Santa Catarina, solicitou a cooperação do C. N. G. nessa tarefa, oferecendo em troca diversas facilidades. A região carbonífera acha-se exatamente dentro da faixa da primeira cadeia projetada e, portanto, foi com verdadeira satisfação que a transferência dos serviços foi feita de Goiânia para Santa Catarina, onde melhores recursos podiam ser esperados para a realização de trabalhos dessa natureza.

Conquanto a situação tivesse melhorado um pouco a colaboração do Departamento Nacional da Produção Mineral, ainda estava muito longe de chegar ao necessário.

A obtenção do equipamento necessário, devido aos efeitos da guerra que até hoje perduram, foi sendo feita lentamente e só agora é que estamos chegando a um ponto em que se poderá dizer que possuímos um equipamento razoável e suficiente, ainda que não abundante.

A falta de um equipamento adequado tem um efeito desastroso sobre a parte econômica do trabalho, tornando-o extremamente dispendioso.

Só agora em 1947 é que estamos aptos a continuar esse trabalho em condições mais econômicas.

Como foi dito acima, uma vez transferida a sede dos trabalhos para o sul, iniciou-se uma nova cadeia partindo de Criciúma, cadeia esta que se estendeu para o sul, até às divisas do Rio Grande do Sul, e em seguida para o norte, estando atualmente o reconhecimento na divisa do Estado do Paraná com o de São Paulo. Os trabalhos da medição foram reatcados, depois de uma pausa, para melhoramento de equipamentos e agora esperamos um rendimento muito melhor.

Ao mesmo tempo foram iniciados entendimentos com o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, para o fim de promover a ligação da triangulação desse Estado com a do C. N. G., e outros entendimentos estão sendo levados avante, com o intuito de ampliar a colaboração de outras instituições.

Foi também iniciado em fins de 1945, o nivelamento de primeira ordem. Partindo de Torres, no Rio Grande do Sul, o nivelamento procede por circuitos enlaçados uns aos outros, e, no momento atual, já foram percorridos cerca de 1800 quilômetros, achando-se a secção localizada em São José dos Pinhais, no Paraná, próximo a Curitiba, onde brevemente chegará o trabalho.

Tanto a rede de triangulação como a do nivelamento se prolongarão para o norte, visando o Planalto Central.

Como objetivo inicial, os trabalhos do C. N. G. não têm um caráter científico, mas, devido às especificações dos trabalhos, eles se prestarão de futuro a uma série de investigações que muito auxiliarão o progresso dessa ciência no Brasil.

Por ocasião do eclipse do Sol, cuja ocorrência se deu em 20 de maio do corrente ano, o C. N. G. foi solicitado para executar a determinação das coordenadas geográficas precisas do acampamento de observação estabelecido pela Comissão Americana em Boicaiúva.

As observações foram feitas, usando-se os métodos de Horrebow-Talcoltt, para a latitude e a das passagens meridianas para a longitude.

Os resultados obtidos estão de acôrdo com as especificações de primeira ordem e contribuirão sem dúvida alguma para a resolução dos problemas que a referida Comissão pretendia resolver.

★

São Paulo no Brasil *

Extensão da linha divisória: — A extensão total da linha divisória do Brasil, que é de 23 648 quilômetros, está assim parcelada: 2 199 nos limites com a Venezuela, 1 564 com a Guiana Britânica, 594 com a Holandesa, 617 com a Francesa, 7 367 com o Oceano Atlântico, 1 007 com o Uruguai, 1 196 com a Argentina, 1 339 com o Paraguai, 3 127 com a Bolívia, 2 995 com o Peru e 1 643 com a Colômbia.

Na extensão do litoral brasileiro não foi considerada a linha sinuosa irregular e real da costa, mas uma linha convencional mais ou menos regular, envolvendo os recortes que formam o golfo amazônico e as baías.

O Estado que tem litoral mais extenso é a Bahia, com 996 quilômetros de costa, seguindo-se-lhe o Rio Grande do Sul com 686 quilômetros, o Maranhão com 620, o Ceará com 617, o Pará com 585, o Estado do Rio de Janeiro com 542, o Território do Amapá com 515, e São Paulo com 480.

As menores extensões de costa cabem ao Distrito Federal, com 74; ao Piauí, com 96 e ao Paraná, com 123 quilômetros.

A extensão total da linha divisória do Estado de São Paulo é de 3 382 quilômetros, assim parcelada: 1 340 na divisa com Minas Gerais, 230 com o

Estado do Rio de Janeiro, 480 com o Oceano Atlântico, 940 com o Paraná e 392 com Mato Grosso.

Posição dos pontos extremos: — O ponto extremo Norte do Brasil é o marco B/BG/11A, a 5°16'19" de latitude Norte, na serra do Cabruai, Estado do Amazonas, colocado pela Comissão Mista Brasileiro-Britânica, em 1936. Ao sul, o ponto extremo está assinalado sobre o arroio Xuí, no Rio Grande do Sul, a 33°45'09" de latitude sul. Ponta das Pedras, em Pernambuco, a 34°45'54" WGr. é o extremo Este, e na serra Contamanas (Território do Acre), encontra-se, a 73°59'32" WGr. o marco extremo oeste, colocado pela Comissão Mista Brasileiro-Peruana.

A diferença em ângulo entre os extremos norte e sul é de 39°01'28",6 correspondente a 4 319,7 quilômetros, enquanto de este a oeste, a diferença angular é de 39°13'38",5 equivalente a 4 327,9 quilômetros.

Em São Paulo, na confluência do rio Grande com o rio Monte Alto, divisa com Minas Gerais, está o ponto extremo norte do Estado, a 19°46'30" de latitude sul. A barra do rio Ararapira, ao sul de Cananéia, é o ponto extremo sul de São Paulo, a 25°16'06" de latitude sul, divisa com o Paraná. Na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, ao norte de Pouso Sêco, encontra-se o marco extremo este do Estado, a 44°09'24" de longitude WGr., e o rio Paraná, a montante da sua confluência com o rio Paranapanema, assinala o extremo oeste de São Paulo, 53°08'54" de longitude WGr.

A distância angular entre os pontos extremos norte e sul do Estado é de 5°29'36", correspondente a 608,3 quilômetros, ao passo que de este a oeste a diferença é de 8°59'30", equivalente a 924,1 quilômetros.

Devido à grande distância que vai de Ponta das Pedras, em Pernambuco, à serra de Contamanas, no Acre, o território continental do Brasil está dividido em três fusos horários, e assim, quando o sol se põe e a noite começa a cair para os pernambucanos, é certo que os acreanos terão ainda duas horas e trinta e seis minutos de luz solar.

Já em São Paulo, a diferença horária entre os extremos este e oeste é de apenas trinta e cinco minutos.

Divisão territorial — 1944/1948: — Em obediência ao disposto na Lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938,

* Trabalho da lavra do Sr. João Carlos de Almeida, diretor da Divisão de Estatísticas Físicas, Sociais e Culturais do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo, publicado no *Boletim* daquele Departamento — N.º 1 — 1.º trimestre, 1947.

entrou em vigor a 1 de janeiro de 1944 a nova divisão administrativa dos Estados e Territórios.

Pela nova divisão territorial, passou a ser o seguinte o quadro nacional de municípios e distritos a vigorar de 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.

BRASIL
QUADRO MUNICIPAL E DISTRITAL
1944-1948

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Municípios	Distritos
NORTE:		
Guaporé.....	2	9
Acre.....	7	14
Amazonas.....	25	57
Rio Branco.....	2	4
Pará.....	57	148
Amapá.....	4	11
NORDESTE:		
Maranhão.....	67	79
Piauí.....	47	47
Ceará.....	79	389
Rio Grande do Norte.....	42	84
Paraíba.....	41	166
Pernambuco.....	85	274
Alagoas.....	33	81
Fernando de Noronha.....	1	1
LESTE:		
Sergipe.....	42	53
Bahia.....	150	554
Minas Gerais.....	316	982
Espírito Santo.....	33	132
Rio de Janeiro.....	52	247
Distrito Federal.....	1	1
SUL:		
São Paulo.....	305	668
Paraná.....	53	160
Iguaçu (*).....	5	22
Santa Catarina.....	44	195
Rio Grande do Sul.....	92	394
CENTRO-OESTE:		
Ponta Porã (*).....	7	17
Mato Grosso.....	22	73
Goiás.....	55	150
RESUMO.		
{ Norte.....	97	243
{ Nordeste.....	395	1 121
{ Leste.....	594	1 969
{ Sul.....	499	1 439
{ Centro-Oeste.....	84	240
BRASIL..	1 669	5 012

Sabendo-se que a área total do Brasil é de 8 511 189 quilômetros quadrados e que a sua população, segundo estimativas do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, era, a 1 de janeiro de 1946, de 46 200 000 habitantes, verifica-se que a densidade demográfica do país era de 5,4 habitantes por quilômetro quadrado e que os 1 669 municípios brasileiros tinham, naquela data, uma população média de 27 641 habitantes, descendo essa média a 9 217 habitantes para os 5 012 distritos brasileiros. Quanto à área, a média dos municípios brasileiros é atualmente de 5 100 quilômetros, e a dos distritos de 1 698 quilômetros.

O Estado de São Paulo, com seus 247 239 quilômetros quadrados e uma população calculada em 8 047 010 habitantes, para 1 de janeiro de 1946, apresenta uma densidade média de 32,5 habitantes por quilômetro quadrado. A população média dos municípios paulistas é de 26 383 habitantes, e a dos 668 distritos, de 12 046 habitantes, enquanto a área média é de 810 370 quilômetros quadrados, para os municípios e distritos, respectivamente.

Pelo que fica exposto, verifica-se que o Estado de São Paulo ocupa no território brasileiro uma parte correspondente a 2,9 % de sua área total, mas reúne nessa pequena parte de território 17,4 % do total da população do país.

Revestimento florístico: — Baseado no "Mapa Fitogeográfico do Brasil", organizado por J. César Diogo, apresentou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu penúltimo *Anuário*, um quadro da distribuição da área do Brasil e de suas Unidades Federais, segundo o revestimento florístico.

De acordo com o quadro em apêço, os 8 511 189 quilômetros quadrados do país, estavam assim distribuídos: 5 325 433 ou 62,57 %, de *matas*; 1 272 146 ou 14,95 %, de *cerrados*; 669 262 ou 7,86 %, de *caatinga*; 143 674 ou 1,69 %, de *vegetação litorânea*; 805 433 ou 9,46 %, de *campos*; 133 709 ou 1,57 %, de *campos inundáveis*; 126 201 ou 1,48 %, de *pantanaís*, e 35 331 ou 0,42 % de outras áreas.

As maiores áreas, cobertas de *matas*, pertencem: ao Amazonas, 1 741 961 quilômetros quadrados, ou 95,40 % de sua área total; ao Pará, 1 025 300 ou 75,23 % do total de sua área; a Mato Grosso, 645 929 ou 43,73 % do total da área do Estado.

* Extintos (art. 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

As *caatingas* que caracterizam o território do nordeste brasileiro, revestem mais de 60 % das áreas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, ao passo que os *campos* apropriados ao pastoreio são a característica predominante do extremo sul do país, revestindo 131 986 dos 285 289 quilômetros quadrados da terra gaúcha.

Quanto ao Estado de São Paulo, o seu revestimento florístico está assim distribuído: 179 828 ou 72,74 %, de *matas*; 28 662 ou 11,59 %, de *cerrados*; 991 ou 0,40 %, de *caatingas*; 36 566 ou 14,79 % de *campos*, e 1 192 ou 0,48 %, de *campos inundáveis*.

Capitais brasileiras — Segundo a extensão territorial, são os seguintes os maiores municípios de capitais brasileiras: Cuiabá, com 215 500 quilômetros quadrados; Manaus, com 47 874; Rio Branco, no Acre, com 24 408; Goiânia, com 9 648; Belém, com 4 374, e Teresina, com 2 422. A capital paulista aparece a seguir, com 1 455 quilômetros quadrados, seguida de São Luís, com 1 188, e Distrito Federal, com 1 167. A menor de todas é Niterói, com apenas 71 quilômetros quadrados.

Quanto à população, as cinco capitais mais importantes, segundo estimativa para 1 de janeiro de 1946, são: Distrito Federal, com 1 980 229; São Paulo, com 1 465 569; Recife, com 392 060; Salvador, com 327 065, e Porto Alegre, com 306 419. A menor população de uma capital de Estado é a de Vitória (51 193 habitantes), superior, porém, às capitais dos Territórios do Acre, Rio Branco, Amapá, Guaporé, Iguazu e Ponta Porã sendo que Maracaju, capital deste último, conta apenas 5 793 habitantes.

Eras e sistemas geológicos — A área do Brasil está assim distribuída, segundo as eras e sistemas geológicos:

Era Cenozóica, 2 156 265 quilômetros quadrados, ou 25,33 % do total, sendo: 790 585 do Sistema Quaternário, 1 364 856, do Neogêneo, e 824 do Eogêneo;

Era Mesozóica, 1 459 341 quilômetros quadrados, ou 17,15 % do total, sendo 686 115 do Sistema Cretáceo, e 773 226 do Triássico;

Era Paleozóica, 933 444 quilômetros quadrados, ou 10,97 % do total, sendo 483 331 do Sistema Permiano, 32 292 do Carbonífero, 47 178 do Devoniano, 365 822 do Siluriano, 4 449 do Pressiluriano, e 372 do Eopaleozóico;

Era Proterozóica, Sistema Algonquiano, 309 377 quilômetros quadrados, ou 3,63 % do total;

Era Arqueozóica, Sistema Arqueano, 2 755 018 quilômetros quadrados, ou 32,37 % da área total, e, ainda 897 744 quilômetros quadrados, ou 10,55 % de áreas não estudadas.

A presente distribuição, extraída do *Anuário Estatístico* do I. B. G. E., que por sua vez a obteve através do Atlas Geológico do Brasil, organizado pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, em 1932, divide a área do Estado de São Paulo da seguinte forma:

Era Cenozóica, 7 700 quilômetros quadrados, ou 3,11 % do total, sendo 4 600 do Sistema Quaternário, e 3 100 do Neogêneo;

Era Mesozóica, 151 649 quilômetros quadrados, ou 61,34 % do total, sendo 56 890 do Sistema Cretáceo, e 94 759 do Triássico;

Era Paleozóica, 38 720 quilômetros quadrados, ou 15,66 % do total, sendo 25 710 do Sistema Permiano, 700 do Devoniano, e 12 310 do Siluriano;

Era Proterozóica, Sistema Algonquiano, 540 quilômetros quadrados, ou 0,22 % da área total;

Era Arqueozóica, Sistema Arqueano, 48 630 quilômetros quadrados, ou 19,67 % do total da área do Estado.

Altimetria: — Com referência ao nível do mar, a área do Brasil está assim distribuída: 1 896 444 quilômetros quadrados até 100 metros de altitude; 1 572 829 quilômetros, de 101 a 200 metros; 1 464 365 quilômetros entre 301 e 600 metros; 980 057 quilômetros entre 601 e 900 metros, e 265 251 quilômetros a mais de 900 metros.

Minas Gerais, também chamada a terra das Alterosas, bem justifica o título, de vez que possui 103 214 quilômetros de sua área, ou 38,91 % dos 265 251 quilômetros quadrados do território brasileiro que se encontram acima de 900 metros de altitude.

As únicas Unidades Federadas que não têm qualquer pedaço de território acima de 600 metros do nível do mar, são o Acre e o Pará.

Os 247 239 quilômetros quadrados de São Paulo assim se distribuem, segundo a altitude: 7 024 até 100 metros; 2 623 de 101 a 200 metros; 11 041 entre 201 e 300 metros; 128 648 entre 301 e 600 metros; 80 594 entre 601 e 900 metros, e 17 309 acima de 900 metros.

Pontos culminantes do Brasil: — Na serra de Caparaó, divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, encontra-se o *Pico da Bandeira*, ponto mais elevado do território nacional, a 2 890 metros de altitude. O segundo lugar, com a altitude de 2 875 metros, cabe ao *Pico do Monte Roraimá*, no Sistema Guiano, entre o Estado do Amazonas, República da Venezuela e Guiana Inglesa. O terceiro e quarto lugares pertencem ao *Pico do Cruzeiro* (2 861 metros) e *Pico do Cristal* (2 798), ambos na serra de Caparaó, em Minas Gerais, junto à divisa com o Espírito Santo.

Acima de 2 500 metros existem, ainda, o *Pico das Agulhas Negras*, com 2 798 metros, na serra da Mantiqueira, entre Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, e o *Cerro Masiati*, com 2 506 metros, no Sistema Guiano, entre o Estado do Amazonas e a Venezuela. Seguem-se a estes os seguintes pontos com altitude superior a 2 000 metros: *Pico de Marins*, na serra da Mantiqueira, Estado de São Paulo, com 2 422 metros; *Pedra Furada*, na mesma serra da Mantiqueira, divisa Minas Gerais-Rio de Janeiro, com 2 323 metros; *Pico de Itaguaré*, ainda na Mantiqueira, divisa Minas-São Paulo, com 2 308 metros; *Pedra do Sino*, na serra dos Órgãos, Estado do Rio de Janeiro, com 2 245 metros; *Pedra Açu*, também na serra dos Órgãos, Estado do Rio de Janeiro, com 2 232 metros; *Mitra do Bispo*, na serra da Mantiqueira, Estado de Minas Gerais, com 2 195 metros, e *Morro da Boa Vista*, na serra da Bocaina, em São Paulo, com 2 070 metros.

No Estado de São Paulo, além dos pontos já assinalados acima de 2 000 metros de altitude, são dignos de menção os seguintes: *Pico de São Sebastião*, na ilha do mesmo nome, com 1 307 metros; *Pico de Parati*, na serra do mesmo nome e na divisa São Paulo-Rio de Janeiro, com 1 260 metros; o Morro do Lobo, na serra da Mantiqueira, divisa São Paulo-Minas Gerais, com 1 200 metros, e, finalmente, o Morro de Jaraguá, na serra da Cantareira, município da Capital, com 1 100 metros.

Bacias hidrográficas: — Os 8 511 189 quilômetros quadrados do território brasileiro estão assim distribuídos pelas oito principais bacias hidrográficas: Bacia do Amazonas, 4 819 819 quilômetros quadrados, ou 56,7 % do total do Brasil; bacia do Nordeste, 886 851 quilômetros, ou 10,4 %; bacia do São Fran-

cisco, 580 757 quilômetros, ou 6,8 %; bacia do Leste, 607 505 quilômetros, ou 7,1 %; bacia do Paraguai, 352 300 quilômetros, ou 4,1 %; bacia do Paraná, 859 476 quilômetros, ou 10,1 %; bacia do Uruguai, 202 168 quilômetros, ou 2,4 %; e bacia do Suleste, 202 583 quilômetros, ou 2,4 % do total.

No Estado de São Paulo, os seus 247 239 quilômetros quadrados de área distribuem-se por três das oito principais bacias hidrográficas brasileiras, na seguinte conformidade: bacia do Leste, representada em São Paulo pelo rio Paraíba, 12 370 quilômetros quadrados; bacia do Paraná, 214 887 quilômetros quadrados; e bacia do Suleste (rio Ribeira de Iguape), 19 982 quilômetros.

Avaliação do potencial hidráulico: — A Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, avalia em 19 519 100 C. V., correspondentes a 14 366 058 kW, o potencial hidráulico da totalidade dos rios brasileiros formadores das oito principais bacias hidrográficas do país. De acordo com os estudos realizados por aquele órgão técnico, esse potencial assim se discrimina: bacia do Amazonas, 4 395 900 C. V.; bacia do Nordeste, 88 400 C. V.; bacia do São Francisco, 1 573 300 C. V.; bacia do Leste, 2 693 500 C. V.; bacia do Paraguai, 89 500 C. V.; bacia do Paraná, 9 720 900 C. V.; bacia do Uruguai, 198 900 C. V.; bacia do Suleste, 758 700 C. V.

São Paulo, com 2 601 600 C. V., totaliza 13,33 % do potencial hidráulico brasileiro, sendo superado apenas por Minas Gerais que aparece com uma quota de 29,86 % do total do país, ou sejam 5 827 600 C. V.

Para o total de 2 601 600 C. V. de energia hidráulica de São Paulo contribuem: a bacia de Leste (rio Paraíba e seus tributários), com 238 400 C. V.; bacia do Paraná, com 1 936 800 C. V.; e bacia do Suleste (rio Ribeira de Iguape e seus tributários), com 426 400 C. V.

Ao distribuir o presente trabalho de divulgação de informações estatísticas sobre a situação física do Brasil e de São Paulo, pretende o Departamento Estadual de Estatística, por intermédio de sua Divisão de Estatísticas Físicas, Sociais e Culturais estar prestando serviço de alguma valia, principalmente ao professorado, que, à vista do mesmo,

poderá atualizar as informações contidas nos compêndios escolares em uso. Além disso, sabido é que os anuários estatísticos têm tiragens insuficientes para uma distribuição tão ampla quanto seria preciso para que um exemplar chegasse às mãos de cada uma das pessoas interessadas no conhecimento da terra que possuímos e que tão mal conhecemos.

João Carlos de Almeida

★

A função bio-sociológica das florestas

Inaugurando os cursos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre o Prof. Alarich E. Schultz, da cadeira de Botânica Sistemática daquela Escola e chefe da Seção de Identificação Micrográfica de Madeira do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, proferiu uma alocução sobre "A função bio-sociológica das florestas", estudo esse publicado nos números 123-124 da *Revista Agrônoma*, de onde extraímos e que passamos a publicar dada a sua valia para os estudos bio-geográficos:

"É tradição antiga, nas Universidades deste e doutros hemisférios proceder-se à abertura das aulas da Faculdade de Filosofia numa sessão solene na qual um dos professores disserta sobre tema de interesse geral relacionado com o seu ramo peculiar de pesquisas. Chegamos ao 6.º ano de existência desta faculdade, ano este prenhe de bons auspícios para um futuro próspero e benéfico à cultura do nosso país devido à consolidação da nossa organização e no qual pela primeira vez se realiza o velho rito. Avaliando bem a grande responsabilidade e livre de vaidade pessoal, aceitei com temor a honrosa e pesada missão que o nosso diretor teve por bem colocar nos ombros deste membro modesto da congregação. Escolhi por tema: "A função bio-sociológica das florestas" decorrente dos meus trabalhos na cadeira de Botânica Sistemática da Faculdade de Filosofia, da minha ação como técnico responsável pela seção I. M. M. do I. T. E. R. S. Invoco a benevolência e paciência dos dignos presentes para as rápidas considerações que pretendo expender.

Toda a possibilidade de alimentação dos homens e animais no globo terrestre depende em última análise da ação incessante dos vegetais. Pela assimilação do carbono, processo químico

de conservar sob forma potencial a energia geratriz dos raios solares, procedem a síntese básica, que transforma a matéria inorgânica, morta, em orgânica capaz de alimentar organismos vivos. Seg. Richett, 1 folha de batata inglesa produz 1 g. glicose por mês. A manutenção calórica dum homem necessária, pois, de 30 000 folhas por mês. Entre todos os vegetais têm função múltipla e máxima os gigantes das florestas, as árvores. Um hectare de floresta (seg. Chevalier em José Mariano) assimila anualmente cerca de 5 000 quilogramas de carbono dos gases atmosféricos, transformando-o em substância orgânica sob forma de hidratos de carbono.

Mas não é esta a função única ou mesmo máxima das florestas. Sabemos todos, e é quase lugar comum dizer que a derrubada das florestas acarreta modificações e mesmo transtornos quase insanáveis para o clima, a fertilidade e a fisionomia dum país. Evoco, à guisa de exemplo, os casos históricos da Ásia Menor, da zona montanhosa da Itália e do leste dos Estados Unidos da América. Países, em que a desmata incauta transformou vastos trechos de terra fertilíssima em deserto ou quase deserto árido e estéril.

Perigo semelhante ameaça a nossa grande e adorada mãe pátria.

Permiti pois, que frise alguns aspectos da situação e seus possíveis remédios à luz da ciência.

A influência das matas sobre o ciclo *d'água* é extraordinária. Copas frondosas, ramarias e raízes de árvores retêm as gotas da chuva, diminuem a velocidade de escoamento, evitando o perigo da erosão e regulando o nível dos rios e riachos. No município de Ijuí por exemplo constatei o seguinte: Entre 1920 e 1930, isto é, antes de ter chegado ao grau de desflorestamento atual, verificava-se a cheia do "rio da Ponte" aproximadamente 3 ou 4 dias depois de chuvas copiosas, mantendo-se esta mais ou menos pelo período duma semana. A pequena usina hidroelétrica existente funcionava com normalidade e com reserva d'água suficiente para poder multiplicar 3 ou mais vezes o seu potencial em caso de necessidade. Atualmente começa a cheia no dia da chuva ou no dia seguinte e termina 3 ou 4 dias depois deixando o leito do citado rio abaixo do nível outrora normal, e em consequência disto falta energia elétrica ao desenvolvimento industrial desta rica região do Estado

e pela erosão acelerada, se tornará cada vez menos fértil a terra do colono. Aos conhecedores não faltarão outros exemplos semelhantes.

Além desta influência passiva sobre o ciclo d'água exercem as árvores ação ativa para a produção de chuvas periódicas e regulares tão necessárias à agricultura. Densas florestas são poderosos produtores de nuvens devido à intensa evaporação de vapor d'água. Vejamos alguns dados comparativos. Seg. Hütte, 1 m² de superfície dum lago evapora cerca de 70 cm³ por dia, o mar talvez no máximo ½ litro. As plantas evaporam ativamente (Seg. Richett). Capim e outras ervas despreendem diariamente aproximadamente seu próprio peso em água; 1 pé de milho 4 litros por dia, 1 tamareira 750 litros por dia e uma árvore grande mais que 1000 litros diários. Isto significa que uma árvore enriquece a atmosfera com vapor d'água com a mesma intensidade comparativa dum lago da 15 000 metros quadrados de superfície.

Tudo isto se torna compreensível se nos lembramos da estrutura das árvores, da enorme superfície formada pelo conjunto das folhas, da profundidade e comprimento das raízes. (Seg. Palychenko, em *Rawittscher*). Mesmo vegetais pequenos como a aveia, que penetra somente até uma profundidade de 160 centímetros no solo, desenvolvem raízes dum comprimento total de 88 quilômetros, quanto mais as árvores que descem até ao lençol d'água subterrâneo numa profundidade de 10 a 20 metros. *Rawittscher*, em pesquisas pedológicas realizadas em São Paulo, encontrou raízes de cabreúva e peroba a 13 metros de profundidade.

A força de sucção destas raízes é extraordinária (Seg. Vageler em *Rawittscher*). Atinge 40, 5-58, o atm. numa bergamoteira e 26-47 tam. num limoeiro. O suficiente para levantar a água do lençol subterrâneo até a ponta das árvores e veicular nela os preciosos sais minerais, de outra maneira perdidos para a vegetação junto com a água de infiltração.

É evidente a relevância destes fatos para a *fertilidade do solo*. A parte mais importante para o crescimento dos vegetais cultivados é o humo, especialmente os ácidos humosos, decorrentes da decomposição lenta das folhas caídas e dos vegetais mortos das florestas. Vejamos pelas palavras de *Rawittscher* o que ocorre com esta substância depois da devastação da mata virgem.

"Os ácidos humosos são arrastados pelas chuvas para as terras sotopostas ao humo cru ou à turfa da superfície. Estes ácidos decompõem as argilas e levam os cations. Finalmente, deixam uma areia despida de todos os elementos nutritivos, solo arenoso êsse, de cor cinza, o que lhe valeu o nome russo, empregado internacionalmente — Podsol. Finalmente a solução ácida, já enfraquecida pelas bases que encontrou, penetra em regiões mais profundas, ainda não despidas de seus cations. Encontra, então um pH que corresponde ao ponto iso-elétrico, das soluções coloidais que carrega. Estas precipitam-se aí, cimentando as particulas do solo para formar uma laje dura de pedra. (Ortstein, Hardpan)".

"Esta camada que freqüentemente se encontra a pouca profundidade pode ser mais prejudicial do que o próprio podsol. As raízes das plantas muitas vezes não podem atravessá-la e, em solos deteriorados pela podsolização, não só o reflorestamento é dificultado, como quase tôdas as culturas".

"A existência de florestas, especialmente quando entremeadas com árvores de folhas caducas e delicadas, opõe-se à podsolização; as raízes das árvores, em contacto com os horizontes não decompostos de terra, tiram daí os cations que no outono com as folhas, caem para a superfície, contribuindo anualmente com uma dose de cations ou bases neutralizadoras.

A derrubada acaba com esta influência benéfica. Sol e vento secam e solidificam a superfície antes fôfa do solo".

Se bem que parece que nos solos do Rio Grande do Sul não se verifica em grande escala a podsolização nem a formação do Ortstein, não deixam de ter máxima importância para a nossa subsistência os cuidados dispensados à conservação do solo fértil, pois os métodos extensivos, expansionistas dos nossos colonos e fazendeiros tendem a encontrar, amiúde, seus limites naturais. Urge uma distribuição racional e equitativa de terra arada e florestas. Solo lavado dificilmente poderá ser restaurado, solo é a fonte primária da nossa existência; perda de solo arável é a perda mais séria para uma nação. Agricultura estável não é possível na ausência duma política florestal racional.

Além do depauperamento químico dos solos observa-se outro efeito da desmata para fins agrícolas. A cober-

tura natural dos vegetais é distribuída e as partículas arenosas são expostas à ação dos ventos que as movimentam e transformam em imensas nuvens de pó. Exemplo bem recente da força devastadora deste fenômeno oferece o leste dos Estados Unidos da América, região riquíssima pela cultura do trigo e que se viu ameaçada na própria existência por violentos temporais de pó e areia. As nuvens de pó e a terra demasiadamente móvel punham em perigo os próprios trigais, seus originadores. Os campos riograndenses e os pampas argentinos não são imunes a tal catástrofe. O remédio indicado, neste caso para prevenção, seria o mesmo que o dos Estados Unidos da América do Norte ou seja a plantação de *shelterbelts*, isto é, quebra-ventos. No período de 1930-40 foram plantados milhares de quilômetros de quebra-ventos nos U. S. A. e U. R. S. S., e já depois de tão curto lapso de tempo verifica-se sua ação benéfica sob todos os aspectos acima frisados e isto além do fato duma valorização das propriedades pelas madeiras e do embelezamento extraordinário do panorama.

Os *shelterbelts* (seg. Stockeler em *Journal of Forestry*) são formados por fileiras de árvores, topograficamente localizados de acordo com a estrutura do terreno e a direção predominante dos ventos, em geral nas fronteiras das fazendas. Cada *belt* (quebra-vento) consta na maioria dos casos de 10 fileiras paralelas de árvores de 5 a 8 espécies diferentes, plantadas numa distância de 3 a 5 metros duma árvore para outra. Yuskevich (J. of F.) relata que no distrito subtropical —, isto é, de clima semelhante ao nosso, da Geórgia na U. R. S. S. obteve bons resultados com espécimes de criptoméria, ciprestes e árvores de folhas caducas como liriodendron e álamo que atingiram uma altura de 20 metros em 20 anos.

A adoção de medidas idênticas no nosso país traria inúmeras vantagens de ordem climatológica e econômica, regularia as chuvas, beneficiaria o solo e amenizaria os ventos, equilibraria a temperatura média, aumentaria a beleza da nossa natureza, evitaria a formação de areias movediças e valorizaria os terrenos pelo preço das madeiras produzidas, etc. Os espécimes a serem utilizados deveriam ser de preferência nacionais.

Acontece que na sociedade humana costumam prevalecer frequentemente ponderações de ordem econômica. O

madeireiro, o colono, o fazendeiro muitas vezes se recusam a arcar com as despesas totais dum reflorestamento eficiente, outras vezes faltam-lhes as possibilidades ou conhecimentos técnicos, apesar das prescrições legais do código florestal brasileiro. O máximo que de boa vontade fazem é plantar eucalipto, acácia negra e na melhor das hipóteses pinheiros brasileiros. Estes espécimes garantem uma renda satisfatória do capital invertido dentro do tempo de vida duma geração humana. Eucalipto e acácia negra começam a dar renda direta no primeiro decênio de sua existência, o pinho branco amadurece em 30 a 40 anos, já o pinho vermelho precisa ter a idade de 60 a 120 anos para poder fornecer madeira idônea. Cedro e algumas canelas valiosas se contam como o pinho vermelho entre as árvores de crescimento rápido. As madeiras mais valiosas sob ponto de vista técnico, comercial e artístico como angico, louro, açoita-cavalo, grapiunha, canjerana, cabriúva, guajuvira, piquiá, sobraji, tapuva, ipê, etc. em suma as madeiras que realmente merecem a denominação "madeira de lei" obedecem a um ciclo de 80 a 200 anos.

Eucalipto e acácia negra não resolvem os problemas climatológicos (regularização da chuva) e pedológicos (conservação do solo), devido à sua natureza de plantas adaptadas a clima árido no primeiro caso, e devido à curta duração de vida do segundo. Não nos iludamos a este respeito. Além disto condena a praxe atual as essências valiosas e nativas das nossas florestas a um inexorável extermínio e que no Rio Grande do Sul já têm atingido um grau de intensidade ignorado pelo público em geral. Negue-se ao madeireiro, comerciante ou seja quem fôr o direito de aproveitar a madeira dum gigante multissecular das nossas matas, sem que pelo menos replante cada vez um exemplar da mesma espécie. Nenhum indivíduo pode ter o direito moral de destruir ou sequer diminuir irrevogavelmente a riqueza das gerações futuras desta nação, pela exaustão leviana dum tesouro que nossa natureza bendita, sem a contribuição dele, levou séculos a produzir.

Por fim, permitam-me entrar algumas considerações práticas. Para evitar a criação dum aparelho burocrático tão vasto como dispendioso e ineficiente em vista da heterogeneidade do território nacional, deve-se atribuir a responsabilidade do reflorestamento aos municípios sob fiscalização estadual ou

federal. Os órgãos fiscalizadores devem elaborar as diretrizes gerais da política florestal. Urge que se proíba terminantemente a desmatagem das cumieiras de morros, montes e coxilhas e sempre que possível devam ser reflorestados os que já se encontram desnudados da proteção vegetal. Deve ser mantida ou restabelecida, mesmo se necessário fôr por coação legal dos proprietários atingidos, uma reserva florestal suficiente nas regiões das nascentes de nossos rios e riachos.

Caberia aos municípios manter viveiros suficientes de essências adaptadas à respectiva região. Relembro também a possibilidade duma campanha intensa para plantação de *shelterbelts* na região campestre do Estado. Dados os benefícios imediatos, por exemplo, diminuição dos perigos de secas periódicas não tenho dúvidas que esta sugestão será bem acolhida pelos nossos fazendeiros inteligentes e dinâmicos.

Há quem alegue impossibilidade ou pelo menos extrema dificuldade para o crescimento de árvores em pleno campo. Pessoalmente tive oportunidade de verificar o contrário com meus próprios olhos. Também aqui prevalece o tão conhecido e velho adágio "plantando dá". Além disto penso ter observado um método aplicado pela mestra suprema da biologia, a natureza, e que facilita sobremaneira a tarefa exposta. Nos campos serranos da região de Ijuí para o alto Uruguai encontra-se uma essência nativa denominada "timbó" (*Atteleia Glazioviana*). O timbó, ao contrário da maioria dos nossos espécimes arbóreos, é capaz de conquistar espontaneamente o campo. O timbó é de crescimento ultra-rápido e forma uma penumbra protetora muito vantajosa para o desenvolvimento de espécimes, que não suportariam a ação solar direta e que também na natureza silvestre se lhe associam. Será fácil plantar um mato de timbó, intercalando em espaços convenientes essências valiosas. O timbó daria a proteção necessária a estas durante talvez os primeiros 10 anos da plantação, dando-lhes tempo de se firmarem bem e de alcançarem com as raízes o lençol d'água subterrâneo. Depois deveria ser cortado para dar espaço às essências valiosas. Sua madeira, ótima lenha, e provavelmente boa matéria prima para a fabricação de pastas mecânicas (papel) e produtos químicos de destilação (resinas e inseticidas) recompensaria os gastos mone-

tários facilitando assim o financiamento da nova floresta ou *shelterbelt* conforme o caso.

A escolha das essências a serem plantadas, deve incidir por princípio em espécimes nativos da respectiva região, até que a experiência adquirida nos decênios futuros nos forneça normas mais seguras e convenientes a seguir. Indubitavelmente deve se proceder à seleção individual nos viveiros desde o início, para separar indivíduos fracos e de crescimento lento dos resistentes, sadios e rápidos. Pois também às árvores florestais se aplica o sábio hexâmetro da Odisséia.

ἄνθρωποι γὰρ τοῖ παῖδες ὁμοῖοι πατρὶ πελοῦσαι,

Ὁ πλεῖστος *kakious*,

παῦροι δὲ τὲ πατρὸς ἀρεῖους.

Em português "Algumas crianças, igualam aos pais, a maioria é pior que eles, e poucas chegam a superá-los". Obedecendo a este preceito seletivo, chegaremos certamente aos poucos a diminuir o tempo de amadurecimento das matas ao mínimo normal, obtendo a renda máxima possível.

Métodos de genética moderna, uma vez realizada a seleção inicial, tenderão a acelerar ainda mais o crescimento. Devo lembrar aos entendidos os excelentes resultados alcançados em outros países pela hibridação bem conduzida considerada como máximo progresso na ciência florestal da atualidade.

Termino esta breve exposição com um apelo sincero ao impávido civismo da juventude acadêmica e da nação inteira para que não esmoreça nos esforços de modificar a opinião de Homero no sentido de tornar cada vez melhores as nossas instituições e atitudes pois disto depende tudo na coletividade, inclusive a existência de florestas sadias e duma agricultura estável, bases importantes da nossa subsistência individual.

Alarich E. Schultz

★

Problemas indigenistas no Brasil

Ninguém pode negar que só se conservaram em boas condições de vida as tribos de índios que opuseram maior resistência aos contactos imediatos com a nossa civilização; não podemos ignorar que tais contactos se tornarão futuramente, cada vez mais inevitáveis e

freqüentes devido à necessidade da expansão da nossa civilização e à superioridade de seus meios de domínio.

Surge, agora, um problema fundamental: devemos tentar exterminar os índios, o mais rapidamente possível, como foi pregado até por certos cientistas? Julgamos — para encarar apenas o aspecto econômico do problema, porque quanto ao lado moral não pode haver dúvida entre representantes dessa tolerância tradicional que caracteriza o verdadeiro brasileiro — que um país com sertões imensos e tão escassamente povoados, como o Brasil, precisa preservar como suprema preciosidade todo ser humano que vive desbravando suas solidões.

O segundo problema consiste em saber se convém acabar apenas com o modo de vida dos índios, aniquilando as particularidades de sua cultura, para assimilá-los com maior rapidez do que seria possível, se os deixássemos entregues aos seus próprios hábitos. Em resposta devemos preliminarmente estabelecer se nos desejamos unir a homens conscientes de si mesmos e de sua responsabilidade, felizes e otimistas, ou a uma gente desarraigada, degradada, degenerada, descontente e negativa em todos os sentidos, que, naturalmente, por sua vez desmoralizaria os seus vizinhos e novos companheiros.

Devemos estabelecer se pretendemos ligar-nos, culturalmente, a culturas de forte individualidade, matrimônio êsse que leva ao enriquecimento recíproco, ou se preferimos destruir, prejudicando-nos assim a nós mesmos tanto moral como materialmente, só para podermos dominar afinal algumas ruínas humanas e ocupar um deserto.

Devemos indagar se o futuro do Brasil estará garantido pela formação de um grande proletariado mediante um processo de nivelamento abrupto e irrestrito ou pela elevação social e cultural da comunidade por meio duma cuidadosa regulamentação das relações entre os diferentes grupos étnicos e raciais.

Tendo chegado à conclusão de que as instituições e a mentalidade dos índios merecem respeito e, quando cheios de vitalidade, devem ser conservadas e desenvolvidas organicamente, na medida em que isso não afete a nova ordem das coisas, aparece então em cena o etnólogo. O contacto com a nossa civilização traz mil perigos para a saúde dos índios e para a harmonia da sua

cultura. É uma das principais finalidades do trabalho etnológico suavizar o choque causado pelo encontro de grupos humanos tão diferentes.

Para conseguir tal escopo, o etnólogo, conhecedor das divergências e semelhanças que há e pode haver, em geral, entre nós e os chamados povos naturais, procura conhecer, também, as condições especiais de existência material e espiritual da tribo exposta a êsse choque. Só após ter percebido e compreendido, a fundo, a estrutura e a função da etnia estudada, é que o investigador pode dar sua opinião acêrca do tratamento e da utilização dessa unidade étnica, e pode julgar sôbre as vantagens do desenvolvimento ou da eliminação de certos traços culturais, assim como poderá determinar qual a melhor vida para os índios nas circunstâncias alteradas. O etnólogo assume um papel da mais alta responsabilidade, dependendo dêle — e unicamente dêle — a sorte de povos inteiros.

É por isso que êle necessita ter conhecimentos que só podem ser adquiridos com a dedicação exclusiva ao estudo etnológico. É por isso que êle não pode ser substituído por funcionários administrativos, missionários e outras pessoas com ocupações semelhantes, que não lhes permitem entregar-se, por completo, a uma especialização científica.

O etnólogo resolve teoricamente o que êles têm de pôr em prática. Aquêles representa, por assim dizer, a parte legislativa, enquanto êstes figuram como a executiva.

Evidenciada a necessidade da colaboração da etnologia com a administração, nas relações entre nós e os índios, chega o momento de demonstrar a utilidade do trabalho indigenista no Brasil.

Considerando, primeiramente, o lado econômico, podemos dizer que, nos contactos com índios que ainda ignoram ou até odeiam a nossa civilização, o comportamento ditado pela compreensão etnológica será o único capaz de evitar conflitos e, com isso, prejuízos mútuos em vidas e bens materiais. Seria política de avestruz, seria pôr a cabeça na areia, negar a freqüência de tais conflitos.

Numa zona como a do vale do Araguaia que os meios modernos de comunicação já tornaram tão próxima, zona percorrida durante os últimos duzentos anos por inúmeros exploradores,

comerciantes, soldados e garimpeiros, zona trabalhada, há muitos decênios, pelos missionários mais zelosos, zona com antigas e novas povoações de gente branca, zona invadida, ultimamente, até por turistas dos dois sexos e de todas as idades — numa zona nestas condições há ainda tribos que ameaçam, continuamente, os pontos avançados da nossa civilização, causando-lhes, não raras vezes, sérios danos.

Assim, há pouco, certos grupos da tribo Caiapó varriam de seu território, radicalmente, os moradores da margem do Araguaia, matando e roubando à vontade. Esses índios usam fuzis modernos e vêm incorporando há anos, à sua tribo mulheres brancas raptadas.

Mais ao sul desta região, na margem do grande afluente do Araguaia que é o rio das Mortes, dois missionários foram trucidados, em novembro de 1934, pelos Xavantes. Que estes índios, desde então, não se tornaram mais tratáveis, foi demonstrado pelos encontros que com eles tiveram, em 1937, a Bandeira Anhanguera dirigida por nosso saudoso amigo Hermano Ribeiro da Silva, e, em 1941, a expedição do Serviço de Proteção aos Índios por eles massacrada.

Para dar combate às missões salesianas situadas ao sul do rio das Mortes e habitadas por índios Bororo, vêm do norte índios inimigos. A aldeia de Meruri, nos últimos tempos, várias vezes esteve ameaçada de tal forma que se tem pensado em abandoná-la, apesar dos importantes valores nela investidos. As fazendas dos arredores já estão, em parte, evacuadas pelos proprietários. O número crescente dos assaltos torna cada vez mais insegura a secular estrada de comércio entre Cuiabá e Goiás.

Das possíveis relações amistosas e consequente ampliação do território de paz, podem resultar não somente o desaparecimento de prejuízos causados pelos conflitos, como também as seguintes vantagens econômicas:

1) A troca de produtos, dando-se, por exemplo, animais domésticos, instrumentos de ferro, contas de vidro e bugigangas semelhantes e recebendo-se viveres, canoas, cestos e outros artefatos;

2) O auxílio mútuo por colaboração que nasce da continuada e metódica troca de produtos, permutando-se, então em vez de mercadorias, as forças de trabalho.

É verdade que neste último caso um ajustamento que garanta a estabilidade das boas relações, já se torna mais difícil por ter tal intercâmbio, em geral, caráter unilateral. Assim, por exemplo, os índios nos servem como guias, remadores, carregadores, ou caçadores, pescadores e seringueiros. O que lhes damos em troca, entretanto, raras vezes representa recompensa suficiente, ao menos do ponto de vista dos índios. Não basta ministrar-lhes tratamento médico, arranjar-lhes bons mercados para seus produtos e defendê-los do que, ao nosso ver, é exploração injusta, como por exemplo, da escravização pelos patrões dos seringais. Devemos respeitar, também, os seus próprios conceitos acerca do valor do trabalho e das coisas. Além disso é preciso evitar qualquer perturbação na organização da sua vida, não exigindo, por exemplo, seus serviços em épocas impróprias, pela natureza ou pela tradição, ou ainda quando ocupados na lavoura ou em certo culto, entregues ao trabalho de sustento material e espiritual. Só o tratamento consciencioso, baseado necessariamente em conhecimentos etnológicos, pode evitar que os índios se sintam prejudicados, afastando-se de nós em vez de se aproximarem.

Aqui já quero declarar ser condição *sine qua non* de todo o trabalho etnológico a necessidade de não estabelecer juízos de valor a respeito da cultura deste ou daquele povo. Para o etnólogo não há culturas superiores e inferiores, há somente culturas diferentes. Com isso, naturalmente, não queremos negar a nossa superioridade de equipamento civilizador, isto é, instrumentos, armas e outros meios que servem para dominar a natureza. A formação da cultura de um povo, porém, não depende tanto destes meios, mas principalmente dos homens que os põem em função, sistematizando-os. Assim sendo, considerando a cultura como um conjunto funcional de todos os costumes e instituições duma etnia, dificilmente se poderá afirmar ser esse aspecto dinâmico "inferior" ou "superior" entre os árabes ou botocudos. Quanto mais íntimos a nossa colaboração e o nosso convívio com os índios, tanto mais necessário se torna tratá-los como nossos semelhantes. O índio não é criança, apesar de tantos missionários, por bondade, procurarem aplicarlhes esse rótulo. Povos que souberam sustentar-se, durante milênios, sem auxílio estranho, não podem ser constituídos unicamente, de seres infantis.

Comparando, por exemplo, certas tribos de índios independentes com seus vizinhos "civilizados" de sangue europeu ou africano, a respeito da construção de casa ou da intensidade da vida espiritual, podemos ver a balança inclinar-se a favor dos chamados selvagens. É verdade que, estando entre os índios, convém não comprometer-se em coisa alguma, não anunciando, por exemplo, um tiro certo quando a bala, depois, mata um jaboti em vez da anelada arara. Parece-me, porém, que em parte alguma do mundo convém expor-se ao ridículo quando se deseja ser tomado a sério.

Assim, como com os índios, não é recomendável tentar alcançar a sua confiança fazendo o papel de palhaço, não se deve tão pouco, por outro lado procurar dominá-los. Já possuímos bastantes provas de que certas tribos, especialmente entre os tupi e guarani, foram subjugadas e governadas sem grande dificuldade por um ou poucos representantes da nossa civilização. Mas a história nos ensina também que tal fato provocou a destruição da cultura indígena ou a aversão e fuga dos índios. Estes não se deixavam tratar do mesmo modo que os negros.

Na África, o branco não pode viver em companhia de negros como qualquer um deles. Lá, ele tem de comportar-se como senhor, se deseja ser respeitado, porque encontra, frequentemente, déspotas e gente despoticamente governada. Qualquer outro comportamento, da sua parte, seria fatal para ele e para toda sua raça, em vista das condições políticas dos povos africanos.

No Brasil, a situação é quase inversa. De certo, há também aqui chefes com grande autoridade. Esta, porém, nunca é suficiente para reduzir os membros da tribo a considerar-se súditos ou para que o chefe possa executá-los publicamente ou vendê-lo como escravos. Os índios deste país, em geral, são democratas conscientes e dispostos, com a maior cortesia e sem qualquer servilidade, a honrar aquele que merece. Mas quando menosprezados, ou se vão embora sem dizer palavra, ou guardam ódio e se vingam.

Além da troca de produtos e forças de trabalho, constitui problema especial a manutenção de boas relações e o alargamento da zona pacificada, fatos que podem provocar vantagens econômicas, tal como a de explorar, no território do vizinho, aquelas matérias primas que este vizinho, por qualquer

razão, não utiliza. Para atenuar o choque das culturas é preciso isolar o mais possível a tribo de índios em questão, respeitando, estritamente, os limites territoriais de sua pátria. Quanto a isso, os reservatórios dos índios nos Estados Unidos da América do Norte representam o melhor modelo. Não podemos ignorar, porém, as profundas diferenças entre aquele país e o Brasil, no que diz respeito à penetração e domínio da nossa civilização por todo o território. Por isso, haverá aqui sem dúvida no futuro muitos casos de precisarmos extrair minerais e outras matérias primas das terras dos índios, coisas que para nós são riquezas mas que para eles não têm valor. Por outra parte, num ambiente pacífico, as vantagens econômicas de explorações no território vizinho não precisam ficar unilaterais. O índio utiliza para a fabricação de seus artefatos muitas matérias primas a que nós não damos mínima atenção. Ele estima, como peixes, inúmeros bichinhos e frutinhas cuja existência quase não percebemos, e cujo valor gastronômico eles ocultam. O que, porém, nestas circunstâncias, o etnólogo precisa sobretudo exigir é o impedimento de qualquer promiscuidade entre índios e "civilizados", o que é muito difícil.

Além de ter tanta utilidade econômica, o trabalho indigenista no Brasil satisfará necessidades políticas. Para exercer, de fato, a soberania no país, é indispensável conhecer todos os seus habitantes. Para que a República do Brasil cada vez mais se unifique, governando-se a si mesma com a máxima justiça, é preciso que os brasileiros não ignorem muitos dos seus patrícios. Desses patrícios provieram: a rede de dormir; o modo de roçar, derrubando, de vez, um pedaço inteiro de mata pelo corte da maior de suas árvores que deve arrastar consigo as restantes, deitando-se fogo na derrubada e plantando, depois, por entre os tocos e troncos caídos; o cultivo e preparo de muitos alimentos vegetais como a mandioca, o aipim, o cará, o inhame e a batata doce, o amendoim e diversas variedades de milho, a banana da terra, favas e abóbora; a extração; e o emprêgo da borracha; a pimenta e o fumo; matérias corantes, fibras têxteis, óleos e resinas úteis; meios para caçar e pescar; utensílios domésticos; inúmeras lendas e crenças.

Após demonstrar as principais utilidades do estudo das tribos brasileiras, precisamos agora entrar em detalhes a

respeito do tratamento que o etnólogo possa recomendar aos representantes da nossa civilização em contato com os índios. Então é preciso dizer, desde já, que não pode haver regras gerais, diferindo, de tribo a tribo, o tratamento conveniente, e, às vezes, até de aldeia a aldeia e de horda a horda.

Como não convém criar juntos os patos e as galinhas por necessitarem aqueles de umidade e estas viverem melhor num solo seco, não é também próprio impor as mesmas condições de vida a tribos de índole caçadora e a outras que se dedicaram, principalmente, à lavoura. Um homem que vive observando e acompanhando os animais que o sustentam serve melhor para vaqueiro do que para jardineiro.

Deve ser tomado em consideração, também, se uma tribo mostra, espontaneamente, aversão contra a nossa civilização ou tem qualquer tendência a assimilar-se a ela. Sabemos que, depois das primeiras experiências que tiveram com os brancos, certas tribos ficaram horrorizadas com eles, enquanto outras se entusiasmaram pelas comodidades da vida oferecida pelo modo europeu que, com tanta facilidade, defendiam a gente da fome, do frio, dos mosquitos, das doenças e, até, do trabalho duro de cortar árvores com o machado de pedra.

É conhecida a relutância dos Xavantes do rio das Mortes contra qualquer relação com os nossos. Por outro lado podemos até ouvir chorar uma índia recém-vestida à européia, por lembrar-se de que sua mãe, já falecida, anos antes do encontro amigável com os brancos, teve de sofrer por andar ainda nua e por não ter tido, ainda, a oportunidade de ganhar o seu sustento trabalhando para os adventícios bem aprovisionados, nas estações do ano em que a natureza quase nada produz.

Numa mesma tribo pode haver atitudes diferentes a este respeito. Na aldeia dos Tapirapé, por exemplo, observei, em indivíduos diversos, o ódio contra tudo o que vinha de nós ou o desejo ardente de assimilar-se a nós.

No Brasil foram, principalmente, os índios Gê os que, mais obstinadamente, se recusaram ao contato com os nossos, enquanto numerosas tribos tupi se familiarizaram com os europeus, imediatamente e com boa vontade. Naturalmente, quanto a isso há exceções. Cada unidade étnica é única no espaço e no tempo, divergindo, portanto, nas suas

necessidades, e até certo ponto, de todas as outras unidades étnicas do mundo. Cada indivíduo condutor determina um comportamento dos seus que difere do comportamento de todos os outros. Não somente cada grupo social, mas também todo ramo de atividade humana tem seu indivíduo-condutor. Todos os diversos comportamentos exigem tratamentos correspondentes por nossa parte. Se quisermos ter a liderança em nossas relações com os índios, devemos acomodar o nosso comportamento ao comportamento deles.

Um isolamento provisório é recomendável no trato com qualquer tribo que, até hoje, tenha tido pouco ou nenhum contato com a nossa civilização. Por outro lado, o estado dos índios que já perderam quase toda sua cultura própria, e que não podem mais viver sem calças e cachaça, exige uma rápida assimilação. Cabe ao etnólogo averiguar o meio mais oportuno para acelerar a assimilação. Esta requer uma administração direta, enquanto em caso de isolamento temos de exercer a administração indireta.

Os franceses e portugueses foram sempre e são atualmente ainda os representantes principais de uma política colonial que tenta substituir, o mais depressa possível e radicalmente, a cultura indígena pelas instituições européas. Entre os polinésios e melanésios, os franceses destruíram, de propósito, as organizações tribais, causando, com isso, a ruína espiritual e física da população. No Brasil, os portugueses tiraram os índios de seu solo nativo, escravizando-os ou aldeando-os de maneira que foi suprimida ou, pelo menos, paralisada sua individualidade cultural. Hoje, estas duas nações aplicam a administração direta nas suas possessões africanas. Pretendem ligá-las, deste modo, estritamente e para sempre, à metrópole européia, impondo-lhes as instituições, os conceitos e a língua. Querem, por conseguinte, incorporar os indígenas à nossa civilização tão completamente que estes não se sintam mais membros duma mãe-pátria africana, mas da mãe-pátria européia.

Os ingleses representam a política contrária. Enquanto os franceses e portugueses exploraram os indígenas, não receando misturar-se, também com eles, os ingleses, na América do Norte, mataram os índios como se fossem feras. Foi, em grande parte, a consciência da necessária e bem merecida exclusividade da própria raça que for-

çou os anglo-saxões a cultivarem outra espécie de relações com os peles-vermelhas. Esta consciência estimulou o sentimento das diferenças raciais até o ponto de considerá-las niveláveis, apenas por meio de bala. Não sendo mais possível empregar este meio, restava como único recurso de tal mentalidade o isolamento e, com isto, a administração indireta. É a política que leva a respeitar as particularidades étnicas de um povo, as quais devem ser tomadas como ponto de partida para a sua educação. É o método que não procura desarraigar, mas deixar crescer o arraigado no seu próprio solo. É o que os ingleses fazem, hoje, nas suas colônias africanas. É o que se dá atualmente, com os peles-vermelhas nos Estados Unidos da América do Norte. Sabemos que o número destes índios está crescendo, ultimamente, de tal forma que os seus reservatórios precisaram ser aumentados, em parte, pela compra de outras terras. No Brasil sucede o contrário a respeito da população índia conhecida.

As condições especiais dêste país exigem, como já tentamos demonstrar, a aplicação de ambos os métodos no tratamento das tribos indígenas, isto é, a administração indireta e a administração direta. Não devemos esquecer, porém, que a administração indireta dos povos naturais, tanto na América como nas outras partes da terra, tem, necessariamente, um caráter provisório. Não há dúvida que a nossa civilização se estenderá, irresistivelmente, sobre o mundo inteiro. De certo tomará formas diversas nos diversos países, apresentando aspectos diferentes no Japão e na Turquia. Dá-se o fato de que grande parte da humanidade aceite uma civilização feita por outros e para outros. Querendo conservar sua personalidade étnica, deve-se aceitar esta civilização só parcialmente, isto é, apenas na medida em que possa ser "digerida". Aceitando-se mais, morrer-se-á de indigestão, isto é, perecer-se-á moral e fisicamente.

Tomando, por isso, as próprias culturas dos índios brasileiros como base de qualquer desenvolvimento para uma sucessiva assimilação, devemos respeitar o fato de serem as culturas americanas muito menos elásticas que, por exemplo, as da África Central, recuperando aquelas o equilíbrio, depois de um choque cultural, com muito maior dificuldade do que estas. Parece-me uma conclusão prematura julgar esta

falta de elasticidade consequência de uma espécie de calcificação, como, talvez, se inclinam a supor os partidários da hipótese segundo a qual os índios do Brasil são sobreviventes degenerados de chamados povos de alta cultura. Quero, a este respeito, se me permitem mais uma comparação com os nossos animais domésticos —, atribuir ao índio certa semelhança com o gato e ao negro a parecença com algumas particularidades do cão. Não podemos afirmar ser o gato mais degenerado ou menos inteligente do que o cão, por adaptar-se menos a nós e deixar-se adestrar com maior dificuldade do que este. É possível apreciar de várias maneiras o fato de não viver o gato, como o cão, por assim dizer, a vida de seu dono, mas a própria vida, pois não reconhece dono algum. Há quem aprecie o gato e despreze o cão, aquele pelo espírito de independência que manifesta afeiçoando-se mais ao lugar que tem por sua pátria, do que ao homem que lhe dá a comer, e este por sentir-se em casa só quando está aos pés de seu dono. Há outros que chamam de virtude a fidelidade do canino e atribuem ingratidão e falsidade ao felino. Para evitar conclusões erradas e chegar à máxima objetividade de compreensão e, com isso, ao tratamento mais adequado, é preciso abandonar quaisquer avaliações segundo conceitos que nem sequer são próprios à humanidade inteira, mas unicamente a uma limitada parte dela. O mesmo podemos dizer, sempre de novo, com referência aos povos e às "raças".

Para realizar o trabalho indigenista, necessitamos de auxílio do governo. Na África Inglesa, na União Sul-africana e na Austrália, a colaboração do governo com a etnologia já se evidenciou como produtiva. Resultou na elaboração duma ciência aplicada, para o bem comum.

A aplicação da etnologia no tratamento dos índios brasileiros consiste em organizar o processo da transformação de sua administração indireta para a direta. Na proporção em que se conservam culturas destes índios até entrarem na administração direta, essas culturas influirão sobre a formação de uma cultura neo-brasileira. É por isso que a influência índia sobre o Brasil ainda perdurará, a menos que se exterminem todos os índios.

O governo do Brasil não tardará em reconhecer que o futuro dos índios está ligado, inseparavelmente, ao nosso.

Tal fato acarreta uma grande responsabilidade. É essa tão honrosa responsabilidade que causa a suprema necessidade do estudo indigenista no Brasil.

Herbert Baldus.

★

Alfredo Moreira Pinto

O Sr. José Pedro Leite Cordeiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pronunciou naquela instituição, por ocasião de uma solenidade comemorativa do centenário do nascimento de Alfredo Moreira Pinto a seguinte conferência sobre a personalidade do ilustre geógrafo brasileiro:

"Aos 21 de maio do presente ano, ocorreu o primeiro centenário do nascimento de Alfredo Moreira Pinto, devotado professor de História e Geografia, e, na sua época, um dos mais ilustres geógrafos brasileiros.

O traço característico de Moreira Pinto foi a firmeza com que destemerosamente afirmou suas convicções científicas, políticas e religiosas. Professor de História e de Geografia, especialista da Geografia do Brasil, não era mero repetidor de compêndios e sim pesquisador que viajava com frequência, para indagar pessoalmente, ou, no próprio gabinete de estudos, obtinha, por correspondência, o que lhe pudesse aumentar a documentação científica. Como político, republicano exaltado em pleno regime monárquico, jamais perdeu oportunidade de se manifestar com entusiasmo pela forma de governo de seu ideal. Católico, apostólico, romano, pregava e praticava fervorosamente os preceitos de sua fé.

* * *

Nasceu Alfredo Moreira Pinto no município Neutro aos 21 de maio de 1847, em um lar feliz e profundamente honesto, formado pelo negociante português Antônio Moreira Pinto e sua mulher D. Venância A. da Silva Pinto.

Possuía seu pai uma loja de fazendas na rua da Cadeia, n.º 43, informação prestada por Noronha Santos e inserta no excelente artigo de Otton Costa, publicado no prestigioso *Jornal do Comércio*, sobre o "sábio geógrafo e historiador brasileiro". Morreu cedo o genitor de Moreira Pinto, deixando a família sem recursos materiais. Daí

o pedido feito por suas tias, aias da Imperatriz, para que o Imperador autorizasse a matrícula do menino no Colégio D. Pedro II. O Monarca fez mais, pagava do próprio bôlso as mensalidades do colegial. Interessando-se pelo rapaz, indagava-lhe as notas e os progressos nos estudos, e, todas as vezes que visitava o estabelecimento, solicitava a presença do protegido que correspondeu a tal interesse do protetor, fazendo curso brilhante e bacharelado-se em 1865.

No ano seguinte, matriculou-se na tradicional Academia de Direito de São Paulo e ali, num ambiente de entusiasmo e alegria, irradiante dos sonhos e ideais da mocidade, cenário ao mesmo tempo plasmador e revelador de muitos valores da inteligência nacional, viveu intensamente uma das fases mais deliciosas de sua existência, período que venceu fundamentalmente a sua forte personalidade. Quanta esperança não afiguraria o coração daquele moço pobre de bens materiais mas sobejamente rico da vontade de vencer, sequioso por se tornar elemento útil à Sociedade, cidadão prestante à sua Pátria!

Tornaram-se notoriamente famosos muitos de seus contemporâneos acadêmicos. Entre eles, Joaquim Nabuco, Bias Fortes, Aureliano Coutinho, Afonso Pena e Rodrigues Alves aos quais se juntariam vindos do norte, Rui Barbosa e Castro Alves, para completarem a turma que, no dizer de Spencer Vampré, "Há de ficar para sempre memorada na Academia de São Paulo".

No primeiro ano do curso, único em que Alfredo frequentou a *Alma Mater*, Joaquim Nabuco não perdia ocasião de propugnar idéias abolicionistas, e Moreira Pinto seguia-lhe de perto o ardor e a veemência. Enlevado, o jovem acadêmico ouvia Luís Gama extravasar, em frases quentes de paixão e sentimento, as amarguras e sofrimentos dos escravos. Assim ia se moldando em Moreira Pinto a alma de mais um abolicionista, de mais um republicano.

Da sua vida acadêmica, ficou-nos apenas a notícia de ter pertencido ao "Clube Científico", e de lhe ter sido impossível, por dificuldades financeiras, continuar o curso, não chegando mesmo a prestar os exames do primeiro ano.

Em 1867 o futuro geógrafo já se encontrava no Rio de Janeiro, onde iniciou a sua profícua e benemérita carreira de educador. Aos 11 de maio, desposou D. Luísa Gabina, esposa intel-

ramente dedicada ao lar felicíssimo, pouco a pouco enriquecido com o nascimento de dez rebentos. Desde logo passou a dirigir um colégio situado na rua do Catete, e, como professor particular, preparou inúmeros rapazes, entre os quais os nossos ilustres e ilustrados consócios Nelson de Senna e Afonso de E. Taunay. Este ao retratar a personalidade de Moreira Pinto, revelou-nos o pitoresco de uma de suas célebres mnemônicas para facilitar o estudo dos alunos confiados ao seu estremado cuidado pedagógico. Entre outras, eram notáveis as que diziam respeito às ilhas da Guanabara, aos afluentes do rio das Balsas, bem como a dos rios que deságuam na lagoa dos Patos. Esta última conservou-a intacta a memória prodigiosa de mestre Taunay, graças à qual podemos-la repetir, "São Gonçalo disse a São Lourenço que no Camapuã e no Guaíba há jacarés e capivaras". Esta frase, facilmente identifica os rios que vertem suas águas na lagoa sulina.

Aos 8 de janeiro, fôra nomeado professor Coadjuvante da Escola Militar, na cadeira de História e Geografia, da qual, treze anos mais tarde, tornou-se o catedrático, após brilhantíssimo concurso, cujas provas oral e de defesa de tese foram assistidas pelo Imperador e por numeroso auditório.

Na Escola Militar, desde 1867, granjeava não só a simpatia mas também a admiração e a amizade dos alunos que fizeram imprimir a sua tese de concurso. Assim passou tranqüilamente a vida de Moreira Pinto durante quase três décadas.

Não foi ele entretanto somente professor. Exerceu atividades no Fôro Criminal do Rio de Janeiro e também como sub-delegado de polícia, inspetor escolar e examinador em bancas de preparatórios. Desde novembro de 1889 até pouco antes de falecer, ocupou o cargo de Diretor da Biblioteca Municipal, onde organizou catálogos, dedicando-se carinhosamente ao aperfeiçoamento do seu Dicionário, do qual havia publicado cinco volumes em 1888 e de cuja segunda edição, saía o primeiro volume em 1894. Espalhava assim em largo âmbito os frutos de sua energia, operosidade e inteligência.

Embora quase inteiramente dedicado ao ensino, conseguiu tempo para fundar e dirigir o jornal *O Século* e para colaborar largamente no *Jornal do Comércio*, no *O País* e na *A Tribuna*, abordando assuntos históricos e especialmente geográficos. Nêles deixou

muitas impressões colhidas nas viagens de estudos que fazia à própria custa, descrevendo vilas, cidades e povoações, rico material fixador da época. Propugnava pela criação de bibliotecas populares, vendo nisso a maneira fácil e mais acertada de educar o povo, levantando-lhe o nível cultural. Foi, não só nessa mas em várias outras medidas, um pioneiro, pois hoje estão em pleno uso algumas normas a respeito do ensino da geografia, por ele já preconizadas em princípio do século. Sua esplêndida realização pedagógica se estampa em mais de uma vintena de obras didáticas das quais se contam, na totalidade, quase oitenta edições, muitas premiadas na Exposição Pedagógica (Rio de Janeiro, 1883) e na Exposição de Objetos Escolares (1887-1888).

Registavam-se repetidamente duas características na tão destacada personalidade de Moreira Pinto: a modéstia e a honestidade, que transpareciam palpavelmente nos prefácios de seus livros, um dos quais não vos furtarei a delícia de ouvir: "Graças antes ao favor público do que ao mérito dêste trabalho, sai à luz a terceira edição da Geografia das Províncias, expurgada de diversos erros que continham as anteriores edições. Conto ainda uma vez com a boa vontade de quantos leram este livro, para que me cientifiquem das omissões e erros que nêle encontrarem. Será êsse um serviço prestado não a mim, mas ao Brasil que precisa ser conhecido com exatidão".

Era de fato freqüente a sua preocupação sincera de corrigir possíveis erros. Quando terminava o "Dicionário Geográfico do Brasil", expôs os originais durante dias seguidos na redação da *Gazeta de Notícias*, afim de receberem as retificações ou os acréscimos dos entendidos no assunto.

A obra científica levada a efeito por Moreira Pinto, foi realmente notável. O "Dicionário Geográfico do Brasil", sua obra capital, monumento de pacientes pesquisas, repleto de informações não só geográficas, mas ainda históricas, estatísticas e demográficas, bastaria para glorificar um escritor. E façanha só alcançável por um homem de vontade rija e inquebrantável. É trabalho de abnegado, de apaixonado que, acarinando um sonho, nêle se integrou de tal modo, com tal pertinácia, que pôde efetivá-lo para sua própria satisfação e para glória da cultura brasileira. Bem se pode avaliar o trabalho

realizado pelo mestre, quando se considera que Alfredo Moreira Pinto levou quase trinta e três anos para concluí-lo (de 8-1-1867 a 18-7-1899). Ao prefaciá-lo, sentiu razões para dizer: "Representam muitos anos de labor, o sacrifício de minha mocidade, aspirações, haveres, e, quem sabe, se da minha vida. A nada me poupei para conseguir de todos os pontos, ainda os mais remotos do Brasil, informações minuciosas e exatas. Tive de lutar com inúmeras dificuldades, só apreciáveis para quem se aventura a empresas de tal ordem. Entretanto, fiz tudo quanto foi possível. Receba minha Pátria este trabalho, como testemunho de sincera dedicação que sempre lhe votei".

Dessa maneira se expressava o sábio geógrafo, após afirmar: os "Apostamentos para o futuro Dicionário Geográfico... pôsto que estejam bem longe de satisfazer à ingente necessidade que tem o nosso extensíssimo Brasil de ser conhecido, devem ser recebidos pelo público com benevolência". Falava o patriota procurando ser útil à sua Pátria, amando-a e servindo-a através de sua inteligência e de sua cultura.

Unidas a tão nobilitante sentimento, vinham a moderação e a modéstia do sábio que solicitava benevolência: — "Os críticos sejam indulgentes no julgamento deste livro que, se não pede a caridade do silêncio sobre o seu mérito, exige todavia que o corrijam e o aumentem, de modo que alguém, mais tarde, possa erguer sobre este alicerce ainda que fraco, o monumento que com verdade ateste as grandezas desta nação digna dos mais gloriosos e épicos destinos".

Vibrava-lhe o coração, fremente de amor ao Brasil, e mais uma vez transparecia nitidamente o espírito do verdadeiro cientista que nunca julga inteiramente completa sua obra e a deseja melhorada; que, ansioso, insta pela crítica construtiva, um dos complementos indispensáveis ao progresso e ao aperfeiçoamento.

É prescindível analisarmos aqui o valor do Dicionário, "Fonte a que não de todos recorrer para beberem algum conhecimento sobre o lugarejo mais remoto e insignificante" asseverou, em 1 de maio de 1883, a Comissão nomeada pelo Ministério do Império para examiná-lo e constituída por Henrique de Beaurepaire Rohan, Antônio Cândido da Cruz Machado e Joaquim Mendes Malheiro, que terminam opinando pelo

auxílio imediato e eficaz, garantia do sossego do autor para completar a obra de "Grande e incontestável mérito" e "Imediato proveito para as letras pátrias".

Traçando em linhas gerais o período atravessado pelo país quando se publicou, em 1894, o primeiro volume da segunda edição, Raul Pompéia situou a realização de Moreira Pinto, entre as obras espirituais que, junto à bravura do soldado brasileiro, originaram uma revivescência, um renascimento da Nação, classificando-a como parte componente da louvável resistência contra a "Tormenta infernal, o tórvo sabbath de misérias que... agitava a vida política...". Pompéia nela divisiu uma expressiva parcela delineadora da época, a fixar e orientar, naquele quase final do século XIX, "os primeiros passos da Pátria, na estrada perigosa e ainda mal segura da República. Basta lembrarmos que a Revolta da Armada fazia o Brasil viver angustiado em dolorosas e trágicas horas de infortúnio.

A verrina contundente de Raul Pompéia, não poupou críticas ao regime Monárquico, em cujo decurso não fôra possível a publicação do Dicionário, mas apenas o início de sua impressão, e, lembrava, irritado, que, enquanto Moreira Pinto empobrecia para criar "A riqueza mais pródiga de nossos conhecimentos geográficos, o Estado desconhecia-o como se trabalhasse numa quase reprovável empresa de egoísmo e cobiça pessoal".

A censura de Pompéia faz-nos imaginar Moreira Pinto passando pelas ruas da Capital, com o *fraque sovado*, a brilhar nos olhos o desespero de sentir incompreendido tanto esforço, estampados na face desfeita, os vestígios das vigílias, do trabalho intenso e quase ininterrupto noite a dentro. Uma revolta amargurada fê-lo exibir os originais na vitrina de um livreiro, confessando assim, na opinião de Raul Pompéia, "Em público, humildemente, penitentemente, o pecado de seu prodigioso ardor".

Ao necrológio, inserto no *Jornal do Brasil*, dois dias após o falecimento de Moreira Pinto, pertencem as expressivas palavras: — "Em verdade o Dr. Moreira Pinto não teve em vida o quanto a sua esforçada dedicação, os seus assinalados serviços" realmente mereceram.

Na carta estampada logo após o prefácio do "Dicionário Geográfico", continuava o autor de *O Ateneu*: "Sobre

as copiosas notas coligidas virão as modificações de aperfeiçoamento, a obra das retificações e do acréscimo ainda possível e por si aprenderão as cartas gráficas a corrigenda do seu traçado e de suas designações. A consciência territorial, se assim se pode dizer, ir-se-á consolidando cada vez mais como ponto de partida para estatística mais precisa, para demografia mais fiel, para irradiação mais fácil da vida industrial que dessas noções claras depende". Perfeito êsse juízo de Pompéia, em uma antevisão quase exata da geografia que se estuda e se faz no Brasil hodierno.

Esplêndido mestre, bem soube Moreira Pinto abrir e desbastar o áspero caminho para os que, após êle, se consagraram ao estudo da geografia brasileira. No dicionário encontram-se os dados e informes para o Brasil de então. Lá se acham a geologia, a etnografia, a arqueologia, a ecologia, a estatística, a demografia, a economia e a história.

No tempo de Moreira Pinto, e, em parte, graças a êle, a Geografia já se afastava do caráter meramente descritivo para ganhar, com as ciências afins, qualidade de ciência analítica, explicativa da vida, orientadora de medidas e diretrizes.

Sabemos todos a influência do meio sobre o homem, transformando-o, adaptando-o e mesmo ditando regras à sua ação. Desde Hipócrates já se apontava o poderio das condições geográficas sobre a nossa espécie, tão bem analisadas na sua atuação sobre a humanidade por Montesquieu, e desenvolvidas e completadas por Humboldt, Peschel e Buckle, Carlos Ritter e Frederico Ratzel. O meio condiciona nossa existência, limitando-nos muitas vezes a ação, compelindo-nos, guiando-nos, sujeitando-nos em muitas outras ocasiões. A medida que a civilização cresceu, que a técnica se aperfeiçoou, que a cultura se alevantou, fomo-nos aproveitando da própria natureza, aos poucos nos tornamos donos de suas forças, submetemo-las à nossa vontade e atividades, orientamo-las para se criarem novas condições, novos fatores no meio ambiente que facilitassem, melhorassem e aperfeiçoassem a vida terrena. Nessa marcha triunfal, o gênero humano muito deve à Geografia. A própria palavra está a dizê-lo: descrição da Terra, do astro onde vivemos. Enquanto a História, investigando o passado, nos orienta no presente, a geografia,

partindo do presente, norteia e aconselha o homem para o presente e para o futuro.

Hoje, quando a Geografia já se transformou em pesquisa, com observações e interpretações indispensáveis para a boa orientação econômica e administrativa, volvemos os olhos aos fins do século XIX, e vemos Moreira Pinto fazendo com São Paulo, Santos, Campinas, Bahia e Belo Horizonte, quase o mesmo que atualmente fazem os modernos geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, nas chamadas *análises regionais*, pesquisando as possibilidades das várias zonas geográficas, instruindo na melhor aplicação do trabalho humano, suavizando-o, ordenando-o, frutificando-o.

Prevendo e preparando melhores resultados futuros, solucionando problemas sociais, políticos, administrativos e econômicos, lá se vão os geógrafos do nosso tempo em busca de dados, de informes, de levantamentos. Fazem-no sob o manto protetor das organizações e dos governos, cumprindo os deveres de uma profissão utilíssima ao vasto e imenso Brasil, cujo território, em parte, foi também cruzado, no final do século XIX e nos princípios do XX, por Alfredo Moreira Pinto que o estudou e o descreveu. E fê-lo à sua própria custa, sem auxílios, tirando do seu minguado bolso o necessário para realizar a sua obra patriótico-científica.

Não há muito, Pierre Deffontaines, ao prefaciá-la a admirável publicação de O'Reilly Sternberg, certificava: "Esta ciência se aprende essencialmente sobre o terreno. O geógrafo se forma realmente pela expedição, a excursão, a viagem. É preciso caminhar, ver, interrogar".

Não foi sem motivos que Moreira Pinto se sentiu atraído pela ciência geográfica. Estudou-a, aprofundou-a e difundiu-lhe as noções não só colheu informações nos livros, nos relatos, nas descrições, nos relatórios ao seu alcance, mas também elaborou-as, buscou-as diretamente em viagens e excursões. Seus livros constituem fontes inestimáveis e fecundas, donde a jorro brotam conhecimentos e informes nos vastíssimos campos da Oceanografia, Meteorografia, da Biogeografia e da chamada Geografia Social ou Política, com todas as suas divisões: Indústria, Economia, Comércio, Organização Militar e Administrativa, Cultura e desenvolvimento espiritual, e isto tudo, na maioria

das vêzes, entremeado de notícias históricas que mais interesse e valor inculcam ao trabalho.

Alfredo Moreira Pinto pertenceu à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, porém jamais ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apesar de possuir para isso, excelentes credenciais.

* * *

Eram bastante conhecidos os ideais republicanos de Moreira Pinto que não temeu apregoá-los e defendê-los em pleno regime monárquico. O livro intitulado *A Cidade de São Paulo em 1900*, traz dedicatória sugestiva: "Ao seu bom amigo e correligionário político Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales e aos seus amigos coronel Fernando Prestes de Albuquerque e Dr. Peixoto Gomide".

Todos nós conhecemos êsses vultos nacionais intimamente ligados à propaganda da República no Brasil, tendo sido o primeiro deputado pelo Partido Republicano, e o último, em companhia de Bernardino de Campos, o fundador no Amparo do jornal republicano *A Época*. O coronel Fernando Prestes fizera parte do Clube de Itapetininga, organizado por Venâncio Aires.

Contava Moreira Pinto 25 anos de idade quando editou dois pequenos livros, sob o pseudônimo de *Esquiritos*, nos quais reproduzia os autos da Inconfidência Mineira e os termos do Processo Ratclif. O primeiro consagrou "As sagradas cinzas do Martir da Liberdade, José Joaquim da Silva Xavier e à heróica Província de Minas Gerais, Terra de seu Berço". No prólogo, não receou criticar a orientação do governo imperial quanto ao ensino da História do Brasil, proclamando: "Já que a história do nosso país procura obscurecer os serviços heróicos prestados por êsse vulto homérico... deixe a polícia imperial que o povo busque, na ciência da verdade, conhecer a vida dêsses homens que sofreram a morte por tentarem quebrar as algemas do cativo deste País, digno de melhores dias".

Procurava tornar a opinião pública desfavorável ao governo monárquico, incentivando a revolta popular contra as instituições vigentes e tocando nas fibras sentimentais do povo, com a evocação dos heróis e mártires da liberdade. Nas páginas finais, ao descrever o suplício de Tiradentes, fá-lo

poeticamente, lembrando a magnitude do sacrifício de José Joaquim da Silva Xavier.

A ação do político cruzou-se com a do historiador. Preocupado em atacar o Império, Moreira Pinto prestou serviço valioso à historiografia, trazendo a lume, em 1877, parte dos autos da Inconfidência, os interrogatórios de Tiradentes e de Tomás Antônio Gonzaga, o exame feito no corpo de Cláudio Manuel da Costa, a relação dos presos recolhidos à fortaleza de São José, na ilha das Cobras, e à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em outubro de 1791, além de extensa lista de pessoas postas incomunicáveis na mesma época, documentos de todos então desconhecidos.

Igual valor histórico projeta-se de outro panfleto de Moreira Pinto publicado sob o título: "Processo Ratclif", e em cuja introdução não deixou perdida a oportunidade do ataque: "A monarquia hoje alevanta a estátua do seu homem... o povo quer também levantar a estátua do seu martir... Deixai passar *Esquiritos*. Ele não vai perturbar vossa alegria, ele não vai despertar vosso herói; quer apenas oscular essas pedras sagradas que receberam três cabeças decepadas pela mão do algoz e derramar sobre elas uma lágrima, lágrima que vale mais que êsses monumentos de bronze... A vós meus concidadãos entrego êsse processo; lede-o e nêle aprendei o sacrifício pela mais sublime de todas as causas. A monarquia já ergueu um dia a estátua dêsses três heróis. A força é a única estátua que ela concede aos homens livres. Vós tendes também direito de erguer a vossa e essa será singela mas sublime e eterna".

Sugestivamente, assinou estas palavras aos 7 de setembro de 1872, quando se passava o cinquentenário da independência, e quando, no largo de São Francisco de Paula, se elevava por iniciativa do nosso Instituto Histórico, a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva, inaugurada em presença do imperador que, respondendo ao discurso do Dr. Joaquim Manuel de Macedo, então orador oficial dêste sodalício, pronunciou expressivas frases: "As nações engrandecem-se com as homenagens prestadas aos seus varões ilustres; José Bonifácio de Andrada e Silva é digno da veneração que lhe tributam todos os brasileiros e que lhe consagro também como grato pupilo".

Não se continha Moreira Pinto, criticando a homenagem prestada ao Patriarca, e, insurgindo-se também contra a ereção do monumento a D. Pedro I, levada a efeito dez anos antes, ainda por iniciativa dêste Instituto, lembrava o suplicio de João Ratclif, João Metrowich e Joaquim da Silva Loureiro, logo após o desenlace da Confederação do Equador, quando ainda não tinham decorrido três anos da ascensão do 1.º Imperador.

Convicto de que a República seria benéfica para o Brasil, postou-se ao lado de seus correligionários políticos, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1873, quando se deu o assalto ao jornal *A República*, e, pela manhã, já distribuía, na rua do Ouvidor, o protesto redigido por Quintino Bocaiúva, no ardor da refrega, e cheio de revolta contra o ataque àquele órgão do movimento renovador.

Assinara em 1870 o famoso manifesto republicano, três anos após ser obrigado ao abandono dos estudos de direito em São Paulo, por falta de recursos. Bacharel pelo Colégio Pedro II, graças à bolsa imperial, exercendo desde 1867 o cargo de Professor Coadjuvante na Escola Militar, mantendo relações de amizade com o Imperador, não temeu perder as boas graças do Monarca. Batalhou pelas idéias de liberdade, tanto na tribuna como na imprensa, e, no parecer relatado por Coelho Lisboa e apresentado à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sobre os "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil" lemos que foi ele "Um dos espíritos que mais concorreu para a transformação social e política por que passou o Brasil no último quartel do século passado em sua evolução".

Moreira Pinto muito porfiou pela proclamação da República e nela depositou fé inabalável, oferecendo-lhe a força do pensamento e a própria vida, quando a percebeu em perigo, quando sentiu abalados os alicerces que ajudara a fundamentar. Colocou-se então destemidamente ao lado do marechal Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada, alistando-se no Batalhão Republicano Municipal organizado pelo Dr. Henrique Valadares. Valeram-lhe o posto de major os serviços prestados naquela cruciante fase da República Brasileira.

* * *

Bela e irrestrita fé na Religião Católica Apostólica Romana, sublimada pelo cumprimento rigoroso de seus preceitos, constituiu outra característica da marcante personalidade de Alfredo Moreira Pinto. Satisfazia fielmente as obrigações de bom cristão e resignava-se ante os designios do Supremo Criador, de quem recebia as vicissitudes da vida como provação terrena para alcançar o bem eterno. Nas suas vitórias, nas suas conquistas, nos poucos momentos de felicidade que desfrutou, rendeu graças à infinita bondade do Senhor. Em chegando ao fim da maior tarefa que emprendera, ao ver coroada sua dedicação e constância, ao sentir que o próprio esforço e o valor pessoal tinham vencido inúmeros obstáculos e tropeços, quando emocionado folheou carinhosamente as últimas páginas manuscritas do "Dicionário Geográfico", voltou o espírito para o alto e exclamou: — "Meu Deus".

— "Graças infinitas Vos dou, Senhor, por não me terdes desamparado dando-me coragem e resignação para ultimar êste trabalho".

— "Quantas vezes o desânimo de mim não se apoderou, em meio das dificuldades que me salteavam".

— "Mas Vós, misericordioso como sois, me dáveis coragem para prosseguir".

— "Cheguei ao termo, e isso, só devido à Vossa vontade".

— "Almejo pelo momento em que, desencarnado, possa ajoelhar-me humildemente diante de Vós, e beijar, com o fervor de um crente sincero, Vossas divinas mãos".

"Obrigado! meus Deus!".

São palavras que não permitem comentários.

A piedosa virtude da caridade asenhoreava-se frequentemente da sua pessoa. Durante algum tempo exerceu o cargo de Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, onde entre outras benemerências criou uma escola para pretos cuja direção confiou a uma filha de Fagundes Varela, a quem encontrara em miséria extrema quando excursionava no Estado do Rio de Janeiro. Esse cargo ele o destinara a seu filho Justiniano... É pequenino mas expressivo êste episódio que bem demonstra como agia desinteressadamente o mestre.

* * *

A longa e tranqüila carreira de Alfredo Moreira Pinto, como professor catedrático, se turvou por um incidente com o conde d'Eu, quando o príncipe consorte visitava a Escola Militar, no dia 18 de julho de 1882. Em plena aula, desavieram-se o príncipe e o mestre, protestando o primeiro contra asserções do segundo, referentes aos desatinos de Carlos IX, rei de França, na trágica noite de São Bartolomeu.

Alberto Rangel, em sua esplêndida biografia de Gastão D'Orleans, assevera que, após a entrada do conde d'Eu na sala de aula, "O professor incontinenti mudou o tema, tomou por assunto da preleção a *Saint Barthélemy* e tomando a sua fêrula chamou a contas o rei quinhentista, entranchado ao príncipe presente mais pelo intento ferino do professor... que pelo sangue diluído na trama de um abolório". Daí o protesto do rebento da Casa Real francesa.

Afirma Moreira Pinto ter exigido a retirada do conde d'Eu, dizendo-lhe que: *se êle era príncipe eu era imperador durante o tempo em que desempenhava as funções majestáticas de professor*".

O comandante da Escola Militar, brigadeiro Severiano Martins Fonseca, depois barão de Alagoas, censurou o professor em "reservado". Alberto Rangel cita um trecho da censura, que deveria ter calado fundo no amor próprio do mestre: — "Por esta ocasião devo prevenir a V. S. que só se vestirá de prestígio e por êste modo honrará a Escola, quando, sabendo respeitar a quem deve, conseguir captar o respeito de que precisa".

Moreira Pinto, conforme suas próprias palavras, pedira "Vênia para responder e representar em "reservado" contra o "reservado". Ambos os pedidos lhe foram recusados.

Pela segunda vez chamava-lhe a atenção o mesmo militar que não vacilou mandar submetê-lo a Conselho Disciplinar. Ao que parece interveio o imperador, e, sustada, ficou a medida reduzida a uma comunicação à Congregação da Escola, que unanimemente consignou em ata. "Estranhava e lastimava que se tivesse dado a aludida falta, pedindo ao general comandante, comunicar oficialmente esta sua resolução ao Sr. Moreira Pinto".

No dia imediato, o professor requeria jubilação por motivo de saúde. Respondendo ao pedido, o comandante da Escola informou que, nomeado catedrático não havia dois anos, somente

seria possível, dentro da lei regulamentadora, conceder-lhe jubilação se fôsse contado o tempo de trabalho como professor coadjuvante, perfazendo-se assim os quinze anos exigidos pelo regulamento. E por sôbre tudo isso se tornava ainda necessária ordem imperial para ser lavrado o decreto.

Submetido à inspeção de saúde, o parecer da junta médica revelou moléstia incurável, que o incapacitava para o serviço ativo. Mau grado êste laudo, Moreira Pinto não obteve despacho favorável.

Dirigiu-se então ao Paço de São Cristóvão e solicitou a interferência do monarca no sentido de lhe ser dada aposentadoria. D. Pedro respondeu-lhe: "Não o jubilo; o senhor é pobre e sua família precisa de recursos".

Passou-se o tempo e, aos 7 de março de 1889, quando era reorganizado o ensino na Escola Militar, a substituição de Moreira Pinto entrou no plano da remodelação.

O diretor, Francisco Manuel das Chagas, historiou o assunto em officio remetido ao ministro da Guerra, lembrando alguns precedentes quanto ao tempo requerido para jubilação, originários de imperiais resoluções, como acontecera ao repetidor major Bibiano Sérgio de Macedo da Fontoura Costalat e ao adjunto Felisberto José de Menezes, em cujas fôlhas de serviço constava o tempo em que exercera o primeiro cargo de coadjuvante e, o segundo, o de repetidor interino.

Baseado nisso, o ministro da Guerra Tomás José Coelho de Almeida exarrou, em 9 de março de 1889, o seguinte despacho: "Deferido, lavre-se o decreto de jubilação, contando-se ao suplicante o tempo em que exerceu, sem interrupção, o lugar de coadjuvante".

Aos 29 de março, o jornal *O País* qualificava equânime a atitude do governo, além de justo o ato do ministro da Guerra o qual, não querendo "Demitir o professor, preferiu conceder-lhe a jubilação". O mesmo matutino reprovava o procedimento de Moreira Pinto por se "Apresentar como vítima de violência do governo porque êste lhe concedeu, com a maior generosidade, a jubilação requerida, quando êle, o professor jubilado, se considera *homem perfeitamente válido no gôzo da maior vitalidade*".

Originara estas assertivas a carta de Moreira Pinto datada de 21 e publicada a 22 de março pelo mesmo jornal e por outros do Rio de Janeiro e cujo teor é o seguinte: — "Agradecendo

a V. S., às redações do *Diário de Notícias* e do *Novidades*, os artigos que publicaram a respeito da minha jubilação forçada no lugar de professor de história e geografia que, há mais de 22 anos, exerço na Escola Militar desta corte, tenho a honra de declarar a V. S. que, se o governo tiver a infeliz lembrança de reconsiderar o ato tirânico que praticou, estou resolvido a *não voltar mais a desempenhar* as funções inerentes àquele lugar”.

“Publicada como se acha a disposição do governo, de arrancar-me do corpo docente daquele estabelecimento, publicado já pelo *Jornal do Comércio* o nome do meu substituto, ser-me-ia desonroso voltar a exercer uma profissão para a qual o governo acaba de declarar-me incompetente”.

Rebatendo as explicações de *O País*, favoráveis ao governo, o *Novidades*, do qual era redator Alcindo Guanabara, inseriu, dias depois, a seguinte nota: — “Para se justificar a violência praticada contra esse ilustre membro da Escola Militar, mandou o governo publicar ontem, num jornal que aí há, que fôra S. S. quem pedira essa jubilação, sujeitando-se à inspeção de saúde e fôra julgado tuberculoso”.

“Estamos autorizados a declarar que essa jubilação fôra pedida em 1882, há portanto 7 anos”.

Na véspera, o mesmo jornal, sob o título: *Jubilação Forçada*, acusava o conde d’Eu e o sub-ministro da Guerra, finalizando: — “Proclamem-se pois que os lentes de nossas academias devem ir levar as suas convicções científicas à aferição imperial para não serem um dia vítimas pelo augusto discordante”.

Realmente causara surpresa e sensação o decreto de 16 de março de 1889, que jubilou Moreira Pinto, concedendo-lhe ordenado proporcional ao tempo de serviço. Fervilhavam no calor da propaganda política, no mais aceso da luta de regimes, na pira esbraseada do idealismo, no entusiasmo viril e renovador dos criadores da República, os pródromos do 15 de Novembro. O gesto do governo para com o antigo professor que alimentava e apregoava idéias republicanas, levantou vozes de protesto e reprimenda. A má vontade e o ambiente hostil, de há muito enfrentados pelo conde d’Eu, mais se acentuaram. Parte da imprensa carioca se rebelou e, no *Diário de Notícias* de 21 de março, Rui Barbosa proclamava: “O Dr. Moreira Pinto é aquêle consciencioso professor de história que expando a seus

discípulos em presença de S. Alteza a tragédia sombria e sanguinária da noite de São Bartolomeu, ousou não mentir, referindo-se à responsabilidade de Carlos IX no assassinato de Coligny e na trucidação dos protestantes”.

“O professor é inviolável e soberano na sua cátedra. Ninguém, nem o próprio monarca se ali se achasse, podia legitimamente interrompê-lo e desmentir-lo. Não sucedeu porém assim. O Dr. Moreira Pinto recebeu nas faces afrontosas uma violenta interrupção e uma denegação irosa que desautorava o lente perante os seus alunos. A firmeza com que o ilustre professor manteve a autenticidade da afirmação em presença de seu poderoso impugnador... incompatibilizou-o com influências formidáveis no Paço”.

“Quiseram então demitir o Dr. Moreira Pinto e este quis jubilar-se mas S. Majestade opõe-se peremptoriamente a ambas essas soluções”.

* * *

Ao imperador uniam Moreira Pinto os liames sentimentais de um coração grato e de profunda admiração.

Depois da proclamação da República e da morte do monarca, assistiu, durante onze anos, às missas rezadas por intenção de D. Pedro II, a quem chamava *virtuoso amigo*. Valeu-lhe a generosa atitude críticas acerbas que provocaram longuíssima carta publicada no *Jornal do Comércio*, confessando o culto de veneração que mantinha pela memória do monarca, a simpatia, a amizade e mesmo a compreensão que os ligou em vida.

A carta exalta a magnanimidade do imperador de quem Alfredo recebia auxílios pecuniários quando estudante na Academia de Direito de São Paulo, apesar de já nutrir e propagar idéias republicanas.

Um fato passado na Escola Militar quando a visitava o monarca, patenteia o seu interesse pelo mestre de História e Geografia.

— “Como vai o Moreira”, perguntou ao general Polidoro que, relacionando a pergunta com um deputado pelo Amazonas, respondeu: “Está muito desgostoso com a política da Província”.

— “Não é dêsse Moreira que peço notícias, mas do Moreira Pinto, o republicano”, disse o imperador.

— “Quer ver V. M. como êle está tratando da República?”, inquiriu o general.

Ambos se dirigiram para a sala de aula e assistiram a uma preleção de Moreira Pinto, a explanar, por coincidência, o ponto do dia: *República Romana*.

Podemos lembrar outro episódio que também demonstra como D. Pedro II se interessava pelas realizações culturais. Após examinar os originais do *Dicionário Geográfico*, entregou a Moreira Pinto, dentro de um envelope, dois contos de réis, solicitando modesta e generosamente: "Não diga a pessoa alguma, nem mesmo à sua família que eu o auxilio".

Grato e leal foi o professor ao expor sinceramente e de público, os favores recebidos. "Só fui jubilado quando apanharam o imperador com a memória enfraquecida" declarou, referindo-se à recusa de D. Pedro II de assinar o decreto de sua exoneração apresentado pelo ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, logo depois do assalto ao jornal *A República*. No segundo dos artigos publicados no *Diário de Notícias*, sob a epigrafe: *Aos meus concidadãos*, se encontram as palavras: "Como republicano, Senhor, sou vosso adversário político. A gratidão, porém, que vos devo será eterna e irá com os anos tornando-se maior, porque *a velhice tem o privilégio de avigorar tôdas as virtudes*".

Na madrugada de 16 de novembro de 1889, com permissão do general Deodoro, despediu-se do imperador deposto, fixando em frases expressivas a triste cena: — "Quando enfrentei... meu respeitável, virtuoso e venerando amigo; quando vi a sua fisionomia traduzindo a dor que lhe torturava a alma; quando vi a sua barba e os seus cabelos mal cuidados e embranquecidos pelos anos e pelos sofrimentos físicos e morais; quando vi aquêlê homem que, durante sessenta anos, presidira, com patriotismo inextinguível, os destinos dêste país, cercado apenas por alguns amigos, abandonado por êste povo que dias antes o cobrira de aplausos, tive uma emoção tão violenta, que receei ser acometido por uma síncope". Em frente a êle, disse-lhe:

— "Venho apresentar a V. M. as minhas saudosas despedidas". Ia oscular-lhe a mão benfazeja, quando êle a retirou já perto dos lábios.

— "Retirei-me com os olhos marejados de lágrimas".

* * *

Alfredo Moreira Pinto faleceu aos 26 de abril de 1903, no prédio n.º 61, atual 363, da rua São Francisco Xavier. Contava 55 anos de idade, a maior parte dos quais, prestantemente entregue ao serviço da cultura, da ciência e da grandeza do Brasil.

Em um dos necrológios, houve quem dissesse: "Um dia entre os ... volumes de uma biblioteca, alguém, mais justiceiro do que nós, descobrirá os seus livros e então será dado à sua memória o que a sua pessoa não alcançou".

Seus livros não ficaram entretanto perdidos nas bibliotecas. Mui diversamente, o seu *Dicionário Geográfico* foi, é e será sempre consultado, e hoje, acabamos de evocar a memória de sua tão sugestiva existência, cumprindo um dever impôsto pela História, onde se registram e anotam os reais valores da humanidade.

Não raro, durante os meses que lhe precederam a morte, ouvia-se, já noite alta, o diálogo entre o professor e dona Luísa Gabina, sua dedicada esposa: — "Vem dormir".

— "Estou fazendo o meu *Dicionário*."

— "Você está é cavando o seu túmulo", respondia-lhe D. Zizinha, num pressentimento inexplicavelmente certo que muitas vêzes aperta e compunge os corações que verdadeiramente se amam e se entendem. Foi numa cena idêntica a essa que êle teve a alegria de dizer: "Acabei de escrever o último verbete". Logo após, começaram as garas da morte a fazer pressão sobre o seu corpo já cansado e quase exausto de trabalho. Vitimou-o um ictus hemorrágico e, após a hemiplegia e o estado comatoso, afastou-se definitivamente do mundo material, aquêlê batalhador incansável.

Alfredo Moreira Pinto na sua estremecida afeição pela pátria, amou-lhe a gente através da terra. Amou tanto uma como outra. A gente brasileira e a terra brasileira, ambas couberam, repartidamente, em tôda a sua expressão, valor, beleza e riqueza, dentro do seu pujante cérebro de sábio e do seu imenso coração de patriota".

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

A Geopolítica *

Prof. F. A. RAJA GABAGLIA

A *Geopolítica* é um dos ramos mais novos dos conhecimentos humanos e, mesmo assim, já tão grande é o seu acervo, que se torna impossível, no tempo destinado a uma aula, expor-lhe os fundamentos e os propósitos. Destarte, em traços gerais, diremos apenas algo sobre sua evolução histórica e sobre o seu conceito. Indicaremos ainda alguns dos nossos mais importantes problemas geopolíticos.

1. GEOGRAFIA E POLÍTICA

A renovação dos estudos geográficos, com a tendência de lhes dar um caráter eminentemente político, no mais alto sentido dessa expressão, tem aproximado, cada vez mais, a Geografia das outras ciências sociais. Esta aproximação tem suscitado problemas acerca do *objeto*, *método* e *técnica* desses estudos.

É óbvia a legitimidade da colaboração entre os estudos geográficos e os estudos políticos porque, na realidade, a noção de *Estado* provém da de *território*; o Estado é um ente geográfico. Fora de dúvida que a Política, propriamente dita, não pertence ao campo de ação do geógrafo. Assim, porém, como o geógrafo se serve de ciências, que tocam com a Geografia, como a Astronomia, a Geologia, a Biologia, a História, da mesma forma necessita da Sociologia e das Ciências Jurídicas e Políticas. Ao lado da Geografia Física, há a *Geografia Política*, sistematizada por Ratzel, que a erigiu como ramo independente da Geografia Humana em Geral (*allgemeinen Geographie des Menschen*).

"O nome desacreditado da Geografia Política, escreveu E. Oberhummer, Ratzel o elevou novamente e o encheu de vida nova". O que era antigamente abrangido por este nome, era, em verdade, pouco próprio para fazer figurá-la como ciência e muito menos ainda merecia tal denominação a forma usada para mostrar o conhecimento das terras e das nações, nos últimos decênios do século passado. Querendo-se observar mais fundamentalmente as raízes de um estudo científico dos Estados, forçoso é entrar-se no terreno da política e da economia dos povos. "O principal mérito de Ratzel, conclui o ilustre continuador de sua obra, reside em se ter aproveitado dos estudos políticos e econômicos e lhes haver dado uma base geográfica".

A *Politische Geographie* de Ratzel, cuja edição *princeps* data de 1897, inaugurou nova fase. A princípio, apenas compreendida e festejada nos círculos diplomáticos, como tratado de política, — e isso talvez devido ao seu tom dogmático —, tornou-se, depois, reconhecido o seu sentido geográfico, obra capital da Geografia Moderna. A Geografia Política tem, hoje, foros de cidade. A França, renovando o *curriculum* de seus estudos universitários, muito recentemente instituiu, na Sorbona, a cadeira de Geografia Política. Entre nós, o Prof. Delgado de Carvalho, na sua rica bibliografia, tem belos ensaios de Geografia Política; o general Mário Travassos tem, também, versado a matéria com proficiência.

2. EPÍGONOS GEOPOLÍTICOS

A *Geopolítica*, cujo nome se deve a Rudolph Kjellen (1864-1922), o eminente professor de Upsala é a *disciplina de contacto* entre a Geografia e as Ciências Políticas. Só nos fins do século XIX, é que as investigações sobre as relações entre as condições geográficas naturais e a história do Estado permitiram o estabelecimento da Geopolítica, ainda agora em período de formação.

* Aula dada no Curso de Informações Geográficas promovido em julho de 1947 pelo C.N.G.

Entretanto, é possível tentar-se, como fez R. Hennig, o estudo dos antecedentes da nova disciplina: o que constituiria sua *pré-história*. Talvez caiba a Menenius Agrippa a primazia entre os geopolíticos da história clássica, quando o célebre cônsul acalmou o povo no Monte Sagrado, narrando-lhe a engenhosa fábula dos membros do corpo rebelados contra o estômago e a este recusando alimento e todos ficando condenados ao enfraquecimento.

Entre os gregos, em Platão e em Aristóteles há passagens que lembram modernas idéias geopolíticas. Assim, em Aristóteles (*Pol II*, 7) se diz que Creta, por sua posição, teria sido designada para predominar sobre a Grécia, porquanto estava colocada em frente ao mar circunvizinho da Grécia. Daí, explicar-se-ia o grande poder marítimo de Minos que, em parte, conquistou e, em parte, colonizou as outras ilhas, levando suas armas finalmente até a Sicília.

Na idade Média, a erudição encontra numa carta escrita pelo papa Gregório II ao imperador bizantino Leão III, o Isauriano, a propósito da guerra das Imagens, a comparação do Estado a um corpo humano vivo. Estaria, aí, o precursor da concepção organicista de Spencer, tão querida aos geopolíticos, pois, como diz Kjellen, o Estado não passa de um organismo geográfico.

Mas, apesar dessas referências, é, de fato, nos tempos modernos, mais precisamente, em Herder (1744-1803) que se encontram os primeiros arranços para a fundação da Geopolítica, no seu *Ideen für Philosophie des Geschichte des Menschheit*, publicado em Riga, entre 1784 e 1791. Herder também explanou a tese dos caracteres dos povos (*Volksscharaktere*), em função do clima: velho tema, já esboçado no Estagirita e ferido, através dos séculos, por Estrabão, São Tomás de Aquino, Ibn-Khaldun, Bodin, Varenius e Montesquieu, que lhe deu amplo desenvolvimento no *L'Esprit des Lois*.

Sem embargo, de alguns nomes italianos, que Roberto Almaggia aponta, como epígonos ratzelianos, é na Alemanha que surgiram os verdadeiros precursores da Geopolítica, quais um Karl Ritter, que cunhou, em 1817, a expressão hoje tão usual, de indivíduo geográfico (*Geographischeu Entwicklung*); um Ranke, e de que uma das obras tem o título de *As Grandes Potências (Die Grossen Mächte)* e poderia ter sido escrita em nossos dias, observa Hennig, por Kjellen; Shultz que escreveu, em 1857, sobre *As correntes (Ströme)* sob o ponto de vista político; Von Treitschke, o historiador, para quem o Estado era uma personalidade viva (*lebendige Persönlichkeit*). A esses nomes Hennig acrescenta Richtoffen, Ratzel e, ainda, Roberto Sieger, ao qual se deve a justa noção da Geopolítica aplicada praticamente, como uma política definida pelos pontos de vista geográficos.

Rodolfo Kjellen é a figura primacial da Geopolítica.

3. A OBRA DE KJELLEN

Sociólogo e imbuído de idéias ratzelianas, o professor sueco publicou o seu primeiro trabalho de vulto na matéria em 1916; foi a monografia *Staten som Livsform*, traduzida para o alemão, logo em seguida, e sob o mesmo título: *O Estado como forma de vida (Des Staat als Lebensform)*. Sua obra é de Política, pois, no seu entender, a *Geopolítica* é o ramo da ciência política que estuda os vínculos que unem os processos políticos ao solo, à terra. É mais textualmente, o estudo do Estado como *organismo geográfico* ou como *fenômeno de espaço*.

Como se vê, a Geopolítica é, na concepção de Kjellen, setor da Política, isto é, o *estudo do Estado, sua essência e organização*. Para o professor de Upsala o estudo global do Estado abrange a *Geopolítica* ou o estudo de solo e depois o dos diversos campos a que deu as seguintes denominações: a *Demopolítica* ou estudo dos povos e raças; a *Ecopolítica* ou estudo da economia nacional; a *Cratopolítica* ou estudo das manifestações da Soberania e a *Sociopolítica*, o estudo da vida social. O *Estudo como forma de vida* é o primeiro volume de sua Política. É trabalho de sociólogo e jurista; nêle se fixam as conexões da Geografia com a Política, determinando as relações entre as sociedades humanas, que chamamos *Estado*, e o solo ou, mais rigorosamente, a superfície terrestre, no significado da camada espessa de alguns quilômetros, compreendendo a litosfera, os mares e o ar.

Kjellen é um *organicista* e a sua concepção de Estado é *hegeliana*, pois pensa que o Estado, por definição, "um ente *vivo super-individual*", como os indivíduos, nasce, cresce, envelhece, extingue-se. "Nascimento, Batismo (!), Morte, Ressureição e Encarnação são as pedras milenares da vida dos Estados". A contemplação do Estado como super-ser leva assim a subordinação às leis biológicas de todos os aspectos políticos. "Os Estados falam e comerciam, promovem congressos ou lutam nos campos de batalha, invejam-se ou se odeiam ou se simpatizam, uns com os outros, atraem-se ou se evitam, ajudam-se ou se destroem entre si, como entes vivos de uma comunidade".

Kjellen atribui mesmo ao Estado um sexo: há Estados masculinos e Estados femininos. Lembra neste sentido a fantasia popular que os individualiza com nomes de pessoas ou imagens femininas. Assim *la belle France* ou Marianne; *Uncle Sam*; *John Bull*"; etc.

Para Kjellen, o Estado é um organismo completo: o território é o corpo; a capital e os centros administrativos são o coração e os pulmões; rios e estradas de rodagem as veias e artérias; as áreas produtoras de matérias primas e produtos alimentícios são os seus membros.

Organismo geográfico, o Estado é também um fenômeno de espaço; êle o diz, textualmente em certa medida, o solo organizado, "A essência do Estado como organismo se compõe de elementos jurídicos e elementos de força: como toda vida individual existente sobre a terra, consiste não só em moralidade, como em desejos orgânicos". "O Estado é uma norma casual de simbiose humana, artificialmente envolvida em noções jurídicas". E, remata Kjellen: "Em suma, o Estado emerge como manifestação biológica ou forma de vida".

Ratzeliano, o sociólogo sueco não fugiu ao *espaço vital*, concepção com que Ratzel sintetizou o crescimento orgânico dos Estados. A avidez do espaço e a consequência inevitável do fato biológico de que o Estado é um organismo vivo.

Ratzel escrevera, em sua *Politische Geographic*: "Onde não se oferecem ao crescimento razões naturais ou econômicas, uma terra extensa, esparsamente povoada, é um grande Estado do futuro".

Fiel à teoria do *Lebensraum*, Kjellen concebia uma Europa Central sob a direção da Alemanha indo das extremidades setentrionais da Noruega a Bagdad. Foi adepto de Ludendorff e dos principais expansionistas da I Grande Guerra Mundial. Pieiteou a anexação da Finlândia à Suécia.

Em todo caso, Kjellen teve uma concepção restrita da Geopolítica, que, em suas mãos, foi como dissemos, uma *disciplina do contacto* entre a Geografia e as Ciências Políticas.

4. IMPERIALISMO E GEOPOLÍTICA

A Geopolítica, após Kjellen, transpôs o âmbito doutrinário, e tomou novos rumos, transformando-se numa disciplina a serviço de idéias de expansão política. Essa adulteração da Geopolítica teve o seu apogeu com Karl Haushofer, o diretor do Instituto Geopolítico de Munique e o fundador do *Zeitschrift für Geopolitik*, cuja publicação foi iniciada em 1924 e onde colaboraram geógrafos do porte de Dix, Otto Maull, Obst, entre dezenas de outros. Nesta nova fase, a Geopolítica, na verdade, uma *ciência empírica*, manteve, graças ao talento de seus expositores e à abundância e variedade de sua literatura, certo aspecto científico. Perdeu inteiramente êsse aspecto, quando se transformou em órgão de propaganda nacional-socialista, o que aconteceu às vésperas e durante a II Guerra Mundial. Analisando, em 1932, a copiosa bibliografia de Geografia Política da Alemanha, Alberto Demangeon denunciou o fato: "A Geografia alemã renunciou ao seu espírito científico e tomou posição na primeira linha da propaganda alemã: é um instrumento de guerra".

Karl Haushofer é um ratzeliano; suas concepções geopolíticas conduzem-no a arrolar-se entre os escritores que procuram emprestar caráter científico às manifestações de imperialismo político e econômico.

Haushofer e a sua escola provêm das idéias expendidas, desde 1904, por Sir Halford Mackinder, o antigo professor em Oxford e Londres e antigo membro do Parlamento Britânico, autor de interessantes ensaios de cunho imperialista.

No trabalho *Democratic Ideals and Reality*, publicado em Londres em 1919, faz Mackinder a *Study in the Politic of Reconstruction*. No seu *The Geographic Pivot of History*, conferência lida na Royal Geographical Society de Londres, Mackinder sustenta a sua tese: "a história do mundo tem sido e será feita pela pressão dos povos rodeados de terras das planícies da Europa Ocidental e da Ásia Ocidental e Central contra os povos fixados nos litorais da Europa e da Ásia". É a concepção de terra central, ou terra coração (*heartland*).

Segundo Mackinder, os três chamados novos continentes são meros satélites do Velho Continente; há um oceano que cobre quase 9/12 do globo; há um continente — a ilha Mundial — que cobre 2/12 do globo e há muitas ilhas menores entre as quais a América do Norte e a América do Sul, ocupando o duodécimo restante. A expressão *Novo Mundo* supõe uma falsa perspectiva.

Haushofer considera o Eixo Geográfico da História, de Mackinder, não obstante suas poucas páginas, uma obra prima da Geopolítica; a influência de Mackinder sobre a Geopolítica alemã é patente e a sua visão, ou idéia do mundo (*Weltanschauung*) é tanto de Mackinder, quanto de Ratzel.

A vida e obra de Haushofer se explicam mutuamente. Serviu no Japão (1908-1909); na I Guerra Mundial, conquistou o posto de major-general, foi líder hitlerista e, antes, professor de Geografia Política em Munique e diretor do Instituto Geopolítico desta cidade, como já foi dito. Sua obra versa em larga escala sobre o Oceano Pacífico, autor, que é de uma Geopolítica do Japão, de uma Geopolítica do Oceano Pacífico e de livros sobre os mais variados problemas geopolíticos. Um dos seus trabalhos mais interessantes é o volume publicado em 1927, sobre *Fronteiras (Grenzen)*, no qual, diga-se de passagem, muito se inspirou em Lord Curzon (*Frontiers*; Oxford, 1908).

Em Haushofer é inútil buscar uma apresentação sistemática de teoria geopolítica: a essência de sua doutrinação é a flexibilidade e não pode haver limites fixos para o prurido de expansão do Estado. Na sua concepção, a Geopolítica é uma *ciência dinâmica*; vivifica o espaço. Todavia, R. Strausz-Hupé, no seu sugestivo estudo sobre a luta pelo espaço e pelo poder, pôde fazer o quadro geral das idéias de Haushofer: o espaço, atributo primeiro e indispensável à grandeza nacional; a distinção entre "potências oceânicas e continentais"; entre o "universalismo" e "pan-idéias"; entre potências resistentes" e "renovadas"; a teoria do fim do Império Britânico e a reverência à Doutrina de Monroe.

Haushofer disse que a Geopolítica é a fase científica da arte da atuação política na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital (*Lebensraum*). Isto significa, em uma palavra, a velha concepção do *espaço vital*, ideal germânico, oriundo de filósofos, sonhadores, poetas e historiadores: Herder, Fichte, Von Treitschke e Ratzel.

Com esta exposição, compreende-se aquela afirmativa de Passarge, em 1935: "É preciso dizer bem claro: a produção geopolítica até agora aparecida é geográfica apenas em mínima parte. É principalmente de natureza política e os fatos geográficos são tratados em dose semi-científica".

As adulterações da Geopolítica desacreditaram-na como obra geográfica mas, reposta no seu legítimo quadro, a Geopolítica pode realizar um equilíbrio entre a Economia e a Política, como, certa vez, se exprimiu Jacques Ancel, crítico dos mais penetrantes dos métodos da moderna Geografia alemã.

5. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

A Geopolítica não colidirá com a Geografia Política ?

R. Hennig no seu tratado, examina o problema, procurando resolvê-lo. Para êle, a Geopolítica trata das influências dos dados naturais geográficos sobre o futuro do Estado, quando estuda o desenvolvimento e a transformação de sua configuração, como a transformação e o desenvolvimento de um organismo; ao passo que a Geografia Política limita o seu estudo ao da consistência histórica, de fato ou concreta, das formas passadas e presentes do Estado, e suas fronteiras, não se preocupando com êles mais que o suficiente para explicar-lhes as origens históricas.

Em outros termos, a Geografia Política considera os Estados como organizações *estáticas*, assentadas sobre *substratum* geográfico, enquanto que a Geopolítica estuda o conflito e a mudança, a *dinâmica* dos espaços terrestres e das forças políticas que lutam nêles para sobreviver.

Como disse Umberto Toschi, a Geografia e tôdas as Geografias têm um campo bem vasto: o de observar os grupos localizados e distribuídos sobre a Terra e as relações que surgem por efeito dessas localizações e distribuições. Tôda Geografia tem sua *estática* e sua *dinâmica*: chame-se de Geopolítica a *parte dinâmica* da Geografia Política.

Assim encarada, separado o joio do trigo, quer dizer a *doutrina* Geopolítica da *ação* Geopolítica é legítima a instituição da Geografia, que poderia, então, ser definida, como o foi pela *Revista de Geopolítica*, em 1928: "É o ensino da conexão entre o solo e os acontecimentos políticos".

A Geopolítica seria então uma consciência geográfica do Estado.

6. PROBLEMAS NACIONAIS

O objetivo da Geopolítica consiste, pois, no estudo dos problemas do Estado à luz dos conhecimentos geográficos. Eis o grande propósito dos ensinamentos geopolíticos encaminhados sem os subalternos intuitos da propaganda, mais ou menos disfarçada, de partidos e de seitas.

A luz dessa concepção, numerosos são os problemas que a Geopolítica tem que examinar e estudar em nosso país.

O Brasil, pela sua vastidão territorial, tem que atender a conseqüências decorrentes dessa condição capital de sua existência. Compreendendo quase todo o maciço oriental da Sul América, parte do maciço Guianense e da depressão Amazônica, que dêle o separa, e parte da depressão do Paraguai, que o afasta do Maciço Andino, o Brasil oferece aspectos físicos os mais variados e um enorme *espaço vital*.

A vastidão territorial gera óbices a uma unidade que se firmasse apenas no *fator geográfico*. Mas, a verdade é que os fatos sociais dependem do equilíbrio de elementos os mais dispares e o Estado é a resultante da adaptação da sociedade política ao meio ambiente. Se, portanto, o Estado se forma da conexão que se estabelece entre os homens e o solo, depreende-se a razão profunda pela qual surgiu a Unidade Brasileira. A nossa *Unicidade*, isto é, a qualidade de ser única, se não decorre apenas da nossa *continentalidade* é inerente à nossa *própria origem como nação*.

Mas, quantos problemas geopolíticos se apresentam e estão a desafiar soluções dos nossos homens de Estado e dos nossos estudiosos, um dos quais, o coronel Leopoldo Néri da Fonseca, escreveu mesmo interessante opúsculo com o título de *Geopolítica*?

A *localização da capital do País*, que já os constituintes de 1823 queriam transferir para o Planalto Central, é um dos problemas geopolíticos sempre na ordem do dia e para comprová-lo aí estão, hoje, os trabalhos e a ação de Christovam Leite de Castro, engenheiro e geógrafo. O professor Everardo Backheuser estudou-o em 1933, já sob o ponto de vista teórico, discutindo a tese ratzeiana. Em boa teoria o melhor lugar para capital é o centro do país. Fêz obra de mérito.

Os *territórios de fronteira* exigem também um estudo geopolítico, dada a valorização das nossas linhas de fronteira, que são hoje, mercê de circunstâncias econômicas ou demográficas, *fronteiras de tensão*, não mais, como outrora, mas despidas de interesses imediatos. As fronteiras representam, no momento atual da nossa evolução política, um papel de real importância, porquanto a permeação de elementos alienígenas faz das mesmas um campo digno da maior atenção nacional.

Outro problema a ser examinado à luz da Geopolítica é o da nossa circulação; se tôda via de comunicação é susceptível de aperfeiçoamentos técnicos, construção, material, etc., suas *propriedades geográficas* subsistem mesmo quan-

do a paisagem, os homens e os objetos transportados passam e mudam, pois a lei mais geral da circulação é a de uma fidelidade rígida às condições geográficas. Assim há de ser estudada geopoliticamente a ampliação das nossas redes rodo e ferroviárias, o aparelhamento dos nossos portos e os melhoramentos dos nossos rios.

A nossa evolução econômica tem-se feito, apesar de dificuldades, por vèzes intransponíveis, que o relêvo, os vastos chapadões e as bacias inundadas, impuseram ao homem, que no Brasil escreveu, de certa maneira, uma belíssima página de Civillzação. Com o meio criado pela Natureza, o homem determina o desenvolvimento econômico, de sorte que, ser frágil, cuja sorte é vencer ou ser vencido, torna-se na série das espécies, como o co-criador do Mundo.

Vasto e pouco povoado, carente de transportes e de imigrantes, cabe ao Brasil explorar suas riquezas e pôr a serviço da Civilização, nas mais variadas formas, as forças naturais, com que há de sustentar o seu domínio no ar, nas águas e nas terras. Será uma imensa *obra geopolítica*: a racionalização dos esforços emotivos dos brasileiros para justificar o seu direito de *Pais-Continente* sôbre uma área equivalente a 4/9 da América do Sul, o maior Estado do Hemisfério Austral, a maior Democracia da América Latina !

Cadastro de Professôres de Geografia

Organizado pela Secção Cultural do C. N. G.

Apresentamos neste número a relação dos estabelecimentos de ensino e dos professores de Geografia, que nos enviaram os dados destinados ao cadastro de professores organizado pela Secção Cultural do Conselho Nacional de Geografia.

Com êsse cadastro poderá o Conselho comunicar-se diretamente com os professores, supri-los de dados, pondo-se à sua disposição para fins relacionados com a sua profissão cumprindo dessa maneira uma das finalidades dessa instituição, a de promover o interesse pelo conhecimento e ensino da Geografia.

Os dados que constam da relação abaixo foram recebidos até a data de 5 de setembro do corrente ano. Será de toda conveniência que os demais colégios nos enviem as respostas no prazo mais curto possível, a fim de se continuar a publicação ora iniciada.

CADASTRO DE PROFESSORES

ALAGOAS

Maceió — *Colégio Estadual de Alagoas* — Profs.: Abelardo Duarte; José S. Camerindo.

BAHIA

Salvador — *Colégio Dois de Julho* — Profs.: Oscar Hilário de Castro; Irene Ferreira de Gusmão; Cleriston Andrade; Edelzuita Valente.

Colégio Ipiranga — Profs.: Angelo Lírio Alves de Almeida.

Colégio N. S. das Vitórias — Profs.: Pedro Prieto Leronês; Oscar de Araújo Jelles; Chateaubriand Barros Tenório; Oscar Hilário de Castro; Aventino Fiúsa.

Colégio Sofia Costa Pinto — Profs.: Osvaldo I. da Silva; Fernando G. Castro.

Feira de Sant'Ana — *Colégio Santanópolis* — Profs.: Dival da Silva Pitombo; Teresinha do Menino Jesus Pereira Gusmão; Hermengarda Oliveira.

Ilhéus — *Ginásio Municipal de Ilhéus* — Profs.: Horizontina Conceição; Malva Badaró; Pedro Ferreira Lima; Pe. Euclides Costa.

Jaguaquara — *Ginásio Tailor Egidio* — Profs.: João Norberto da Silva; André Artur Janson.

ESPÍRITO SANTO

Alegre — *Ginásio Municipal de Alegre* — Prof.: Manuel Pedro Ferraz.

GOIÁS

Anápolis — *Ginásio Arquidiocesano Municipal* — Profs.: Luís Tironi; Frei André F. Quinn.

Ginásio Auxilium — Profs.: Irm. Amélia Mourão; Ir. M. de Lourdes Alvarenga; Ir. Anita Félix de Sousa.

Catalão — *Ginásio N. S. Mãe de Deus* — Profs.: Tarsis Campos; Me. Aurélia Hernández; M. das Dores Campos; M. Aparecida V. Rodrigues.

Ipameri — *Ginásio M. de Ipameri* — Profs.: Maria Kele Basto Perilo.

Ginásio N. S. Aparecida — Profs.: Ir. M. de Lourdes Santos; Ir. Alaíde Afonso de Almeida; Ir. Sara Leonor Roston.

MATO GROSSO

Campo Grande — *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora* — Profs.: Ir. Hilda Bodtein; Ir. Constance Botelho; Ir. Maria Amaral.

Corumbá — *Ginásio Imaculada Conceição* — Profs.: Ir. Noemi M. Dehamômica; Ir. Adi Monteiro da Silva.

Três Lagoas — *Ginásio 2 de Julho* — Profs.: Sílvio de Aguiar.

MINAS GERAIS

Belo Horizonte — *Colégio Imaculada Conceição* — Profs.: Pedro Paulo Krolhing; Isabel Maria Fuentes Hernández; Anair Alves Almeida; Orlinda Lacerda França.

Colégio Isabela Hendrix — Profs.: Alice B. Meira; João Ziller; Dinorá Magalhães; Elvindo Siqueira.

Colégio Marconi — Profs.: Alisson Pereira Guimarães; Elzio Fonseca Dolabela; Levindo Furquim Lambert; Palestina Alves Pereira.

Colégio Padre Machado — Profs.: Onofre Gabriel de Castro; Amaro Xisto de Queirós; Geraldo Magela de Resende; Guilherme Azevedo Laje; Dagmar de A. Lima.

Ginásio Pio XII — Profs.: Ir. Ruth Alves; Ir. Ana Francisca Braga.

Colégio Santo Agostinho — Profs.: Tabajara Pedroso; Hilário Martines.

Ginásio São José — Profs.: M. Isabel Guelhelmelli; Hélio C. Bahia; Adelaide G. Bueno.

Alfenas — *Ginásio S. Coração de Jesus* — Profs.: Ir. M. Raquel; Maria A. Fileni; Ir. Maria Silvina; Tanit F. A. Magalhães; Lamartine B. Duarte; Ma. Catarina D'Ângelo; Nilza C. Neno.

Araguari — *Colégio Regina Pacis* — Profs.: Pe. Estêvão Koopmans; Pe. Inácio Vermeulen; Gilfredo Borges; Hermenegildo Marques; Natal Goularte.

Ginásio S. Coração de Jesus — Prof.^a: Ir. M. Ilza.

Baependi — *Ginásio Santo Inácio* — Profs.: Ciro Brasília; Frieda Rieder; Josefina Liegell; Luís Rôlo; Isa Toledo.

Cataguases — *Ginásio M. de Cataguases* — Profs.: Manuel das Neves Peixoto; Ângelo Rocha; Antônio dos Santos Cardoso Neto.

Caxambu — *Ginásio Caxambu* — Profs.: Jandiro M. de Matos; P. Mário Meireles; Pe. Joaquim Parreira.

Formiga — *Ginásio Antônio Vieira* — Profs.: —José G. Fonseca; Zalfa B. G. Barreiros; José Luís G. Barreiros; Agnelo F. Filho.

Guaranésia — *Ginásio Guaranésia* — Profs.: João Franchi; João Perocco.

Itajubá — *Colégio Itajubá* — Profs.: Samuel Moura; F. Júlio dos Santos.

Juiz de Fora — *Colégio M. Juiz de Fora* — Profs.: Raimundo de Castro Matos; Pe. Geraldo Magalhães Fernandes; José Fernandes Barata.

Ginásio Santa Catarina — Profs.: I. Cecília; Maria de Lourdes Sampaio.

Lavras — *Ginásio N. S. Aparecida* — Profs.: Sebastiana P. Fontes; Pe. José Antônio Longem.

Leopoldina — *Ginásio Imaculada Conceição* — Profs.: Guilhermina Franklin de Almeida; Alice Borges Pimenta; Maria José Homem da Costa.

Manhuaçu — *Ginásio Manhuaçu* — Prof.^a: Maria da Conceição Carvalho.

Montes Claros — *Ginásio Norte Mineiro* — Profs.: Francolino Santos; José Estêves Rodrigues; Zelita Lucília de Brito; Heráclides Leite Ferreira.

Muriae — *Ginásio Santa Marcelina* — Profs.: Cândida Teodoro Cerqueira; Otália Guimarães; Albertina F. Ventura; Judite Magalhães.

- Pará de Minas — *Ginásio S. Francisco* — Profs.: Wilson Guimarães; José Batista de Moraes; M. Rosalina de Resende; Ana Lagares.
- Passos — *Ginásio de Passos* — Profs.: Alberto Soares Arantes; Clóvis Soares Maia; Manuel Patti.
- Passa Quatro — *Ginásio São Miguel* — Profs.: Evaldo Huwel; Raul Meda.
- Patrocínio — *Ginásio M. Dom Lustosa* — Profs.: Franklin Botelho; J. B. A. Cools.
- Poços de Caldas — *Ginásio São Domingos* — Profs.: Ma. Cristina Lemos; Leonor Lopes; Lavinia Costa; Isena Nascimben; Valmira de P. Noronha.
- Pouso Alegre — *Ginásio da E. N. Santa Dorotéia* — Prof.^a Elsa de Meireles Siqueira.
- Presidente Soares — *Colégio E. de Alto Jequitibá* — Profs.: Néria Werner Lima; Adelino Sathler; Idemir Gripp Paixão; Silas César; Minervina Lima Simas; Jabes Werner; Bárbara Johnstone Silva.
- Santa Rita do Sapucaí — *Ginásio do Instituto Moderno de Educação e Ensino* — Prof.^a Arlete Teles Pereira.
- São Sebastião do Paraíso — *Ginásio Paraisense* — Profs.: Antônio Campagnolo; Bórtolo Francisco Perazoli; Ertmann Rohden; Norberto Alberto Spohr Spohr. *Ginásio Paula Frassinetti* — Profs.: Betisa Gomes Alves; Carmo Perrone Neves.
- Uberlândia — *Ginásio N. S. das Lágrimas* — Profs.: Maria das Dores da Gama e Silva; Cora Pavan de Oliveira.
- Varginha — *Ginásio M. de Varginha* — Profs.: Ir. Egídio José; Ir. Modesto Pedro; Ir. Pedro Eugênio.
- Visconde do Rio Branco — *Ginásio Rio Branco* — Profs.: J. Barroso Júnior; Boanerges Barbosa; Antônio Pedro Braga.

PARAÍBA

- João Pessoa — *Ginásio Diocesano Pio X* — Profs.: Luís Marques de Oliveira; Manuel Amaro; Luís Pessoa de Albuquerque Melo; José Taumaturgo de Aguiar Azevedo.
- Ginásio Nossa Senhora das Neves* — Profs.: Renato de O. Lima; M. Celeste Peixoto de Vasconcelos; M. da Conceição Pinto Serrano; Ir. Adalia Fernandes Câmara; Ir. M. da Conceição Simões de Gouveia; Ir. Laura d'Albuquerque; Ir. Maria do Carmo Barros Lima; Ir. Valdeci Coutinho.
- Campina Grande — *Ginásio Alfredo Dantas* — Profs.: Severino López Loureiro; Alcida Cartaxo Loureiro; Maria Naná Ferreira; Severina Nunes Farias. *Ginásio Diocesano Pio XI* — Prof.^a Maria Naná Ferreira.

PARANÁ

- Curitiba — *Colégio Iguaçu* — Profs.: Artur B. de Macedo; Aldo P. de Almeida; Francisco Cardoso.
- Colégio Marcelino Champagnat* — Profs.: Irmão Elias Gilberto; Irmão Desiderato; Irmão Egídio Luís; Irmão Mário Borges.
- Colégio N. S. de Lourdes* — Profs.: Jeanne Schaubert; M. Amélia Glória; Teresa Marchiorato; Catarina Wouka; Maria Pellanda; Helena Toaldo.
- Ginásio Paranaense (dep. fem.)* — Profs.: Adriano C. G. Robine; Artur Borges de Macedo; Fernando Correia Azevedo; Jerônimo Mazzarotto; Osvaldo Pilotto.
- Colégio Progresso* — Profs.: Francisco G. Cardoso; Elvira Estrêla; Ma. Carolina de Paula.
- Colégio Santa Maria* — Profs.: Albino Rubini; Jaroslau Slevinsky; Euclides Pereira; Osvaldo P. Reis; Carlos Leone.

Castro — *Ginásio Diocesano Santa Cruz* — Prof.: Valdemiro Haneiko.

Ginásio São José — Profs.: Maria Zita de Melo; Helena Luca.

Irati — *Ginásio N. S. das Graças* — Profs.: Ir. Maria Purkiewicz; Ir. Berta Imiolesyk; Ir. Michelina Zamilinski; Ir. Pelágia Trojan; Ir. Ana Sawcsuk; Ir. Emília Dybas.

Jacarêzinho — *Ginásio Cristo Rei* — Profs.: Pe. Luís O. Waschburger; Pe. Damiano Kirchgessner; Osvaldo A. Sousa.

Colégio E. Rui Barbosa — Prof.: Pedro Pereira Martins.

Ponta Grossa — *Ginásio Sant'Ana* — Profs.: Maria Isabel Furtado da Silva; Diva Ribeiro Brandão.

PERNAMBUCO

Recife — *Ginásio Damas de Instrução Cristã* — Profs.: Maria Gertrudes Coimbra; Aurea Costa de Carvalho; Ana Maria de V. Beltrão; Ma. do Carmo P. de Lucena; Dalka Pitanga de Mesquita.

Ginásio Evangélico Agnes Erskine — Profs.: J. M. Wanderlei; Noêmi F. Marinho.

Colégio Osvaldo Cruz — Profs.: José Gastão Cardoso; João Feliciano da Mota e Albuquerque Filho; Hilton Sete.

Colégio Pedro Augusto — Profs.: Abelardo Ferreira Gonçalves; Dácio de Lira Rabelo; José Gonçalves de Lima.

Ginásio S. Sagrado Coração — Profs.: Andreilino Lopes de Meneses Alcindo Tiago de Oliveira; Belchior Maia d'Ataíde; Djalma Alves Bessa; Jaime Rito de Queirós; João Batista Rotini; José Rafael de Meneses; José Foerster; Paulo Barros Vieira; Pedro Maria Roque; Rodrigo Pinto Tenório; Tadeu Gonçalves da Rocha.

Ginásio São Luís — Profs.: Neval Jurema; Augusto Coimbra Pinto.

Nazaré — *Ginásio São José* — Profs.: Pe. Petronilo Pedrosa; Aloísio de Andrade Pereira.

RIO DE JANEIRO

Niterói — *Ginásio Batista* — Profs.: Domingos Mendes da Silva; Estela Borges Araújo; Zilda Sardenberg; Ester Silva Dias.

Colégio Brasil — Profs.: — Lealdino S. Alcântara; Maria Amélia de Sousa Abboud; Adail C. dos Santos; Ilka Brasil Barbosa; Edméia Sales Lima; Gulnar Dias de Alcântara.

Ginásio Figueiredo Costa — Profs.: Francisco Portugal Neves; Alvaro Figueiredo Costa; Mário Pérez Rodrigues; Armando Figueiredo Costa.

Ginásio Nilo Peçanha — Profs.: Osvaldo Gonçalves de Sousa; Manuel da Cunha Freitas; Odilo Custódio de Resende.

Colégio N. S. das Mercês — Profs.: José Vieira de Sousa; Humberto Bittencourt Silva; Ma. Gertrudes Soares.

Ginásio Pio XI — Prof.^a: Delmira Luisa Aires Neves.

Colégio S. Santa Rosa — Profs.: Pe. Henrique do Nascimento Teixeira; Pe. Heriberto Schmidt; Pe. João Pechocinski; Osvaldo da Silva Teixeira; Arnaldo Bertoncini; Francisco Portugal Neves; José Vieira de Sousa; Lourival Gomes de Andrada.

Barra do Pirai — *Ginásio N. S. Medianeira* — Profs.: Dagmar Neves de Abreu; Ir. Maria Thusuelda.

Campos — *Colégio Estadual de Campos* — Profs.: Aristotelina Braga Silva Bastos; Benjamim Lenz de Araújo César; Eunila Sales; Fernando Andrade; Faride Miguel Chacar; Dulce Machado; Mariana Martins Santa Rita Abreu.

Ginásio N. S. Auxiliadora — Profs.: Ir. Josefina Rosalina da Fonseca; Ir. Maria José Pinheiro.

Friburgo — *Ginásio N. S. das Dores* — Profs.: Clélia Roselli; Flora Monte; Cleonice de Sales Macuco; Sônia Cosmelli.

Mendes — *Ginásio São José* — Profs.: Ir. José Marcelo; Ir. Ismael Antônio; Ir. Luís Marcelino.

Miracema — *Colégio Miracemense* — Profs.: Hermes Simões Ferreira; Jabs dos Santos Leão; Álvaro Augusto da Fonseca Lontra.

Nova Iguaçu — *Ginásio Santo Antônio* — Prof.^a: Dora Eulália de Sousa Papaléu.

Petrópolis — *Colégio Carlos A. Werneck* — Profs.: Alberto Fernandes Rebôlo; Diva Magalhães Freire; Sandálio Alcover y Cots.

Colégio M. São Vicente de Paula — Profs.: Guilherme Adrianney; João Vieira Filho; Lauro Saraiva de Moura; Monir Antony.

Colégio Pinto Ferreira — Profs.: Sandálio Alcover y Cots; Ernâni Antônio Pinto Ferreira; Alberto Fernandes Rebôlo.

Resende — *Ginásio Dom Bosco* — Profs.: João Vilela Leandro; Abílio dos Reis; Aniceto Magalhães Costa.

Ginásio Santa Angela — Profs.: Pedrita da Silveira Cúrio; Maria Augusta Dinorá Freire.

Rio Bonito — *Ginásio Rio Bonito* — Profs.: Paulo do Couto e Pfeil; Ricardo A. Rêgo Filho.

Teresópolis — *Ginásio Teresa Cristina* — Profs.: Armando Lauria; Augusto da Mota Brandão.

Marquês de Valença — *Ginásio Municipal São José* — Profs.: Pe. Tomás Tejrina; Nilo Borges Graciosa; Mário Nogueira Filho.

RIO GRANDE DO NORTE

Natal — *Ginásio N. S. das Neves* — Prof.^a: Nivea Pinheiro.

Ginásio Santo Antônio — Profs.: Ir. Lourenço Pons; Ir. Mário Estanislau; Ir. Pedro Clemente.

RIO GRANDE DO SUL

Pôrto Alegre — *Colégio Anchieta* — Profs.: Pe. Balduino Rambo; Pe. Pedro Canísio Orth; Pe. Artur Boll; Astrogildo Fernandes; Vicente Berlitz; Roberto Medaglia Marroni; Renê Perrot; Vicente Kouzen.

Colégio Americano — Profs.: Valentina Paiva; Marta Berta Jersak.

Ginásio do Instituto de Educação — Profs.: Infância Marques da Rocha; Leonor Maia Teixeira; Maria Anunciação Bina Machado; Mary Titof; Maria Iolanda C. Pires; Zaira Severo.

Colégio Champagnat — Profs.: Luís José Fin; Alfredo Henz; Evaldo Spall; José Avelino Berwanger; Oscar Weschenfelder.

Alegrete — *Ginásio da E. N. Osvaldo Aranha* — Profs.: Zeli Freitas Mariano; Neíta Martins Ramos; Sílvia Clara Krindjes.

Bento Gonçalves — *Ginásio M. N. Senhora Aparecida* — Profs.: Nicolau Teobaldo Horn; Lindolfo Wendelin Wagner.

Cachoeira — *Ginásio João Neves da Fontoura* — Profs.: Maria Gouveia da Costa; Adalgisa Neves Xavier.

Ginásio M. Roque Gonçalves — Profs.: Florentino Giuglian; João Sehen; Ir. Sereno; Carlos Leising.

Camaquã — *Ginásio S. João Batista* — Profs.: Wolny Henrique Beckel Ribeiro; Ir. Maria Gaudina.

- Canoas — *Ginásio S. José* — Profs.: Arlindo Matias Reis; Carlos Othmar Gewehr; João Munaro; José Raimundo Pletsch; Miguel Ody; Hugo Colling; Martim José Weber; Edwin Wickert; Ir. Maria José; Ir. Maria Hertilde; Ir. Maria Teresita.
- Caxias — *Ginásio Duque de Caxias* — Profs.: Yole Festugato.
- Cruz Alta — *Ginásio M. Cristo Redentor* — Profs.: Ir. Pacômio.
Ginásio M. Santíssima Trindade — Profs.: Carmen Conti; Ir. Maria Zilda; Ir. Maria Clélia.
- Dom Pedrito — *Ginásio N. Senhora do Horto* — Profs.: Ir. Ma. Amélia Marletto; Heloisa S. Lousada; Maria M. Medeiros.
- Gravataí — *Ginásio Dom Feliciano* — Prof.^a: Elfrida C. Jaeger.
- Hamburgo Velho — *Ginásio Fundação Evangélica* — Prof.^a: Selene Ribeiro Machado.
- Ijuí — *Ginásio S. Coração de Jesus* — Profs.: Ir. Paula Silveira; Pio José Busanello.
- Lajeado — *Ginásio São José* — Profs.: Ir. Félix; Ir. Hugo; Ir. Nemésio; Ir. Antônio; Ir. Cirilo.
- Livramento — *Ginásio Santa Teresa de Jesus* — Profs.: Iná Canabarro Lucas; Maria Sant'Ana; Ana Jandira Figueiredo da Silva; Ana Maria Luísa Fernandes; Hilda Piagetti Bernd.
- Montenegro — *Ginásio São José* — Prof.^a: Flora Mezzomo.
- Passo Fundo — *Colégio José Bonifácio* — Profs.: Hilda B. Amaral; Oscar Knel Maria Resende; Luísa B. Ferreira; Lys G. Basso Volcato Sábino Santos.
Ginásio N. S. da Conceição — Profs.: Ir. Flaviano; Davi Piussi; Ir. Cipriano; Ir. Juliano Carlos; Ir. Nereu Marcelo.
Ginásio Notre Dame — Profs.: Ir. M. Letícia; Ir. M. Boaventura; Ir. M. Gregoris; Ir. M. Adelgarde; Ir. M. Escolástica.
- Pelotas — *Ginásio Assis Brasil* — Profs.: Maria de Lourdes Jaeger; José Moura da Silva; Rute Lamas Ribeiro.
Colégio Gonzaga — Profs.: Francisco Bastiani; João Fridolino Fimkleri; Inácio Fernandes Gonzales; Francisco José Petrucci; Arlindo Matias Reis.
Ginásio São José — Profs.: Angela T. Muraro; Judite Mascarello; Libera A. Guerra.
- Rio Grande — *Colégio Estadual Lemos Júnior* — Profs.: Carlos Loureiro Pinto; Harry Kramer de Lima.
Ginásio S. Francisco — Profs.: Ir. Desidério; Ir. Calixto; Francisco de Bastiani.
- Santa Maria — *Ginásio Centenário* — Profs.: Edelmira Dutra; Diva Marinho Alves; Neli Marga Gaspary; Branca Lopes da Rosa; Luís Alves Rolim Sobrinho.
- Santo Angelo — *Ginásio M. Santo Angelo* — Profs.: Ir. Floriano; Ir. Sérgio.
- São Gabriel — *Ginásio M. São Gabriel* — Profs.: Durval D'Ávila Vieira; Maria Ana Flach; Ir. Feliciano Gregório; Ir. Silvério José.
- São Leopoldo — *Ginásio São José* — Profs.: Ir. Ma. Leoni Mallmann; Ir. Antoninha Werlang.
- Ginásio Sinodal* — Profs.: Arnildo Hoppen; Rodolfo Walter Schreiner.
- Soledade — *Ginásio São José* — Profs.: Davi Piussi; Etelvino Poorzzani.
- Taquara — *Ginásio Adventista* — Profs.: José Alvarenga Jr.; Ana P. Kiel.

SANTA CATARINA

Florianópolis — *Colégio Catarinense* — Profs.: José Warken; Francisco Carlos Régis.

Blumenau — *Ginásio Sagrada Família* — Profs.: Hieronides Vieira; Max Kreibich.

Joaçaba — *Ginásio Frei Rogério* — Profs.: Osvaldo Miguel Müller; Wolfgang Schöberl.

Mafrá — *Ginásio Barão de Antonina* — Profs.: Leopoldo Vicente; Severino Cancian.

Pôrto União — *Ginásio Santos Anjos* — Profs.: Ir. Margarida; Ir. Agueda; Ir. Guilhermina; Helena Ana de Sousa; Ivete Mazali.

SERGIPE

Aracaju — *Colégio Estadual de Sergipe* — Profs.: Felte Bezerra; Maria Tétis Nunes.

Ginásio Tobias Barreto — Profs.: Alcebiades Melo Vilas Boas; João Araújo Monteiro; Maria Tétis Nunes.

SÃO PAULO

Capital — *Ginásio Acadêmico* — Profs.: Lauro Costa; Mário Gallichio; Alfredo T. de Jesus.

Colégio Anglo Latino — Profs.: Leonor H. Frota; Lauro Costa; Francisco D. Trivinho.

Colégio Arquidiocesano — Profs.: Ir. Rômulo Vital; Ir. Rufino Pedro; Ir. Pedro Leão; Miguel Damiani; Ir. Basílio Danilo; Ir. Geraldo Constante.

Colégio Assunção — Profs.: Ester Cintra Ferreira; Yole Leme de Oliveira; Helena Silva Ramos.

Ginásio Campos Sales — Profs.: Henrique Gamba; Augusto Guzzo; Rubens Pimentel.

Colégio Coração de Jesus — Profs.: Atos da Silva Ferreira; Dante Lacreta; José Benedito de Sousa; Valdomiro Padilha.

Colégio Mackenzie — Profs.: Nair Silveira; Teresa Villardo; João Miguel Amaral; Winifred O. Meneses; Marcelo Mesquita.

Colégio Madre Cabrini — Profs.: M. Genésia Campos; M. Martins Amaral; M. Marina Nogueira; José Bueno de Azevedo Filho.

Ginásio Martins Fontes — Profs.: Afonso L. Rublo; Alfredo T. Jesus; José Fernandes.

Colégio N. S. do Carmo — Profs.: Joaquim Fonseca; Geraldo Paulo; Caetano José; Jaime Luís Leandro Máximo; Josafá.

Colégio Osvaldo Cruz — Profs.: José Neves; José Muniz Barbosa Rodrigues; Roldão de Barros Monteiro; Guilherme Prestes Merbach.

Colégio Pedro de Toledo — Profs.: Wladimir R. de Arruda; Emanuel Veiga Garcia; Maria Isabel Amaral.

Ginásio Perdizes — Profs.: Júlia de Almeida; Henrique Gamba; Valdomiro Kairalla.

Ginásio Riachuelo — Profs.: Félix Varésio; José P. Pimentel; José D. Freitas; Benedito de Oliveira.

Ginásio Sagrado Coração de Jesus — Profs.: Ir. Aquilina Caprice; Ir. Sílvia Vieira; Darli Gomes de Araújo.

Ginásio Santa Catarina — Profs.: Eloísa Rolim Pimentel; Rosa Maria Schmitz; Ir. Gertrudes.

Colégio Santa Inês — Profs.: Ir. Odete Marília Carvalho César; Ir. Maria Aparecida Teixeira; Ir. Guilhermina Costa Leal de Moura; Ir. Zaira Soares Lobuglio; Ir. Maria Auxiliadora Martins; Ir. Maria José Vila Nova.

- Colégio Santa Marcelina* — Profs.: Raquel Chaves Pires; Valdomiro Padilha; M. de Lourdes Lasagão; Lourdes Santelli; M. Eunice L. Siqueira; Eni Vieira Machado.
- Colégio Santo Alberto dos Padres Carmelitas* — Profs.: Joaquim Alfredo da Fonseca; Osvaldo Matos Viana; Alfredo Gioso.
- Colégio São Bento* — Profs.: Henrique Weber; Alfredo Gomes; Henrique Vailati F.^o; Luís Gonzaga Calasans.
- Ginásio São Paulo* — Profs.: Hugo Miele; Plácido Nogueira; Jair Badim.
- Colégio Visconde de Porto Seguro* — Profs.: Manuel Nunes Dias; Ato da Silva Ferreira.
- Agudos — *Ginásio Municipal São Paulo* — Profs.: Osvaldo O. Biagioni; Alberto Peixoto; José Sant'Ana.
- Amparo — *Ginásio Estadual de Amparo* — Prof.^a: Rute Novais.
- Araçatuba — *Colégio Estadual de Araçatuba* — Profs.: Inês Delfini; Luís Melo Rodrigues.
- Araraquara — *Colégio Estadual de Araraquara* — Prof.: Valter Medeiros Mauro.
Ginásio São Bento de Araraquara — Prof.^a: Mariam Isique Caramuru.
- Avaré — *Ginásio Estadual de Avaré* — Prof.^a: Dalila Dias Novais.
- Bariri — *Ginásio Municipal de Bariri* — Prof.^a: Luísa Poloni Moreira.
- Bastos — *Ginásio São José* — Prof.^a: Julieta Levi de Oliveira Lima.
- Batatais — *Colégio São José* — Profs.: Geraldo Muniz de Meneses; Roque Morano; Eletro Bonini.
- Bauru — *Colégio Estadual de Bauru* — Profs.: Ida Police; Antônio Correia; Rangel Alvarenga.
Colégio Guedes de Azevedo — Profs.: Luís José Guedes; Durval G. Azevedo; Ana Rosa Zuicker; Euristenes Campos; Almiro M. Carvalho; Jaci S. V. Ribeiro; Antônio S. Sobrinho.
Ginásio São José — Profs.: Ida Police; Ir. Ludovica Luca; Vanda S. Tourinho; Ir. Imaculada Gulin.
- Bebedouro — *Colégio Municipal de Bebedouro* — Profs.: Secundina Pascoal; Estélio Machado Loureiro.
- Birigui — *Ginásio Noroeste* — Prof.: Milton Alves Gama.
- Botucatu — *Ginásio Diocesano N. S. de Lourdes* — Profs.: Pe. Francisco de Sales Colturato; Vasco de Queirós Guimarães; Jofre Alves Furquim; Mário de Almeida Góis.
- Bragança — *Ginásio Diocesano São Luís* — Profs.: Pe. Antimo Del Pozo; Angelo Magrini Lisa; Pe. João Garcia.
- Caçapava — *Ginásio Estadual de Caçapava* — Profs.: Elina de Oliveira Santos; Sóstenes Vasconcelos.
- Cafelândia — *Colégio Sagrado Coração de Jesus* — Profs.: Newton Santos; Hélio Parrera; Ir. Clemens Brandão.
- Campinas — *Colégio Estadual de Campinas* — Profs.: Duílio Ramos; Dirce Guimarães Eustáquio; Dora Grandinete; Maria Afonso Ferreira.
Colégio Salesiano N. S. Auxiliadora — Profs.: Alcides G. Delgado; João Skupien; Segundo Sonatti; Luciano P. Perrone.
Colégio Sagrado Coração de Jesus — Profs.: Ir. Maria Sta Margarida; Ir. Maria do Calvário; Ir. Celeste Maria.
Colégio Santa Maria — Profs.: Carlos Grimaldi; Henrique Estrada; Felício Martone; João Batista Amade.
- Capivari — *Ginásio Municipal de Capivari* — Profs.: Vinício Atein de Campos; Ester Anichino.
- Casa Branca — *Colégio E. de Casa Branca* — Profs.: Paulo Lopes da Silva; Dirceu Lino de Matos; Margarida Penteado de Castro.

- Catanduva — *Colégio E. de Catanduva* — Prof.^a: Maria Luísa Mistrorigo.
- Cruzeiro — *Ginásio E. de Cruzeiro* — Profs.: Maria Aparecida Toledo Pinto; Hilton Federici.
- Franca — *Ginásio Champagnat* — Profs.: Ir. Serafim Osvaldo; Ir. Guilhermino; Ir. Bertoldo; Ir. Antônio Marcos; Ir. Honorato Pio.
- Colégio Estadual de Franca* — Prof.: Homero Pacheco Alves.
- Colégio N. S. de Lourdes* — Profs.: Homero Pacheco Alves; Ir. Filomena S. José; Ir. Rosa Amélia; Ir. S. Luís Gonzaga; Ir. Maria Sofia.
- Guaratinguetá — *Colégio E. Conselheiro Rodrigues Alves* — Prof.: José Augusto Bartolo.
- Ginásio Nogueira da Gama* — Prof.: Benedito Vieira Rodrigues.
- Ibitinga — *Ginásio Miguel Landim* — Profs.: Adélio Broveglio; Daisy Gazal; Joaquim Meira Lessa.
- Igarapava — *Ginásio S. Sebastião* — Profs.: Cícero B. Lima Jr.; Maria Aparecida Cabral.
- Itapetininga — *Colégio E. "Peixoto Gomide"* — Profs.: Elisiário M. de Melo; Diva Fonseca Cabral.
- Itapira — *Ginásio Estadual de Itapira* — Prof.^a: Maria Aparecida Pares Machado.
- Itápolis — *Ginásio Estadual de Itápolis* — Prof.^a: Flotilde Malet Cirino.
- Itu — *Colégio Estadual de Itu* — Profs.: Antônio Berretta; Maria Aparecida Pisão; Loide de Almeida.
- Jaboticabal — *Colégio Estadual de Jaboticabal* — Profs.: Alberto Shammass; Celino Pimentel.
- Jacaré — *Ginásio Estadual de Jacaré* — Prof.^a: Alba Lopes da Costa.
- Jordinópolis — *Ginásio Sagrado Coração de Jesus* — Profs.: Ir. M. Clara Resende; Ir. M. Hortênsia Specian; Edite Paula Santos; Névio de Noronha.
- Jaú — *Colégio Horácio Berlinck* — Profs.: Renato Stempniewski; José Ismael Musitano Piráquine.
- Ginásio São José* — Prof.^a: Ir. Carolina de Jesus Serra Amaral.
- Jundiá — *Ginásio Estadual de Jundiá* — Prof.^a: Elda Merighi.
- Lavras — *Colégio Municipal de Lavras* — Profs.: Osório Alves Pereira; Maria de Lourdes Machado; Nair Paranaguá; Martinho Sena.
- Lavrinhas — *Ginásio São Manuel* — Profs.: Pe. Mário de S. Reis; Alexandre B. Camilo; Militino Alberto Wust; Antônio Machado da Cruz.
- Lins — *Colégio Americano de Lins* — Profs.: Áurea de Campos Gonçalves; Helena Fava.
- Colégio Diocesano de Lins* — Profs.: Antônio Carvalho Gama de Cerqueira; Pe. Francisco Gufler.
- Lorena — *Colégio Municipal São Joaquim* — Profs.: Pe. Hugo Greco; Pe. Arcanjo Monetilli; Pe. Eduardo Afonso.
- Marília — *Ginásio Estadual de Marília* — Prof.: Mário Antônio Paccola.
- Ginásio Sagrado Coração de Jesus* — Prof.^a: Ir. Ida Franehin.
- Mirassol — *Ginásio da E. N. de Mirassol* — Prof.: Amadeu Olivério.
- Mococa — *Colégio Estadual de Mococa* — Prof.^a: Maria Aparecida Vieira.
- Monte Aprazível — *Ginásio M. de Monte Aprazível* — Profs.: José Cerqueira Netos; Pedro Calasans de Moraes.
- Novo Horizonte — *Ginásio Florence* — Profs.: Antônio F. Malaman; Laura Costa Lima.
- Pederneira — *Ginásio Anchieta* — Prof.: Antônio Larizzatti.

Penápolis — *Colégio E. de Penápolis* — Prof.: Fausto Ribeiro de Barros.

Piracicaba — *Colégio Estadual Sud Mennucci* — Profs.: Antônio Moraes Sampaio; Cora Guimarães Penteado de Castro.

Ginásio N. S. da Assunção — Profs.: Francisco Godói; Juséia de Matos; Albertina C. Padino; Ir. Eulália C. Ribeiro.

Piraju — *Ginásio Estadual de Piraju* — Prof.: Ernesto Domingues.

Piraçununga — *Colégio Estadual de Piraçununga* — Prof.: Orlando dos Santos.

Pindamonhangaba — *Ginásio E. de Pindamonhangaba* — Prof.^a Luísa Helena Mascarenhas.

Presidente Prudente — *Colégio Estadual de Fernando Costa* — Profs.: Plácido B. Nogueira; Jair Badim; Hugo Miele.

Rancharia — *Ginásio Municipal de Rancharia* — Prof.^a: Brasilina Gianini.

Ribeirão Preto — *Colégio Estadual de Ribeirão Preto* — Prof.: Romualdo Monteiro de Barros.

Ginásio N. S. Aparecida — Profs.: Ir. Berilo; Ir. Sabino Lino; Ir. Aloísio; Ir. Camilo Valentim.

Ginásio N. S. Auxiliadora — Profs.: Ir. Maria Carmelita; Ir. Maria Carvalho; Ir. Marcelina Helena Gialarsa.

Ginásio de Ribeirão Preto — Profs.: Artur Fernando Oliveira; Alfeu Dominigheti; João de Oliveira; Isabel Diniz; Norma Venâncio Araújo.

Rio Claro — *Colégio Estadual de Rio Claro* — Profs.: Cecília Gomes; Adinael Carlos; Armando Grisi.

Ginásio Koelle — Profs.: Paulo Koelle; Cristina Koelle.

Ginásio Puríssimo Coração de Maria — Profs.: Otávia de Antoni; Evelina M. Pritisch; Maria do C. V. Leme.

Santa Cruz do Rio Pardo — *Ginásio da E. N. Santa Cruz do Rio Pardo* — Profs.: José Teixeira Gonçalves; Aureo Parolo.

Santa Rita — *Ginásio Santa Rita* — Prof.^a: Astrogilda Damasceno.

Santo Amaro — *Colégio Adventista Brasileiro* — Profs.: Odete Oberg; Guilherme Denz; Rute Oberg Guimarães.

Santo Anastácio — *Ginásio Municipal Santo Anastácio* — Prof.: Sérgio Martorelli.

Santos — *Ginásio Associação Feminina Santista* — Profs.: Olga Melchert; Laurentina Ferreira de Sousa.

Colégio Coração de Maria — Profs.: Júlia Igneza de Conto; Maria Teresa Wiest.

Ginásio José Bonifácio — Profs.: Alvaro da C. Parente; João P. Sobrinho.

Ginásio do Instituto Educacional — Prof.^a: Esperança Galvão.

Colégio Santista — Profs.: Otaviano de Araújo; Teodoro Krasniaki; José Stival; Inácio Miguel; Basílio Mazepa.

Colégio Stela Maris — Profs.: Laura de Almeida Sampaio; M. de Lourdes Soletto da C. Rodrigues; Corina de C. Cerqueira.

Ginásio Tarquino Silva — Profs.: Paulo de Arruda Penteado; Frederico Grego; Rubens Marçal.

São Carlos — *Ginásio Municipal São Carlos* — Profs.: Nelson Camarto; José de Brito Castro; Haidê Galli.

São João da Boa Vista — *Colégio E. de São João da Boa Vista* — Prof.: Roque Teixeira Fiori.

São José dos Campos — *Ginásio da E. N. Livre de S. José dos Campos* — Prof.: Benedito Zoroastro de Vasconcelos.

São José do Rio Pardo — *Colégio E. Euclides da Cunha* — Profs.: Romeu Paschoalick; Roque Cónsolo; Odilon Machado César.

São Manuel — *Ginásio da E. N. Dr. Manuel José Chaves* — Prof.^a: Inês Plese.

São Vicente — *Ginásio Martin Afonso* — Profs.: Zina de C. Bicudo; Carlos Mendonça.

Sorocaba — *Ginásio Ciências e Letras* — Profs.: Geni Kalil; Maria Luísa Soares Pinto.

Ginásio Santa Escolástica — Profs.: Mariana Cerqueira Cintra; Nair Camargo; Susana Dias; Maria Dora Darienzo.

Taquaratinga — *Ginásio M. de Taquaratinga* — Prof.: Flávio Lemos.

Tatuí — *Colégio Estadual de Tatuí* — Prof.: Paulo Ribeiro.

Tupã — *Ginásio Municipal de Tupã* — Prof.: Pe. José Corazza.



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Imigração

AFASTAMENTO DE REPRESENTANTE BRASILEIRO NA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE IMIGRANTES NA EUROPA — Em obediência à determinação do Presidente da República, o presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização, resolveu dispensar das funções de chefe e membro da delegação brasileira na Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa, o Sr. Artur Hehl Neiva.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Estatística

CURSO DE BIOMETRIA — A 9 de agosto, inaugurou-se no auditório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o curso de biometria que sob os auspícios desta entidade e a seu convite veio ministrar no Brasil o especialista italiano professor Marcelo Boldrini, catedrático de Estatística Metodológica e Aplicada das Universidades Católica e Comercial de Milão.

O professor é autor de um livro sobre biometria e antropologia, considerado um dos melhores neste ramo da ciência, e pertence ao Conselho Superior de Estatística do Instituto Internacional de Estatística e à Academia Pontifícia, tendo exercido função também no *Bureau International du Travail*.



Conselho Nacional de Geografia

Diretório Central

CURSO DE BIOMETRIA — CONCURSOS ESTADUAIS DE MONOGRAFIAS GEOGRÁFICAS — PRESIDENTE TOMÁS BERRETA — CENTENÁRIO DE FRANCISCO BICALHO — XI SEMANA ARGENTINA DE GEOGRAFIA — Sob a presidência do Almirante Antônio Alves Câmara, delegado do Ministério da Marinha, realizou-se no dia 4 de agosto último a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Inicialmente se aprovou a ata da reunião anterior e foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho" relativos à quinzena, o que ensejou os seguintes pronunciamentos, por proposta do eng.º Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do Conselho: de regozijo ao Serviço Geográfico do Exército pela inauguração do seu laboratório fotocartográfico; de aplausos ao Governo do Estado de Minas Gerais pela realização, na Faculdade de Filosofia, de um curso de férias destinado aos professores de geografia do Estado; de congratulações a vários membros do Conselho por motivo de designações distintas; de júbilo ao Conselho Nacional de Estatística pela iniciativa da realização do Curso de Biometria, a cargo do Professor Marcelo Boldrini; de felicitações aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro pela realização de concursos a prêmios de monografias geográficas.

Por proposta do Tte. Cel. Frederico Augusto Rondon, representante do Conselho Nacional de Estatística, foram consignados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tomás Berreta, presidente da República do Uruguai.

Em seguida, o Secretário-Geral fez comentários sobre as comemorações do centenário de Francisco Bicalho, tendo o Diretório decidido manifestar ao Arquivo Nacional congratulações pelo êxito da sua iniciativa.

Foram apresentadas pelo Secretário-Geral duas novas publicações da "Biblioteca Geográfica Brasileira", editada pelo Conselho — *O Homem e a Restinga* do prof. Alberto Ribeiro Lamego e *A Bacia do Médio São Francisco*, do Prof. Jorge Zarur —, tendo o Diretório consignado votos de congratulações pelo seu aparecimento.

Na ordem do dia, houve o seguinte: aprovou-se a redação da Resolução n.º 278, relativa ao Curso de Informações Geográficas de 1947; baixou-se a Resolução n.º 279 autorizando a execução de trabalhos técnicos em cooperação com o Departamento de Geografia, Terras e Colonização no Estado do Paraná; autorizou-se a ida do Secretário-Geral a Buenos Aires para, na qualidade de presidente da Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História, participar da XI Semana de Geografia da Argentina, comemorativa do 25.º aniversário da GAEA, Sociedad Argentina de Estudios Geográficos; discutiu-se o Regulamento das Promoções do pessoal, proposto pela Secretaria-Geral, tendo-se constituído uma Comissão de três membros para coordenar os debates havidos e redigir o projeto definitivo.



CONFERÊNCIA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA — SOCIEDAD ARGENTINA DE ESTUDIOS GEOGRÁFICOS — REGULAMENTO DE PROMOÇÕES DOS FUNCIONARIOS DO C. N. C. — Presidido pelo Dr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esteve reunido a 20 do mês de agosto próximo passado, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, presente a maioria dos seus membros.

Depois de aprovada a ata da reunião anterior, foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho" relativos à quinzena. Na parte destinada a comunicações, o engenheiro Virgílio Correia Filho, respondendo pelo expediente da Secretaria-Geral, comunicou o motivo da ausência do Eng.º Christovam Leite de Castro, titular efetivo, que foi à cidade de Belém tomar parte na Conferência para criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. A seguir, enumerou as contribuições elaboradas pelo Conselho especialmente dedicadas àquela reunião: opúsculos *Amazônia Brasileira*, da lavra do Dr. Artur Cesar Ferreira Reis e *Clima da Amazônia*, de autoria do Prof. J. C. Junqueira Schmidt e *Documentário Amazônico*, folheto-catálogo das contribuições bibliográficas, cartográficas e aerofotográficas de que dispõe o Conselho, as quais foram postas à disposição dos membros daquela conferência. Ainda foi comunicada a divulgação de uma coleção de desenhos em formato grande, de 10

tipos e aspectos característicos da região amazônica, especialmente dedicados ao certame. Também foi comunicado o envio de exemplares do opúsculo *Tipos y Aspectos del Brasil*, à Sociedad Argentina de Estudios Geográficos — GAEA — o qual foi editado especialmente para comemorar o 25º aniversário de atividades dessa instituição.

Na ordem do dia foi dado a conhecer o relatório final dos trabalhos da Comissão anteriormente designada pelo Diretório, para rever o projeto de Regulamento de Promoções dos Funcionários do Conselho e propor emendas necessárias. O relator Cel. Edmundo Gastão da Cunha após falar sobre a matéria historiando os trabalhos da Comissão, sugeriu algumas modificações aconselháveis, terminando por propor votos de louvor aos funcionários Dr. Alberto Raja Gabaglia, Sr. José de Almeida e Sra. Renê Nogueira da Mata, que assessoraram a Comissão. Submetido à aprovação o projeto de Regulamento, com as emendas sugeridas no parecer da Comissão, foi o mesmo aprovado, passando a constituir a Resolução nº 280. Por fim, depois de aprovados os votos de louvor sugeridos, o Sr. Virgílio Correa Filho, dando seu testemunho aos dos trabalhos da Comissão propôs se apresentassem agradecimentos aos membros da referida Comissão, sendo tal proposta aprovada.



LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFÉTRICOS — LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — ENSINO DA GEOGRAFIA — HILÉIA AMAZÔNICA — REUNIÕES INTERNACIONAIS DE ESTATÍSTICA — LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA — SOCIEDADE ARGENTINA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS — SECÇÃO BRASILEIRA DO INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Sob a presidência do general Djalma Polí Coelho, representante do Ministério da Guerra, realizou-se no dia 3 de setembro corrente a reunião quinzenal do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, estando presente a maioria dos seus membros.

Depois de aprovada a ata da reunião anterior, foram lidos o expediente e o "Diário do Conselho" relativos à quinzena, o que ensejou a aprovação, por proposta do Engº Christovam Leite de Castro, Secretário-Geral do Conselho, de um voto de regozijo pela criação da empresa "Levantamentos Aerofotogramétricos S. A."

O presidente da reunião, que também é o presidente da "Comissão Técnica de Estudos da Localização da Nova Capital do Brasil", referiu-se aos trabalhos e estudos geográficos levados a efeito no planalto central do Brasil, salientando a colaboração prestada pelo professor Francis Ruellan, da Faculdade Nacional de Filosofia, que estava presente à reunião e ofertou ao Conselho uma coleção de fotografias aéreas recentemente tiradas do planalto e um filme tirado quando de sua visita à região.

Sobre o mesmo assunto falaram o professor Carlos Delgado de Carvalho, representante do Ministério da Educação e Saúde, o professor Francis Ruellan e o Secretário-Geral.

O professor Delgado de Carvalho, que dirigiu o "Curso de Informações Geográficas" de 1947, esclareceu os resultados do Curso, quanto à iniciativa do Conselho de entrar em contacto permanente com os professores de Geografia do país, enviando-lhes publicações e contribuições de interesse didático, o que ensejou ao presidente da reunião oferecer, na sua qualidade de diretor do Serviço Geográfico

do Exército, exemplares das cartas topográficas elaboradas pelo Serviço para serem distribuídas às escolas das regiões respectivas, como material de estudo geográfico local.

O Secretário-Geral fez breve relato sobre a Conferência Internacional realizada em Belém, em agosto passado, promovida pela UNESCO para o estudo das bases da organização do "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica" que pretende criar, da qual fez parte como representante do Conselho, tendo o assunto despertado comentários do Dr. Péricles de Melo Carvalho, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde é o Diretor Geral do Departamento Nacional de Imigração.

Por proposta do Secretário-Geral foram tomadas as seguintes decisões: a designação do Prof. Jorge Zarur, Secretário-Assistente do Conselho, ora em Washington, para representar o Conselho no Congresso Internacional de Estatística e nas Assembléias do Instituto Internacional e do Instituto Interamericano de Estatística; o oferecimento ao Ministério da Educação e Saúde da documentação e serviços do Conselho para a atualização dos textos dos livros didáticos de Geografia.

Aos membros do Diretório foram distribuídos exemplares da publicação *Tipos y Aspectos del Brasil*, edição em espanhol especialmente preparada em comemoração ao 25º aniversário da GAEA, Sociedad Argentina de Estudios Geográficos.

Finalmente, na ordem do dia, foram aprovadas duas Resoluções: uma, de nº 281, dando organização à Secção Brasileira do Instituto Panamericano de Geografia e História; outra, de nº 282, dispondo sobre a execução do orçamento do corrente ano.



REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NAS COMISSÕES DE CARTOGRAFIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Por decretos do Presidente da República, assinados a 18 do mês passado, na pasta das Relações Exteriores, foram nomeados para representar o Brasil nas Comissões de Geografia, Cartografia e História do Instituto Panamericano de Geografia e História, sediado na cidade do México, respectivamente os Srs. Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, Alírio Huguene de Matos e Virgílio Corrêa Filho, respectivamente, coordenador de Cartografia e chefe da Secção de Documentação da mesma entidade.



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

COMISSÃO PARA ESTUDAR AS RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL — No dia 7 de agosto último o ministro da Aeronáutica assinou portaria, designando vários técnicos e especialistas para integrarem uma comissão destinada a estudar as recomendações de padrões, métodos e procedimentos intitulados "Facilidades de Transporte Aéreo Internacional" sugeridas em julho de 1946 pela Organização Internacional de Aviação Civil, e que objetivam simplificar a um limite compatível com os direitos dos Estados, as dificuldades inerentes à aplicação no transporte aéreo internacional, das leis e regulamentos atuais, relativos às rendas aduaneiras, imigração, saúde pública e outros assuntos correlatos.

Desta comissão faz parte o Sr. Péricles de Faria Melo Carvalho, diretor do Departa-

mento Nacional de Imigração e Colonização e membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.



CONDECORAÇÃO DE OFICIAIS — O Presidente da República assinou recentemente decretos, na pasta da Aeronáutica, concedendo a cruz de Aviação a várias patentes do oficialato daquela corporação das nossas forças armadas.

Os oficiais atingidos pelo ato presidencial em apreço, foram os seguintes: tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, majores-brigadeiros Fernando do Amaral Savaget e Fábio de Sá Earp, brigadeiros Ivo Borges, Hugo da Cunha Machado, Américo Leal, Armando Pinheiro de Andrade e Luís Neto dos Reis.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

APROVEITAMENTO DA CACHOEIRA DE PAULO AFONSO — Presidida pelo Sr. Presidente da República, realizou-se a 9 de agosto, no Palácio do Catete, importante reunião da qual participaram, além do secretário da Presidência, os titulares da Fazenda, Viação e Agricultura, senador Apolônio Sales e deputado Amando Fontes. Durante esta reunião foi estudada a questão do aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, o qual será determinado com a consequente criação de uma Comissão, por lei a ser brevemente assinada.

Comissão Permanente de Crenologia

DESIGNAÇÃO DE TÉCNICOS PARA CONSTITUIÇÃO — A fim de constituírem a Comissão Permanente de Crenologia, criada pelo Decreto-lei n.º 7 841, de 8 de agosto de 1947, foram recentemente designados, por ato do Presidente da República, os Srs. professores: Renato de Sousa Lopes, da Escola Nacional de Veterinária e da Faculdade Nacional de Medicina; Genésio Pacheco, chefe de seção do Instituto Osvaldo Cruz; professor José de Carvalho Lopes, da Escola de Minas e Metalurgia; e Mário Abrantes da Silva Pinto, diretor do Laboratório da Produção Mineral.

A referida Comissão funcionará sob a presidência do diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, sendo atribuído a sua colaborar no cumprimento do Código de Águas Minerais, que trata, em seus capítulos mais importantes: das autorizações de pesquisa e lavra; de estâncias que explorem águas minerais e das organizações que explorem águas potáveis de mesa, e de sua fiscalização; do comércio da água mineral, termal, gasosa, de mesa, ou destinada a fins balneários; da classificação das águas e suas fontes; da tributação, etc.



Conselho Nacional de Proteção aos Índios

VISITA DO DIRETOR DA SEÇÃO DE ESTUDOS DA O. N. U. — Em dia do mês de julho esteve em visita ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, o professor Alfredo Metraux, diretor da Seção de Estudos da Organização das Nações Unidas, e membro da Sociedade dos Americanistas de Paris, que veio ao nosso país participar da Conferência da Hiléia Amazônica.

O visitante que se fazia acompanhar pelo Dr. Paulo Carneiro, delegado do Brasil na UNESCO, manteve prolongada palestra com os

membros do C. N. P. I. e particularmente com o general Cândido Mariano da Silva Rondon, presidente daquele órgão.



Serviço de Estatística da Produção

NOMEAÇÃO DE NOVO DIRETOR — Em virtude do falecimento do professor Alberto Cerqueira Lima, verificado há pouco nesta capital, foi nomeado por decreto do Presidente da República, assinado recentemente, para as funções de diretor do Serviço de Estatística da Produção, o Sr. Rafael Xavier.

O Sr. Rafael Xavier, que aliás foi organizador do S. E. P. e o primeiro titular da função que ali volta a exercer, é membro, como representante do Ministério da Agricultura, da Comissão Central de Preços, tendo exercido já o cargo também de diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

TRANSLADAÇÃO PARA O BRASIL DO ARQUIVO DA ANTIGA CASA IMPERIAL — No dia 6 de agosto próximo passado o Presidente da República sancionou a Lei legislativa n.º 56, da mesma data, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação, do crédito especial de Cr\$ 300 000,00, para as despesas de transladação para o nosso país do arquivo da antiga Casa Imperial do Brasil que se acha no Castelo d'Eu, na França; além do material especificado, virão também para o Brasil objetos outros de alto valor histórico doados ao governo da República.



Colégio Pedro II

Centro de Estudos de História e Geografia

CONCURSO COMEMORATIVO DA INDEPENDÊNCIA — Comemorando a Independência do Brasil, o Centro de Estudos de História e Geografia do Colégio Pedro II, promoveu um concurso entre alunos daquele estabelecimento de ensino secundário, o qual constou de uma prova escrita sobre o grande feito e os fatos históricos com ele relacionados, ou que o motivaram.

Os temas incluídos no programa desta interessante iniciativa foram os seguintes: O regresso de Dom João VI e o início da regência de Dom Pedro; 2.º — Antecedentes do "Fico". Clemente Pereira e sua influência; 3.º — O episódio do "Fico"; suas consequências; 4.º — José Bonifácio e sua influência nos acontecimentos de 1822; o "Apostolado"; 5.º — A proclamação de agosto; sua significação; 6.º — O episódio do Ipiranga; 7.º — Ação dos patriotas e da cidade do Rio de Janeiro na realização da Independência; 8.º — A proclamação do Império; 9.º — A princesa Dona Leopoldina e a Independência; 10.º — As lutas da Independência, até o 2 de julho.



Comissão Nacional do Livro Didático

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS — Pela portaria n.º 363, recentemente baixada, o Ministro da Educação e Saúde determinou a publicação até 31 de dezembro próximo, da relação dos livros que poderão ser usados no ensino secundário e primário a partir de 1948, conforme aprovação da Comissão Nacional do Livro Didático.



Museu Nacional

COMUNICAÇÃO SOBRE A REGIÃO DO RIO XINGU — Com o apoio da Fundação Brasil Central, técnicos do Museu Nacional empreenderam recentemente uma excursão ao rio Xingu.

A fim de que fôsem conhecidos os resultados preliminares dessa excursão, aquela entidade promoveu no dia 20 de agosto uma reunião durante a qual foram lidas várias comunicações sobre os estudos ali realizados. No mesmo dia realizou-se ainda a inauguração de uma exposição de fotografias e peças etnográficas, colhidas na região.

**MINISTÉRIO DA GUERRA****Serviço Geográfico do Exército**

VISITA DO SEU DIRETOR AO SERVIÇO CARTOGRAFICO DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS — No dia 22 de agosto o ministro da Guerra assinou portaria designando o general de brigada Djalma Polí Coelho, diretor do Serviço Geográfico do Exército e membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, para, em atendimento ao convite feito pelo governo dos Estados Unidos, visitar as unidades cartográficas daquele país.



ESTÁGIO DE OFICIAIS ENGENHEIROS GEÓGRAFOS BRASILEIROS NO SERVIÇO CARTOGRAFICO DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO — Por ato do titular da Guerra, assinado no mesmo dia, foram ainda designados para fazer um estágio de estudo no Serviço Cartográfico do Exército norte-americano, os seguintes oficiais engenheiros geógrafos brasileiros: major T. A. Aníbal Vieira de Macedo; major R. A. Augusto Sérgio Ferreira da Silva; capitão T. A. Antônio da Silva Araújo (Portaria nº 191).

**Instituto de Geografia e História Militar**

POSSE DE NOVO MEMBRO — A fim de dar posse ao seu novo membro, general Onofre Gomes Lima, reuniu-se em sessão solene a 11 de agosto, no Clube Militar, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O novo membro do I. G. H. M. que passou a ocupar a cadeira n.º 11, cujo patrono é o general Tibúrcio Pereira de Sousa, foi recebido pelo coronel Felício de Lima.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES****Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital**

APROVADA A RESOLUÇÃO QUE BAIXA O SEU REGULAMENTO — No dia 3 de julho do corrente ano o Presidente da República exarou despacho aprovando a Resolução n.º 1 da Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital que dispõe sobre o seu respectivo regulamento.

É a seguinte a íntegra do regulamento de que trata a resolução em apêço:

Capítulo I — Finalidade, Constituição e Organização

Art. 1.º — Denomina-se Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do Brasil (CELNCB) a Comissão prevista no § 1.º do art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2.º — A Comissão é constituída exclusivamente dos técnicos nomeados para tal fim pelo Presidente da República, em decreto.

Art. 3.º — A finalidade da Comissão é realizar o estudo previsto no § 1.º do art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4.º — A Comissão compõe-se dos seguintes órgãos:

- a) a Presidência;
- b) o Plenário;
- c) as Sub-Comissões permanentes e de estudos especiais;
- d) as Secções Especializadas;
- e) o Gabinete Técnico-Administrativo.

Capítulo II — A Presidência

Art. 5.º — A Presidência da Comissão é exercida por um membro da mesma nomeado para essa função pelo Presidente da República.

Art. 6.º — A Comissão, por proposta do Presidente, elegerá um dos seus membros para substituí-lo nos eventuais impedimentos, não excedentes de 30 dias.

Art. 7.º — São atribuições do Presidente:

- a) convocar as reuniões do Plenário e presidial;
- b) representar a Comissão junto aos poderes públicos e respectivas autoridades;
- c) dar provimento às deliberações do Plenário;
- d) baixar as instruções e efetivar os atos administrativos, necessários à boa marcha dos trabalhos da Comissão e dos seus órgãos componentes;
- e) nomear, dispensar, remover o pessoal que servir à Comissão e fixar-lhe os proventos;
- f) requisitar funcionários dos serviços públicos;
- g) providenciar a obtenção dos recursos necessários aos trabalhos da Comissão;
- h) autorizar as despesas da Comissão.

Capítulo III — O Plenário

Art. 8.º — O Plenário, órgão deliberativo da Comissão, é formado pela reunião da maioria dos seus membros.

Art. 9.º — O Plenário reunir-se-á por convocação do Presidente, seja em virtude de iniciativa própria, seja por solicitação de qualquer sub-comissão ou de pelo menos um terço dos membros da Comissão.

Art. 10 — O Presidente dará a conhecer aos membros da Comissão, com a antecedência suficiente, a matéria a ser discutida em plenário, enviando-lhes sempre que possível a documentação correspondente.

Art. 11 — As decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, facultados os votos em separado, e sobre matéria específica serão permitidos os votos dos ausentes por escrito.

Art. 12 — O Presidente tem o voto de Minerva.

Art. 13 — As decisões da Comissão são de duas naturezas: as deliberações, que apenas constarão das atas, e as Resoluções que, por versarem assuntos importantes, serão redigidas em forma articulada e devidamente fundamentadas, numeradas e datadas.

Art. 14 — A Resolução final sobre a localização da futura Capital só poderá ser tomada com a votação da totalidade dos membros da Comissão, e será aprovada se reunir os votos de pelo menos 2/3 dos membros, na 1.ª votação, ou da maioria dos membros presentes na 2.ª votação.

Art. 15 — De cada reunião do Plenário será redigida pelo Gabinete Técnico-Administrativo circunstanciada ata, que depois será submetida à aprovação da Comissão.

Art. 16 — Sempre que possível, serão tomadas notas taquigráficas das reuniões, das quais os membros da Comissão terão vistas, antes da redação final dos debates.

Art. 17 — São atribuições do Plenário:

a) decidir sobre todas as questões relacionadas com os trabalhos da Comissão, que tenham caráter deliberativo;

b) baixar os Regimentos Internos do Plenário e demais órgãos componentes da Comissão;

c) examinar, para o efeito de aprovação final, os pareceres apresentados pelos órgãos componentes da Comissão e bem assim os relatórios da Presidência;

d) aprovar os programas dos trabalhos científicos e técnicos.

Capítulo IV — As Sub-comissões

Art. 18 — As Sub-comissões são formadas exclusivamente de membros da Comissão, escolhidos pelo Plenário, e têm por objetivo a realização de determinados estudos ou trabalhos específicos.

Art. 19 — A distribuição dos membros da Comissão pelas Sub-comissões far-se-á atendendo-se às especializações dos conhecimentos, aos pendores de investigação e às possibilidades de atuação.

Art. 20 — As Sub-comissões são de dois tipos: as Permanentes, que tratarão de assuntos de base, relacionados com as atividades normais da Comissão; as de Estudos Especiais, que se encarregarão de investigações de interesse para os estudos da Comissão, à medida que se desenvolverem os trabalhos.

Art. 21 — Cada Sub-comissão escolherá, dentre os seus membros, um Presidente.

Art. 22 — As Sub-comissões Permanentes são as seguintes:

- a) de Investigações Geográficas;
- b) de Investigações Urbanísticas.

Art. 23 — A Sub-comissão de Investigações Geográficas tem o encargo de efetuar estudos de gabinete, de natureza geográfica, considerados básicos para a Comissão, sobretudo aqueles que lhe sirvam de fundamento aos estudos de campo.

Art. 24 — A Sub-comissão de Investigações Urbanísticas compete efetivar medidas análogas à da primeira Sub-comissão, quanto aos estudos da localização da nova Capital, sob o ponto de vista urbanístico.

Art. 25 — As Sub-comissões de Estudos Especiais serão constituídas pela Comissão para a realização de determinados trabalhos de gabinete ou de campo necessários à melhor elucidação do problema da localização da Capital e dos seus aspectos especializados.

Art. 26 — As Sub-comissões apresentarão os resultados dos trabalhos em forma de pareceres, que serão submetidos à consideração e deliberação do Plenário.

Art. 27 — Qualquer assunto a ser considerado pelo Plenário, que esteja enquadrado nas atribuições de uma das Sub-comissões, deverá ser previamente examinado pela respectiva Sub-comissão.

Capítulo V — Seções Especializadas

Art. 28 — As Seções Especializadas, que se destinam ao estudo de determinadas questões, serão constituídas de técnicos escolhidos pela Comissão.

Art. 29 — A Comissão escolherá um dos seus membros para dirigir cada Seção Especializada que constituir.

Art. 30 — O Presidente da Comissão promoverá junto às autoridades competentes o concurso dos técnicos que forem funcionários federais, estaduais e municipais.

Art. 31 — As despesas de cada Seção serão feitas pelo regime de adiantamento, facilitando-se ao máximo a movimentação dos seus serviços e operadores.

Art. 32 — Os resultados dos trabalhos de cada Seção serão submetidos à apreciação do Plenário.

Capítulo VI — O Gabinete Técnico-Administrativo

Art. 33 — Ao Gabinete Técnico-Administrativo compete a execução dos trabalhos técnicos e administrativos, que lhe forem cometidos pelo Presidente, tendo em vista as decisões do Plenário e os estudos empreendidos pelos demais órgãos componentes da Comissão.

Art. 34 — O Chefe do Gabinete, de livre escolha do Presidente da Comissão, é o responsável pelos seus serviços técnicos e administrativos, cabendo-lhe a direção dos serviços de expediente e de secretaria.

Art. 35 — O Plenário será secretariado por um auxiliar de Gabinete, de livre escolha do Presidente, cabendo-lhe a redação das atas das reuniões.

Capítulo VII — Disposições Gerais e Transitórias

Art. 36 — Todos os trabalhos e estudos a serem feitos pela Comissão e pelos seus órgãos técnicos componentes serão apresentados por escrito, tendo em vista a sua oportuna publicação.

Art. 37 — O Presidente da Comissão fixará, em cada caso, a ajuda de custo a que tem direito cada membro da Comissão quando a serviço dela, for obrigado a despesas extraordinárias de transporte e de permanência fora da cidade em que reside.

Art. 38 — O quadro de servidores da Comissão será constituído dos funcionários públicos requisitados e dos auxiliares admitidos na forma da lei.

Art. 39 — O Presidente da Comissão estabelecerá os critérios de seleção para admissão dos servidores de gabinete e de campo.

Art. 40 — Os assuntos tratados pela Comissão são considerados reservados, desde que façam presumir as tendências de suas deliberações finais.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1947.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
(2.^a Divisão)

NOMEAÇÃO DE SUB-CHEFE — O ministro de Estado das Relações Exteriores assinou portarias a 15 e 23 de julho do corrente ano,

nomeando pelas mesmas para exercerem as funções de sub-chefes da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.^a Divisão, respectivamente, os tenentes-coronéis engenheiros geógrafos do Exército Carlos Mena Barreto e Benjamim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante.

★

Instituições Particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

RECONSTITUIÇÃO PALEOGEOGRÁFICA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO — OUTRAS COMUNICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO — No dia 8 de julho reuniu-se em mais uma sessão ordinária a Academia Brasileira de Ciências.

Os trabalhos foram dirigidos pelo professor Artur Moses, constando da ordem do dia as seguintes comunicações: "Reconstituição paleogeográfica da bacia do rio São Francisco", "Compostos panacéticos" e "Terrenos basálticos do Rio Grande do Sul", festas feitas, respectivamente, pelos Srs. Otton Leonardos, F. Edigi e Victor Leinz.

★

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

INSTALAÇÃO DA DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO E DO GRÊMIO GEOGRÁFICO DE VITÓRIA — Realizou-se, em Vitória, a 7 de agosto último, no salão de conferências da Secretaria de Saúde e Assistência, a solenidade de instalação da Diretoria Regional e do Grêmio Geográfico de Vitória, órgãos representativos do Instituto de Colonização Nacional, no Estado do Espírito Santo.

O Prof. Leopoldo Pedro da Silva, em nome do Diretor Geral do Instituto, tenente-coronel Frederico Rondon, deu posse ao Dr. Cicero de Moraes do cargo de presidente do Grêmio Geográfico e convidou para constituírem a mesa os Srs. Cap. Josias Gonçalves de Aguiar, representante do Sr. Governador Carlos Lindenberg, Dr. Napoleão Fontenelle, Secretário da Agricultura, Sr. A. Barroso Gomes, Secretário de Saúde e Assistência, e Exmo. Revmo. Sr. Dom Luis Scortegagna, Bispo de Vitória.

Depois de discorrer sobre as finalidades do Instituto e sua atuação no estudo das populações rurais e solução dos problemas humanos dos sertões brasileiros, o Dr. Cicero de Moraes leu o relatório da Diretoria Geral referente às atividades dos anos de 1945-46.

O Dr. José Calazans de Campos, secretário-geral do Grêmio Geográfico e redator chefe de *A Tribuna*, prestigioso órgão capixaba, fez uma saudação ao Governador Carlos Lindenberg, ilustre estadista, homem do povo inteiramente dedicado ao povo que o elegeu primeiro magistrado — enaltecendo a obra iniciada por seu Governo, realçando os pontos de vista expendidos diversas vezes por S. Exa., em relação aos problemas rurais do Espírito Santo bem assim a perfeita consonância dos objetivos do Instituto de Colonização Nacional com o programa do Governo Estadual. Fez em seguida a apresentação do conferencista professor Leopoldo Pedro da Silva, Diretor Regional do Instituto, em quem vê uma das maiores autoridades em Genética Zootécnica e Sociologia Rural do Brasil.

O Prof. Leopoldo Pedro da Silva discorreu sobre palpitantes assuntos relacionados com a indústria de carnes, no Estado do Espírito Santo. Examinando a questão internacional, focalizou a influência maléfica dos *trusts* na indústria brasileira, concluindo pela necessidade da criação do *pool* nacional de carnes.

Com relação ao Espírito Santo, o conferencista defendeu a conveniência da localização de um frigorífico na zona Norte do Estado, como a mais indicada para o aproveitamento das boiadas que descem da Bahia e de Minas Gerais, em procura de escoamento pelo porto de Vitória. Expôs ainda, em conclusão, a possibilidade de se transformar a zona Norte do Espírito Santo num centro de recreio e inverno de gado. Suas últimas palavras foram de exaltação do homem brasileiro e da necessidade de se constituir, no Brasil, uma mentalidade agrária no sentido de valorizar o homem rural pela saúde, pela educação, pela moral, pela técnica e pela racionalização do trabalho.

Entre as iniciativas que já assinalam as atividades dos novos órgãos representativos do Instituto de Colonização Nacional no Estado do Espírito Santo, como colaboradores dos poderes públicos na obra de sã política em boa hora empreendida sob a orientação do Sr. Governador Carlos Lindenberg, cumpre realçar, por sua significação geopolítica, o Plano de Colonização do Vale do São Mateus, o qual magistralmente moldado na doutrina deste Instituto, está destinado a assegurar o desenvolvimento econômico e a solução concomitante dos problemas humanos, valorizando ao mesmo tempo a terra e o homem, naquele futuroso rincão brasileiro.

★

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES

O LAUDO DE CLEVELAND E O TERRITÓRIO DO IGUAÇU — Em julho do corrente ano, o Sr. Xavier de Oliveira, proferiu na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres uma conferência intitulada: "O laudo de Cleveland e o território do Iguaçu" em que ressaltou a importância dos Estados de Fronteira e concluiu dirigindo um apelo ao Congresso no sentido da preservação do que considerou complemento à obra de Rio Branco.

A conferência a que estiveram presentes estudiosos e interessados no problema dos territórios bem como representantes de autoridades, só podia despertar grande interesse porquanto é o seu autor pessoa entendida no assunto, e aliás autor, quando deputado, do projeto de criação dos chamados "Estados de fronteira", que seriam os das Missões, Laguna, Guaporé, Acre, Solimões, Rio Negro, Rio Branco e Amapá.

★

UNIAO SUL-AMERICANA DE ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS

SUGESTÕES DE CARÁTER TÉCNICO A CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES. — A União Sul-Americana de Associações de Engenheiros, entidade, como seu nome indica, de âmbito latino-americano, que congrega as sociedades de engenheiros de todos os países desta parte do continente, e cuja sede rotativa é atualmente o Rio de Janeiro, enviou aos membros da Conferência de Petrópolis, um memorial em que solicita várias providências no sentido de amparar e fortalecer suas atividades, as quais, sem dúvida, muito contribuirão para consolidar a segurança da América.

As providências em apêgo são as seguintes: I — Apoiar moral e materialmente os movimentos de vinculação, intercâmbio de resultados e conhecimento recíproco dos engenheiros da América, como sejam os congressos americanos de engenheiros, as exposições de livro e trabalhos técnicos, bem como as associações que tenham como finalidade precípua a vinculação profissional interamericana. II — Propiciar a criação de uma associação privada interamericana, de caráter geral, tendo como objeto trabalhar pela maior compreensão e unidade espiritual da América. III — Permitir em toda a América o livre exercício da profissão de engenheiros diplomados ou titulados em universidades ou escolas de engenharia dos

países americanos, na base de títulos e estudos equivalentes. IV — Reconhecer que as associações de engenheiros precisam ter o caráter de grêmios profissionais livremente administrados pelos seus integrantes, sem absorvê-los em instituições oficiais ou semi-oficiais, nem nêles intervir. V — Criar comissões mistas de engenheiros para os estudos e a construção de obras que diretamente influam na unidade espiritual e econômica das nações americanas, como sejam as vias de comunicação de caráter interamericano, as pontes internacionais, o aproveitamento dos cursos d'água e lagos de caráter internacional, tendo em vista a navegação, a energia hidroelétrica, a irrigação, as ferrovias e rodovias e demais benefícios que daí se derivem, etc. VI — Apoiar moral e materialmente a criação do Comitê Pan-Americano de Normas Técnicas, aprovada pela Conferência das Comissões do Fomento Interamericano, reunida em 1944 em Washington. VII — Financiar concursos técnicos sobre temas de caráter interamericano. VIII — Incrementar o intercâmbio de professores universitários e estudantes de engenharia entre os países da América. IX — Apoiar e participar dos censos de população sobre bases comparáveis, projetados para 1950-1951 em todos os países do Hemisfério. X — Intensificar os estudos de física nuclear e a aplicação da libertação da energia atômica a fins pacíficos, na esperança de que tal objetivo possa em breve exercer-se no exclusivo benefício da humanidade.

★

Certames

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA

SUA REALIZAÇÃO EM BELÉM — Convoçada para discussão do projeto apresentado à UNESCO de criação de um instituto internacional científico de estudos amazônicos, realizou-se em Belém, Estado do Pará, a Conferência Internacional da Hiléia Amazônica, cuja presidência permangente esteve a cargo do Sr. Fred L. Soper, aclamado unanimemente, mediante proposta do Dr. Paulo Carneiro, delegado do Brasil no importante conclave e autor do projeto que ocupou ali a atenção dos representantes dos países particularmente interessados que são: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, França, Inglaterra e Holanda, os três últimos em razão dos domínios que exercem sobre os estados guianenses.

A inauguração da Conferência verificou-se no dia 14 de agosto, com uma solenidade presidida pelo governador do Estado, Sr. Moura Carvalho, prolongando-se os trabalhos até o dia 18 do mesmo mês, quando foram aprovadas as conclusões finais e o relatório geral, a ser enviado à UNESCO, o qual foi apresentado pelo Sr. Paulo Carneiro.

Entre as importantes iniciativas sugeridas para atingir os objetivos visados no conclave constam as seguintes: organização de um grande herbário, coleções de plantas da região, mapas fitogeográficos e seleções bibliográficas sobre a botânica da Hiléia, e estabelecimento das reservas florestais. Será feito ainda o acondicionamento do herbário do Museu Emílio Goeldi e organizada a carta da região.

Ao encerrarem-se os trabalhos da Conferência da Hiléia várias propostas e requerimentos foram aprovados, contando-se entre estes moções de aplauso à Comissão Demarcadora de Limites e aos Srs. Fred L. Soper e Paulo Carneiro, e de agradecimento aos governos federal e estadual.

Cumprasse assinalar a presença no conclave do Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, órgão que, pelas suas próprias finalidades, não poderia ficar alheio a uma assembléia destinada ao estudo de problemas da importância dos de que ali se cogitaram, objetivando a criação de um instituto científico de âmbito internacional.

★

CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS

SUA RECENTE REALIZAÇÃO EM PARIS — Instalado a 25 do mês passado, realizou-se em Paris o XXVIII Congresso Internacional de Americanistas, do qual participaram vinte e dois países, inclusive, o Brasil. Destinado a estudo e discussão de assuntos científicos da maior importância, teve a mais ampla repercussão este congresso no qual foram apresentados informes sobre arqueologia, etnologia, antropologia, história, geografia e línguas da América.

★

Unidades Federadas

AMAZONAS

RECONHECIMENTO DA BACIA DO RIO URUBU — A fim de proceder a estudos necessários à construção de uma rodovia que ligará a capital amazonense à bacia do rio Urubu, partiu de Manaus em princípios do mês de agosto, uma comissão composta de técnicos rodoviários.

Segundo foi anunciado, no seu itinerário esta comissão atravessaria a região dos perigosos índios Atoaria e Vamiris explorando a bacia do referido rio que é rica em vegetais e abundante em cachoeiras capazes de fornecer energia elétrica em grande potencialidade.

★

DISTRITO FEDERAL

Secretaria-Geral de Educação e Cultura

HOMENAGEM AO PROFESSOR A. J. DE SAMPAIO — Visando render homenagem à memória de A. J. de Sampaio, recentemente falecido, a União dos Educadores e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dirigiram ao prefeito do Distrito Federal, solicitações no sentido de ser dado o nome daquele ilustre cientista a uma escola desta capital.

Em atenção ao que foi formulado na aludida solicitação, o secretário-geral de Educação e Cultura da Prefeitura, acaba de assinar a seguinte resolução: "Considerando a grande dedicação demonstrada às causas do ensino, pelo professor Alberto José de Sampaio, recentemente falecido, divulgando conhecimentos científicos nas escolas primárias brasileiras; considerando que o eminente cientista foi um grande orientador dos professores primários nos assuntos técnicos necessários à política geral de melhoramentos rurais.

Resolve, atendendo a solicitações feitas pela União dos Educadores e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dar o nome do professor Alberto José de Sampaio à Escola 19-11, situada à rua Álvaro de Macedo n.º 358, Parada de Lucas".

★

MINAS GERAIS

Secretaria de Agricultura

EXECUÇÃO DO PLANO DE REFLORESTAMENTO — Dando cumprimento ao plano de reflorestamento determinado pelo Ministério da Agricultura, os técnicos do Serviço Florestal destacados em Minas Gerais empenham-se na execução de importantes trabalhos visando o restabelecimento florestal de extensas áreas do Estado. Assim, com a cooperação dos interessados, foram já semeados terrenos para plantio de milhares de mudas de eucalipto nas terras da Rêde Viação Mineira e Cerâmica Brasileira, estando sendo devidamente providenciado o plantio de árvores em Monlevade e Sabará. Cumpre assinalar que em meados deste ano foram distribuídos aos interessados 30 mil gramas de sementes.

Para atender às necessidades decorrentes do plano, está prevista ainda a criação de um horto florestal em Belo Horizonte com capacidade para o cultivo de 500 mil mudas anuais.

Em São João del Rei e Carangola, já está também em franca execução o plano de reflorestamento, cogitando-se da sua efetivação em Juiz de Fora, Biuruca, Três Corações, Manhumirim, Itajubá, São Lourenço, Poços de Caldas e Itabira.

★

Faculdade de Filosofia

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES — Promovido por iniciativa conjunta da Secretaria de Educação do Estado e Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, realizou-se no período de 6 a 30 de julho, em Belo Horizonte, um curso de aperfeiçoamento destinado a professores de várias disciplinas, inclusive Geografia e História, o qual constou de aulas regulares, diárias, e conferências sobre metodologia e didática, proferidas por conhecidas autoridades nos assuntos focalizados, sendo de assinalar a cooperação dada ao curso por cientistas e mestres estrangeiros, notadamente o professor Henry Pieron, da Universidade de Paris.

A Associação de Amigos da Astronomia dirigida pelo Dr. Quintino dos Santos homenageou os professores, dedicando-lhes uma sessão no salão de festas do Instituto Padre Machado. Apresentados pelo Prof. Gil Lemos, secretário da entidade, pronunciaram suas palestras os astrônomos finlandeses Dr. H. Alikoski sobre o tema "Caça aos asteróides" e o Dr. A. R. Hirvonen, sobre o "Universo que se expande". A sessão terminou com a exibição de um filme organizado pelo Departamento Geográfico de Minas Gerais, fixando todas as fases do último eclipse.

A convite do reitor do Colégio Estadual, Prof. Tabajara Pedroso, uma caravana de professores percorreu o Colégio Estadual, examinando demoradamente a mapoteca do estabelecimento, bem como outros materiais geográficos. No salão de projeções do colégio foram exibidos filmes educativos sobre a teoria cosmogônica de La Place, formação do solo, origem do carvão de pedra, pesca de coral e a flora submarina, demonstrando o extraordinário valor da projeção no ensino da geografia.

Desta maneira a ação do governo de Minas se vem fazendo sentir no magistério, dando-lhe os recursos para aprimorar-lhe as qualidades e elevar o nível de ensino.

★

SANTA CATARINA

Sociedade Catarinense de Estatística

ELEIÇÃO DA SUA PRIMEIRA DIRETORIA — Por resolução da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, reunida sob a presidência do professor Lourival Câmara, foi criada, a 14 de novembro do ano findo, a Sociedade Catarinense de Estatística.

As finalidades primordiais da Sociedade consistem em congregar os estatísticos e amigos da estatística, possibilitando o estudo da situação estadual, de seus problemas e suas necessidades, facilitando a propagação de conhecimentos estatísticos, estimulando os estudos e trabalhos elaborados à luz dos números e dos gráficos, afirmando valores e permitindo aos novos, que revelarem real mérito, a ascensão firme e segura, no extenso e largo campo estatístico nacional.

Expostas em seus pormenores as finalidades da Sociedade, propôs o Sr. Lourival Câmara, à aprovação dos presentes, uma diretoria provisória, para reger os destinos da Sociedade, até que a mesma, elaborados os seus estatutos, procedesse à eleição da diretoria definitiva.

Com a feitura dos estatutos, promoveu-se a 7 de julho do corrente ano, a eleição para a nova diretoria, tendo sido eleito presidente o Sr. Renato Ramos da Silva, funcionário do DEE. Espírito cheio de iniciativa, que fará

com que a Sociedade tome maior impulso, no sentido de estreitar cada vez mais os laços que unem os estatísticos catarinenses.

Consta do Estatuto da Sociedade a feitura da *Revista Catarinense de Estatística* — órgão oficial do SCE, a ser publicada periodicamente. Como diretor da revista, foi eleito o Sr. Giovanni P. Faraco.

Não fugindo à sua finalidade cultural, função precípua de sua existência, com delineado plano de atuação social, a entidade se propôs a conceder momentos agradáveis aos seus sócios como: passeios, que lhes permitirão conhecer novos recantos, reuniões, chás dançantes, etc., por intermédio de sua Comissão Social, a qual está sendo dirigida pela senhorinha Olga Voigt Lima.

★

SAO PAULO

Instituto Histórico e Geográfico

OS TUPI-GUIÁ DOS ANDES E AS SUB-RAÇAS TUPINÁ DO LITORAL E GUAIANA DO PARAGUAI — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 5 de agosto próximo passado, mais uma sessão ordinária, a oitava do corrente ano.

Dirigiu os trabalhos o Sr. Frederico Brotero, 2.º vice-presidente, secretariado pelos Srs. Tito Lívio Ferreira e Carlos Alberto Nunes. Após a posse da Sra. Olga Pantaleão, recentemente eleita para a categoria dos sócios efetivos, foi invertida a ordem do dia e dada a palavra ao cel. Pedro Dias de Campos, para pronunciar sua conferência sobre o tema: — "Os Tupi-Guiá dos Andes e as Sub-Raças Tupiná do Litoral e Guaiana de Piratininga".

★

Municípios

BELO HORIZONTE (Minas Gerais)

CINQUENTENÁRIO DA CIDADE — CO-OPERAÇÃO DO I. B. G. E. NAS COMEMORAÇÕES — Transcorrerá a 12 de dezembro próximo o cinquentenário de Belo Horizonte, a moderna capital de Minas Gerais:

A fim de assinalar o transcurso do quinquagésimo ano de existência da capital mineira com um balanço rigoroso de suas possibilidades, tanto no que se refere ao número de prédios existentes, como no que diz respeito à sua população, expediu o prefeito municipal, no dia 17 de julho último, após os necessários entendimentos com o Governo do Estado e a Secretaria-Geral do I. B. G. E., um decreto que dispõe sobre a realização do importante empreendimento censitário.

A comissão composta de um representante da Prefeitura, do diretor do Departamento Estadual de Estatística e do inspetor regional de Estatística municipal dirigirá a operação, que será levada a efeito no dia 15 do corrente.

As providências previstas pelo decreto incluem o preenchimento de formulários nos quais devem ser registradas as características de cada prédio, bem como dos domicílios nêles existentes, e respectiva composição demográfica. Todos os indivíduos civilmente capazes, domiciliados, residentes ou em trânsito no território municipal, são obrigados a prestar as declarações que lhes forem solicitadas para os fins do cadastramento, incorrendo em multa entre cem e mil cruzeiros, nos casos de recusa, silêncio, sonegação, falsidade ou emprêgo de termos evasivos ou irreverentes.

Adiada a leitura da ata da última sessão, foi aprovado por unanimidade o balancete de 1946, apresentado pelo Sr. Dácio Pires Correia, cuja administração como tesoureiro mereceu encômios da Comissão de Contas. Em seguida, por proposta do Sr. Bueno de Azevedo Filho, foi consignado em ata um voto de louvor ao Sr. Dácio Pires Correia.

O Sr. Carlos da Silveira entregou à mesa a cópia de uma carta do Sr. José Feliciano de Oliveira, dirigida ao Sr. Mário Guimarães, na qual o signatário dá conta de suas atividades culturais na França, tendo realizado recentemente um curso sintético de filosofia positiva e social, que deverá ser desenvolvido numa série de conferências, de novembro próximo e março do ano vindouro. Depois de lido o documento pelo Sr. Tito Lívio Ferreira o presidente faz o elogio do Sr. José Feliciano de Oliveira, que, apesar de sua avançada idade, continua a honrar no estrangeiro o nome do Brasil e do Instituto Histórico, do qual é sócio há quarenta anos.

★

SERGIPE

Instituto Histórico e Geográfico

POSSE DA NOVA DIRETORIA — A fim de dar posse à sua nova diretoria eleita, reuniu-se em dia da primeira quinzena de agosto o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Durante a sessão que foi presidida pelo Sr. Garcia Moreno e teve caráter solene usou da palavra o desembargador Gervásio Prata que falou sobre a personalidade do padre João Matos Freire, a quem se homenageou com a inauguração de um seu retrato na sede do Instituto.

★

RECENSEAMENTO MUNICIPAL PARA COMEMORAR O CINQUENTENÁRIO DA CIDADE — A 12 de dezembro deste ano transcorrerá o cinquentenário de Belo Horizonte, a moderna capital de Minas Gerais, cujo rápido desenvolvimento constitui impressionante exemplo de progresso urbano sob os mais variados aspectos.

Em comemoração à data, será feito um recenseamento predial e demográfico da cidade, para que já estão sendo tomadas as devidas providências. Neste sentido e após entrar em entendimentos com o Governo do Estado e a Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o prefeito municipal expediu decreto estabelecendo normas para a efetivação das operações censitárias cuja direção está a cargo de uma comissão composta de um representante da Prefeitura, do diretor do Departamento Estadual de Estatística e do Inspetor Regional de Estatística.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

J. FRANCISCO FELQUER (H) — *Bosquejo histórico sobre el desarrollo de los estudios geográficos en la Argentina* — Instituto Nacional del Profesorado Secundario — Sección Geografía — 1947.

O autor, professor de Geografia Física no Instituto Nacional do Professorado Secundário da Província de Paraná, da República Argentina, traça nesse pequeno trabalho o histórico do desenvolvimento dos estudos geográficos naquele país. Considera dois períodos bem definidos do conhecimento geográfico argentino: o primeiro anterior a 1870, caracterizado pelos trabalhos de simples descrições ou referências esparsas ao território e de valor muito relativo; o segundo período assinalado pela fundação da Academia de Ciências de Córdoba, que marcou uma nova etapa no desenvolvimento da geografia argentina.

Reúne o autor, nessa útil e interessante publicação, informações sobre todas as instituições geográficas do país, oferece uma bibliografia sobre trabalhos regionais e finalmente discrimina os congressos de geografia em que a Argentina tomou parte.

M.B.G.

★

M. DE TOLEDO PISA — *Itaocara — Antiga aldeia de índios* — Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro — Niterói, 1946.

Membro do Instituto Histórico de Petrópolis e do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, estes títulos certamente por si bastariam para recomendar o Sr. M. de Toledo Pisa como homem que se dedica aos estudos históricos e geográficos. Assim, pois, nada mais do que uma confirmação do conceito que dele poderíamos fazer sobretudo como historiador, é o que deve representar

o livro de sua autoria intitulado *Itaocara, antiga aldeia de índios*.

Confeccionado nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e contido em mais de trezentas páginas de um bem apresentado volume, este seu trabalho é talvez o mais completo que até hoje se tentou sobre a importante localidade fluminense atualmente denominada Itaocara.

Divide-se o livro em vinte e um longos capítulos, no correr dos quais são descritos e analisados os acontecimentos históricos sucedidos desde o povoamento de São Fidélis, dado como antecedente da formação de Itaocara à revolução de 1930 na qual, segundo mostra o autor, teve a cidade papel importantíssimo.

Como tantos outros assuntos a que se não devia alhear o autor para melhor uniformidade de conjunto na sua obra, a questão de limites é ampla e judiciosamente discriminada.

Um curto prefácio antecede a matéria substancial do livro que se acha relacionada no extenso índice que o encerra.

R.S.

★

ZOROASTRO ARTIAGA — *Riqueza Vegetal do Planalto Goiano e do Vale do Tocantins* — Departamento Estadual de Cultura — Imprensa Oficial — Goiânia, 1947.

Abrange esta monografia editada pelo Departamento Estadual de Cultura de Goiás duas partes: a primeira constituída de um "Estudo das Plantas Medicinais e das Madeiras do Brasil Central", e de uma apreciação sobre a "Economia Goiana no Setor Vegetal". A 2.^a parte do trabalho compreende: o artigo de Americano do Brasil "A pujança das matas baianas", escrito em 1924, e, do próprio autor da monografia, o intitulado "A riqueza florestal de Goiás".

Na Parte I, fundamental do trabalho, relaciona o autor as plantas medicinais e as madeiras existentes no Brasil, sobre todas elas fazendo sucinto comentário. Ainda a enfeixar esse útil ensaio da lavra do Sr. Zoroastro Artiaga, encontram os estudiosos da geografia um minucioso estudo do babaçu, do ramie e de outras fibras, do algodão goiano e das plantas venenosas do Brasil Central.

M.B.G.

★

ZOROASTRO ARTIAGA — *Contribuição para a História de Goiás* — Edição patrocinada pelo Departamento Estadual de Cultura — Estabelecimento Gráfico Triângulo — Uberaba, 1947.

Um interessante relato sobre história goiana. E' como pode ser classificado o trabalho de autoria do Sr. Zoroastro Artiaga, editado sob os auspícios do Departamento de Cultura do Estado central brasileiro.

O trabalho que está contido num volume de setenta e poucas páginas, trazendo o título: *Contribuição para a história de Goiás*, constitui-se de três capítulos subdivididos por partes caracterizantes de acontecimentos de relêvo na formação e desenvolvimento daquela unidade federativa. Um cadastro de administradores do Estado desde 1889 até a revolução de outubro de 1930 e um depoimento sobre Anhanguera Filho demonstram a utilidade e a importância do trabalho do Sr. Zoroastro Artiaga.

R.S.

Periódicos

GENERAL DJALMA POLI COELHO — *Mudança da Capital, Problema Geopolítico* — In Boletim do Círculo de Técnicos Militares — Ano 9 — N.º 29 — Março, 1947.

Da lavra do general Djalma Poli Coelho, diretor do Serviço Geográfico do Exército e presidente da Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital, publica o presente número um artigo em que é focalizado o aspecto geopolítico da mudança da capital do país, ou seja o ponto de vista que leva o autor a encarar o problema "combinando o conhecimento geográfico do território nacional, tomado em conjunto, com o conhecimento histórico e político dos objetivos do Estado, como órgão que é da Humanidade em constante progresso".

Passa o autor, nesse breve estudo, a abordar o âmbito da Geopolítica e conclui por apresentar a solução proposta pela Comissão Demarcadora do Planalto, que foi presidida por Luis Cruls, para a importante questão da mudança da capital do país.

M.B.G.'

HENRIQUE P. VELOSO — *Considerações gerais sobre a vegetação do Estado de Mato Grosso* — In Memórias do Instituto Osvaldo Cruz — Fascículo 4 — Tomo 44 — Ano 1946 — Imprensa Nacional.

Incumbido que fôra pela Diretoria do Instituto Osvaldo Cruz de proceder a pesquisas no cerrado no Estado de Mato Grosso, apresenta o autor as notas preliminares de suas observações. Constitui valioso estudo de vegetação da região. O relato da viagem é feito desde a partida e abrange as etapas que percorreu. No município de Campo Grande o objetivo do trabalho foi o de apreciar e medir, tanto quanto possível, os efeitos dos fatores físicos e químicos sobre a vegetação da região; em Cuiabá procedeu o autor a estudos e levantamentos nas formações do cerrado local. Estenderam-se as pesquisas aos municípios de Cáceres, Barra dos Bugres e mais às cabeceiras do rio Arinos e ao vale da serra do Tombador.

Ilustram o texto 20 fotografias de aspectos da vegetação matogrossense.

M.B.G.

The Geographical Review

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a V

(LETRAS D a G)

- DAVIS, W. M. — The Mission Range, Montana (1 map, 13 diags.) — In the Geographical Review — vol. II — october, 1916 — n.º 4 — pages 267-288.
- The Young Coasts of Annam and Northern Spain — In the Geographical Review — vol. VII — march, 1919 — n.º 3 — pages 176-180.
- Drainage Evolution on the Yunnan-Tibet Frontier — In the Geographical Review — vol. VII — june, 1919 — n.º 6 — pages 413-415.
- Passarge's Principles of Landscape Description — In the Geographical Review — vol. VIII — october-november, 1919 — n.º 4-5 — pages 266-273.
- The Penck Festband: A Review (1 diagr.) — In the Geographical Review — vol. X — october, 1920 — n.º 4 — pages 249-261.
- Lower California and Its Natural Resources: A Review — In the Geographical Review — vol. XI — october, 1921 — n.º 4 — pages 551-562.
- DAY, CLIVE — The Pre-War Commerce and the Commercial Approaches of the Balkan Peninsula (3 maps, 2 diags.) — In the Geographical Review — vol. IX — april-may-june, 120 — n.º 4 — pages 277-298.
- DEMANGEON, ALBERT — The Port of Paris (2 maps, 9 photos) — In the Geographical Review — vol. X — november, 1920 — n.º 5 — pages 277-296.
- DOMINIAN, LEON — Europe at Turkey's Door (2 maps) — In the Geographical Review — vol. I — april, 1916 — n.º 4 — pages 286-294.
- DRYER, CHARLES REDWAY — Studies in Economic Geography (1 map, 1 diagr.) — In the Geographical Review — vol. II — july, 1916 — n.º 4 — pages 289-300.
- Mackinder's "World Island" and Its American "Satellite" (1 map) — In the Geographical Review — vol. IX — march, 1920 — n.º 3 — pages 205-207.
- EIGENMAN, CARL H. — The Homes of Blindfishes (1 map, 2 diags., 10 photos) — In the Geographical Review — vol. IV — september, 1917 — n.º 3 — pages 171-182.
- EMERSON, F. V. — The Southern Long-leaf Pine Belt (1 map, 6 photos) — In the Geographical Review — vol. VII — february, 1919 — n.º 2 — pages 81-90.
- ENGELN, O. D. VON — The World's Food Resources — In the Geographical Review — vol. IX — march, 1920 — n.º 3 — pages 170-190.
- ENGLISH, THOMAS H. — The Cahokia Indian Mounds: A Plea for Their Preservation (1 ill.) — In the Geographical Review — vol. XI — april, 1921 — n.º 2 — pages 207-211.
- FAIRCHILD, FRED ROGERS — The Problem of San Domingos (1 map, 10 photos) — In the Geographical Review — vol. X — september, 1920 — n.º 3 — pages 121-138.
- FAY, CHARLES E. — Recent Mountaineering in the Canadian Alps (1 map, 8 photos) — In the Geographical Review — vol. II — july, 1916 — n.º 1 — pages 1-18.
- FENNEMAN, NEVIN M. — The Circumference of Geographical (1 diagr.) — In the Geographical Review — vol. VII — march, 1919
- FLAHERTY, ROBERT, J. — The Belcher Islands of Hudson Bay: Their

- Discovery and Exploration (3 text maps — 1 insert map in color, 10 photos) — In the Geographical Review — vol. V — may, 1918 — n.º 5 — pages 433-458.
- (Map of) — The Belcher Islands, from plans and sketches 1:1 500 000 — Pl. IV — opp. p. 440 — In the Geographical Review — vol. V — n.º 6 — june, 1918.
- Two Traverses Across Ungava Peninsula, Labrador (1 insert map, 12 photos) — In the Geographical Review — vol. VI — august, 1918 — n.º 2 — pages 116-132.
- Map of Two Route Surveys Across Ungava Peninsula, Labrador: (1) via the Povungnituk and Payne Rivers; (2) via Lake Minto and Leaf River, 1:506 880; with insert; Map of Ungava Peninsula, Labrador; Incorporating the Latest Sources, 1:3 150 000. Pl. VII, opp. p. 128 — In the Geographical Review — vol. VI — august, 1918 — n.º 2 — page 128.
- FLEURE, H. J.** — The Racial History of the British People (2 maps) — In the Geographical Review — vol. V — march, 1918 — n.º 3 — pages 216-231.
- Some Types of Cities in Temperate Europe (10 maps, 5 views) — In the Geographical Review — vol. X — december, 1920 — n.º 6 — pages 357-374.
- FOYE, W. G.** — The Lau Islands of Fiji (4 photos) — In the Geographical Review — vol. IV — november, 1917 — n.º 5 — pages 374-386.
- FRITZ, EMANUEL** — A Combined Map and Panorama for Orientation from Lookout Stations (1 insert plate, 2 photos) — In the Geographical Review — vol. VI — december, 1918 — n.º 6 — pages 501-503.
- FURLONG, CHARLES WELLINGTON** — Some Effects of Environment on the Fuegian Tribes (2 maps, 8 photos) — In the Geographical Review — vol. III — january, 1917 — n.º 1 — pages 1-15.
- Tribal Distribution and Settlements of the Fuegians, Comprising Nomenclature, Etymology, Philology, and Populations (3 maps, 4 photos) — In the Geographical Review — vol. III — march, 1917 — n.º 3 — pages 169-187.
- GABRIEL, RALPH H.** — Geographic Influences in the Development of the Menhaden Fishery on the Eastern Coast of the United States (1 map) — In the Geographical Review — vol. X — august, 1920 — n.º 2 — pages 91-100.
- GALLOIS, LUCIEN** — Alsace-Lorraine and Europe (1 insert map in color, 5 photos) — In the Geographical Review — vol. VI — august, 1918 — n.º 2 — pages 89-115.
- GAUTHIER, E. F.** — Nomad and Sedentary Folks of Northern Africa (2 maps, 8 photos) — In the Geographical Review — vol. XI — january, 1921 — n.º 1 — pages 3-15.
- GEOGRAPHICAL PUBLICATIONS** — In the Geographical Review — vol. IX — january-june, 1920 — ns. 1-6 — pages 70-76 (1 map) — 145 — 148 — 213 — 220 — 366 — 372.
- GILBERT, ALLAN H.** — Pierre Davity: His "Geography" and Its by "Milton". In the Geographical Review — vol. VII — may, 1919 — n.º 5 — pages 322-338.
- GOODRICH, E. P.** — Some Geographic Problems Incident to the Growth of New York City (12 maps, 9 diags., 6 photos) — In the Geographical Review — vol. II — september, 1916 — n.º 3 — pages 184-205.
- GRABAU, A. W.** — The Niagara Cuesta from a New Viewpoint (3 maps, 14 diags) — In the Geographical Review — vol. IX — april-may-june, 1920 — n.º 4 — pages 264-276.
- GRANDIDIER, GUILLAUME** — Madagascar (2 maps, 20 photos) — In the Geographical Review — vol. X — october, 1920 — n.º 4 — pages 197-222.
- GRANT, MADISON** — The Passing of the Great Race (Nordic race) (4 insert maps in color) — In the Geographical Review — vol. II — november, 1916 — n.º 5 — pages 354-360.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes 90 a 185

(LETRAS G a J)

Galvão (Benjamin Franklin Ramiz)
(*Barão de Ramiz Galvão*) — O Pulpito no Brasil, estudo por ... — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 7-160.

— Discurso de agradecimento ao Sr. Afrânio Peixoto — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 506-516.

— Discurso do Sr... sobre os sócios falecidos — 1922 — vol. 146 — t. 92 — pág. 583.

— Discurso do Sr... sobre os sócios falecidos desde a sessão magna de 1922 — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 870-892.

— Discurso na posse do Dr. Oliveira Viana — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 455-457.

— Elogio dos sócios desaparecidos — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 471-490.

— Requerimento do Sr... para que o discurso do Sr. Wanderley Pinho, relativo às homenagens a Dom Pedro II, seja incorporado à Revista do Instituto — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 358.

— Requerimento do Sr... para que conste da ata o parecer do Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, sobre as homenagens à memória de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 392.

— Discurso do Sr... sobre os sócios Alberto Augusto de Almeida Pimentel, José Maria Pereira de Lima, Pedro Souto-Maior, Antônio Olinto dos Santos Pires, José Cândido Guillobel — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 480-493.

— Discurso do Sr... sobre o centenário de Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — págs. 519-534.

— O Imperador e a Instrução Pública — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 361-370.

— Gratias reminiscências — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 859-861.

— Resposta ao Sr. Dom Francisco Aquino Correia — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 421-425.

— Discurso do Sr... sobre os sócios falecidos no ano social: João Luís Alves, Joaquim Nogueira Paranaguá, Honório Lima, Justo Leite Chermont, Lauro Severiano Müller, Antônio Coutinho Gomes Pereira — 1926 — vol. 153 — t. 99 — págs. 487-504.

— Necrológio dos sócios falecidos: Tobias Laureano Figueira de Melo, Diogo de Vasconcelos, Nuno Pinheiro de Andrade, José Ribeiro do Amaral, Augusto Olímpio Viveiros de Castro, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e João Capistrano de Abreu — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 441-469.

— “O Livro de Paulo Gaffarel” — 1927 — vol. 156 — t. 102 — págs. 567-601.

— Discurso referente aos sócios falecidos: Pedro Augusto de São Bartolomeu de Azevedo, Dom Francisco do Rêgo Maia, Frederico Susviela Guarch, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Antônio Fernandes Figueira, Carlos Maximiliano Pimenta de Laet e Manuel de Oliveira Lima — 1928 — vol. 158 — t. 104 — págs. 1126-1141.

— Cláudio Manuel da Costa — 1929 — vol. 159 — t. 105 — págs. 233-240.

— Saudação aos Estados Unidos da América — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 364-365.

— Elogio dos sócios José Pereira Rêgo Filho, Antônio Martins Azevedo Pimentel, Gentil de Assis Moura, José Leopoldo de Bulhões Jardim — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 453-466.

— Discurso do Sr... na posse do sócio correspondente Silvio Rangel de Castro — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 788-789.

— Necrológio dos sócios Adolfo Augusto Pinto, André Peixoto de Lacerda Werneck, Justo Jansen Ferreira, Artur Pinto da Rocha, Pe. Carlos Teschauer, Henrique Morize, cardeal Dom Joaquim Arcoverde — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 800-815.

— Resposta ao discurso de José Bernardino de Sousa — 1931 — vol. 164 — págs. 470-472.

— Discurso do Sr... sobre os sócios falecidos no último ano social: conde de Leopoldina, visconde de Moraes, Solidônio Atico Leite, João de Lira Tavares, Antônio Ribeiro de Macedo, José Vieira Couto de Magalhães, barão de Tefé, Alexandre José Barbosa Lima, Mário Castelo Branco — 1931 — vol. 164 — págs. 526-540.

— Resposta de... ao Sr. José Artur Boiteux — 1932 (2.º) — vol. 166 — págs. 648-650.

— Necrológio dos sócios falecidos: Artur Ferreira Machado Guimarães, Luis Antônio Ferreira Gualberto, Ermelino Agostinho de Leão, Inocência Serzedelo Correia, Rodolfo Marcos Teófilo e Alberto dos Santos Dumont — 1932 (2.º) — vol. 166 — pág. 761.

— Necrológio dos sócios falecidos: João de Melo Viana, Manuel Porfírio de Oliveira Santos, Horácio de Carvalho, Artur Índio do Brasil e Silva, Juliano Moreira, Henrique Américo de Santa Rosa, André Gustavo Paulo de Frontin, José Francisco da Rocha Pombo, Dom Joaquim Silvério de Sousa — 1933 — vol. 168 — págs. 772-787.

— O Litígio de Tacna e Arica — 1934 — vol. 169 — págs. 303-304.

— Necrológio dos sócios falecidos: João Lúcio de Azevedo, Jesuino da Silva Melo, José Artur Boiteux, Ernesto Quesada, Fernando Augusto Georlette, Edwin Morgan, Antônio Borges Leal Castelo Branco, João Pandiá Calógeras, João Ribeiro, Augusto de Lima e Dom Pedro Augusto de Saxe Coburgo — 1934 — vol. 169 — págs. 424-430.

— Saudação ao cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira — 1934 — vol. 169 — págs. 452-454.

— Discurso na posse de monsenhor F. Lunardi — 1938 — vol. 170 — págs. 268-269.

— Discurso em sessão comemorativa do centenário natalício de Gaspar Silveira Martins — 1935 — vol. 170 — págs. 289-293.

— Necrológio dos sócios falecidos: Júlio Fernández, Ronald de Carvalho, Gastão Ruch, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Agenor de Roure — 1935 — vol. 170 — págs. 349-356.

— Palavras congratulatórias pelo restabelecimento do conde de Afonso Celso — 1936 — vol. 171 — págs. 253-254.

— Discurso agradecendo as homenagens prestadas por ocasião do seu 90.º aniversário — 1936 — vol. 171 — págs. 309-311.

— Necrológio dos sócios falecidos: Félix Pacheco, Paulino José Soares de Sousa Júnior, Alípio Gama, Alfredo Lisboa — 1936 — vol. 171 — págs. 405-409.

— Comemoração do centenário de Benjamim Constant Botelho de Magalhães — 1936 — vol. 171 — págs. 413-417.

— Necrológio dos sócios falecidos: Vitor Murtua, Nicolau José Debané, Antônio de Barros Ramalho Ortigão, Paulo Setúbal, Laudelino Freire, Dom João Francisco Braga e Teodoro Sampaio — 1937 — vol. 172 — págs. 616-622.

Ganns (Cláudio) — Moção do Sr... sobre a remoção do arquivo imperial do Castelo d'Eu para o Museu Imperial de Petrópolis — 1940 — vol. 175 — págs. 399-400.

- Conferência sobre "A Proclamação da Maioridade" — 1940 — vol. 175 — págs. 455-505.
- Proposta para que seja transcrito na ata da sessão de 28 de abril de 1942, o artigo do barão do Rio Branco: "O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo" — 1942 — vol. 177 — pág. 524.
- Apresentação — 1943 — vol. 178 — págs. 5-9.
- "Dom Andrés Lamas e o Brasil", conferência — 1943 — vol. 179 — págs. 212-231.
- Conferência sobre "Dom Andrés Lamas e o Brasil" — 1943 — vol. 181 — pág. 135.
- Garcia (Rodolfo)** — Alocução de... contrária à tese desenvolvida pelo embaixador Duarte Leite sobre primazia de Cabral no descobrimento do litoral brasileiro — 1922 — vol. 146 — t. 92 — págs. 453-456.
- Proposta do Sr... relativa a uma tese da "História da Colonização do Brasil", explanada pelo embaixador Duarte Leite — 1922 — vol. 148 — t. 92 — págs. 453-456.
- Glossário das palavras e frases da língua tupi — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 5-100.
- Conferência em sessão ordinária de 18 de junho de 1923, sobre a chegada de Américo Vespucci a Lisboa em 1504 — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 520-532.
- Comentários referentes ao mapa de J. M. Contarini — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 331-332.
- Viagens de Dom Pedro II — 1 — No Brasil — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 115-122.
- Viagens de Dom Pedro II — 2 — Ao Estrangeiro — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 122-125.
- Dom Pedro II e as línguas americanas — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 126-131.
- Varnhagen — 1928 — vol. 158 — t. 104 — págs. 996-1021.
- Proposta do Sr... sobre as viagens de Vicente Pinzón — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 333-336.
- Satisfazendo aos desejos do embaixador Júlio Dantas, o Sr. presidente cumpre a grata missão de entregar o colar da Academia da História Portuguesa ao consócio — 1941 — vol. 176 — pág. 431.
- Em torno de Robert Southey. Duas palavras de... — 1943 — vol. 178 — págs. 5-9.
- Gaspar Silveira Martins** — Ver — Martins (Gaspar Silveira).
- Gasquy (Sub-comissário da Marinha Francesa)** — Reminiscências de uma campanha nas costas do Brasil e do rio da Prata de 1863 a 1866 — 1941 — vol. 176 — págs. 223-250.
- Gastão Ruch** — Ver — Ruch (Gastão).
- G. Henrique Handelman** — Ver — Handelman (G. Henrique).
- General Hodendorp** — Ver — Hodendorp (General).
- Gentil de Castro** — Ver — Castro (Gentil de).
- Getúlio das Neves** — Ver — Neves (Getúlio das).
- Getúlio Vargas** — Ver — Vargas (Getúlio).
- Giovano Vincenzo Sanfelice (Conde Bagnuolo)** — Ver — Sanfelice (Giovano Vincenzo).
- Godofredo d'Escragnolle Taunay** — Ver — Taunay (Godofredo D'Escragnolle).
- Gonçalves Terra** — Ver — Terra (Gonçalves).
- Gualberto (Luís Antônio Ferreira)** — Os casqueiros de Santa Catarina ou sambaquis — 1924 — vol. 150 — t. 96 — págs. 287-304.
- Guilherme Schuch de Capanema (Barão de Capanema)** — Ver — Capanema (Guilherme Schuch de).
- Guilherme Studart** — Ver — Studart (Guilherme).
- Guimarães (José Maria Moreira)** — Conferência do Sr... sobre a "Primeira Batalha de Tuiuti", em sessão ordinária de 24 de maio de 1923 — 1923 — vol. 148 — t. 94 — págs. 500-519.
- O Imperador e o Exército — 1925 — vol. 152 — t. 98 — págs. 350-360.
- Conferência do Sr... sobre os generais da independência — 1929 — vol. 160 — t. 106 — págs. 377-387.

- Conferência a propósito do centenário da morte do general Joaquim Xavier Curado — 1930 — vol. 161 — t. 107 — págs. 774-781.
- Homenagem prestada à memória de Afonso Celso, em sessão de 11 de agosto de 1938 — 1938 — vol. 173 — págs. 768-769.
- Guimarães (Abreu)* — Conferência sobre "A pintura no Brasil Holandês" — 1942 — vol. 177 — págs. 635-652.
- "A Paixão de Glória de Pedro Américo" — 1943 — vol. 179 — págs. 129-148.
- Gustavo Barroso* — Ver — Barroso (Gustavo).
- Handelmann (G. Henrique)* — História do Brasil — 1930 — vol. 108 — t. 162 — págs. 8-1002.
- Heitor Muniz* — Ver — Muniz (Heitor).
- Hélio Lôbo* — Ver — Lôbo (Hélio).
- Henrique Américo de Santa Rosa* — Ver — Santa Rosa (Henrique Américo de).
- Henrique Bernardelli* — Ver — Bernardelli (Henrique).
- Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho* — Ver — Teixeira Filho (Henrique Carneiro Leão).
- Henrique de Campos Ferreira Lima* — Ver — Lima (Henrique de Campos Ferreira).
- Henrique José do Carmo Neto* — Ver — Carmo Neto (Henrique José do).
- Henrique Fleiuss* — Ver — Fleiuss (Henrique).
- Henrique Leite Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)* — Ver — Cernache (Henrique Leite Pereira de).
- Henrique Morize* — Ver — Morize (Henrique).
- Henrique Silva* — Ver — Silva (Henrique).
- Henry Koster* — Ver — Koster (Henry).
- Herbert Canabarro Reichard* — Ver — Reichard (Herbert Canabarro).
- Hermenegildo de Barros* — Ver — Barros (Hermenegildo de).
- Hermes Rodrigues da Fonseca* — Ver — Fonseca (Hermes Rodrigues da).
- Herminia Adelaide* — Ver — Adelaide (Herminia).
- Hernando Trejo de Sanabria (Frei)* — Ver — Sanabria (Hernando Trejo de).
- Hildebrando Acióli* — Ver — Acióli (Hildebrando).
- Hipólito da Costa* — Ver — Costa (Hipólito da).
- Homem de Melo* — Ver — Melo (Francisco Inácio Marcondes Homem de).
- Homero Batista* — Ver — Batista (Homero).
- Homero Veteri Lafrente* — Ver — Lafrente (Homero Veteri).
- Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná)* — Ver — Leão (Honório Hermeto Carneiro).
- Honório Lima* — Ver — Lima (Honório).
- Horácio de Carvalho* — Ver — Carvalho (Horácio de).
- Hubert Knipping* — Ver — Knipping (Hubert).
- Humberto de Campos* — Ver — Campos (Humberto de).
- Ibarguen (Carlos)* — Discurso na Academia de Letras na Argentina — 1943 — vol. 179 — págs. 162-164.
- Inocência Serzedelo Correia* — Ver — Correia (Inocência Serzedelo).
- Ismênia dos Santos* — Ver — Santos (Ismênia dos).
- Jacinto Furtado de Mendonça* — Ver — Mendonça (Jacinto Furtado de).
- Januário da Cunha Barbosa (Cônego)* — Ver — Barbosa (Januário da Cunha — Cônego).
- Jardim (Antônio da Silva)* — O último manifesto político de — 1943 — vol. 179 — pág. 235.
- J. B. Hafkemeyer S. J. (Padre)* — Ver — Hafkemeyer (J. B.).
- Jerônimo Avelar Figueira de Melo* — Ver — Melo (Jerônimo Avelar Figueira de).
- Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde do Cruzeiro)* — Ver — Teixeira Júnior (Jerônimo José).
- Jerônimo Tomé da Silva (D)* — Ver — Silva (Jerônimo Tomé da).
- Jesuino da Silva Melo* — Ver — Melo (Jesuino da Silva).

- João Alfredo Correia de Oliveira* — Ver — Oliveira (João Alfredo Correia de).
- João Antônio Rodrigues de Carvalho* — Ver — Carvalho (João Antônio Rodrigues de).
- João Antônio de Vasconcelos* — Ver — Vasconcelos (João Antônio de).
- João Bráulio Muniz* — Ver — Muniz (João Bráulio).
- João Camilo de Oliveira Tôrres* — Ver — Tôrres (João Camilo de Oliveira).
- João Carlos Augusto de Oyeuhausen* — Ver — Oyeuhausen (João Carlos Augusto de).
- João da Costa Ferreira* — Ver — Ferreira (João da Costa).
- João da Costa Rodrigues* — Ver — Rodrigues (João da Costa).
- João da Silva Tavares (Visconde de Sêrro Alegre)* — Ver — Tavares (João da Silva).
- João de Lira Tavares* — Ver — Tavares (João de Lira).
- João de Melo Viana* — Ver — Viana (João de Melo).
- João de Oliveira Sá Camelo Lampreia* — Ver — Lampreia (João de Oliveira Sá Camelo).
- João de Sousa Azevedo* — Ver — Azevedo (João de Sousa).
- João do Rêgo Barros* — Ver — Barros (João do Rêgo).
- João Evangelista de Faria Lobato* — Ver — Lobato (João Evangelista de Faria).
- João Evangelista de Negreiros Saião Lobato* — Ver — Lobato (João Evangelista de Negreiros Saião).
- João Fernando de Almeida Prado* — Ver — Prado (João Fernando de Almeida).
- João Francisco Braga (D)* — Ver — Braga (João Francisco) (D).
- João Gomes da Silveira Mendonça* — Ver — Mendonça (João Gomes da Silveira).
- João Hugo Van Linschorten* — Ver — Linschorten (João Hugo Van).
- João Inácio da Cunha* — Ver — Cunha (João Inácio da).
- João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)* — Ver — Sinimbu (João Lins Vieira Cansansão de).
- João Lúcio de Azevedo* — Ver — Azevedo (João Lúcio de).
- João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá)* — Ver — Paranaguá (João Lustosa da Cunha).
- João Martins de Carvalho Mourão* — Ver — Mourão (João Martins de Carvalho).
- João Maurício Faivre* — Ver — Faivre (João Maurício).
- João Maurício Wanderley (Barão de Cotejipe)* — Ver — Wanderley (João Maurício).
- João Mendes da Silva* — Ver — Silva (João Mendes).
- João Mendes de Almeida Júnior* — Ver — Almeida Júnior (João Mendes de).
- João Pandiá Calógeras* — Ver — Calógeras (João Pandiá).
- João Ribeiro* — Ver — Ribeiro (João).
- João Rosa* — Ver — Rosa (João).
- João Severiano da Fonseca* — Ver — Fonseca (João Severiano da).
- Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (D)* — Ver — Cavalcanti (Joaquim Arcoverde de Albuquerque).
- Joaquim Baltasar de Abreu Sodré* — Ver — Sodré (Joaquim Baltasar de Abreu).
- Joaquim Antunes de Almeida* — Ver — Almeida (Joaquim Antunes de).
- Joaquim Marcelino de Brito* — Ver — Brito (Joaquim Marcelino de).
- Joaquim Xavier Curado* — Ver — Curado (Joaquim Xavier).
- Joaquim Filipe de Sousa Leão Filho* — Ver — Leão Filho (Joaquim Filipe de Sousa).
- Joaquim Nabuco* — Ver — Nabuco (Joaquim).
- Joaquim Norberto* — Opinião sobre Dom Pedro II — 1925 — vol. 151 — t. 97 — pág. 513.
- Joaquim Nogueira Paranaguá* — Ver — Paranaguá (Joaquim Nogueira).
- Joaquim Pimenta* — Ver — Pimenta (Joaquim).

- Joaquim Silvério dos Reis* — Ver — Reis (Joaquim Silvério dos).
- Joaquim Baltasar de Abreu Sodré* — Ver — Sodré (Joaquim Baltasar de Abreu).
- Joaquim Gomes de Sousa* — Ver — Sousa (Joaquim Gomes de).
- Joaquim Silvério de Sousa (Dom)* — Ver — Sousa (Joaquim Silvério de).
- Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos* — Ver — Vasconcelos (Joaquim José Pinheiro de).
- John Casper Branner* — Ver — Branner (John Casper).
- John Frederico Schalders* — Ver — Schalders (John Frederico).
- Jônatas Serrano* — Ver — Serrano (Jônatas).
- Jorge Hurley* — Ver — Hurley (Jorge).
- José Albano Fragoso* — Ver — Fragoso (José Albano).
- José Alcântara Machado Oliveira* — Ver — Oliveira (José Alcântara Machado).
- José Alvaro Carneiro Bastos* — Ver — Bastos (José Alvaro Carneiro).
- José Alves Maciel* — Ver — Maciel (José Alves).
- José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)* — Ver — Bueno (José Antônio Pimenta).
- José Antônio do Vale* — Ver — Vale (José Antônio do).
- José Antônio Saraiva* — Ver — Saraiva (José Antônio).
- José Artur Boiteux* — Ver — Boiteux (José Artur).
- José Bonifácio de Andrada e Silva* — Ver — Silva (José Bonifácio de Andrada e).
- José Cândido Guillobel* — Ver — Guillobel (José Cândido).
- José Carlos de Carvalho* — Ver — Carvalho (José Carlos de).
- José Carlos de Macedo Soares* — Ver — Soares (José Carlos de Macedo).
- José Carlos Mayrink da Silva Ferrão* — Ver — Ferrão (José Carlos Mayrink da Silva).
- José Carlos Rodrigues* — Ver — Rodrigues (José Carlos).
- José Carlos Pereira de Almeida Tôrres (Visconde de Macaé)* — Ver — Tôrres (José Carlos Pereira de Almeida).
- José Caetano da Silva Coutinho* — Ver — Coutinho (José Caetano da Silva).
- José Corbacho* — Ver — Corbacho (José).
- José da Costa Carvalho (Visconde de Monte-Alegre)* — Ver — Carvalho (José da Costa).
- José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)* — Ver — Lisboa (José da Silva).
- José da Natividade (Frei)* — Ver — Natividade (José da — Frei).
- José de Alencar* — Ver — Alencar (José de).
- José de La Riva Agüero* — Ver — Agüero (José de La Riva).
- José de Mesquita* — Ver — (Mesquita José de).
- José de Santa Rita Durão (Frei)* — Ver — Durão (José de Santa Rita — Frei).
- José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo* — Ver — Araújo (José de Sousa Azevedo Pizarro e).
- José Eduardo (Prof.)* — Saudação ao conde de Afonso Celso em Belo Horizonte — 1927 — vol. 155 — t. 101 — págs. 203-207.
- José Egidio Alvares de Almeida* — Ver — Almeida (José Egidio Alvares de).
- José Feliciano Fernandes Pinheiro* — Ver — Pinheiro (José Feliciano Fernandes).
- José Félix Pacheco* — Ver — Pacheco (José Félix).
- José Francisco da Rocha Pombo* — Ver — Pombo (José Francisco da Rocha).
- José (D) Gaspar de Afonseca e Silva* — Ver — Silva (Dom José Gaspar de Afonseca).
- José Honório Silgueira* — Ver — Silgueira (José Honório).
- José Inácio Borges* — Ver — Borges (José Inácio).
- José Joaquim Carneiro de Campos* — Ver — Campos (José Joaquim Carneiro de).

- José Joaquim de Carvalho* — Ver — Carvalho (José Joaquim de).
- José Joaquim Nabuco de Araújo* — Ver — Araújo (José Joaquim Nabuco de).
- José Joaquim Justiniano Mascarenhas (D)* — Ver — Mascarenhas (José Joaquim Justiniano).
- José Joaquim Seabra* — Ver — Seabra (José Joaquim).
- José Leopoldo de Bulhões Jardim* — Ver — Jardim (José Leopoldo de Bulhões).
- José Luís Batista* — Ver — Batista (José Luís).
- José Luís Lopes de Mesa* — Ver — Mesa (José Luís Lopes de).
- José Manuel Cardoso de Oliveira* — Ver — Oliveira (José Manuel Cardoso de).
- José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)* — Ver — Paranhos (José Maria da Silva).
- José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco)* — Ver — Paranhos Júnior (José Maria da Silva).
- José Maria de Mac-Dowell* — Ver — Mac-Dowell (José Maria de).
- José Maria Moreira Guimarães* — Ver — Guimarães (José Maria Moreira).
- José Maria Pereira Lima* — Ver — Lima (José Maria Pereira de).
- José Matoso Maia Forte* — Ver — Forte (José Matoso Maia).
- José Maurício Nunes Garcia* — Ver — Garcia (José Maurício Nunes).
- José Pires Brandão* — Ver — Brandão (José Pires).
- José Pereira Rêgo Filho* — Ver — Rêgo Filho (José Pereira).
- José Ribeiro do Amaral* — Ver — Amaral (José Ribeiro do).
- José Ricardo da Costa Aguiar de Andrade* — Ver — Andrade (José Eduardo da Costa Aguiar de).
- José Salgado* — Ver — Salgado (José).
- José Teixeira Mata Bacelar* — Ver — Bacelar (José Teixeira Mata).
- José Teixeira Fonseca Vasconcelos* — Ver — Vasconcelos (José Teixeira Fonseca).
- José Vieira Couto de Magalhães* — Ver — Magalhães (José Vieira Couto).
- José Vieira Fazenda* — Ver — Fazenda (José Vieira).
- José Wanderley de Araújo Pinho* — Ver — Pinho (José Wanderley de Araújo).
- José Wasth Rodrigues* — Ver — Rodrigues (José Wasth).
- Joseph Thorning* — Ver — Thorning (Joseph).
- Julliano Moreira* — Ver — Moreira (Julliano).
- Julião Rangel de Macedo Soares* — Ver — Soares (Julião Rangel de Macedo).
- Júlio Dantas* — Ver — Dantas (Júlio).
- Júlio Fernández* — Ver — Fernández (Júlio).
- Júlio Trajano de Moura* — Ver — Moura (Júlio Trajano de).
- Júlio César de Noronha* — Ver — Noronha (Júlio César de).
- Justo Jansen Ferreira* — Ver — Ferreira (Justo Jansen).
- Justo Leite Chermont* — Ver — Chermont (Justo Leite).
- Justo (Agustín P.) General* — Agradecimentos às homenagens recebidas, em sessão especial, de 11 de setembro de 1942 — 1942 — vol. 177 — págs. 627-629.
- Justo José Urquiza (D)* — Ver — Urquiza (Justo José).

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 11 de maio a 10 de junho de 1947

Leis

Lei n.º 33, de 13 de maio de 1947 — “Fixa o crédito para os vencimentos dos Tribunais, dispõe sobre a criação do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 17-5-947.

Lei n.º 34, de 16 de maio de 1947 — “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2 000 000.00 (dois milhões de cruzeiros), para atender às despesas iniciadas da Comissão Técnica de Estudos da Nova Capital Federal”.
“Diário Oficial” de 20-5-947.

Lei n.º 35, de 25 de maio de 1947 — “Modifica o artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946”.
“Diário Oficial” de 2-6-947.

Lei n.º 36, de 26 de maio de 1947 — “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 20 898,60, destinado ao pagamento de diferença de gratificação de representação e vencimento de funcionário”.
“Diário Oficial” de 2-6-947.

Lei n.º 37, de 2 de junho de 1947 — “Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para navio-tanque”.
“Diário Oficial” de 9-6-947.

★

Decretos Legislativos

Decreto legislativo n.º 1, de 1947 — “Autoriza o Presidente da República a cruzar a fronteira, por ocasião da inauguração da ponte internacional Augustin P. Justo-Getúlio Vargas”.
“Diário Oficial” de 15-5-947.

Decreto legislativo n.º 2, de 1947 — “Autoriza o Presidente da República a cruzar a fronteira do Brasil com o Uruguai”.
“Diário Oficial” de 15-5-947.

★

Decretos Executivos

Decreto n.º 22 484, de 20 de janeiro de 1947 — “Autoriza os cidadãos brasileiros Alvaro Vieira da Costa e Noé da Silva a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais”.
“Diário Oficial” de 24-5-947.

Decreto n.º 22 519, de 24 de janeiro de 1947 — “Autoriza os cidadãos brasileiros José Antônio Buff e Abraão José Buff a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais”.
“Diário Oficial” de 24-5-947.

Decreto n.º 22 601, de 21 de fevereiro de 1947 — “Autoriza a Sociedade de Mineração Ernesto Zaben & Filhos Ltda. a lavar jazida de quartzo sacaróide e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo”.
“Diário Oficial” de 22-5-947.

Decreto n.º 22 603, de 22 de fevereiro de 1947 — “Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Inácio a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais”.
“Diário Oficial” de 24-5-947.

Decreto n.º 22 646, de 27 de fevereiro de 1947 — “Introduz alteração no Decreto n.º 21 694, de 21 de agosto de 1946, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 26-5-947.

Decreto n.º 22 768, de 19 de março de 1947 — “Renova o Decreto n.º 13 374, de 9 de setembro de 1947”.
“Diário Oficial” de 12-5-947.

Decreto n.º 23 030, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar argila refratária e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 12-5-947.

Decreto n.º 23 031, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar minérios de ferro, manganês, quartzo e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 21-5-947.

Decreto n.º 22 777, de 19 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Pereira Inácio a pesquisar argila refratária no município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 12-5-947.

Decreto n.º 22 806, de 24 de março de 1947 —
"Concede à sociedade anônima "Det Norstre Luffarselskan A/S (D. N. L.) autorização para funcionar na República".

"Diário Oficial" de 13-5-947.

Decreto n.º 22 933, de 14 de abril de 1947 —
"Concede à sociedade anônima Amer Brasil Company autorização para funcionar na República".

"Diário Oficial" de 24-5-947.

Decreto n.º 22 959, de 18 de abril de 1947 —
"Prorroga, por 10 anos, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Poços de Caldas, atualmente denominada Rádio Cultura Poços de Caldas Ltda., para estabelecer uma estação radiodifusora".

"Diário Oficial" de 19-5-947.

Decreto n.º 22 992, de 23 de abril de 1947 —
"Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos".

"Diário Oficial" de 15-5-947.

Decreto n.º 23 026, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza os cidadãos brasileiros Abelardo do Carmo Reis e Agenor Ferreira Rabelo a pesquisar feldspato, quartzo, baritina, e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 23 027, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza a empresa de mineração Companhia Geral de Minas a lavar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 23 028, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Luis Ceccato a pesquisar caulim e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 23 029, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo de Aguiar Freitas a pesquisar alúmen e associados no município do Periperi, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 23 031, de 30 de abril de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Leon Nicolau de Borba a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 23 031, de 10 de abril de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavar carvão mineral no município de Urucunga, Estado de Santa Catarina".

"Diário Oficial" de 17-5-947.

Decreto n.º 21 033, de 2 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Manuel Carneiro a comprar pedras preciosas".

"Diário Oficial" de 6-6-947.

Decreto n.º 23 052, de 7 de maio de 1947 —
"Concede à Dal Zotto, Eder & Companhia Ltda. autorização para funcionar como empresa de energia elétrica".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 060, de 9 de maio de 1947 —
"Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Serviço de Pronto Socorro do Galeão do Ministério da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 12-5-947.

Decreto n.º 23 061, de 12 de maio de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 062, de 12 de maio de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 063, de 12 de maio de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 064, de 12 de maio de 1947 —
"Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 065, de 12 de maio de 1947 —
"Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Conselho Federal de Comércio Exterior, e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 26-5-947.

Decreto n.º 23 066, de 12 de maio de 1947 —
"Libera os bens que menciona".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 067, de 12 de maio de 1947 —
"Altera o Regimento do Departamento Nacional da Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 068, de 12 de maio de 1947 —
"Altera a redação do item III do artigo 1.º do Decreto n.º 22 860, de 2 de abril de 1947".

"Diário Oficial" de 14-5-947.

Decreto n.º 23 069, de 12 de maio de 1947 —
"Dá nova redação a dois dispositivos do Regulamento do Serviço de Engenharia do Exército".

"Diário Oficial" de 14-5-1947.

Decreto n.º 23 070, de 12 de maio de 1947 —
"Dá nova redação a um dispositivo do Regulamento do Serviço de Transmissões".

"Diário Oficial" de 14-5-1947.

Decreto n.º 23 071, de 12 de maio de 1947 —
"Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas da Biblioteca Nacional para idêntica Tabela do Instituto Benjamim Constant, do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 14-5-1947.

Decreto n.º 23 072, de 12 de maio de 1947 —
"Transforma função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Serviço Nacional da Malária, do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde".

"Diário Oficial" de 14-5-1947.

Decreto n.º 23 073, de 11 de maio de 1947 —
"Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar, de Extranumerários-Mensalistas do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura".

"Diário Oficial" de 17-5-1947.

Decreto n.º 23 074, de 12 de maio de 1947 —
"Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 26 100,00, para atender a despesas do prosseguimento da construção de trechos ferroviários".

"Diário Oficial" de 14-5-1947.

Decreto n.º 23 075, de 12 de maio de 1947 —
"Autoriza estrangeiro a revigorar aforamento de terreno de acrescido de marinha que menciona, situado nesta capital".

"Diário Oficial" de 19-5-1947.

Decreto n.º 23 076, de 13 de maio de 1947 —
"Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Panamá, firmado no Rio de Janeiro, a 6 de março de 1947".

"Diário Oficial" de 19-5-1947.

Decreto n.º 23 079, de 16 de maio de 1947 —
"Renova o Decreto n.º 17 030, de 1 de novembro de 1947".

"Diário Oficial" de 24-5-1947.

Decreto n.º 23 080, de 16 de maio de 1947 —
"Autoriza a cidadã brasileira Donatila França Abreu a lavar mármore no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 24-5-1947.

Decreto n.º 23 082, de 16 de maio de 1947 —
"Outorga à Empresa Elétrica Força e Luz Santo Antônio Limitada, com sede em Itai, Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no ribeirão Carrapatos, município de Itai, distrito de igual nome, Estado de São Paulo".

"Diário Oficial" de 24-5-1947.

Decreto n.º 23 084, de 16 de maio de 1947 —
"Outorga à Companhia Industrial Itau-nense, com sede em Itauuna, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio São João, distrito da sede, município de Itauuna, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 24-5-1947.

Decreto n.º 23 085, de 16 de maio de 1947 —
"Declara de utilidade pública e autoriza a Companhia Força e Luz Carioba S. A. a desapropriar diversas áreas de terras necessárias à construção da linha de transmissão entre a Usina Hidroelétrica de Americana e a Subestação Tumbaté, em Campinas, Estado de São Paulo, a que está autorizada pelo Decreto n.º 18 839, de 15 de junho de 1945".

"Diário Oficial" de 30-5-1947.

Decreto n.º 23 086, de 17 de maio de 1947 —
"Dispõe sobre imóveis incorporados ao patrimônio nacional".

"Diário Oficial" de 17-5-1947.

Decreto n.º 23 087, de 19 de maio de 1947 —
"Autoriza o funcionamento do curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, Universidade Católica de São Paulo".

"Diário Oficial" de 23-5-1947.

Decreto n.º 23 090, de 19 de maio de 1947 —
"Concede à Sociedade Anônima Bausch & Lomb do Brasil Ltda., autorização para continuar a funcionar na República".

"Diário Oficial" de 23-5-1947.

Decreto n.º 23 091, de 19 de maio de 1947 —
"Declara de utilidade pública o Instituto Neo-Pitagórico, de Curitiba, Estado do Paraná".

"Diário Oficial" de 21-5-1947.

Decreto n.º 23 092, de 19 de maio de 1947 —
"Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro, do Ministério da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 21-5-1947.

Decreto n.º 23 094, de 27 de maio de 1947 —
"Altera a Tabela Numérica Ordinária do Pessoal da Comissão de Marinha Mercante".

"Diário Oficial" de 7-6-1947.

Decreto n.º 23 095, de 27 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Alves do Vale a pesquisar argila e associados no município de Majé, Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 30-5-1947.

Decreto n.º 23 096, de 27 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro João Batista Guido a pesquisar argila e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná".

"Diário Oficial" de 30-5-1947.

Decreto n.º 23 097, de 27 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Ari Freitas Mércio a pesquisar carvão mineral no município de Bajé, Estado do Rio Grande do Sul".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 098, de 27 de maio de 1947 —
"Autoriza o cidadão brasileiro Néilson Simplicio da Silva a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 099, de 28 de maio de 1947 —
"Dispõe sobre as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar, de Extranumerários-Mensalistas do Pósto de Assistência da Vila Militar, do Ministério da Guerra e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 100, de 28 de maio de 1947 —
"Libera os bens que menciona".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 101, de 28 de maio de 1947 —
"Transfere ao Banco do Brasil S. A. o encargo de liquidar as operações remanescentes, da firma que menciona e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 102, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova o Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil".

"Diário Oficial" de 2-6-947

Decreto n.º 23 103, de 28 de maio de 1947 —
"Faz pública a adesão, por parte do governo das Filipinas, à Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos exércitos em campanha e à Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1947".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 104, de 28 de maio de 1947 —
"Faz público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte de diversos países, da Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres a 16 de novembro de 1945".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 105, de 28 de maio de 1947 —
"Altera os artigos 17, 18, 20 e 24, do Decreto n.º 6 629, de 20 de dezembro de 1940".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 106, de 28 de maio de 1947 —
"Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, do Ministério da Agricultura e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 108, de 28 de maio de 1947 —
"Retifica o Decreto n.º 21 255, de 31 de maio de 1946".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 120, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova o orçamento relativo à construção do Armazém A-7, no pórtio de Pórtio Alegre, em substituição ao aprovado pelo Decreto n.º 2 743, de 11 de junho de 1938".

"Diário Oficial" de 6-6-947.

Decreto n.º 23 121, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova modificações no projeto de contenção do terrapleno do cais do pórtio de Itajaí e respectivo orçamento".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 122, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova projeto e orçamento para a construção da ponte sobre o canal do Imunana".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 123, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova projeto e orçamento para execução de obras previstas no plano geral de saneamento da Baixada Fluminense".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 124, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova projeto e orçamento para execução de obras previstas no plano geral de saneamento da Baixada Fluminense".

"Diário Oficial" de 30-5-947.

Decreto n.º 23 125, de 28 de maio de 1947 —
"Aprova a lotação numérica das carreiras de dactilógrafo, escrivão e oficial administrativo do quadro permanente do Ministério da Guerra".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 126, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 127, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 128, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 129, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 130, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 131, de 29 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 31-5-947.

Decreto n.º 23 132, de 30 de maio de 1947 —
"Suprime cargos vagos".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 133, de 30 de maio de 1947 —
"Extingue cargo excedente".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 134, de 30 de maio de 1947 —
"Extingue cargo excedente".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 134, de 30 de maio de 1947 —
 "Extingue cargo excedente".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 135, de 30 de maio de 1947 —
 "Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 136, de 30 de maio de 1947 —
 "Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 137, de 30 de maio de 1947 —
 "Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Hospital Central da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 138, de 30 de maio de 1947 —
 "Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 26 100 000,00, para prosseguimento da construção de trechos ferroviários".

"Diário Oficial" de 2-6-947.

Decreto n.º 23 139, de 2 de junho de 1947 —
 "Altera o artigo 4.º do Decreto n.º 21 769-A, de 30 de agosto de 1946".

"Diário Oficial" de 4-6-947.

Decreto n.º 23 140, de 2 de junho de 1947 —
 "Transfere função de Extranumerário-Mensalista e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 4-6-947.

Decreto n.º 23 143, de 2 de junho de 1947 —
 "Suprime cargos provisórios".

"Diário Oficial" de 4-6-947.

Decreto n.º 23 144, de 2 de junho de 1947 —
 "Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas do Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de 4-6-947.

Decreto n.º 23 145, de 2 de junho de 1947 —
 "Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-6-947.

Decreto n.º 23 153, de 2 de junho de 1947 —
 "Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Ministério da Agricultura, as terras que menciona, destinadas ao Núcleo Colonial de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro".

"Diário Oficial" de 4-6-947.

Decreto n.º 23 153, de 4 de junho de 1947 —
 Dispõe sobre Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar, de Extranumerários-Mensalistas e do Pessoal Mensalista de repartições do Ministério da Guerra e dá outras providências".

"Diário Oficial" de 10-6-947.

Decreto n.º 23 154, de 4 de junho de 1947 —
 "Extingue cargos excedentes".

"Diário Oficial" de 7-6-947.

Decreto n.º 23 155, de 4 de junho de 1947 —
 "Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas da Imprensa Nacional".

"Diário Oficial" de 7-6-947.

Decreto n.º 23 156, de 6 de junho de 1947 —
 "Acréscimo de 20 % para o pessoal militar da guarnição de Caravelas".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 157, de 6 de junho de 1947 —
 "Altera a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerários-Mensalistas da Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais do Ministério da Fazenda e dá outras Providências".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 159, de 6 de junho de 1947 —
 "Transfere cargos da lotação do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 160, de 6 de junho de 1947 —
 "Concede à Academia Brasileira de Música a prerrogativa do artigo 513, alínea d, da Consolidação das Leis do Trabalho".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 162, de 6 de junho de 1947 —
 "Dispõe sobre interstício para promoções no corpo de oficiais da Aeronáutica".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

Decreto n.º 23 163, de 6 de junho de 1947 —
 "Dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 3.º e ao artigo 7.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 20 497, de 24 de janeiro de 1946".

"Diário Oficial" de 9-6-947.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 56, de 6 de agosto de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 destinado às despesas com o transporte do Arquivo da Casa Imperial.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros), para atender às despesas com o recebimento, na Europa, e transporte para o país, do arquivo da antiga casa imperial do Brasil, existente no Castelo D'Eu, na França, além de outros objetos de alto valor histórico doados ao Governo da República.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1947; 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani
Correia e Castro

(D.O. — 6-8-47)

Lei n.º 79, de 29 de agosto de 1947

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 para ocorrer às despesas da viagem do Presidente Eurico Gaspar Dutra, e comitiva, às fronteiras do Brasil com a Argentina e com o Uruguai.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1 000 000,00), para ocorrer às despesas da viagem do Presidente Eurico Gaspar Dutra, e comitiva, às fronteiras do Brasil com a Argentina e com o Uruguai, por ocasião da inauguração da ponte internacional Uruguiana-Paso de los Libres e da assinatura do convênio para estudo e construção da ponte internacional Quarai-Artigas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1947; 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Raul Fernandes
Correia e Castro

(D.O. — 4-9-47).

★

Decretos

Decreto n.º 23 502, de 13 de agosto de 1947

Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1947; 126.º da Independência e 59.º da República.

EURICO G. DUTRA
Canrobert P. da Costa

(D.O. — 19-8-47)

N.R. — O Regulamento a que se refere o presente decreto, publicado na mesma edição do D.O., recomenda no capítulo referente às atribuições do chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, ligação deste com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Íntegra dos decretos e demais atos de interesse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 13 657, de 13 de agosto de 1947

Reorganiza o quadro do funcionalismo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, reajusta os vários serviços nela existentes, de acordo com a legislação vigente e suprime vários cargos.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de dar cumprimento ao Art. 18, parágrafo único das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, que determina ao Poder Executivo proceder à revisão dos quadros do funcionalismo público civil, inclusive dos serviços públicos industriais do Estado, de modo a reajustá-los, rigorosamente, às necessidades dos serviços públicos, suprimindo-se os cargos e funções excedentes, à medida que se vagarem, até que a despesa com a verba de pessoal fique reduzida, no mínimo, a 60% da receita do Estado;

Considerando que essa providência é tanto mais urgente quanto cabe ao Poder Executivo apresentar, até 15 de setembro próximo, à Assembléa Legislativa do Estado, a proposta de orçamento, na qual deverão estar previstas todas as modificações de verbas e despesas que a revisão do quadro do funcionalismo há de acarretar;

Considerando a exposição de motivos, relativa aos serviços e quadro do funcionalismo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, que lhe fez o seu titular, para dar cumprimento às citadas disposições constitucionais,

Decreta:

Art. 1.º — A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio fica assim constituída:

- I) Gabinete do Secretário
- a) Serviço de Administração;
- b) Serviço de Divulgação;
- c) Instituto Biológico da Bahia (Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal);
- II) Escola Agronômica da Bahia;
- III) Departamento da Produção Vegetal;
- IV) Departamento da Produção Animal;
- V) Departamento de Terras;
- VI) Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem;
- VII) Departamento de Indústria e Comércio;
- VIII) Departamento de Assistência ao Cooperativismo.

Art. 2.º — O Gabinete do Secretário se compõe de um Assistente do Secretário, um Oficial de Gabinete, um Oficial de Expediente, um Motorista e dois Auxiliares de Portaria.

Parágrafo único — Diretamente ligados ao Gabinete do Secretário funcionarão o Serviço de Administração, o Serviço de Divulgação e o Instituto Biológico da Bahia como Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal.

Art. 3.º — O Serviço de Administração terá uma secção de administração e uma secção de orçamento e material.

Art. 4.º — O Serviço de Divulgação terá a seu cargo adquirir, para distribuição entre órgãos e serviços da Secretaria, livros, revistas, jornais técnicos e recortes, mantendo biblioteca especializada, bem como se encarregará da publicidade e divulgação dos trabalhos técnicos dos diversos órgãos e Departamentos, editando o Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 5.º — O Instituto Biológico da Bahia se comporá da Secção de Defesa Sanitária Animal e da Secção de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 6.º — A Escola Agronômica da Bahia, além das cadeiras de seu curso, manterá as Fazendas Experimentais de Agricultura e de Pecuária e o Instituto de Química Agrícola.

Art. 7.º — O Departamento da Produção Vegetal se comporá dos seguintes Serviços:

- a) Serviço de Lavouras de Subsistência
- b) Serviço de Lavouras da Região Sertaneja
- c) Serviço de Núcleos Coloniais
- d) Serviço de Fruticultura e Silvicultura
- e) Serviço de Máquinas Agrícolas e Silos Metálicos.

Art. 8.º — O Departamento da Produção Animal compreenderá os seguintes Serviços:

- a) Serviço de Zootecnia e Plantas Forrageiras
- b) Serviço de Produtos de Origem Animal.

Art. 9.º — O Departamento de Terras se comporá das seguintes secções:

- a) Secção de Terras
- b) Secção de Topografia e Cadastro.

Art. 10 — O Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem compreenderá os seguintes Serviços:

- a) Serviço de Geografia
- b) Serviço de Engenharia Rural
- c) Serviço de Açudagem, Poços e Irrigação.

Art. 11 — O Departamento de Indústria e Comércio se comporá de duas secções:

- a) Secções de Indústria
- b) Secção de Comércio.

Art. 12 — O Departamento de Assistência ao Cooperativismo compreenderá as seguintes secções:

- a) Secção de Organização e Assistência
- b) Secção de Registro e Fiscalização.

Art. 13 — Os Departamentos manterão uma seção de administração, na forma da legislação existente.

Art. 14 — Os Diretores dos Departamentos da Produção Vegetal, da Produção Animal, de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem e de Terras escolherão um funcionário de sua confiança para exercer o cargo de assistente.

Art. 15 — O Assistente do Secretário poderá por ordem deste, assinar atos de expediente e de correspondência.

Art. 16 — Ao Secretário cabe determinar quais as regiões destinadas à pecuária e à lavoura, para efeito de alienação, nos termos da legislação de terras do Estado.

Art. 17 — Fica aprovado o quadro anexo dos funcionários efetivos dos diversos Departamentos e Serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio:

Art. 18 — Ficam supressos, a partir de 1.º de janeiro de 1948, os seguintes cargos:

2 (dois) engenheiros civis cl. J do Dept. de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem;

2 (dois) escriturários cl. E do Serviço de Administração;

1 (um) zootecnista cl. I. e 1 (um) zootecnista cl. H do Departamento da Produção Animal;

3 (três) agrônomos cl. J. 1 (um) médico cl. I, 1 (um) desenhista cl. I, 3 (três) agrônomos cl. H, 1 (um) guarda-livros cl. H, 1 (um) escriturário cl. G, 2 (dois) auxiliares de agricultura cl. G, 1 (um) auxiliar de escritório cl. D, no Departamento da Produção Vegetal;

2 (dois) oficiais administrativos cl. H, 1 (um) escriturário cl. F, 1 (um) auxiliar de escritório cl. D, no Departamento de Terras;

1 (um) agrônomo cl. H, 1 (um) fiscal de cooperativas cl. E no Departamento de Assistência ao Cooperativismo.

5 (cinco) assistentes cl. K e 1 (um) agrônomo cl. H na Escola Agrônômica da Bahia;

1 (um) cargo de diretor, em comissão, padrão M e um assistente jurídico cl. H, no ex-Serviço Florestal.

§ 1.º — Logo que se vagar, será extinto o cargo de atendente cl. A no Departamento da Produção Vegetal e 1 cargo de assistente na Escola Agrônômica, ao se dar a vaga do titular efetivo.

§ 2.º — O cargo de Inspetor Florestal do ex-Serviço Florestal fica transformado em Prático Rural cl. H, e extinto logo que se vagar.

Art. 19 — Dentro de 60 dias, a partir da publicação deste decreto, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio expedirá o regulamento respectivo.

Art. 20 — Este decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, salvo as disposições que suprimam despesas, que entrarão em vigor a 1.º de janeiro de 1948.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 13 de agosto de 1947. — Otávio Mangabeira — Nestor Duarte — João da Costa Pinto Dantas Júnior.

CARGOS E FUNÇÕES PERMANENTES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 13 657, DE 13-3-1947

N. de Cargos — Especificação — Cl. ou Padrão — Desp. Mensal — Obs.

SECRETARIA DE ESTADO

- 1 Secretário — S
- 1 Assistente do Secretário — 1 000,00 — Função grat.
- 1 Oficial de Expediente — 200,00 — Função grat.
- 1 Oficial de Gabinete — 500,00 — Função grat.
- 1 Auxiliar de Portaria — B
- 1 Auxiliar de Portaria — A
- 1 Motorista — D

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

- 1 Chefe de Serviço — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Seção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Seção de Orçamento e Material — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Portaria — 50,00 — Função grat.
- 1 Oficial Administrativo — I
- 2 Oficial Administrativo — H
- 1 Escriturário — G

N. de Cargos — Especificação — Cl. ou Padrão — Desp. Mensal — Obs.

- 5 Escriturário — F
- 3 Escriturário — E
- 1 Porteiro — E
- 1 Auxiliar — G
- 2 Auxiliar — F
- 1 Auxiliar de Escritório
- 6 Auxiliar de Escritório — C
- 2 Auxiliar de Portaria — B
- 1 Auxiliar de Escritório — B
- 1 Auxiliar de Escritório — A
- 3 Auxiliar de Portaria — A
- 1 Auxiliar de Arquivo — A
- 1 Auxiliar de Biblioteca — A

SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO

- 1 Chefe de Serviço — 500,00 — Função grat.

INSTITUTO BIOLÓGICO DA BAHIA

(Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal)

- 1 Chefe de Serviço — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Seção de Defesa Sanitária Animal — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Seção de Defesa Sanitária Vegetal — 300,00 — Função grat.
- 1 Veterinário — K
- 1 Agrônomo — K
- 1 Analista — G

ESCOLA AGRÔNOMICA DA BAHIA

- 1 Diretor (quando professor no cargo de Diretor) — 1 000,00 — Função grat.
- 1 Diretor (em comissão) — P
- 1 Assistente — K
- 18 Professores — N

- 1 Porteiro — D
- 1 Auxiliar de Escritório — C
- 2 Auxiliar de Escritório — B
- 1 Auxiliar de Portaria — B
- 6 Auxiliar de Portaria — A
- 1 Auxiliar de Biblioteca — A
- 1 Motorista — B

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 1 Diretor — O
- 1 Chefe de Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe de Secção de Indústria — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe de Secção de Comércio — 300,00 — Função grat.
- 1 Agrônomo — J
- 1 Economista — J
- 1 Estatístico — H
- 2 Escriurário — G
- 1 Analista — G
- 1 Auxiliar — F
- 1 Armazenista — D
- 1 Auxiliar de Desenho — D
- 15 Mestras — D
- 3 Auxiliar de Escritório — C
- 1 Artífice — C
- 4 Auxiliar de Escritório — B
- 1 Auxiliar de Portaria — B
- 1 Armazenista — B
- 4 Artífice — B
- 7 Auxiliar de Desenho — A

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, ENGENHARIA RURAL E AÇUDAGEM

- 1 Diretor — O
- 1 Chefe do Serviço de Geografia — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço Engenharia Rural — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Açudagem, Poços e Irrigação — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 1 Engenheiro — L
- 2 Engenheiro — K
- 2 Agrônomo — K
- 1 Desenhista — I
- 1 Agrônomo — I
- 1 Desenhista — G
- 1 Auxiliar — G
- 1 Escriurário — G
- 1 Escriurário — F
- 2 Auxiliar — F
- 2 Prático de Engenharia — D
- 2 Auxiliar de Escritório — C
- 3 Auxiliar de Escritório — B
- 1 Auxiliar de Portaria — B
- 1 Auxiliar de Arquivo — A
- 2 Auxiliar de Portaria — A

N. de Cargos — Especificação — Cl. ou Padrão — Desp. Mensal — Obs.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

- 1 Diretor — O
- 1 Assistente — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Zootecnia e Plantas Forrageiras — 500,00 — Função grat.

- 1 Chefe do Serviço de Produtos de Origem Animal — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 3 Zootecnista — K
- 2 Zootecnista — J
- 4 Zootecnista — I
- 7 Zootecnista — H
- 1 Oficial Administrativo — K
- 2 Oficial Administrativo — H
- 2 Escriurário — G
- 1 Escriurário — F
- 3 Auxiliar de Escritório — C
- 1 Auxiliar de Escritório — B
- 1 Auxiliar de Portaria — A
- 4 Auxiliar de Agricultura — C
- 1 Auxiliar de Agricultura — C
- 1 Auxiliar de Laticínios — F
- 3 Auxiliar de Laticínios — C
- 7 Auxiliar de Escritório — A
- 2 Motorista — B
- 1 Armazenista — B

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

- 1 Diretor — O
- 1 Assistente — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Lavoura e Subsistência — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Lavoura da Região Sertaneja — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Núcleos Coloniais — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe do Serviço de Fruticultura e Silvicultura — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe de Máquinas Agrícolas e Silos Metálicos — 500,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 1 Agrônomo — M
- 4 Agrônomo — K
- 1 Oficial Administrativo — K
- 1 Inspetor de Máquinas — K
- 7 Agrônomo — J
- 10 Agrônomo — I
- 1 Oficial Administrativo — I
- 1 Médico — I
- 12 Agrônomo — H
- 1 Prático Rural — H
- 2 Oficial Administrativo — H
- 1 Escriurário — G
- 1 Escriurário — F
- 1 Escriurário — E
- 1 Auxiliar — D
- 1 Auxiliar de Escritório — D
- 1 Auxiliar de Agricultura — C
- 4 Auxiliar de Escritório — C
- 3 Motorista — B
- 1 Auxiliar de Portaria — B
- 3 Auxiliar de Escritório — B
- 2 Auxiliar de Portaria — A
- 2 Auxiliar de Escritório — A
- 1 Atendente — A
- 1 Auxiliar de Arquivo — A

*N. de Cargos — Especificação — Cl. ou Padrão
— Desp. Mensal — Obs.*

DEPARTAMENTO DE TERRAS

- 1 Diretor — O
- 1 Assistente — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Terras — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Topografia e Cadastro — 300,00 — Função grat.
- 1 Chefe da Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
- 2 Consultor Jurídico — M
- 1 Engenheiro — M
- 4 Engenheiro — L
- 1 Engenheiro — J
- 2 Inspetor — I
- 2 Assistente Jurídico — H
- 3 Oficial Administrativo — H
- 1 Desenhista — H
- 1 Oficial Administrativo — I
- 3 Escriurário — G
- 3 Escriurário — F
- 1 Delegado — F
- 1 Escriurário — E
- 1 Porteiro — D
- 4 Auxiliar de Escriurário — C
- 7 Auxiliar de Escriurário — B

- 2 Auxiliar de Portaria — B
- 3 Auxiliar de Escriurário — A
- 2 Auxiliar de Portaria — A

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO COOPERATIVISMO

- 1 Diretor — O
 - 1 Chefe da Secção de Organização e Assistência — 300,00 — Função grat.
 - 1 Chefe da Secção de Registro e Fiscalização — 300,00 — Função grat.
 - 1 Chefe da Secção de Administração — 300,00 — Função grat.
 - 1 Consultor Jurídico — M
 - 2 Agrônomo — J
 - 1 Agrônomo — I
 - 1 Inspetor — H
 - 2 Oficial Administrativo — H
 - 1 Escriurário — G
 - 1 Escriurário — E
 - 1 Escriurário — F
 - 2 Auxiliar — G
 - 1 Auxiliar de Escriurário — C
 - 2 Auxiliar de Escriurário — B
 - 1 Auxiliar de Portaria — B
 - 2 Auxiliar de Escriurário — A
 - 1 Auxiliar de Portaria — A
- (D.O. — Bahia, 17-8-47).



AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Resoluções do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia Diretório Central

Íntegra das Resoluções n.ºs 279 e 280 *

Resolução n.º 279, de 4 de agosto de 1947

Autoriza a execução de trabalhos técnicos em cooperação com o Serviço Geográfico do Paraná

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de se desenvolverem os trabalhos cartográficos no país;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o Serviço de Geografia e Cartografia autorizado a efetivar um serviço de cooperação com o Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, para a determinação de coordenadas geográficas em atendimento à solicitação formulada pelo mesmo Departamento.

Art. 2.º — As bases fundamentais do serviço cooperativo são as seguintes:

a) o Departamento fará a determinação de coordenadas geográficas, de acordo com as normas e as instruções baixadas pelo Serviço;

b) o Serviço pagará, à conta da verba própria do orçamento do Conselho, uma quantia a ser combinada entre as partes, por coordenada determinada pelo Departamento e aceita pelo Conselho.

Art. 3.º — O serviço de cooperação será objeto de instrumento próprio.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Virgílio Corrêa Filho*, Secretário-Assistente int.º do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício.

* N.R. — A Resolução n.º 278 será oportunamente publicada.

★

Resolução n.º 280, de 20 de agosto de 1947

Baixa o Regulamento de Promoções do Pessoal do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando os legítimos interesses do funcionalismo, em harmonia com as conveniências e necessidades do serviço público;

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o anexo Regulamento de Promoções, que se constitui parte integrante desta Resolução.

Art. 2.º — O Regulamento aprovado passa a vigorar a partir da presente data.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1947, ano XII do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Raja Gabaglia*, no impedimento do Secretário-Assistente. — Visto e rubricado. *Virgílio Corrêa Filho*, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se. *Heitor Bracet*, Presidente em exercício do Instituto.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.